

ALOIZE GOGOLA

**ECONOMIA POPULAR:
ORIGEM, NATUREZA, DIMENSÃO E SIGNIFICADO DAS FORMAS
EMERGENTES DE AUTO-OCUPAÇÃO ECONÔMICA DOS EXCLUÍDOS DO
TRABALHO ASSALARIADO NO BRASIL.**

*Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do título de Mestre em
Desenvolvimento Econômico, pelo Centro de
Pesquisas Econômicas/ CEPEC do
Departamento de Economia, Setor de Ciências
 Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do
Paraná.*

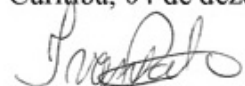
Orientador: Dr. Francisco Paulo Cipolla

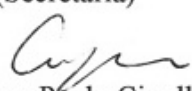
CURITIBA

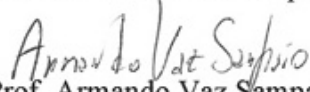
2007

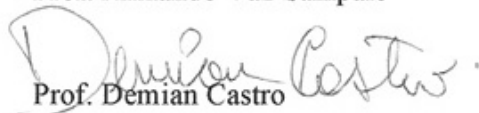


17-Ata da sessão pública da arguição da Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Econômico Profissionalizante. Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e sete, às 09:00 horas, na sala de reuniões do Departamento de Economia do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, Campus III - Jardim Botânico, foram instalados os trabalhos da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores: **Francisco Paulo Cipolla (orientador)**, **Armando Vaz Sampaio** e **Demian Castro**, designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, para arguição da Dissertação de Mestrado Profissionalizante apresentada pelo candidato **Aloize Gogola**, intitulada **"Economia popular: origem, natureza, dimensão e significado das formas emergentes de auto-ocupação econômica dos excluídos do trabalho assalariado no Brasil"**. A sessão teve início com a exposição oral do Mestrando sobre o estudo desenvolvido, tendo o Professor **Francisco Paulo Cipolla**, na Presidência dos trabalhos, concedido a palavra, em seguida, a cada um dos Examinadores, para realização de suas respectivas arguições. A seguir, o Mestrando apresentou sua defesa. Na sequência, o Professor Presidente retomou a palavra para as considerações finais. Em seguida, reunida sigilosamente, a Banca Examinadora decidiu-se pela **aprovação** do candidato. Em seguida, o Senhor Presidente declarou aprovado o Mestrando **Aloize Gogola**, que recebeu o título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, área de concentração **Políticas de Desenvolvimento**. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão da qual eu, Ivone Polo, secretária, lavrei a presente Ata que será assinada por mim e pela Comissão Examinadora. Curitiba, 04 de dezembro de 2007.


Ivone Polo (Secretária)


Prof. Francisco Paulo Cipolla (Presidente)


Prof. Armando Vaz Sampaio


Prof. Demian Castro



AGRADECIMENTOS

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, o meu especial agradecimento.

A Sônia Regina, esposa, Joel Alexandre e Gustavo Leandro, filhos, que, com paciência e impaciência, compreenderam as restrições na convivência familiar por causa da dedicação ao trabalho, apoiaram o esforço e contribuíram com sugestões.

Aos professores doutores Francisco Paulo Cipolla, orientador, Demian Castro e Armando Vaz Sampaio, participantes da banca de defesa, pelas críticas construtivas e contribuições.

À professora doutora Liana Carleial, pela dedicação e especial apoio na orientação da minha primeira monografia.

A Carmen, Darli, Denise, Elietti, José Maurino, Josélia, Luciene, Maria Inês Mariluz, Rosângela, Silvia e Zeneide, colegas de mestrado, pela oportunidade da troca de idéias, acalorados debates e entre-ajuda.

Ao Governo do Estado, pelo patrocínio do curso, o qual possibilitou o aprofundamento dos estudos sobre questões relativas às políticas públicas de emprego, trabalho e renda e de assistência social, desenvolvidas pela Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	viii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	ix
RESUMO.....	xi
ABSTRACT	xii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 DETERMINANTES DA ATUAL EMERGÊNCIA DA ECONOMIA POPULAR.....	4
2.1 GRANDES TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NA ECONOMIA, NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XX.....	4
2.2 IMPACTO SOBRE O MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO.....	11
2.2.1 Reestruturação Produtiva no Brasil, sob a Mundialização do Capital.....	11
2.2.1.1 Década de 1980: toyotismo restrito.....	11
2.2.1.2 Década de 1990: toyotismo sistêmico.....	14
2.2.1.2.1 Toyotismo e a captura da subjetividade da força de trabalho.....	17
2.2.1.2.2 Lógica toyotista e a síndrome do medo.....	20
2.2.2 Nova Configuração do Trabalho, no Brasil, na <i>Década Neoliberal</i>	21
2.2.2.1 Nova força de trabalho industrial e de serviços: trabalhadores <i>centrais</i> ...	22
2.2.2.2 Mundo do trabalho precarizado: trabalhadores <i>periféricos</i>	22
2.2.2.3 Crescimento do desemprego aberto.....	24
2.2.2.4 Trabalho assalariado e por conta própria nas atividades de serviços.....	24
2.2.2.5 Fragmentação de classe e crise do sindicalismo no Brasil.....	25
2.2.3 Conseqüências da Precarização do Trabalho na <i>Década Neoliberal</i>	28
2.3 RECENTE RESSURGIMENTO DA ECONOMIA POPULAR NO BRASIL.....	31
2.3.1 Reação dos Trabalhadores Assalariados.....	32
2.3.2 Reação dos Excluídos do Trabalho Assalariado.....	32
3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E NATUREZA DA ECONOMIA POPULAR...	35
3.1 RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NA TEORIA MARXISTA.....	36
3.1.1 Processo de Trabalho e Processo de Valorização.....	36
3.1.1.1 Processo de trabalho ou processo de produção de valores-de-uso.....	36
3.1.1.2 Processo de valorização ou produção de mais-valia.....	37
3.1.1.2.1 Produção de mais-valia.....	38
3.1.1.2.2 Circulação de mercadorias.....	39

3.1.1.2.3 Trabalho produtivo e improdutivo.....	42
3.1.2 Produção Simples de Mercadorias e Modo de Produção Capitalista.....	43
3.1.3 Lei Geral da Acumulação Capitalista.....	46
3.1.3.1 Acumulação com composição orgânica do capital constante.....	47
3.1.3.2 Decréscimo relativo do capital variável: produtividade do trabalho social.	50
3.1.3.3 Superpopulação relativa ou exército industrial de reserva.....	51
3.1.3.4 Formas de existência de uma superpopulação relativa.....	54
3.1.4 Capitalismo e Pleno Emprego.....	55
3.1.5 Conceitos Adicionais Específicos da Economia Popular.....	57
3.1.5.1 Informalidade.....	57
3.1.5.2 Popularidade.....	58
3.1.5.3 Solidariedade.....	59
3.1.5.4 Autogestão.....	60
3.2 ECONOMIA POPULAR: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	61
3.2.1 Economia dos Setores Populares.....	61
3.2.2 Reprodução Ampliada da Vida.....	63
3.2.3 Subsistema de Economia Popular ou Economia do Trabalho.....	65
3.2.4 Projeto de Desenvolvimento Nacional Alternativo ao Capitalismo.....	70
3.2.5 Economia Solidária e Autogestionária.....	71
3.2.6 Economia do Microempreendimento Informal no Brasil.....	78
3.2.7 A Outra Economia.....	80
3.3 ECONOMIA POPULAR: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO.....	81
3.3.1 A Questão da Denominação.....	82
3.3.2 A Formulação de um Conceito de Economia Popular.....	83
3.3.3 Economia Popular em Ação.....	86
4 ECONOMIA POPULAR: CLASSIFICAÇÃO E DIMENSIONAMENTO.....	92
4.1 ECONOMIA POPULAR: CLASSIFICAÇÃO.....	92
4.1.1 Referencial para a Classificação da Economia Popular no Brasil.....	95
4.1.1.1 Distribuição da população total segundo inserção laboral.....	95
4.1.1.2 Unidade doméstica como microunidade econômica.....	100
4.2 ECONOMIA POPULAR: DIMENSIONAMENTO NO BRASIL.....	102
4.2.1 Economia Popular na População Ocupada (PO) da PNAD-2005.....	105
4.2.1.1 Categoria dos empregados ou assalariados (AS).....	105

4.2.1.2 Categoria dos trabalhadores domésticos (TD).....	106
4.2.1.3 Categoria dos trabalhadores por conta-própria (CP).....	108
4.2.1.4 Categoria dos empregadores (EM).....	110
4.2.1.5 Categoria dos trabalhadores não-remunerados (NR).....	111
4.2.1.6 Categoria dos trabalhadores na produção para próprio consumo (PC)....	112
4.2.1.7 Categoria dos trabalhadores na construção para próprio uso (PU).....	113
4.2.2 Economia Popular na População Desocupada (PD) da PNAD-2005.....	114
4.2.3 Economia Popular na PNEA da PNAD-2005.....	116
4.2.4 Economia Popular na PINA da PNAD-2005.....	116
4.2.5 Outras Formas de Manifestação da Economia Popular.....	117
4.2.5.1 Economia popular na população em situação de rua.....	118
4.2.5.2 Economia popular nas soluções assistenciais.....	119
4.2.5.3 Economia popular nas atividades comunitárias de ajuda mútua.....	120
4.2.6 Tamanho Aproximado da Economia Popular no Brasil, em 2005.....	121
4.2.7 Segmentos Dimensionados e Caracterizados em Pesquisas Específicas....	123
4.2.7.1 Microempreendimentos urbanos.....	123
4.2.7.2 Empreendimentos econômicos solidários.....	127
5 ECONOMIA POPULAR: SIGNIFICADO SÓCIO-ECONÔMICO.....	131
5.1 ECONOMIA POPULAR: MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL?.....	134
5.1.1 Significado da Relativa Tolerância em Relação à Economia Popular.....	135
5.1.2 Aposta no Empreendedorismo dos Pobres: ingenuidade e/ou convivência?..	139
5.1.3 Economia Popular: mecanismo de abafamento de conflitos de classes?....	145
5.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA AO CAPITALISMO?.....	146
5.2.1 Considerações sobre a Teoria Marxista da Transição.....	148
5.2.2 Economia Solidária: uma alternativa ao capitalismo?.....	154
5.2.2.1 Pressupostos para uma alternativa ao capitalismo.....	154
5.2.2.1.1 Necessidade de superação do capitalismo por uma <i>outra economia</i>	154
5.2.2.1.2 Construção de uma alternativa popular pelos trabalhadores.....	156
5.2.2.1.3 O desabrochar da <i>outra economia</i> no seio do atual sistema.....	157
5.2.2.2 Caminhos para a <i>outra economia</i> : coexistência de formas de produção..	158
5.2.2.2.1 Economia do trabalho.....	158
5.2.2.2.2 Economia autogestionária.....	160
5.2.2.2.3 Solidarismo econômico: racionalidade econômica diferenciada.....	161

5.2.2.2.4	Caráter social dos pequenos negócios.....	166
5.2.2.2.5	Um novo humanismo para uma nova economia.....	168
5.2.2.2.6	Considerações conclusivas.....	170
5.2.2.3	Negação da economia solidária como alternativa ao capitalismo.....	171
5.2.2.3.1	Crise de acumulação e o padrão cíclico das economias capitalistas.....	171
5.2.2.3.2	Economia popular e solidária à luz da teoria marxista da transição.....	176
5.2.2.4	Considerações conclusivas.....	183
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
	REFERÊNCIAS	191

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ESQUEMA 1	- COMPOSIÇÃO DO CAPITAL, SEGUNDO MARX.....	47
FIGURA 1	- DIFERENÇA PROPORCIONAL ENTRE O CRESCIMENTO DO CAPITAL CONSTANTE E VARIÁVEL.....	52
FIGURA 2	- DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO INSERÇÃO LABORAL, NO BRASIL.....	93
FIGURA 3	- DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO INSERÇÃO LABORAL – BRASIL – PNAD/2005.....	104
FIGURA 4	- O PADRÃO CÍCLICO DAS ECONOMIAS CAPITALISTAS, SEGUNDO KALECKI.....	175
QUADRO 1	- FLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA BRASILEIRA, NO GOVERNO FHC.....	19
QUADRO 2	- SUBSISTEMAS DA ECONOMIA, SEGUNDO CORAGGIO.	66
TABELA 1	- PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E A CATEGORIA DO EMPREGO NO TRABALHO PRINCIPAL – BRASIL/2005...	103
TABELA 2	- TAMANHO APROXIMADO DA ECONOMIA POPULAR, NO BRASIL, EM 2005.....	122

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC	- Santo André, São Bernardo e São Caetano.
BA	- Bahia
Cap.	- Capítulo
CESIT	- Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho
Codefat	- Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos
ECINF	- Economia Informal
FAT	- Fundo de Amparo ao Trabalhador
Fev.	- Fevereiro
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FIPE	- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FMI	- Fundo Monetário Internacional
Fonset	- Fórum Nacional de Secretários do Trabalho
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibid.	- Ibidem (na mesma obra ou na obra citada)
ICC-Portosol	- Instituição Comunitária de Crédito – Porto Alegre Solidária
Id.	- Idem (o mesmo autor ou autor citado)
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MCC	- Mondragón Corporación Cooperativa
MDS	- Ministério de Desenvolvimento Social
MP	- Medida Provisória
MST	- Movimento dos Trabalhadores sem-Terra
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
OEPs	- Organizações Econômicas Populares
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
ONG	- Organização não Governamental
p.	- página
PEA	- População Economicamente Ativa
PETI	- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIA	- População em Idade Ativa
PIB	- Produto Interno Bruto
PINA	- População em Idade Não-Ativa
PL	- Projeto de Lei
Planfor	- Plano Nacional de Formação Profissional
PME	- Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNEA	- População Não-Economicamente Ativa
Proger	- Programa de Geração de Emprego e Renda
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
RMSP	- Região Metropolitana de São Paulo
s/d	- sem data
SEADE	- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa
SENAES	- Secretaria Nacional de Economia Solidária

Serasa	- Centralização dos Serviços Bancários S/A
Simplex	- Regime especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
SINE	- Sistema Nacional de Emprego
SPETR	- Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
ss	- seguintes
UCsal	- Universidade Católica do Salvador
Unisinos	- Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Unitrabalho	- Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RESUMO

A presente dissertação trata da *economia popular*, fenômeno cuja emergência mais intensiva vem se dando nos últimos 25 anos, em decorrência das recentes transformações estruturais na economia mundial e seus impactos sobre o mundo do trabalho brasileiro. A natureza dessas transformações, de cariz toyotista sistêmico, ao tempo em que se caracteriza como poupadora de força de trabalho viva, vem provocando um expressivo aumento da produtividade do trabalho, trazendo, como conseqüência, no Brasil, o crescimento da *superpopulação relativa*, com grande aumento do desemprego, do desassalariamento e da deterioração das relações e condições de trabalho. Paradoxalmente, os *trabalhadores excluídos do trabalho assalariado* começam a reagir, mais por necessidade de sobrevivência que de oportunidade de negócios, intensificando o desenvolvimento de novas (e velhas) formas de ocupação econômica não-assalariada. Estas formas, aqui denominadas genericamente de *economia popular*, constituem um conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos segmentos populares com vistas a garantir, através da utilização da sua própria força de trabalho e dos meios disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais, como imateriais, tendo como objetivo a reprodução da própria vida, a garantia do estar no mundo, e não a acumulação de capital. Apresentam características que se contrapõem à racionalidade capitalista, tendo em vista que os trabalhadores da *economia popular* não trocam sua força de trabalho por um salário, ou seja, *seu trabalho não consiste em trabalho pago + trabalho excedente não-pago*. Como fenômeno extremamente complexo, heterogêneo, multifacetário, anômico e, ainda, muito pouco estudado, a *economia popular* vem adquirindo crescente importância, no Brasil, tendo em vista que, com base na PNAD/2005 e outros dados, sua dimensão se apresenta como extremamente significativa, envolvendo cerca de 105 milhões de trabalhadores, dos quais 49.679.275 desenvolvendo atividades típicas de *economia popular* como atividade principal. Dentre outros possíveis, dois significados sócio-econômicos da recente emergência mais intensiva da *economia popular* são analisados neste trabalho: a sua funcionalidade ao capital como mecanismo de controle social ou abafamento dos conflitos de classes trabalhadora e capitalista e sua propalada dimensão protagônica de ser alternativa ao capitalismo, atribuída à versão da *economia solidária*, aqui avaliada criticamente à luz da teoria marxista da transição. As considerações finais relacionam importantes conclusões e dão pistas para futuros aprofundamentos do tema e para o estabelecimento de diretrizes para a formulação de políticas públicas.

Palavras-chave:

Reestruturação produtiva; relações sociais de produção; processo de trabalho; processo de valorização; superpopulação relativa; precarização do trabalho; informalidade; economia popular; economia do trabalho; economia solidária e autogestionária; tamanho da economia popular no Brasil; controle social; teoria da transição; alternativa ao capitalismo.

ABSTRACT

The present dissertation deals with *Popular Economics*, a phenomenon whose more intensive emergence has been felt over the last 25 years, from various recent structural transformations on the basis of the world's economy and its impacts on the Brazilian labor world. The nature of these transformations, of a *Toyotist* systemic aspect, at the same time that it characterizes as sparing living labor force, has provoked an expressive increase the productivity of the labor, bringing as a consequence, in Brazil, the growth of the *relative super population*, with a sharp increase in the unemployment, de-waging and deterioration of the relations and conditions of the work. Paradoxically the *workers excluded of the labor force* begin to react more because of necessity of survival than because of business opportunities, intensifying the development of new (and old) forms of economic non-waging occupation. These forms, here having a generic denomination of *Popular Economics* consist of a group of economic activities and social practices developed by popular segments aiming to ensure, through the use of its own workforce and the means available the satisfaction of basic needs both material and immaterial having as goal the reproduction of life itself, the guarantee of being in the world and not accumulation of capital. They present characteristics the stand in opposition to the capitalistic rationality having once the laborers of the *Popular Economics* do not trade their work capacity for a salary, in other words, *its work does not consist in paid work + exceeding non-paid work*. As an extremely complex, heterogenic, multi-faced, lawless and so far little studied phenomenon the *Popular Economics* has acquired a crescent importance in Brazil, in view that based in PNAD/2005 and other data, its dimension is presented as extremely significant involving around 105 million workers, from which 49.679.275 develop typical activities of the *Popular Economics* as main activity. Among other possible meanings, two, social-economic, of recent intensive emergence of the *Popular Economics* are analyzed in this work: its functionality to the capital as a mechanism of social control or smothering of the conflicts of the labor and capitalist classes and its so-called protagonistic dimension to be an alternative to capitalism attributed to the *Solidary Economics* version, here critically evaluated at the light of the Marxist Transition Theory. The final considerations are related to important conclusions and give clues to future deepening of the theme and to the establishment of guidelines to the formulation of public policies.

Keywords:

Productive restructuring; social relations of the production; work processes; value-adding process; active relative super population; precariousness of the work; informality; popular economics; working economics; solidary and self-managing economics; size of the popular economics in Brazil; social control; transition theory; alternative to capitalism.

1 INTRODUÇÃO

Em recente pesquisa (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2006, p.15), são identificados, no Brasil, 14.954 empreendimentos econômicos solidários, em 2.274 municípios, congregando 1.251.882 associados.

Em outra pesquisa (IBGE/SEBRAE 2005a, p.15), registra-se, no Brasil, em 2003, a existência de 10.335.962 “pequenas unidades produtivas não-agrícolas”, formadas por “trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores com até 5 empregados”, as quais ocupam 13.860.868 pessoas.

O Banco Mundial (LIMA, 2007), no relatório denominado *Informalidade: Escape e Exclusão*, divulgado na Cidade do México, em 26/07/2007, informa que existem, na América Latina e Caribe, 57% do emprego urbano é informal, número que vem aumentando desde os anos 90 de forma *surpreendente e preocupante*. Destes, 33% são trabalhadores informais assalariados e 24% trabalhadores informais independentes, que trabalham por conta própria ou são donos de microempresas. Os informais independentes são 19% no Brasil, 15% na Argentina, 18% no Chile, 20% no Uruguai, 36% na Bolívia, 39% na Colômbia, 35% no Peru e Venezuela e 37% na República Dominicana.

As pesquisas mencionadas, dentre outras, testemunham uma forte presença de formas de auto-ocupação econômica, desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado* (TIRIBA, 2001, p. 19). São formas de ocupação constituídas por empreendimentos de economia solidária, trabalhadores por conta própria, pequenos empreendedores, trabalhadores de rua e outras. Caracterizam-se pela autogestão e pela venda do produto do trabalho ou pela “venda direta da força de trabalho ou o ‘auto-emprego’” (TIRIBA, 2001, p.127), em vez da venda da força de trabalho ao capital.

Estas formas de auto-ocupação econômica não-assalariada constituem um fenômeno extremamente complexo, heterogêneo, multifacetário e anômico, cuja presença é cada vez mais significativa, nas duas últimas décadas, sobretudo na América Latina e no Brasil. O fenômeno se apresenta sob variadas denominações, de acordo com o enfoque sob o qual os diversos autores abordam a questão: *economia informal urbana* (IBGE/SEBRAE, 2005a, p.12), *economia popular solidária*

(LISBOA, 1999; TIRIBA, 2001), *economia da solidariedade - organizações econômicas populares* (RAZETTO, apud: TIRIBA, 2001, p. 116), *economia solidária e autogestionária* (SINGER, 2003, p. 116-124), *economia popular e solidária* (LOPES PINTO, 2005; MEDEIROS & MARTINS, 2003), *socioeconomia solidária* (MANCE, 2001; GUERRA, 2002, ARRUDA, 2000), *atividades autônomas e empreendedoras* (BRASIL. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, Resolução 466, de 21/12/05, Termo de Referência, p.10), *economia do microempreendimento informal* (POCHMANN, 2005), *economia do trabalho* (CORAGGIO, 2000), *economia dos setores populares* (KRAYCHETE, 2000, p.15), *economia popular* (TIRIBA, 2001), *a outra economia* (CATTANI, 2003), dentre outras denominações.

Tratando-se de um fenômeno ainda muito pouco estudado e dada a dificuldade de se ter uma denominação de consenso, optou-se, nesta dissertação, por trabalhar com a denominação, genérica e provisória, adotada por TIRIBA (2001), de *economia popular*, denominação de significado mais abrangente. É verdade que, no Brasil é mais corrente denominar o fenômeno em análise de *setor informal da economia* ou *informalidade*. Porém, a expressão *informalidade* não é adequada, pois refere-se à legalidade ou ilegalidade perante o poder público e não diz respeito à natureza da questão. Adota-se, então a denominação de *economia popular*, mas, nas citações, utiliza-se sempre a denominação utilizada pelos autores.

Não obstante as diferentes denominações utilizadas, o objeto de estudo do presente trabalho é constituído pelas novas (e velhas) formas de auto-ocupação econômica dos trabalhadores *excluídos do trabalho assalariado*, conforme expressão utilizada por TIRIBA (2001, p. 19). Em outras palavras, trata-se do *trabalho dos sem-emprego* ou como vivem e trabalham os desempregados ou trabalhadores atípicos ao modo de produção capitalista. O estudo tem, portanto, por foco o Brasil, e por objetivo a compreensão do fenômeno quanto às causas da sua recente emergência intensiva, quanto aos seus fundamentos teóricos e conceituais, quanto às suas características, formas de se apresentar e dimensionamento e, sobretudo, quanto ao seu significado sócio-econômico.

O objeto de estudo conduz, basicamente, à análise de duas importantes questões, relacionadas ao significado socioeconômico da economia popular: (a) *Não funcionaria a economia popular, enquanto relativamente tolerada pelo capital, como*

um amplo e dissimulado mecanismo de controle social ou de abafamento do natural conflito de classes trabalhadora e capitalista? (b) Considerando sua expressiva e crescente presença, no Brasil, nos anos recentes, e sua racionalidade econômica diferenciada em relação ao sistema dominante, teria a economia popular potencial para protagonizar uma alternativa ao modo de produção capitalista?

O interesse pelo tema decorre do fato de estar em andamento, no Brasil, a construção do novo Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – SPETR (II Congresso Nacional: Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, 2005, p. 307-322), cujo espectro de competências inclui o *fomento a atividades autônomas e empreendedoras* (BRASIL. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Resolução Nº. 466, art. 1º, § 1º), uma política pública direcionada justamente para o apoio às alternativas econômicas desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado*. Considerando que tal política pública é reproduzida, no Paraná, pelo poder público estadual, a compreensão do fenômeno é fundamental para um melhor ajuste das medidas e ações de fomento e apoio a esse cada vez mais expressivo segmento.

Assim, de início, após esta Introdução, no Capítulo II, o esforço está direcionado para a identificação dos determinantes da recente emergência mais intensiva da *economia popular*, no contexto das grandes transformações na economia mundial e seu impacto sobre o mundo do trabalho brasileiro e das formas de reação dos trabalhadores e do poder público. O Capítulo III traz à tona os principais pressupostos teóricos e conceituais, referentes às relações sociais de produção, passando pela visão dos principais autores brasileiros e latino-americanos sobre o tema e concluindo com a tentativa de formulação de um conceito de *economia popular*. O estudo das formas de manifestação da *economia popular* e da sua dimensão no Brasil constitui objeto do Capítulo IV. No Capítulo V, a atenção se volta para a compreensão do significado sócio-econômico da *economia popular*, sob dois aspectos: a sua possível funcionalidade ao capital como mecanismo de *controle social* e seu eventual potencial protagônico de *alternativa* ao modo de produção capitalista. Por fim, no Capítulo VI, as considerações finais buscarão sintetizar as principais conclusões do estudo.

2 DETERMINANTES DA ATUAL EMERGÊNCIA DA ECONOMIA POPULAR

Para dar conta do objeto de estudo deste trabalho, é indispensável compreender, de início, a origem e os determinantes da recente emergência mais intensiva do fenômeno da *economia popular* ou formas de auto-ocupação econômica dos *excluídos do trabalho assalariado*, no Brasil.

Assim, neste capítulo, sob a ótica da história econômica, faz-se um repasse sintético das grandes transformações estruturais na economia, no último quartel do século XX, analisando o seu impacto sobre o mundo do trabalho¹ brasileiro e as formas de reação dos trabalhadores frente às mesmas, dando origem, entre outras conseqüências, a formas de auto-ocupação precária dos não-assalariados.

2.1 GRANDES TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS NA ECONOMIA, NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XX.

A partir 1970, vêm ocorrendo amplas e profundas transformações na economia mundial.

Essas transformações são motivadas por um contexto econômico e social mundial caracterizado pelo esgotamento do padrão de industrialização norte-americano, consolidado a partir do fim da II Guerra Mundial, desembocando na instabilidade econômica e no crescimento medíocre, de modo que “a economia capitalista ingressa em um período de instabilidade: as taxas de crescimento e de investimento tornam-se mais baixas, fases de expansão alternam-se com períodos de estagnação, as taxas de juros e de câmbio sofrem grandes variações e gigantescas massas de recursos financeiros alimentam movimentos especulativos em nível mundial” (OLIVEIRA, C. A. B., 1998b, pg. 3 ss).

Segundo GOMES (2004, p. 1), configura-se, de fato, uma crise estrutural do capital. A crise do fordismo e keynesianismo constitui apenas a expressão fenomênica de um quadro crítico mais complexo, no qual o capital se depara, por um lado, com a tendência decrescente da taxa de lucro e, por outro lado, com a

¹ *Mundo do trabalho* refere-se aqui ao conjunto das formas contemporâneas de ocupação, trabalho e emprego, mudanças nos processos de trabalho e de produção, formas diferenciadas de qualificação e formação profissional, incluindo também formas de organização dos trabalhadores, padrões salariais e de proteção social, caracterizando-se como uma categoria abrangente, para além da concepção de *mercado de trabalho* (CARLEIAL, L. em debate no Conselho Estadual do Trabalho do Paraná sobre o projeto de estruturação do Observatório do Trabalho).

crescente incontrollabilidade do sistema de metabolismo social do capital. Ou seja: com o desencadeamento da crise estrutural do capital, começa também a desmoronar o mecanismo de regulação que vigorou, durante o segundo pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente da Europa.

Para MARQUES (1998, v. 10), com o desenvolvimento da microeletrônica e das telecomunicações vislumbra-se, para o capital, a possibilidade da mudança da base tecnológica no sentido da informacionalização e da automação dos processos produtivos, bem como da agilização do fluxo planetário de dados, mercadorias, pessoas e capitais, dando ao capital mobilidade espacial, com possibilidade de explorar as diferenças regionais e obter vantagens competitivas. Instaura-se, assim, segundo CHESNAIS (1995, e 1996), a possibilidade e a necessidade da competitividade internacional, dando origem ao fenômeno conhecido como globalização ou mundialização do capital, produtivo e financeiro.

Como resposta a essa crise estrutural do capital, a partir do esgotamento do padrão de industrialização norte-americano, mas, ao mesmo tempo, estimulados pelos avanços tecnológicos com base na microeletrônica e tendo por objetivo assegurar a competitividade internacional, mediante a redução de custos, em especial, da força de trabalho viva, os detentores do capital produtivo, segundo diversos autores (ALVES, 2000, p. 29-68; OLIVEIRA, M. A., 1998a, p. 187 ss; SAMPAIO JÚNIOR, 1998, p. 21-32; DEDECCA, 1998, p. 163 ss), promovem um amplo processo de *reestruturação produtiva e organizacional* no âmbito das empresas, intensificando-se, assim, segundo GOMES (2004, p. 1), “as mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais caracterizadas pela reestruturação produtiva para alavancar o processo de reprodução do capital”.

O processo de *reestruturação produtiva e organizacional*, baseado na nova lógica de acumulação do capital – a acumulação flexível – centra-se, segundo ALVES (2000, p. 118-119), no toyotismo, com adoção generalizada da chamada *produção flexibilizada* (VASAPOLLO, 2005, p. 17) ou *produção enxuta* (ALVES, 2000, p.33), compreendendo uma série de mudanças, todas promotoras do aumento da produtividade do trabalho e poupadoras da força de trabalho viva, a saber:

- a) Mudanças de natureza técnica: instalações, equipamentos, adoção, em larga escala, da inovação tecnológica de base microeletrônica, com

informatização e automação dos processos produtivos (CARLEIAL, 1997, p.15-16).

- b) Mudanças organizacionais: técnicas japonesas, tais como CCQ, *just-in-time*, *kanban*, qualidade total... (CARLEIAL, 1997, p. 15-16).
- c) Mudanças nas relações com os fornecedores: subcontratação, externalização da produção, terceirização dos serviços não-centrais ou não-permanentes da empresa (ALVES, 2000, p. 265 ss.).
- d) Mudanças na gestão da força de trabalho: maior participação, trabalho operário em equipe, reestruturação organizacional, multifunção, salário-eficiência, controle do processo de trabalho através de formas requintadas que incorporam os saberes dos trabalhadores, envolvendo-os no controle de qualidade e no gerenciamento dos processos (CARLEIAL, 1997, p. 15-16), redução da força de trabalho viva (ALVES, 2000, p.67-68 e 126 ss.), exigência crescente de alta qualificação de trabalhadores (POCHMANN, 1998, p. 219 ss.).

Com a retomada do ideário liberal (neoliberalismo), a filosofia inerente à nova estratégia de acumulação do capital – a acumulação flexível -, inicialmente restrita à implantação do toyotismo no interior das fábricas, amplia-se para a sociedade como um todo, atingindo profundamente o mundo do trabalho, fenômeno que ALVES (2000, p. 99 ss.) denomina de *toyotismo sistêmico*, sobre o qual assim se expressa:

É importante salientar que o processo de reestruturação produtiva acompanha um processo de reestruturação do metabolismo social que atinge o capitalismo mundial nas décadas de 1980 e 1990. A ofensiva do capital na produção é parte de uma ofensiva do capital mais ampla nas instâncias da ideologia, política e cultura. É preciso mudar a empresa, tendo em vista que a 'sociedade civil', ou a sociedade burguesa, está mudando com vigor. Enfim, busca-se recompor, num plano sistêmico, a base produtiva e sócio-metabólica da acumulação de capital. É por isso que autores como David Harvey e François Chesnais indicam o surgimento, com a globalização, de um novo modo de regulação social, o regime de acumulação flexível ou modo de acumulação predominantemente financeiro. Desde meados de 1970, o sistema global do capital passa por uma revolução cultural de amplo espectro – o que ocorre nas empresas mais dinâmicas é só um aspecto crucial desta nova pele do capitalismo mundial (2006a, p. 1).

Os países capitalistas avançados promovem, então, ajustes que, na esfera ideológica e política, visam desestruturar tudo o que, de alguma forma, possa cercear o livre mercado ou onerar a produção, dificultando a competitividade internacional, bem como, por outro lado, facilitar o livre fluxo de capitais:

- a) Combate ao *Welfare State*, implementação do Estado mínimo, incentivo às privatizações e à redução de custos do trabalho etc. (SAMPAIO JR, 1998, p. 21 ss.);
- b) Abertura econômica que, acompanhada da desregulamentação do fluxo de capitais, rompe as barreiras dos Estados-nação e implanta a mundialização do capital, tanto produtivo como financeiro (CHESNAIS, 1995 e 1996; SAMPAIO JR, 1998, p. 21-23; CANO, 1998, p. 35-59).
- c) Empenho junto ao poder público e nas negociações com os trabalhadores, no sentido da desregulamentação e da flexibilização das relações de trabalho: contratos por tempo determinado, tempo parcial e até mesmo relações de trabalho sem contrato, banco de horas etc. (MATTOSO, 1998, p. 62).
- e) Fuga para regiões que oferecem custos salariais mais baixos, através das deslocalizações (CHESNAIS, 1995, p.16) ou movimentos de realocização (ALVES, 2000, p. 69), do que, no caso brasileiro, é exemplar a recente fuga de empresas da Grande São Paulo para o Nordeste do Brasil, para China e outras regiões.
- f) Aquisições, fusões, incorporações, associações e parcerias de empresas, como estratégia de fortalecimento da capacidade competitiva e como forma de ganhar novos mercados sem a necessidade de efetuar novos investimentos em estruturas de produção (CHESNAIS, 1995, p. 9; ALVES, 2000, p. 101-120).
- g) Compressão estratégica dos níveis de produção, frente à instabilidade e insegurança do mercado, riscos de inflação, incerteza quanto às regras e garantias para investir (BALTAR, 1998, p. 129 ss.).
- h) Arrocho salarial, frente ao excesso de oferta de força de trabalho cada vez mais disponível (ALVES, 2000, p. 247 ss.) ou aumento da superpopulação relativa (MARX, 2003, p. 732-752).
- i) Intensificação do trabalho pelos incluídos, como decorrência da pressão exercida pela superpopulação relativa (MARX, 2003, p. 739-740).

Assim, a reestruturação produtiva é chamada por ALVES (2000, p. 9-10) de *nova ofensiva do capital* para a retomada da acumulação através de estratégias na organização no processo produtivo e na organização do trabalho. Ainda ALVES,

em sua tese de doutorado, assim sintetiza o processo das grandes transformações estruturais na economia mundial, as quais provocam amplos e profundos reflexos sobre o mundo do trabalho:

É a partir da nova (des)ordem capitalista, caracterizada pela instabilidade e inovação contínua, da renovação tecnológica, das novas técnicas de gerenciamento produtivo, da onda neoliberal, da globalização sob a égide do capital, que surgem novas condições para um novo patamar de acumulação do capital, principalmente em decorrência do debilitamento do poder objetivo da classe operária, com o desemprego estrutural (Apud: GOMES, 2004, p. 1).

E ANTUNES corrobora:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...]. A isto se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (2002, p. 31).

FIORI, numa dimensão mais ampla, questiona as falsas promessas da reestruturação política e conservadora do capital, ao longo das três últimas décadas:

Todas as grandes revoluções tecnológicas que mudaram o rumo e a velocidade da expansão do capitalismo passaram invariavelmente por modificações qualitativas no campo das comunicações. E ninguém pode desconhecer a natureza espetacular da mudança ocorrida – depois de 1970 – no campo da microeletrônica, dos computadores e da telecomunicação, assim como seu impacto no funcionamento dos mercados financeiros e das ‘auto-estradas’ de informação. Mas não há nenhuma evidência de que estas modificações tenham alterado as relações sociais e as leis básicas e de longo prazo do sistema capitalista. Hoje, um terço da força de trabalho mundial – algo em torno de um bilhão de pessoas – está sem emprego, mas não vive em “cabanas eletrônicas”, não está no “setor de serviços” nem se dedica, aparentemente, ao ócio criativo. Pelo contrário, o que as estatísticas mostram é que esses milhares de desempregados seguem ligados ao mesmo ‘paradigma do trabalho’, só que agora como trabalhadores precarizados, terceirizados ou subcontratados, com direitos cada vez mais limitados e cada vez mais alheios ao mundo das organizações sindicais. Uma transformação social gigantesca, mas que não foi resultado natural nem muito menos benéfico, das novas tecnologias informacionais. Foi, em grande medida, o resultado de uma reestruturação política e conservadora do capital, em resposta à perda de rentabilidade e governabilidade que enfrentou durante a década de 1970 (2001, p.1).

DUPAS (2001, p. 52-54), com respaldo em FERRER, pondera que a articulação de fordismo, consumo de massa e keynesianismo, expressando uma determinada correlação de forças entre diversas categorias sociais, havia permitido à classe operária a conquista de algumas de suas reivindicações históricas no período do segundo pós-guerra, tendo em vista que o modelo de acumulação capitalista desse período, com base na organização taylorista do trabalho,

demandava mão-de-obra relativamente mais intensiva que, somada a uma grande mobilização e organização dos trabalhadores, permitia condições muito favoráveis de negociação para os sindicatos.

Com a crise de acumulação capitalista e com a incorporação maciça de tecnologias aos processos produtivos, opera-se uma mudança de base na correlação de forças entre as classes sociais, ressurgindo, com força, o conflito entre capital e trabalho, do qual DUPAS destaca três fatores determinantes.

Primeiramente, a emergência de um novo padrão de acumulação pelo uso de capital intensivo em substituição ao trabalho intensivo. De fato, quando o modelo de acumulação se baseava no uso de mão-de-obra intensiva, a situação era mais favorável aos trabalhadores, pois os empresários precisavam do trabalho de grandes massas de trabalhadores/consumidores. Agora, os sindicatos perdem sua força natural e o desemprego estrutural passa a funcionar como disciplinador nato da força de trabalho, pois em decorrência da automação dos processos produtivos e da fragmentação da classe trabalhadora, o poder de barganha dos assalariados passa a sofrer grande erosão.

Em segundo lugar, a flexibilidade conseguida pelo atual modelo permite a racionalização do uso do capital, colocando-o onde há melhores condições de mercado. Assim, é cada vez menor a simetria entre a flexibilidade das condições de produção e as exigências de sobrevivência dos trabalhadores. Pode-se produzir mais ou menos, aqui ou ali, pois a informática e a transmissão de dados em tempo real o permitem, enquanto o trabalhador vive na instabilidade de poder estar ora dentro, ora fora do mercado de trabalho.

Em terceiro lugar, pondera DUPAS, a rearticulação das empresas leva a uma inadequação das estruturas trabalhistas e força uma tentativa malsucedida de rearticulação dos sindicatos. Não obstante os esforços, os sindicatos sofrem grandes dificuldades de se organizar frente à nova realidade, na qual passam a coexistir, numa mesma fábrica, trabalhadores de empresa central e das terceirizadas, frequentemente com salários e condições de trabalho diferentes. Na prática, as empresas vêm tendo condições de se reordenar com maior flexibilidade e rapidez diante das exigências dos novos padrões de acumulação, enquanto os trabalhadores têm dificuldades de se reorganizar para enfrentar as complexas questões geradas pela globalização.

Na análise de VASAPOLLO (2005, p. 15-34), na fase pós-fordista, aumenta, como consequência, de forma rápida, o *trabalho atípico*, em contraposição às formas de trabalho regulamentadas e relativamente estáveis, vigentes durante o período de prevalência do modelo fordista-taylorista, que agora se apresenta da seguinte forma:

- a) Faltam uma ou mais características em relação ao trabalho efetivo, em relação à integração organizativa da empresa, à obrigatoriedade do tempo determinado, ao regime constante de prestação de serviços, à exclusividade na relação e na oferta da disponibilidade temporal.
- b) Surge a necessidade de que o trabalhador especializado alcance um alto grau de adaptabilidade às variações de ritmo, de função e de papel.
- c) Ocorre a falta ou a insuficiência de tutela formativa e contratual, sendo incluídas todas as formas de prestação de serviços, diferentes do modelo padrão, ou seja, do trabalho efetivo, com garantias formais e contratuais, por tempo indeterminado e em tempo integral.
- d) Desaparecem os direitos dos trabalhadores, sendo trocados pelas leis do mercado, pela imposição da qualidade e quantidade em tempo real, tornando-se o trabalho cada vez mais constritivo, obediente e fiel.

A análise de VASAPOLLO, tendo por foco a realidade da União Européia e, em especial, a Itália, focaliza a atipicidade do trabalho em geral, assalariado, que assume diversas formas de precarização, tais como: trabalho em tempo parcial, contratos temporários, terceirização etc. Sua análise, porém, se debruça também sobre o “trabalho autônomo de última geração”, constituído, na maioria dos casos, “de ex-trabalhadores efetivos, agora exercendo atividades de forma precária, sem garantias trabalhistas, que foram despedidos de uma empresa matriz e submetidos aos trabalhos por empreitada”.

A título de conclusão, segundo VASAPOLLO (2005, p. 19 ss.), do processo das grandes transformações estruturais da economia mundial e das estratégias dos empresários resultam, para os detentores do capital, impressionantes aumentos dos lucros e das várias formas de remuneração do capital, enquanto, para os trabalhadores, advêm drásticas consequências, que impactam significativamente o mundo do trabalho, em esfera planetária.

2.2 IMPACTO SOBRE O MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO.

As grandes transformações estruturais na economia mundial impactam significativamente a economia brasileira e o mundo do trabalho brasileiro.

No caso brasileiro, conforme OLIVEIRA (C. A. B., 1998, p. 113 ss.), esse impacto é agravado, por um lado, pela inserção subalterna do país no capitalismo mundial. Por outro lado, pelas condições históricas e sociais, caracterizadas pelo desenvolvimento excludente, heterogeneidade social, história de exclusão social, regressividade na distribuição de renda, omissão ou políticas pouco democráticas do Estado com solução fundiária conservadora, políticas de imigração, estado de bem-estar social pouco desenvolvido, legislação sindical e trabalhista repressivas, dentre outros fatores.

Quando essas condições históricas e sociais brasileiras se somam às transformações estruturais na economia mundial, cuja característica marcante é a de serem poupadoras de força de trabalho viva, o seu impacto sobre o mundo do trabalho é avassalador.

Assim, o processo de reestruturação produtiva, implementado com base no toyotismo, inicialmente restrito, depois sistêmico, caracterizando, segundo ALVES (2000, p. 9-10), uma *nova ofensiva do capital na produção*, produz impactos decisivos sobre o mundo do trabalho brasileiro.

Na seqüência, tendo por base principalmente os estudos de Giovanni ALVES, tanto em seus livros como em artigos mais recentes, são traçadas as linhas gerais do processo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital, no Brasil, nos últimos 30 anos, com a conseqüente deterioração das relações e condições do trabalho, principalmente nos anos 1990, e a emergência mais intensiva das *formas de auto-ocupação dos excluídos do trabalho assalariado*.

2.2.1 Reestruturação Produtiva no Brasil, sob a Mundialização do Capital.

2.2.1.1 Década de 1980: toyotismo restrito.

Segundo ALVES (2000, p. 120 ss.), é a partir da crise da dívida externa, em 1981, deteriorando as contas externas do país e enfraquecendo as condições de

reprodução do capitalismo industrial brasileiro, que se constituem os primeiros impulsos do novo surto de reestruturação produtiva no Brasil.

A década de 1980 caracteriza-se, no Brasil, por altas taxas de inflação e baixo crescimento da economia. Se nos anos 1970, a economia brasileira tem um crescimento médio de 8,8% do PIB, nos anos 1980, essa taxa cai para 3,0% (POCHMANN, 2001). Daí, desde a crise da dívida externa, em 1981, o país permanece à margem do circuito financeiro internacional. A crise do regime militar e a abertura política, num cenário hiperinflacionário, contribuem para que o sindicalismo brasileiro demonstre uma singular combatividade e capacidade de mobilização social (ANTUNES, 1991, p. 87; ALVES, 2000, p. 123-125). Apesar da deterioração macroeconômica, o Brasil ainda é, nessa época, uma economia protegida da concorrência internacional. Entretanto, afirma ALVES (2002, p. 4), “a nova crise de acumulação do capitalismo brasileiro, que se originou em meados da década de 1970 e se desenvolveu na década seguinte, colocou para a grande burguesia a necessidade de uma reestruturação radical da economia e do Estado e do seu modo de inserção no sistema mundial do capital”.

Adota-se, então, segundo ALVES (2000, p. 120), nos anos de 1980, sob a inspiração do Fundo Monetário Internacional – FMI, uma política recessiva. Esta contrai, de modo brutal, o mercado interno (e as importações de bens e serviços) e incentiva as exportações para o mercado internacional, surgindo daí um primeiro “choque de competitividade”, que obriga as grandes empresas, principalmente da indústria automobilística, a adotar, ainda que de modo incipiente e restrito, novos padrões organizacional-tecnológicos.

Para ALVES (2000, p. 121-122), a palavra-chave que marca o discurso empresarial, a partir de então, passa a ser *qualidade*. Instala-se na ordem do dia a necessidade de elevar o nível de *produtividade* e *eficiência*, como condições para enfrentar a nova concorrência internacional. Como instrumentos de implementação do processo de reestruturação produtiva no Brasil, são adotados, ainda que de forma restrita e seletiva, porém persistente, novos padrões organizacionais de matiz toyotista, tendo em vista que o toyotismo constitui, então, o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital. Também são adotadas novas tecnologias microeletrônicas na produção, tendo como objetivo principal aumentar a qualidade, a precisão e a flexibilidade da

produção e o preço para garantir maior competitividade dos produtos no mercado mundial e nacional, dentro dos novos padrões internacionais de competitividade.

Assim, na década de 1980, na visão de ALVES (2000, p. 123), o aumento da competitividade dos manufaturados brasileiros é assegurado por um tripé: a modernização tecnológica das indústrias pela adoção de novos padrões organizacional-tecnológicos, a maturação dos investimentos do II PND que consolida a produção dos bens de capital e eleva a complexidade e a integração da indústria brasileira e proporciona uma importante base para a evolução da economia nos anos 80 e o expressivo aumento da *produtividade do trabalho*, conforme exemplifica ALVES:

Por exemplo, entre 1980 e 1985, a produtividade cresceu 16% e um dos principais responsáveis por esse aumento foi a introdução seletiva de novas tecnologias microeletrônicas na produção, que contribuíram, de certo modo, para aprofundar (e enrijecer) a linha de montagem fordista (sem deixar de considerar que surgiam, ainda que de modo restrito, novos métodos de gerenciamento da produção capitalista de cariz toyotista, tais como o *just-in-time* e *kanban*) (2000, p. 123).

Dentro do novo cenário de concorrência capitalista, que impulsiona uma maior preocupação pela competitividade e produtividade, ressurgiu, segundo ALVES (2000, p. 123-124), o movimento operário num novo patamar de luta de classes, denominado de *novo sindicalismo* dos anos 80, de caráter classista e de combatividade, vinculado à Central Única dos Trabalhadores - CUT, o qual se opõe a qualquer tipo de cooptação ideológica ou política. Esse *novo sindicalismo* não se restringe à mera reação à sanha do capital, voltada para a destruição dos direitos sociais do trabalho. Ele promove uma reação ofensiva da classe trabalhadora, procurando conquistar direitos do trabalho, tais como a organização por local de trabalho, negados pelo modo de desenvolvimento capitalista no Brasil.

E, então, o capital não tarda em reagir à postura ofensiva do *novo sindicalismo* dos anos 1980, principalmente, porque, segundo ALVES (2000, p. 132-133), com o toyotismo restrito, o capital não consegue articular, de modo sistêmico, o que é essencial no espírito do toyotismo – o controle do trabalho e do comportamento operário – a subsunção real da subjetividade operária à lógica do capital, que consiste no gradual e efetivo processo de alienação do trabalhador, que perde a propriedade dos meios e instrumentos de trabalho e produção e, por desdobramento, do produto de seu trabalho, sobretudo dos meios de subsistência.

O real controle sobre todo o processo de trabalho só seria possível a partir da captura da subjetividade operária no interior de um novo espaço de controle do trabalho, constituindo uma nova hegemonia do capital na produção, o que se tornou viável pela introdução daquilo que ALVES (2000, p. 99 ss.) denomina de *toyotismo sistêmico*, fenômeno que caracteriza os anos 1990, denominados de *década neoliberal*.

2.2.1.2 Década de 1990: toyotismo sistêmico.

Nos anos 1990, denominados por ALVES (2002, p. 9) de *década neoliberal*, não obstante a descontinuidade de conjuntura na economia capitalista no Brasil, principalmente no tocante às oscilações no PIB, é perceptível, por um lado, na ótica do capital, um progressivo sistema de novas sinergias para a valorização capitalista, principalmente em sua forma fictícia, como atesta a alta rentabilidade dos bancos. Por outro lado, é perceptível também uma linha de contínua degradação do mundo de trabalho, fruto das políticas neoliberais e do novo complexo de reestruturação produtiva, tanto no sentido objetivo (no tocante à materialidade da organização do trabalho), quanto no sentido subjetivo (principalmente no plano da consciência de classe).

De fato, fracassados os planos de estabilização monetária do governo Sarney (Cruzado I e II e Verão) e a tentativa, malsucedida, de incorporar, na Constituição Federal de 1988, as pretensões reformistas da burguesia liberal, num contexto político de ascensão dos movimentos sociais e da oposição política de esquerda, a vitória das elites liberal-conservadoras, com Collor, em 1989, cria, enfim, segundo ALVES (2002, p. 4-6), as condições políticas necessárias para uma série de reformas do capitalismo brasileiro, voltadas, principalmente, a facilitar o acesso do país aos capitais financeiros internacionais, sedentos de valorização fictícia. Com Collor, inicia-se a assim chamada *década neoliberal* que começa com uma profunda recessão, decorrente dos Planos Collor I e II, levando o PIB a uma queda acumulada de 10% entre 1990 e 1992. Comprometido com a política neoliberal, o governo Collor dá início à abertura comercial, à reforma do Estado, especialmente através do programa de privatização.

No governo Itamar Franco, “o espaço político dominante é ocupado por uma nova composição neoliberal [...] que cria, a seguir, as condições

macroeconômicas para o lançamento do Plano Real, que se demonstra vitorioso em reduzir drasticamente a inflação no país” (ALVES, 2002, p.6).

Com o governo Cardoso, de 1994-1997, “constitui-se, a partir de uma coalizão política liberal-conservadora bastante ampla, uma hegemonia burguesa capaz de articular as elites políticas, regionais e nacionais, num programa econômico voltado para a estabilização monetária e a reforma do Estado capitalista no país” (ALVES, 2002, p. 6). Criam-se, então, novas perspectivas para investimentos privados, internos e externos, porém a política de Cardoso caracteriza-se pela instabilidade estrutural decorrente da política do *stop and go*, determinada pelas flutuações sistêmicas da economia mundial, o que ALVES (2002, p. 6) denomina de *neoliberalismo claudicante*, antecedido pelo *neoliberalismo selvagem* do período Collor de Melo. O governo Cardoso aprofunda a política de abertura comercial e do câmbio sobrevalorizado, contribuindo para o ciclo de falências, fusões e aquisições nas empresas brasileiras e o aprofundamento da desnacionalização da economia brasileira, passando o capital estrangeiro de 36% de faturamento dos 350 maiores grupos do país, em 1991, para 53,5% no final de 1999 (ALVES, 2002, p. 7). As taxas de juros, mantidas num patamar elevadíssimo, saciam a rentabilidade do especulador estrangeiro, sedento de valorização fictícia, enquanto fica prejudicado qualquer crescimento sustentável do investimento produtivo do país.

Daí, ALVES conclui:

É neste cenário de inserção subalterna na mundialização do capital que se acelerou o processo de reestruturação produtiva, aprofundando-se as tendências de transformação da estrutura de produção capitalista. O ‘choque de competitividade’, que percorreu os governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, tornou-se um traço marcante da ‘década neoliberal’. Desde o governo Collor constituíram-se diretrizes voltadas a dar maiores níveis de eficiência operacional, produtividade e competitividade próximas dos paradigmas internacionais (2002, p. 7-8).

[...]

Priorizou-se a alocação privilegiada de recursos financeiros para o desenvolvimento do que podemos denominar de ‘toyotismo sistêmico’, ou seja, a racionalização organizacional de *toda a empresa* segundo os dispositivos toyotistas, com programas de qualidade total, ênfase no envolvimento estimulado da força de trabalho, racionalização das linhas de produção, substituição de processos, além de sistemas de automação e iniciativas voltadas ao aprimoramento tecnológico (2000, p. 99).

Após 1994, o mercado de trabalho no Brasil tendeu a aprofundar seu ajuste estrutural, crescendo, a partir daí, o índice de desemprego aberto, em virtude não apenas das políticas neoliberais, que propiciaram o desmonte de cadeias produtivas da indústria nacional num cenário de crescimento medíocre da economia brasileira, mas do novo complexo de reestruturação produtiva, impulsionado pelo ‘choque de competitividade’ (2002, p. 8).

Evidentemente, segundo ALVES, não se pode atribuir a determinação das transformações do mundo do trabalho no Brasil, nos anos 1990, exclusivamente às políticas neoliberais, porém, na *década neoliberal*:

constata-se o impacto disruptivo do 'choque capitalista' na objetividade do mundo do trabalho no Brasil, seja através das políticas neoliberais (principalmente a abertura comercial com câmbio sobrevalorizado até 1999, que desarticulou cadeias produtivas e promoveu o desemprego em várias regiões industriais), seja por meio do novo complexo de reestruturação produtiva (isto é, o desenvolvimento ampliado de uma nova ofensiva do capital na produção) (2002, p. 10-11).

ALVES (2000, p. 120) esclarece que o toyotismo, inicialmente *restrito* à adoção de novos padrões organizacional-tecnológicos no interior das fábricas, assume, a partir do "choque de competitividade" da *década neoliberal*, uma *dimensão sistêmica* no desenvolvimento do complexo de reestruturação produtiva. Esta se caracteriza, por um lado, pela introdução de novas tecnologias microeletrônicas na produção, e, por outro lado, pelo desenvolvimento de novas formas de organização da produção capitalista, que o autor caracteriza como "*toyotismo sistêmico*, com seus nexos contingentes, tais como: *just-in-time*, *kan-ban*, *kaizen*, terceirização, trabalho em equipe, programas de qualidade total, sistemas de remuneração flexível etc" (2002, p. 11).

Para ALVES (2002, p. 12), o desenvolvimento do novo complexo de reestruturação produtiva contribui, de certo modo, para o aumento da produtividade da força de trabalho no Brasil. Este aumento decorre não apenas de investimentos em capital fixo, mas do incremento da taxa de mais-valia absoluta da força de trabalho, através, por exemplo, do aumento das horas-extras. Evidencia-se, com isso, que, ao contrário do discurso corrente, o aumento da produção não implica no aumento de postos do trabalho. Os dados de 2000 demonstram que, enquanto a produção na indústria aumenta 6,5%, com o Brasil tendo um crescimento do PIB de 4,4%, o nível de ocupação cresce apenas 0,6%. O enxugamento, nos anos 1990, de cerca de 40% do estoque de empregos no setor bancário é exemplo do caráter deletério do novo complexo de reestruturação produtiva.

Esse novo complexo de reestruturação produtiva visa, de fato, à captura da subjetividade da força de trabalho e se impõe pela síndrome do medo, conforme fica evidenciado nas duas subseções que se seguem.

2.2.1.2.1 Toyotismo e a captura da subjetividade da força de trabalho

O novo complexo de reestruturação produtiva possui, como seu “momento predominante”, a lógica do toyotismo enquanto “uma nova forma de organização da produção capitalista que busca constituir uma captura da subjetividade da força de trabalho, um novo tipo de envolvimento estimulado, adequado à nova base técnica da produção de mercadorias” (ALVES, 1999, p. 109).

Daí, segundo ALVES,

para a adoção da nova ideologia orgânica da produção capitalista, tornou-se necessária uma ‘reestruturação da subjetividade da classe’. Por isso, o processo de reestruturação produtiva não pode ser visto apenas em sua dimensão objetivo-material, mas principalmente em seus nexos subjetivo-ideológicos. Ele tende a significar, em última instância, uma metamorfose da subjetividade da força de trabalho, seja em seus aspectos geracionais, seja em seus aspectos político-ideológicos (2002, p.13-14).

No que tange aos *aspectos geracionais*, ALVES constata que o processo de reestruturação produtiva não se restringe à inovação tecnológica ou organizacional no âmbito das empresas, mas ele consiste também na

inovação geracional do trabalho vivo que ocorre através da destruição (e reconstituição) de coletivos compostos por trabalhadores e trabalhadoras de determinada faixa etária com determinado acervo de experiências de vida e de luta de classes, portadores de determinados valores morais e sociais.

[...]

No caso do Brasil, principalmente a partir de 1990, ocorreu uma verdadeira reestruturação de coletivos de trabalho vivo nas empresas, que ‘expulsaram’, através de Programas de Demissão Voluntária (PDV), ou simplesmente demissões sem justa causa, um grande contingente de operários e empregados herdeiros de experiências vividas e percebidas da luta de classes da década anterior.

Enfim, o processo de reestruturação produtiva é, deste modo, um processo de reestruturação de gerações de trabalhadores que constituem os coletivos das empresas.

A nova gestão exige não apenas a ‘captura’ da subjetividade, no sentido de buscar envolver operários e empregados com os novos ideais de produtividade e desempenho, mas a constituição de novos coletivos de trabalho vivo, novas subjetividades etárias, sem vínculos com experiências passadas de luta ou de resistência de classe (2006a, p. 1).

Trata-se, portanto, segundo ALVES (2006a, p. 1), da “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital, onde o esquecimento de experiências passadas, o apagar de memória de lutas e resistências e a construção ídeo-política de um novo modo de colaboração e de consentimento com os ideais empresariais, a adoção de uma nova linguagem empresarial, onde o trabalhador deixa de ser chamado de “operário” ou “empregado” e passa a ser “colaborador”, são parte do

novo metabolismo social, da organização do tempo de trabalho e do tempo de vida, isto é, do cotidiano, adequada à nova produção (e reprodução social) capitalista.

No que tange aos aspectos *político-ideológicos*, ALVES (2006b, p. 1) demonstra que as inovações toyotistas que ocorrem no local de trabalho têm sua base reprodutiva no cotidiano de homens e mulheres. Embora o toyotismo diga respeito a inovações empresariais e, portanto, tenha origem na fábrica, não se restringe a esta. Ele se sustenta em novas formas sócio-metabólicas que se desenvolvem fora da empresa, através da linguagem, de manifestações culturais e midiáticas (internet, televisão, imagens, celulares e os mais diversos aparatos eletrônicos portáteis de processamento de textos e informações), fazendo o tempo livre ser uma extensão da empresa e as tarefas do trabalho invadir a esfera doméstica.

ALVES (2002, P. 14) constata que a base reprodutiva do *toyotismo sistêmico* dissemina-se, no Brasil dos anos 1990, para governos, escolas, cursos, literatura, políticas governamentais de formação profissional (a exemplo do discurso da “empregabilidade” no Plano Nacional de Formação Profissional – Planfor, do Ministério do Trabalho e Emprego) de modo que o “espírito do toyotismo” assumiu uma forma institucional, nos anos 1990, fato que o autor assim descreve:

Governo, escolas e sindicatos passaram a incorporar o discurso da nova pedagogia empresarial, articulando, por exemplo, em torno do conceito da ‘empregabilidade’, as noções de competências e novas habilidades cognitivas e comportamentais necessárias para a nova produção capitalista. Constitui-se todo um complexo de aparelhos ideológicos privados e públicos que buscam disseminar, através de cursos e treinamentos a ‘nova racionalidade’ da produção capitalista sob a mundialização do capital, o que implica construção de uma nova linguagem e sintaxe das práticas do trabalho. Na verdade, o objetivo, em última instância, é capturar a subjetividade do trabalho e não apenas a consciência de classe (2001, p. 39).

Para ALVES (2002, p. 14), com o desenvolvimento do *toyotismo sistêmico* nos anos 1990, tende a disseminar-se uma literatura não-crítica e quase apologética do “novo modelo produtivo”, ocultando o verdadeiro sentido da nova ideologia do toyotismo, que é de reconstituir a exploração capitalista de acordo com as implicações objetivas e subjetivas do novo regime de acumulação flexível do capital.

No Brasil, o próprio poder público assume, durante a *década neoliberal*, frente à investida do capital sobre o trabalho, uma postura favorável aos interesses do capital, promovendo profundas mudanças no mundo de trabalho assalariado, na

perspectiva da retirada de direitos trabalhistas e da precarização das relações e condições de trabalho.

QUADRO 1 - FLEXIBILIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA BRASILEIRA, NO GOVERNO FHC

DISPOSITIVO LEGAL	EMENTA
MP Nº 1053, convertida na Lei nº 8.542.	Determina a “livre negociação” entre as partes, proibindo a indexação dos salários, extinguindo, na prática, a política salarial.
Lei nº 8.849, de dezembro de 1994.	Regulamenta as cooperativas, traindo o PL proposto pelos setores populares, que visava estimular formas solidárias de trabalho e favorecendo a criação de milhares de falsas cooperativas, as “cooperगतos”.
Lei nº 9.032, de maio de 1995.	O PL, apresentado pelo governo, visava, em regime de urgência, tratar de reajuste salarial, mas, de forma subliminar, promove alterações na lei sobre benefícios previdenciários, substituindo o salário contribuição pelo salário benefício e reduzindo em 50% o valor do auxílio-acidente.
Portaria nº 865, de setembro de 1995	Editada pelo Ministério do Trabalho, impediu a atuação das empresas por desrespeito às convenções trabalhistas, determinando que, em vez de multas, os fiscais apenas registrassem a ocorrência de práticas ilegais
Lei nº 9.300, de 1996.	Reduz o valor das indenizações dos assalariados rurais, excluindo das verbas rescisórias a incorporação das parcelas pagas <i>in natura</i> durante a relação trabalhista.
Decreto nº 2.100, de dezembro de 1996	O governo denuncia a Convenção 158 da OIT, retirando do direito brasileiro a norma mundial que limita a demissão imotivada.
Portaria nº 2, de maio de 1996.	Dobra o tempo de serviço temporário de 3 para 6 meses e flexibilizou os critérios para a contratação, atendendo solicitação das empresas locadoras de mão-de-obra.
Lei nº 9.525, de 1997	De iniciativa do governo, aprovada em regime de urgência, sem consulta às entidades representativas, fixou a possibilidade de dividir as férias dos servidores públicos federais em até 3 etapas.
MP nº 1.523, convertida na Lei nº 9.528, de 1997	Cria uma nova modalidade de extinção de contrato de trabalho, a partir da solicitação de aposentadoria proporcional e limitou o acesso do trabalhador ao benefício previdenciário do auxílio-acidente.
MP nº 1.530, convertida na Lei nº 9.468, de 1997.	Institui o Plano de Demissão Voluntária dos servidores federais, sendo depois seguida pelos estados e municípios.
Lei nº 9.527, de dezembro de 1997	Eliminou ou modificou 53 artigos da Lei 8.221, de 1990, retirando vantagens do regime jurídico único dos servidores públicos federais.
MP nº 1539, renumerada para 1.619 e 1.698 e convertida na Lei nº 10.101	Regulamenta a Participação nos Lucros e Resultados, sem incorporação aos salários e benefícios, sendo meio eficaz de flexibilização da remuneração. Permite o trabalho dos comerciários aos domingos.
MP nº 1.415, convertida na Lei nº 9.971	Reeditada desde 1996, fixa o valor do salário mínimo sem observar os parâmetros constitucionais.
Lei nº 9.601, de 1998	Institui o “contrato por tempo determinado” ou “contrato temporário”, que não dá ao trabalhador, na demissão, direito a aviso prévio e à multa de 40% sobre FGTS. O FGTS é reduzido de 8% para 2%, assim como as contribuições para o INCRA, salário-educação, seguro-acidente e “Sistema S”. Permite a jornada semanal superior a 44 horas, sem pagamento de horas extras. Cria a figura do “banco de horas”.
MP nº 1.709, renumerada para 1.779 e 2.168.	Vigorando desde 1998, cria a figura do contrato parcial de trabalho, permitindo a jornada semanal de no máximo 25 horas, com redução proporcional de salário e do tempo de férias.
MP nº 1.726, de 1998	Institui a “demissão temporária”, com suspensão do contrato de trabalho por 5 meses, sendo o “demitido”, nesse período mantido pelo seguro-desemprego custeado pelo Fundo de Amparo ao trabalhador – FAT.
Lei nº 9.608, de 1998.	Define o serviço voluntário como uma atividade não empregatícia, sem custos trabalhistas.
Lei nº 9.957, de 2000	Cria o “procedimento sumaríssimo” nas ações judiciais com valor inferior a 40 salários mínimos.
Lei 9.958, de 2000	Cria as comissões paritárias de conciliação prévia que inviabilizam a reclamação dos direitos na Justiça.
MP nº 1.960, convertida na Lei nº 10.206, de março/2001	Num ajuste do Plano Real, proíbe a indexação salarial e a correção automática dos salários (o “gatilho”)
MP 2.104, convertida na Lei nº 10.208, de 2001	Introduz a “possibilidade” do empregado doméstico receber FGTS e seguro-desemprego, por opção do empregador.
MP nº 2.107, de dezembro de 2000	Cria dispositivo que dificulta o acesso de advogados ao pagamento, em processo judicial, da dívida trabalhista relativa ao FGTS.

FONTE: BORGES (2002, p. 67-71).

O desmonte da legislação trabalhista brasileira se efetiva, segundo BORGES (2002, p. 64), de forma especialmente intensiva, no decorrer do Governo FHC, o qual, já por ocasião da sua posse, em 1995, deixa explícito que sua missão era “acabar com a era Vargas”, promessa que ele cumpre mediante a implementação de uma ampla lista de retrocessos na legislação trabalhista brasileira, promovendo, mediante leis, decretos, medidas provisórias ou portarias ministeriais, um elenco de iniciativas direcionadas à fúria flexibilizadora das relações de trabalho, conforme revela o QUADRO 1. Além da lista de retrocessos, consolidada no QUADRO 1, ocorrem no governo FHC, inúmeros ataques contra a Justiça do Trabalho (rito sumaríssimo, comissões de conciliação prévia, fim dos juízes classistas), contra o sindicalismo, contra o direito de greve etc.

2.2.1.2.2 Lógica toyotista e a síndrome do medo

Mas, como as forças capitalistas, dentro do processo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital, conseguem implantar, de forma sistêmica, a ideologia toyotista?

ALVES (2002, p. 15) explica que isto se dá pela “síndrome do medo”, imposta à força de trabalho pela ameaça da perda de emprego ou da precarização das relações e condições de trabalho:

Se o ‘modelo japonês’ sustentava-se em contrapartidas salariais e institucionais (a constituição de um mercado interno com perspectiva de carreira nas grandes empresas e emprego vitalício, por exemplo), o toyotismo que se constituiu como ideologia orgânica universal da produção capitalista, no decorrer dos anos 1990, tendeu a sustentar-se em contrapartidas de mercado, articulando um novo consentimento do trabalhador assalariado por meio de disposições anímicas regressivas.

A busca do consentimento ativo da subjetividade do ‘trabalho vivo’, faz-se, em última instância, pela síndrome do medo, cujo substrato objetivo é dado pela constituição de um precário mundo do trabalho, diante do qual, a consciência dos operários e empregados tende a caracterizar-se pelo consentimento e acomodação diante das novas condições de exploração da força de trabalho instituídas pelo capital. Cobra-se uma disposição integral, sem contrapartidas salariais ou contratuais.

[...]

A precarização heteróclita² que se disseminou nos anos 1990, no Brasil, e que atingiu o ‘núcleo moderno’ de assalariados, catalisando a síndrome do medo, [...] tornou-se perceptível, não apenas pelo desemprego em massa, mas principalmente, pela tendência contínua de precarização do estatuto salarial da força de trabalho no Brasil.

² Entende-se por *heteróclita* a precarização decorrente dos movimentos do capital procedentes de fora do Brasil, tendo em vista que a reestruturação produtiva e os ajustes neoliberais no Brasil não são endógenos, mas sim, reflexo do processo de ajustes do capital mundial (Comentário do autor).

Ainda segundo ALVES (2002, p. 15), em decorrência da síndrome do medo, a “socialização” do toyotismo tende a ser, sob a mundialização do capital, totalmente dissocializadora, debilitando a perspectiva (e a subjetividade) de classe, levando à “corrosão do caráter” (SENNET, 1999), atingindo o núcleo estruturado do contingente de trabalhadores assalariados, detentores dos direitos trabalhistas, ligados a grandes empresas e sua rede de subcontratação.

A degradação do mundo do trabalho, no Brasil, nos anos 1990, atinge, segundo ALVES (2002, p. 16), não apenas o setor privado da economia brasileira, mas também o setor público. Desde Collor e, principalmente, com o governo Cardoso, a administração pública torna-se alvo das políticas neoliberais de desmonte do Estado. Sob as políticas neoliberais, o Estado deixa de ser indutor de políticas públicas e de investimentos sociais, cabendo-lhe apenas as atividades de regulador e fiscalizador da iniciativa privada.

No caso brasileiro, conforme já mencionado anteriormente, dadas as condições históricas e sócio-econômicas estruturais do período colonial mal resolvidas, a inserção capitalista subalterna tardia, a desigualdade e exclusão social, a introdução da lógica toyotista tende a aprofundar, ainda mais, o processo de deterioração das relações e condições de trabalho.

2.2.2 Nova Configuração do Mundo do Trabalho, no Brasil, na *Década Neoliberal*

A partir do desenvolvimento sistêmico de um novo complexo de reestruturação produtiva, sob a mundialização do capital, desenha-se a configuração do *novo (e precário) mundo do trabalho*, que se estrutura, no Brasil, na *década neoliberal*, sendo assim descrito por ALVES:

Na ‘década neoliberal’, surgiu uma nova configuração do mundo do trabalho no Brasil. Ela desenvolveu-se articulando as dimensões do ‘novo’ e as do ‘precário’ mundo do trabalho. O desenvolvimento do toyotismo sistêmico tendeu a acirrar o contraste entre as formas ‘arcaicas’ e ‘modernas’ de exploração da força de trabalho. Por um lado, a constituição de um núcleo de novos operários e empregados ligados às corporações industriais e de serviços mais dinâmicas, e, por outro lado, o desenvolvimento de uma precarização heteróclita da força de trabalho, que se caracteriza, não apenas pelo desemprego de massas e pela inatividade, mas pela degradação de estatutos salariais e a proliferação de trabalhos temporários, seja nas atividades industriais ou de serviços (2002, p. 16).

ALVES (2002, p. 16-26) visualiza no *novo (e precário) mundo do trabalho*, surgido, no Brasil, na *década neoliberal*, cinco principais manifestações, explicitadas

a seguir: a nova força de trabalho industrial e de serviços, constituída pelos trabalhadores *centrais* ou *permanentes*; o precário mundo do trabalho, constituído pelos trabalhadores *periféricos*; o crescimento do desemprego aberto; os trabalhadores assalariados e por conta própria nas atividades de serviço e a fragmentação de classe e crise do sindicalismo no Brasil.

2.2.2.1 Nova força de trabalho industrial e de serviços: trabalhadores *centrais*.

A partir do novo complexo de reestruturação produtiva, foi se constituindo uma nova força de trabalho, industrial e de serviços, com trabalhadores com maior qualificação, que passa a atuar na lógica toyotista, a exemplo das categorias dos metalúrgicos e dos bancários, adquirindo caráter de *centralidade* em relação ao foco das empresas, tendendo a tornar-se seu quadro permanente.

Segundo dados da RAIS do período de 1994-1999, em termos relativos, essa nova força de trabalho, industrial e de serviços, com estatuto salarial formal, passa, de fato, a ter maior estabilidade no emprego. Entretanto, a condição de centralidade em relação ao foco de atuação das empresas não lhe confere equivalente compensação salarial, o que, na prática, constitui precarização da renda, conforme atesta ALVES:

Apesar disso, a característica estrutural do capitalismo hipertardio no Brasil, a superexploração da força de trabalho, não apenas persistiu, mas ampliou-se com o novo complexo de estruturação produtiva, tendo em vista que o ganho de produtividade alcançado por uma força de trabalho mais qualificada e comprometida em executar, com mais intensidade, suas tarefas, não correspondeu a um aumento do salário real. Na verdade, na 'década neoliberal', a remuneração salarial *não* acompanhou o ganho de produtividade alcançado. De modo geral, acentuou-se a queda da participação dos salários no PIB, de 45%, em 1990, para 37%, em 1999, em contraste com o crescimento da produtividade da indústria, em média, no Brasil, de 2,53%, entre 1991 e 1998 (Um detalhe: esse ritmo foi parecido ao da economia norte-americana sob a nova economia, cuja produtividade crescia 2,65% por ano desde 1995) (2002, p.17).

2.2.2.2 Mundo do trabalho precarizado: trabalhadores *periféricos*.

Contraopondo-se à nova força de trabalho industrial e de serviços, constituída pelos assalariados *centrais* ou *permanentes* das empresas, existe o *mundo do trabalho precarizado*, composto pelos trabalhadores não essenciais às

empresas, também chamados de *periféricos*, em geral ligados à terceirização, contingente que ALVES assim caracteriza:

Se, por um lado, é perceptível a constituição de um contingente restrito de novos operários e empregados ligados a conglomerados industriais e de serviços, com estatuto salarial formal, por outro lado, tendeu a ampliar-se o contingente do proletariado industrial e de serviços mais precário, constituído pela força de trabalho das suas redes de subcontratação. O crescimento exacerbado da terceirização na indústria e nos serviços contribuiu para a constituição ampliada do precário mundo do trabalho (2002, p. 18).

São exemplos desse *precário mundo do trabalho* (ALVES (2002, p.18-19):

- a) A disseminação das cooperativas de trabalho, muitas delas constituídas para burlar a legislação trabalhista.
- b) O crescimento das empresas de trabalhos temporários e de trabalhadores domésticos, demonstrando a crescente inserção precária de trabalhadores no mercado de trabalho, que vendem sua força de trabalho por tempo parcial e determinado, sem previdência social, e, portanto, sem aposentadoria e sem auxílio-doença, perfazendo, segundo indicadores sociais de 2000, cerca de 38,7 milhões de trabalhadores, ou seja, cerca de 60% dos trabalhadores ocupados do setor privado.
- c) O aumento do comércio ambulante e do trabalho por conta própria precarizada, nas regiões metropolitanas e cidades médias, aparecendo como atividade permanente ou imposta pelo mercado a um contingente de trabalhadores desempregados, subempregados e migrantes de áreas rurais, expressando a existência de um desemprego oculto que acompanha o desemprego aberto no Brasil.

É nesse contexto de precarização da força de trabalho que, segundo ALVES (2002, p. 18), é possível compreender o aumento da informalização nos anos de 1990. Não obstante suas múltiplas e complexas determinações sociológicas, esse aumento de informalização constitui a expressão contingente da tendência de contínua precarização da força de trabalho no Brasil, como decorrência do novo complexo de reestruturação produtiva, que através da terceirização, contribui para o crescimento de pequenas e médias empresas nas redes de subcontratação, as quais, por sua vez, também subcontratam, precarizando, progressivamente, as relações e condições de trabalho.

2.2.2.3 Crescimento do desemprego aberto.

Segundo ALVES, (2002, p. 19), “a dimensão de precarização heteróclita articula-se com o crescimento do desemprego em suas várias dimensões (aberto ou oculto)”. Se, em 1996, há 4,784 milhões de desempregados, em 1999, há 7,230 milhões. Nas regiões metropolitanas, o desemprego aumenta de 9,5%, em 1996, para 14%, em 1999.

POCHMANN (2000) corrobora: “Se nos anos 1980, o desemprego cresceu a uma taxa média anual de 3,8%, entre 1989 e 1999, o volume de desempregados cresceu a uma taxa média anual de 15,4%, significando que, a cada dois postos de trabalho criados surgia mais um novo desempregado”.

E CARDOSO (2000, p. 65) complementa, referindo-se especificamente aos metalúrgicos do ABC paulista e seu destino:

Dos 290 mil pessoas que perderam o emprego metalúrgico no ABC, no período de 1989 a 1997, só metade conseguiu retornar ao mercado de trabalho formal. Dos 50% que conseguiram emprego, 5% foram para o comércio, 10% para a área de serviços, 17% retornaram à indústria automobilística e 18% recolocaram-se em postos de trabalho do setor metalúrgico. Os outros 50% estão desempregados ou caíram na informalidade.

2.2.2.4 Trabalho assalariado e por conta própria nas atividades de serviços.

ALVES (2002, p. 20-22) avalia que, no bojo do *novo (e precário) mundo do trabalho*, não obstante a significativa queda da ocupação na administração pública, destaca-se o crescimento relativo dos trabalhadores assalariados e por conta própria nas atividades de serviços. Este fato ocorre em decorrência do(a):

- a) dinâmica da produção industrial, que passou a incorporar novas tecnologias microeletrônicas, exigindo mais serviços de pesquisa e desenvolvimento, de manutenção e assistência técnica, logística de produção, a terceirização de atividades de serviços na indústria (serviços que, anteriormente, eram considerados industriais, por fazerem parte do rol de atividades das fábricas), a privatização dos serviços de telecomunicações, investimentos no setor de tecnologia de informação e outros;

- b) crescimento da necessidade de investimentos nas áreas de educação e saúde, espaço aberto à exploração do capital pelo desmonte do Estado e dos serviços públicos, passando a proliferar o ensino privado, a disseminação de planos de saúde e outros;
- c) proliferação de organizações não-governamentais e cooperativas de trabalho, que também passam a preencher os espaços abertos pelo desmonte das políticas públicas;
- d) crescimento dos negócios ilícitos de serviços nas áreas de tráfico de drogas, armas etc, fenômeno que não pode ser captado pelos indicadores sociais, mas é fortemente perceptível que o “crime organizado” cresce e viceja diante da mercantilização exacerbada das relações sociais e do desmonte do poder público;
- e) crescimento, em consequência da precarização heteróclita, de mulheres na PEA, não só pela busca da independência financeira por parte das mesmas, mas, principalmente, pelo crescimento do desemprego masculino, pelo crescimento de mulheres como chefes de família, ou ainda, como parceiras de renda familiar, recebendo elas remuneração pior que a dos homens e concentrando-se no mercado informal, sobretudo no trabalho doméstico.
- f) crescimento explosivo de 112% dos serviços de vigilância e guarda, o maior dentre as atividades, entre 1985 e 1995, frente ao crescimento do crime organizado e da insegurança generalizada (IPEA, 1998).

2.2.2.5 Fragmentação de classe e crise do sindicalismo no Brasil

Com base na análise de ALVES (2002, p. 22) de que “durante a *década neoliberal* ocorreu uma ‘implosão’ dos núcleos mais organizados da classe [...], tornando-se objeto de uma nova ofensiva do capital na produção”, constata-se que, por exemplo, as categorias de metalúrgicos e bancários, que se destacam, nos anos 1980, como vanguardas da resistência sindical, têm, nos anos 1990, significativas perdas de postos de trabalho, seja devido à nova ofensiva do capital na produção, seja devido às políticas neoliberais.

De fato, segundo ALVES (2002, p. 22), as sucessivas conjunturas de flutuação na atividade da economia brasileira e o complexo de reestruturação produtiva, especialmente com a terceirização, conseguem promover uma fragmentação objetiva dos núcleos mais organizados da classe, expondo sua fragmentação subjetiva e política. Daí, no tocante à práxis sindical, surge uma nova postura, nos anos 1990, no campo da esquerda social-democrata, pela CUT, e no campo da direita, pela Força Sindical, que passam a incorporar práticas sindicais *defensivistas de novo tipo*, buscando resistir de modo propositivo (quando não de adesão sistemática, como é o caso da Força Sindical) à ofensiva neoliberal.

A origem do *defensivismo de novo tipo* é assim identificada por ALVES:

De modo geral, na irrupção da década neoliberal, a derrota política da Frente Brasil Popular, em 1989, e o desenvolvimento sistêmico de um novo regime de acumulação flexível, sob o primado do toyotismo como nova ideologia orgânica da produção capitalista, além do débâcle do 'socialismo real' (com a implosão do bloco soviético, a queda do muro de Berlim e o desaparecimento da URSS) e do clima político ideológico pró-capitalista (a exuberância da ideologia da globalização sob a hegemonia americanista) contribuíram para a consolidação política de tendências moderadas e defensivistas no seio do sindicalismo cutista e para o surgimento de tendências liberais no sindicalismo brasileiro (a criação da Força Sindical ocorreu em 1991, num contexto de reação política no país). Na verdade, criou-se um caldo defensivista de novo tipo, capaz de garantir a sobrevivência de bases sindicais e de seus aparatos burocráticos sob a ofensiva do capital (de práticas de resistência passou-se à formulação de novas estratégias sindicais e políticas) (2000, p. 302)

Como já foi explicitado anteriormente, o toyotismo representa, não apenas um novo modo produtivo em si, mas uma nova ideologia orgânica da produção capitalista, adequada às condições de crise do sistema sócio-metabólico do capital, o qual pressupõe a derrota política e ideológica dos intelectuais orgânicos da classe (sindicatos classistas e partidos). É nesse contexto depressivo de militância antagônica à lógica do capital que, na visão de ALVES (2002, p. 24), passam a predominar as políticas de sindicalismo propositivo de cariz neocorporativo e de participação.

Ligado principalmente aos *trabalhadores assalariados centrais*, esse tipo de sindicalismo mantém e reforça o corporativismo, desenvolvendo “estratégias sindicais propositivas de cariz neocorporativo no interior do sindicalismo [...], com claro esvaziamento da perspectiva classista” (ALVES, 2000, p. 275), o que equivale a um *defensivismo de novo tipo* (ALVES, 2000, p. 275), pelo qual o sindicalismo assume a postura de *influência propositiva* (ALVES, 2000, p. 329 ss), uma espécie de ganha-ganha, porém, na lógica do capital, o que, na prática, dentro da

perspectiva toyotista, equivale a “uma nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital” (ALVES, 2000, p. 29 ss.). Estes trabalhadores, *centrais* ou *permanentes*, são, em sua maioria, cooptados pelo capital em troca da manutenção de alguns privilégios.

Como consequência, desenvolve-se, a partir 1990, uma crise do sindicalismo no Brasil, caracterizada pela queda da taxa de sindicalização e pela diminuição da eficácia da ação sindical. Para RODRIGUES (1999), “o novo sindicalismo dos anos 1980 tende a perder sua dimensão política, de prática de classe de cariz antagonista diante do capital, assumindo um caráter pragmático-neocorporativista, mais circunscrito à segmentação setorial ou por empresa”, o que se manifestou sob três sintomas, segundo ALVES (2002, p. 24):

- a) O aumento da participação do Poder Judiciário nas relações trabalhistas, com a transferência crescente das negociações para a Justiça do Trabalho, num contexto político de ofensiva neoliberal pela desregulamentação da legislação trabalhista.
- b) A descentralização das negociações coletivas, tentando, a partir de 1994 (Plano Real e estabilização monetária e a ameaça constante do desemprego e da precarização), evitando greves gerais por categoria, passando a predominar as negociações coletivas e greves por empresa.
- c) A tendência crescente, na *década neoliberal*, da maior participação dos sindicatos nos fóruns de políticas públicas e fóruns tripartites de discussão sobre a capacitação tecnológica e a qualificação profissional. Esta atitude revela, inclusive, a crise do sindicalismo e a busca de dar sentido à sua prática política, intervindo em instâncias da burocracia pública estatal, o que tem sido facilitado pelo acesso das centrais sindicais a fundos públicos, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, para qualificação profissional na lógica do *toyotismo sistêmico*.

Por outro lado, o segmento dos *trabalhadores assalariados periféricos*, relegado majoritariamente à terceirização, submete-se, segundo ALVES (2000, p. 285 ss.), ao subemprego, à precarização das relações e condições de trabalho, perdendo direitos adquiridos mediante negociações coletivas históricas da categoria, ainda que esses trabalhadores, na condição de terceirizados, continuem atuando na mesma empresa e na mesma atividade. Perdem poder de barganha, não só pela

“síndrome do medo”, mas também pelo fato de suas lutas não terem destinatário claro, tendo em vista que seu patrão não é o do local de trabalho.

Quanto, porém, aos desempregados e aos “excluídos do trabalho assalariado” (TIRIBA, 2001, p.19), a situação é ainda pior, tendo em vista que a estrutura sindical vigente, criada para atuar nas relações entre capital e trabalho, num contexto de trabalho assalariado, não tem condições e, na maioria das vezes, interesse em organizar e representar esse segmento.

2.2.3 Conseqüências da Precarização do Trabalho na *Década Neoliberal*

Portanto, a *década neoliberal* representa a ampliação do vácuo organizativo do mundo do trabalho no Brasil. Ela dá origem, segundo ALVES (2000, p. 101), a “um novo (e precário) mundo do trabalho, caracterizado pelo desemprego e subemprego, pela precarização das relações e condições de trabalho e pela fragmentação de classe, no interior do pólo ‘moderno’ do proletariado brasileiro”. Desenvolve-se, a partir daí, entre outras conseqüências, “uma crise do sindicalismo brasileiro, cuja principal característica é a debilitação da postura classista e da consolidação de práticas sindicais neocorporativas de cariz propositivo”.

Ainda segundo ALVES (2006b, p. 1), não obstante o discurso modernista e aparentemente inclusivo em relação aos trabalhadores, a reestruturação produtiva da *década neoliberal* destrói milhares de carreiras profissionais, desemprega multidões de trabalhadores, precariza as relações e condições de trabalho, ao tempo em que dissemina as sub-ideologias do *empreendedorismo* e da *empregabilidade*, exigindo que homens e mulheres não-empregados se tornem empresas de si próprios. Assim, a década de 1990, a *década neoliberal*, torna-se a década da precarização do trabalho e da nova precariedade, no Brasil, implementadas através da “síndrome do medo”.

As conseqüências desta precarização das relações e condições de trabalho no Brasil, na *década neoliberal*, se manifestam, em síntese, dentre outros, pelos seguintes fenômenos:

- a) Redução da demanda por força de trabalho tradicional, mormente a industrial, motivada pela utilização, por parte das empresas, do processo de *racionalização defensiva* que, num período recessivo da economia

brasileira (início dos anos 80), leva à demissão em massa de operários, sob a alegação de redução de custos, e também como forma de demitir lideranças operárias de destaque (ALVES, 2000, p. 67-68 e 126 ss.).

- b) Ampliação dos trabalhadores por conta própria (TIRIBA, 2001, p.18) e o aumento da informalidade (IBGE/SEBRAE, 2005, p.23), segmentos denominados por TIRIBA (2001, p.19) de “excluídos do trabalho assalariado”, em decorrência da intensificação do processo de desassalariamento (BALTAR, 1998, p. 129 ss.; KRAYCHETE, 2000, p.18) e das crescentes taxas de desemprego, motivados, dentre outros fatores, pela “introdução de inovações tecnológicas com o fim de elevar a produtividade e reduzir o trabalho vivo incorporado à produção [...]” (MATTOSO, 1998, p.65).
- c) Desemprego estrutural, com taxas significativas e crescentes, causado pelo excesso de oferta de força de trabalho, excluída pela *produção enxuta* e pela cada vez maior exigência de qualificação (MATTOSO, 1998, p. 62 ss.; BALTAR, 1998, p. 129 ss.; ALVES, 2000, p. 247 ss. e 259-264).
- d) Desregulamentação e a flexibilização das relações de trabalho (BALTAR, 1998a, p. 147-161; SIQUEIRA NETO, 1996, p. 327 ss.), dado o enfraquecimento e o desvirtuamento do movimento sindical de trabalhadores (ALVES, 2000, p. 275-301).
- e) Forte aumento da produtividade do trabalho, devido aos intensos processos de inovação tecnológica e aos novos métodos de produção. Estes trazem, como consequência, a redefinição do mercado de trabalho e produzindo, por um lado, a diminuição dos empregos, muito maior que a criação de novas oportunidades de trabalho e, por outro lado, o aumento dos ritmos e dos encargos dos trabalhadores empregados, sem responder com iguais incrementos de salários reais ou correspondentes reduções da jornada de trabalho (VASAPOLLO, 2005, p. 19 ss.).
- f) Precarização das relações de trabalho (POCHMANN, 2004, p.188 ss.; POCHMANN, BORGES, 2002, p. 45 ss.), fruto do processo de desregulamentação dos direitos sociais e da flexibilização das relações de trabalho (SIQUEIRA NETO, 1996, p.327 ss.; MATTOSO, 1998, p. 62),

possibilitadas pelo enfraquecimento do movimento sindical de trabalhadores que perde o poder de barganha, diante da necessidade de assegurar postos de trabalho, ainda que precários, ao invés de lutar por avanços e melhorias salariais e das relações e condições de trabalho (ALVES, 2000, p. 295 ss.). Surgem, então, as mais diversas formas de trabalho precarizado, que VASAPOLLO (2005, p. 15 ss.) denomina de *trabalho atípico*, em relação ao modo padrão de produção capitalista.

- g) Precarização qualitativa do trabalho, decorrente do processo das fusões, incorporações, aquisições, associações e parcerias entre empresas. Este processo, segundo MARQUES (1998, v.10), em relação aos países com inserção subalterna no capitalismo mundial, como o Brasil, e frente aos processos da *informacionalização* ou *desmaterialização* dos produtos e processos, traz, como complicador, em relação à força de trabalho, a tendência de as empresas transnacionais concentrarem, nos seus países-sede, o trabalho intensivo em informacionalização (tecnologia), o trabalho de concepção, qualificado. Por outro lado, descentralizam para os países periféricos as atividades mais intensivas em trabalho direto sobre a matéria, menos qualificado, menos durável, mais barato e com número de postos de trabalho sempre mais reduzido pela automação.

Nas palavras de MATTOSO, esse quadro de deterioração das relações, condições e oportunidades de trabalho provocou desemprego, redução salarial, informalização, dessalariamento, acompanhados de um conjunto de inseguranças:

Insegurança do emprego, pela redução do emprego industrial, de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da maior subcontratação de trabalhadores temporários, por tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, trabalho a domicílio ou independente, aprendizes, estagiários etc.

Insegurança da renda, resultante, por um lado, do distanciamento da relação salário/ produtividade que favoreceu um movimento crescentemente variável, instável ou sem garantia dos rendimentos do trabalho. Por outro lado, a reestruturação setorial do emprego, as maiores disparidades salariais e desigualdades entre os trabalhadores permanentes e periféricos, a redução das provisões da seguridade social e o menosprezo da tributação como mecanismo distributivo favoreceriam a deterioração da distribuição da renda e do crescimento da pobreza.

Insegurança na contratação, observada pela tendência à negociação e à regulação do trabalho através de formas mais individualistas e promocionais, em contrapartida às anteriores tendências coletivas e de proteção. Cresceu a contratação descentralizada, especialmente em nível de empresa, e ampliaram-se as formas de contrato em tempo determinado, tempo parcial e até mesmo relações de trabalho sem contrato, o que terminou por favorecer uma maior segmentação do mercado de trabalho.

Insegurança na representação dos trabalhadores, mediada por meio da acentuada redução dos níveis de sindicalização ocorrida na década de 80 e representando o deslocamento da participação das organizações de trabalhadores nos eventos sociais, além do enfraquecimento de suas práticas de conflito e negociação. Ampliou-se a insegurança na organização dos trabalhadores, colocando-se suas organizações na defensiva, na grande maioria dos casos, reduzindo-se seus níveis de sindicalização (1998, p. 62-63).

Portanto, no Brasil, às precárias formas de trabalho, oriundas da sua inserção subalterna no capitalismo mundial e pela história da formação do seu mercado de trabalho, somam-se os trabalhadores desempregados pelo processo da reestruturação produtiva de caráter flexível e neoliberal, as formas de *trabalho atípico* da fase pós-fordista, decorrentes da legislação precarizadora dos incluídos, conforme demonstra o QUADRO 1, e se intensificam muitas outras formas de *trabalho atípico*, no âmbito dos *excluídos (ou nunca incluídos) do trabalho assalariado*, formas alternativas de auto-ocupação econômica, típicas da assim chamada *economia popular*, cuja emergência mais intensiva se faz sentir, no Brasil e na América Latina, sobretudo nos últimos 25 anos.

2.3 RECENTE RESSURGIMENTO DA ECONOMIA POPULAR NO BRASIL

Em síntese, portanto, frente às transformações estruturais da economia mundial e ao impacto do processo de reestruturação produtiva sobre o mundo de trabalho brasileiro, implementado no Brasil nos anos de 1980 e 1990, com objetivo de assegurar a competitividade internacional mediante a redução de custos, principalmente da força de trabalho viva, o empresariado brasileiro, ajudado pelo desenvolvimento da microeletrônica, das telecomunicações e da automação, e sob a égide do ideário neoliberal, promove ampla reestruturação produtiva na perspectiva da produção enxuta, obtendo, com isso, um grande aumento da produtividade do trabalho, com redução de custos e aumento de lucros.

Considerando, porém, que a natureza das medidas, adotadas no processo de reestruturação produtiva, é poupadora de força de trabalho viva, aumentam, como consequência, os níveis de desemprego, de desassalariamento e de deterioração das relações e condições de trabalho, seja pela perda de direitos dos trabalhadores historicamente conquistados, seja pela redução salarial de toda a massa dos trabalhadores periféricamente inseridos.

A esse processo de desemprego, desassalariamento e deterioração das relações e condições de trabalho, os trabalhadores reagem de várias formas, conforme apontam as subseções seguintes.

2.3.1 Reação dos Trabalhadores Assalariados

Primeiramente, conforme ALVES (2000, p. 273 ss.), dentre os *assalariados*, o segmento dos trabalhadores considerados *centrais* ao foco de atuação das empresas goza de relativos privilégios quanto à estabilidade, nível salarial, formalização de contratos, ao preço da cooptação de sua grande maioria pelo capital, pela via do *sindicalismo de cariz neocorporativo e propositivo na lógica do capital*, perdendo o senso de pertença e de solidariedade de classe.

Outro segmento, dentre os *assalariados urbanos*, ligado predominantemente a atividades *periféricas* das empresas, submete-se, na condição de terceirizado, a precárias relações e condições de trabalho, tendo reduzidas chances de defesa de seus direitos, seja pela “síndrome do medo”, seja pela dificuldade de direcionar as suas lutas, uma vez que o seu patrão não é patrão da empresa onde é prestado o serviço.

2.3.2 Reação dos Excluídos do Trabalho Assalariado

Contrapondo-se aos *assalariados*, o grupo dos *excluídos do trabalho assalariado* (TIRIBA, 2001, p.19) também compreende dois importantes segmentos.

Um dos segmentos é constituído pelos trabalhadores que vivenciam a dolorosa situação de *desemprego aberto*, buscando incansavelmente oportunidades de inserção no mercado de trabalho decente, onde as vagas são tão escassas quanto repletas de exigências e condicionantes para a sua ocupação.

O outro segmento compõe a maior parte do chamado *desemprego oculto*, onde os trabalhadores sobrevivem precariamente em atividades por conta própria, em sua grande maioria na informalidade e em atividades eventuais ou temporárias ou até mesmo de programas de renda mínima.

Na visão de TIRIBA, os *excluídos do trabalho assalariado* constituem, mais que um *exército de reserva*, um *exército de excluídos*, estando o atual mundo do trabalho cindido em três grandes blocos:

A lógica da sociedade de mercado, ao levar até às últimas consequências a ganância do capital em detrimento da própria vida, já não permite que se fale de ampliação exacerbada do “exército de reserva”, mas sim, de um exército de excluídos.

[...] estamos vivendo em um mundo em que a sociedade está cindida em três terços: um terço composto pelas camadas sociais em ascensão e com grande poder de consumo; um terço precariamente incluído e satisfazendo suas necessidades básicas de forma parcial; e um terço de excluídos (desempregados, subempregados e aqueles que tentam sobreviver do trabalho por conta própria) (2001, p. 23-25).

Porém, por paradoxal que pareça, é justamente no contexto desse *novo (e precário) mundo do trabalho* e no seio dos *excluídos (ou nunca incluídos) do trabalho assalariado* (TIRIBA, 2001, p.19), que, como contraponto ao processo de desassalariamento, de desemprego estrutural, da precarização das relações e condições de trabalho, do aumento da informalidade, tendem a disseminar-se novos (e velhos) movimentos de resistência social, de contingentes da classe trabalhadora, considerando que, como afirma TIRIBA (2003, p. 1), “o modelo neoliberal de acumulação obriga as pessoas a (re)criar antigas e novas formas de trabalho”.

Assim, parte cada vez mais significativa do segmento dos *excluídos do trabalho assalariado* começa a reagir, de forma crescente, no Brasil, evidentemente mais por necessidade de sobrevivência que oportunidade de negócios, com *formas alternativas de auto-ocupação econômica*.

Estas *formas alternativas de auto-ocupação econômica* recebem as mais variadas denominações, de conformidade com o enfoque sob o qual os diversos autores abordam a questão: *economia informal urbana* (IBGE/SEBRAE, 2005, p.12), *economia popular* (TIRIBA, 2001), *economia popular solidária* (LISBOA, 1999; TIRIBA, 2001), *economia da solidariedade - organizações econômicas populares* (RAZETTO, apud: TIRIBA, 2001, p. 116), *economia solidária e autogestionária* (SINGER, 2003, p. 116-124), *economia popular e solidária* (LOPES PINTO, 2005; MEDEIROS & MARTINS, 2003), *socioeconomia solidária* (MANCE, 2001; GUERRA, 2002; ARRUDA, 2000), *atividades autônomas e empreendedoras* (BRASIL. CODEFAT. Resolução 466, de 21/12/05, Termo de Referência, p.10), *economia do micro-emprego informal* (POCHMANN, 2005), *economia do trabalho* (CORAGGIO, 2000), *economia dos setores populares* (KRAYCHETE, 2000, p.15), *a outra economia* (CATTANI, 2003), dentre outras.

Todas essas denominações não são sinônimas e, certamente, têm caráter provisório e parcial, mais descritivo que definidor, pois tentam expressar o esforço de compreensão de um fenômeno extremamente complexo, heterogêneo, anômico e multifacetário, cujos estudos estão apenas começando. Assim, o seu conceito está em construção e as várias denominações, provisórias, refletem pontos de vista sob os quais os diversos autores enfocam o fenômeno, que é constituído por alternativas econômicas e movimentos sociais que constituem, na expressão de TIRIBA (2003, p. 1), não um mundo, mas *mundos do trabalho*: “Não sendo a demanda de trabalho assalariado idêntica ao crescimento do capital, ao invés de *um*, existem muitos mundos do trabalho”, a exemplo das cooperativas e experiências autogestionárias, do empreendedorismo, das atividades por conta própria. Para ALVES (2002, p. 26), existem, também, movimentos com significativa expressão política e social, voltados à crítica da *nova ordem neoliberal*, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST, que traduz, em sua experiência de luta pela reforma agrária no país, as reivindicações de um contingente ampliado de trabalhadores excluídos.

Enfim, o fenômeno das *novas formas de auto-ocupação econômica* dos *excluídos do trabalho assalariado* existe, com forte presença no mundo todo e de forma marcante no Brasil, foco deste trabalho. Sua compreensão constitui um instigante desafio. É também um grande desafio, na expressão de TIRIBA (2001, p. 25), “[...] perceber os setores populares como sujeitos da produção social da vida humana e, ao mesmo tempo, contribuir para que seus empreendimentos se constituam em *locus* de criação e recriação das relações econômicas e sociais [...], como direito à manutenção da própria vida”.

Mas o que são, como se apresentam, qual o tamanho e o significado sócio-econômico, no Brasil, das *novas (e velhas) formas de auto-ocupação econômica* desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado*, denominadas por TIRIBA (2001), de *economia popular*?

A busca de resposta a essas questões constitui o objetivo dos próximos capítulos.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E NATUREZA DA ECONOMIA POPULAR

Na literatura atual sobre *as formas de auto-ocupação econômica dos excluídos do trabalho assalariado*, aqui denominadas genericamente de *economia popular*, as visões conceituais, de modo geral, confrontam-se com o modo de produção capitalista vigente.

Esta contraposição ocorre, sobretudo, no âmbito da *economia solidária*, uma das vertentes da *economia popular*. Nesta vertente é recorrente a afirmação do caráter alternativo das novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica ao modo de produção capitalista, na medida em que as mesmas introduzem uma ruptura nas relações de produção capitalistas, representando a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas. Fala-se, inclusive, de um *novo modo de produção, não-capitalista* (TIRIBA, 1997; SINGER, 2000a e 2006; VERANO, 2001).

Uma reflexão sobre a natureza, a origem, o caráter e o significado sócio-econômico da *economia popular*, objeto de estudo do presente trabalho, exige, evidentemente, a retomada de alguns pressupostos teóricos e conceituais, necessários para fundamentar a análise e a compreensão do fenômeno da assim chamada *economia popular*.

Assim, o presente capítulo é subdividido em três seções.

A primeira trata das relações sociais de produção na teoria marxista, abordando o processo de trabalho e o processo de valorização, a produção da mais-valia, o trabalho produtivo e improdutivo na ótica do capital, o modo de produção capitalista e sua correlação com a produção simples de mercadorias, concluindo com a lei geral da acumulação capitalista, com foco especial na superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, e com a questão da viabilidade ou não do pleno emprego no capitalismo.

A segunda seção apresenta, de forma sintética, as visões dos principais autores brasileiros e alguns latino-americanos sobre a *economia popular*.

Na terceira seção, tendo por base os referenciais de análise e as visões dos principais autores brasileiros e alguns latino-americanos, expostos nas seções anteriores, tenta-se formular um conceito de *economia popular*.

3.1 RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NA TEORIA MARXISTA

Esta primeira seção tem por objetivo repassar, sinteticamente, os conceitos básicos relacionados às relações sociais de produção na teoria marxista³, subsidiando a conceituação, a crítica e a compreensão do significado sócio-econômico do fenômeno da *economia popular*. Processo de trabalho, processo de valorização, modos de produção, lei geral de acumulação capitalista e possibilidades do pleno emprego no capitalismo são os temas desta seção.

3.1.1 Processo de Trabalho e Processo de Valorização

3.1.1.1 Processo de trabalho ou processo de produção de valores-de-uso

MARX, em *O Capital, livro I, Parte III, Capítulo V* (2006, p. 211 ss.), descreve o *trabalho* como “um processo do qual participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. É um processo no qual o ser humano põe em movimento as forças naturais, braços e pernas, cabeça e mãos, no intuito de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para a sua vida.

Para MARX, o trabalho humano se distingue das atividades exercidas por outros animais pelo fato de que o mesmo está orientado para um fim pré-concebido ou projetado de antemão, de modo que o resultado do processo de trabalho já está, desde o início, na imaginação do trabalhador.

Assim, os elementos simples do processo de trabalho são: a *atividade orientada a um fim*, seu *objeto* e seus *meios*. São *objetos* de trabalho todas as coisas, pré-existentes por natureza na forma de recursos naturais, que o trabalho apenas desprende da natureza, passando, então, à condição de *matéria-prima*, de modo que “toda a matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo o objeto de trabalho é matéria-prima”, ou seja, “o objeto de trabalho apenas é matéria-prima depois de ter experimentado uma modificação mediada por trabalho”.

³ Esta seção está referenciada em MARX, especialmente em *O Capital – Crítica da Economia Política, Livro I, volumes 1 e 2 - O Processo de Produção do Capital*, tradução de Reginaldo Sant’Ana (2003 e 2006); *A Dialética do Trabalho : Escritos de Marx e Engels* de Ricardo ANTUNES (2003); *Subsídios de Aula* de CIPOLLA (2005) e *Ensaio de Análise Crítica* de TUMOLO (2003).

O *meio de trabalho* é uma coisa ou um complexo de coisas (as ferramentas) que o trabalhador interpõe entre si e o objeto de trabalho e que lhe serve como extensão dos próprios órgãos naturais (braços, pernas, cérebro...).

Assim, para MARX, no *processo de trabalho*, a atividade do homem efetua, mediante o *meio de trabalho*, uma transformação do *objeto de trabalho*, pretendida desde o princípio.

Esse processo extingue-se no *produto*, que é um *valor-de-uso*, uma matéria natural adaptada às necessidades humanas mediante transformação da forma, restando, enfim, o *trabalho objetivado* e o *objeto trabalhado*. Nesse processo, portanto, o *meio* e o *objeto de trabalho* aparecem como *meios de produção* e o trabalho em si, como *trabalho produtivo*.

Portanto, o *processo de trabalho*, em seus elementos simples e abstratos, é um processo de produção de valores-de-uso, um processo entre o homem e natureza, ou, nas palavras de MARX (2006, p. 218), “a atividade orientada para o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio natural entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais”.

3.1.1.2 Processo de valorização ou produção da mais-valia

No entanto, para MARX (2003, p. 577), o conceito de *trabalho produtivo*, enquanto resultante do *processo simples de trabalho*, “não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista”. Enquanto o *processo de trabalho* é puramente individual, um único trabalhador exerce todas as funções que, no processo de produção capitalista, se dissociam. O capitalista, ao comprar no mercado os meios de produção e a força de trabalho, faz o trabalhador consumir os meios de produção mediante o seu trabalho, manifestando-se nessa relação dois fenômenos peculiares: primeiro, o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence o trabalho, cuidando para que o trabalho se realize em ordem, que não haja desperdício de matéria-prima, que os instrumentos de trabalho sejam preservados; segundo, o produto, porém, é propriedade do capitalista e não do produtor direto, do trabalhador.

Assim sendo, o *processo de trabalho* é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem e, conseqüentemente, o produto desse processo também pertence ao capitalista. Porém, conforme afirma MARX (2006, p. 220), os *valores-de-uso*, enquanto tais, não interessam ao capitalista. Ele não produz *valores-de-uso* com o objetivo de satisfazer necessidades humanas. Ele os produz somente porque e na medida em que eles são portadores de valores-de-troca. O capitalista quer, em primeiro lugar, produzir um *valor-de-uso* que tenha um valor-de-troca, uma mercadoria e, em segundo lugar, produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu dinheiro no mercado. Ele “quer produzir não só um valor-de-uso, mas uma mercadoria, não só valor-de-uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia”.

3.1.1.2.1 Produção da mais-valia

O *processo de valorização*, portanto, é o processo de *produção de mais-valia*, pelo qual a quantidade de valor do capital aumenta⁴, ou seja, é um processo de criação de valor pelo trabalho, na medida em que a quantidade de trabalho fornecida pelo trabalhador supera a quantidade de trabalho paga ao trabalhador na forma de salário.

Mais-valia, portanto, segundo MARX (2003, p. 577 ss.), consiste no sobretrabalho ou trabalho excedente ao tempo de trabalho necessário à produção dos meios de subsistência necessários para a manutenção do trabalhador e de seus dependentes, realizado para o capitalista pelo trabalhador assalariado e apropriado pelo capitalista. Ou seja, *mais-valia* é a diferença entre o valor produzido pelo

⁴ Considerando que, em princípio, a acumulação de capital decorre da exploração da mais-valia, MARX se pergunta, em “Salário, Preço e Lucro”, informe pronunciado nos dias 20 e 27 de junho de 1865, nas sessões do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, donde o capitalista dispunha de dinheiro para investir, antes de existirem capitalistas. Esclarece que aquilo que os economistas chamam de “acumulação prévia ou original”, mas que deveria ser chamada de “expropriação original”, é fruto de uma série de processos históricos que resultaram na decomposição da unidade original existente entre o homem trabalhador e seus instrumentos de trabalho (In: ANTUNES, 2005, pg. 87). Um exemplo brasileiro típico da “expropriação original” podem ser as capitâneas hereditárias, grandes extensões de terras, expropriadas das populações aborígenes e concedidas a mandatários portugueses.

trabalho e o valor do salário pago ao trabalhador, ou ainda, é a parte do trabalho não-pago.

A *mais-valia* é *absoluta* quando o trabalho excedente se realiza mediante o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas o equivalente ao valor de sua força de trabalho, ou seja, além do trabalho necessário para produzir a sua subsistência, sendo o trabalho excedente apropriado pelo capitalista e não pago ao trabalhador. A *mais-valia absoluta* constitui, portanto, uma estratégia de ampliação da taxa de lucro do capital mediante a extensão da duração da jornada de trabalho, mantendo o salário constante. Basta, para a produção da *mais-valia absoluta*, a subordinação meramente formal do trabalho ao capital, ou seja, basta que o trabalho seja assalariado.

A *mais-valia relativa*, que, segundo MARX (2003, p. 577 ss.), “pressupõe um modo de produção especificamente capitalista”, consiste, segundo MARX (2006, p. 372), no desenvolvimento da produtividade do trabalho na produção capitalista, tendo por objetivo reduzir a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador trabalha para si mesmo (trabalho necessário), justamente para ampliar a outra parte (trabalho excedente), durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. É uma estratégia que busca, pela via da mecanização, maior eficácia do trabalho, ampliando a produtividade física do trabalho, diminuindo o tempo do trabalho necessário e obtendo, assim, ao final, o barateamento das mercadorias.

3.1.1.2.2 Circulação das mercadorias

A *produção da mais-valia*, que é um processo de formação de valor, se realiza, segundo MARX (2006, p. 177), no processo de *circulação das mercadorias* que é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio, enquanto formas desenvolvidas de circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital. Dinheiro que é apenas dinheiro se distingue do dinheiro que é capital, através da diferença na forma de circulação.

MARX (2006, p. 177 ss.) explica que a *fórmula simples de circulação das mercadorias* é M-D-M, conversão da mercadoria em dinheiro e reconversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar. A esta fórmula se contrapõe uma outra, D-M-D, conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão da

mercadoria em dinheiro, ou seja, comprar para vender. Esta última circulação transforma-se em capital, vira capital.

Ambos os circuitos têm em comum duas fases antitéticas, a venda (M-D) e a compra (D-M), os mesmos elementos materiais, mercadoria e dinheiro, e os mesmos personagens econômicos, um comprador e um vendedor. O que distingue os dois circuitos, M-D-M e D-M-D, é a sucessão inversa de ambas as fases opostas da circulação, ou seja, a circulação simples das mercadorias começa com a venda e termina com a compra e a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda, servindo, no primeiro caso, o dinheiro como intermediário e, no segundo, a mercadoria. Na circulação M-D-M, o dinheiro vira mercadoria, que serve de valor-de-uso, sendo o dinheiro gasto definitivamente. Na fórmula D-M-D, o comprador gasta dinheiro para fazer dinheiro como vendedor, ou seja, com a compra, lança dinheiro em circulação para retomá-lo depois com a venda da mesma mercadoria, ou seja, o dinheiro adiantado volta ao seu ponto de partida. No circuito M-D-M, o dinheiro é gasto sem retorno, tendo como ponto de partida uma mercadoria e como ponto final outra mercadoria que sai de circulação e entra no consumo, satisfazendo necessidades como valor-de-uso. O circuito D-M-D, ao contrário, tem por ponto de partida o dinheiro que retorna ao mesmo ponto, funcionando como valor-de-troca.

Na circulação simples de mercadorias, o ponto de partida e de destino são mercadorias (M) com a mesma magnitude de valor, ainda que sejam valores-de-uso diversos. Na circulação D-M-D, o dinheiro é ponto de partida e destino, servindo a mercadoria de mediação, tendo os extremos a mesma forma econômica, ou seja, dinheiro (D) que é a forma transfigurada das mercadorias, na qual seus valores-de-uso desaparecem.

Porém, a fórmula D-M-D é incompleta, tendo em vista que não passa de simples troca de dinheiro por dinheiro, na mesma magnitude de valor, o que é uma operação sem sentido para o capital. Por que investir, lançar dinheiro em circulação, para, no final, recebê-lo na mesma quantidade? Uma soma de dinheiro só pode distinguir-se de outra soma de dinheiro pela sua quantidade. Daí, a fórmula completa do processo de circulação capitalista é D-M-D', em que $D = \Delta D$, ou seja, é a quantidade de dinheiro (D) originalmente adiantada, mais um acréscimo (Δ), que MARX (2006, p. 181) denomina de *mais-valia* ou valor excedente. Portanto, o valor

do dinheiro (D) antecipado não só se mantém na circulação, mas nela se altera a sua magnitude, acrescentando uma *mais-valia* (Δ), enfim, o dinheiro (D) valoriza-se (D'), transformando-se em capital.

Enquanto a circulação simples da mercadoria, o vender para comprar, serve de meio a um fim situado fora da circulação, ou seja, a apropriação de valores-de-uso, a satisfação de necessidades humanas, a circulação de dinheiro como capital, ao contrário, tem sua finalidade em si mesma, tendo em vista que a expansão do valor só existe nesse movimento, contínua e ilimitadamente renovado.

A ampliação do capital se dá progressivamente sempre que o capital é posto em movimento e um novo circuito D-M-D' se processa, num incessante e insaciável movimento de valorização do valor. Na expressão de MARX (2006, p. 185), “o valor se torna valor em progressão, dinheiro em progressão e, como tal, capital. Sai de circulação, entra novamente nela, mantém-se e multiplica-se, retorna dela acrescido e recomeça incessantemente o mesmo circuito” No extremo, como decorrência do comprar para vender ou comprar para vender mais caro, o próprio dinheiro (D), simples meio circulante, adquire a natureza de mercadoria, o qual, posto em movimento ou em circulação, retorna como dinheiro adicionado (D'). É a conhecida fórmula D-D', onde dinheiro (D) é convertido em mais dinheiro (D') mediante a incorporação de juros.

Portanto, para o capitalista, pouco importa a natureza ou a qualidade dos valores-de-uso produzidos e trocados, nem importa se os mesmos atendem ou não à satisfação das necessidades humanas. O que importa é a obtenção de lucro, a acumulação de capital, mediante exploração da mais-valia ou do trabalho excedente não-pago que o trabalhador imprime na mercadoria, ao consumir, pelo trabalho, os meios de produção, gerando o diferencial de valorização da mercadoria, o que possibilita o lucro e o crescente acúmulo do capital. As mercadorias servem apenas como instrumentos para a extração da mais-valia gerada pelo processo do trabalho. O trabalho, portanto, tem uma característica peculiar e exclusiva de ser fonte de valor, tendo em vista que o simples intercâmbio de mercadorias não produz valor ou a mais-valia.

Daí que TUMOLO, comentando MARX, afirma que “a transformação do dinheiro em capital não pode provir, em hipótese alguma, da circulação simples de mercadorias, qualquer que seja a sua forma, mas exclusivamente do intercâmbio de

uma mercadoria única e específica, qual seja, a força-de-trabalho, já que a utilização de seu próprio valor-de-uso tem a característica peculiar e exclusiva de ser fonte de valor” (2003, p.3).

3.1.1.2.3 Trabalho produtivo e improdutivo

Portanto, não é qualquer trabalho que produz *valor*, que produz *mais-valia*, mas sim, aquele trabalho que MARX, em *O Capital, livro I, capítulo VI (inédito)*, denomina de *trabalho produtivo*:

Como o fim imediato e [o] produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia, temos que só é produtivo aquele trabalho – e só é trabalhador produtivo aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente produza mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital. [...] É produtivo, pois, o trabalho que se representa em mercadorias, mas, se considerarmos a mercadoria individual, o é aquele que, em uma parte alíquota desta, representa trabalho não pago; ou, se levarmos em conta o produto total, é produtivo o trabalho que, em uma parte alíquota do volume total de mercadorias, representa simplesmente trabalho não-pago, ou seja, produto que nada custa ao capitalista. É produtivo o trabalhador que executa trabalho produtivo; e é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital (Apud: ANTUNES, 2004, p.155).

Assim, MARX afirma, em *O Capital*⁵ :

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias. [mas] ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo, assim, à auto-expansão do capital [...] O conceito de trabalho produtivo não corresponde apenas a uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador um instrumento direto de criar mais-valia. Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar. (2003, p. 578).

Em síntese, portanto, o grande objetivo do *modo de produção capitalista* não é produzir bens de uso ou serviços que atendam às necessidades humanas. Seu objetivo é produzir bens de uso ou serviços como instrumentos da acumulação de capital, através da extração da mais-valia gerada pelo processo do trabalho, ou, conforme dito anteriormente por GIANNOTTI, “a mais-valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção, cabendo à circulação garantir a realização do lucro e a reposição ampliada do capital”.

⁵ MARX desenvolve este assunto no *Capítulo Sexto, inédito, de O Capital* e no *Teorias da Mais –valia*.

3.1.2 Produção Simples de Mercadorias e Modo de Produção Capitalista

Segundo SANDRONI (1989), o *modo de produção* é o conjunto das forças produtivas e das relações de produção de uma sociedade, confundindo-se, de certa maneira, com a estrutura econômica da sociedade, englobando a produção, distribuição, circulação e consumo. Segundo a teoria marxista, nas sociedades de classes, as propriedades são expressões jurídicas das relações de produção. Assim, nas sociedades de classes, as relações de produção são relações entre as classes sociais, proprietários e não proprietários.

São seis os *modos de produção* (SANDRONI, 1989): o comunista primitivo, o escravista, o feudal, o asiático, o capitalista e o socialista.

Na avaliação de GAIGER, o *modo de produção* constitui-se na categoria mais fundamental e englobante, cunhada por MARX, para expressar, sinteticamente, as principais determinações que configuram as diferentes formações históricas, referentes ao “modo como os indivíduos, de uma dada sociedade, organizam-se no que tange à produção, à distribuição e ao consumo de bens materiais necessários à sua subsistência” ou “na forma que assumem as relações sociais de produção, em correspondência com um estado histórico de desenvolvimento das forças produtivas” (2000, p. 3).

GAIGER (2000, p. 3) chama atenção para o fato de que o emprego do termo *modo de produção* não é unívoco, nos textos de MARX, possibilitando compreensões e tipologias diferenciadas, tais como modos de produção secundários, periféricos ou subsidiários e também tipos incompletos, sob a ótica capitalista, como a *produção simples de mercadorias*. É também comum, nos escritos de MARX, o uso do termo *modo de produção* com caráter meramente descritivo, referindo-se, neste caso, a uma determinada forma concreta de produzir, a exemplo do artesanato, da manufatura ou, em estágios tecnologicamente mais avançados, da grande indústria, do maquinismo. Nessa linha, MARX designa um (ou mais) *modo material de produção* como “os elementos e as formas materiais dos diversos processos de trabalho, pelos quais os membros de uma sociedade agem sobre a natureza que os cerca para extraírem os meios materiais necessários às suas necessidades, produzirem e reproduzirem as condições materiais de sua existência social” (GODELIER, apud: GAIGER, 2002, p. 4). Esses elementos

materiais compreendem as matérias-primas, os meios de trabalho utilizados, as capacidades físicas e intelectuais requeridas, as operações e procedimentos, bem como as combinações entre elementos, do que resultam variadas formas de apropriação da natureza.

Mas, ainda segundo GAIGER (2002, p. 4), um *modo de produção* não existe jamais isolado dos arranjos sociais do processo de trabalho. GODELIER (Apud: GAIGER 2002, p. 4) considera que “o conceito de modo de produção diz respeito à totalidade histórica, dada pelo conjunto de relações que vinculam os indivíduos e grupos ao processo de produção, no sentido amplo de suas condições materiais de existência, compreendendo igualmente a circulação e a troca dos bens materiais”, o que, segundo SHANIN (Apud: GAIGER, 2002 p. 4), “representa a forma estruturante de cada sociedade, pela qual são providas as suas necessidades materiais, em um dado estágio do seu desenvolvimento”.

Embora o *modo de produção* constitua, segundo GORENDER (Apud: GAIGER, 2002, p. 4), “uma totalidade orgânica e um processo reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais, todas elas fases *distintas* e, ao mesmo tempo, *interpenetradas* no fluir de um processo único... é à produção que pertencem a determinação fundamental e o ponto recorrente”.

Nessa perspectiva, o capitalismo, no decurso de seu desenvolvimento, provoca uma contínua transformação da base técnica em que se assenta, mediante enorme impulsão das forças produtivas. E SINGER (Apud: GAIGER. 2002, p. 4) recorda que “as revoluções industriais tornaram-se economicamente viáveis porque a concentração do capital possibilitou o emprego de vastas somas na atividade inventiva e na fabricação de novos meios de produção e distribuição”. Com isso, GAIGER (2002, p. 5) afirma que é pela criação da sua base própria, renovando-a continuamente segundo suas necessidades, que o capitalismo realiza o que mais importa num modo de produção, ou seja, a instauração do processo que vem a repor a sua própria realidade, reproduzindo-a historicamente.

GIANNOTTI (Apud: GAIGER, 2002, p. 5) alerta para a possível confusão entre o *modo de produção capitalista* com *modos de produção subsidiários*. Propõe que se reserve a categoria *modo de produção* para designar o movimento objetivo de reposição que integra, num mesmo processo autônomo, a produção, a

distribuição, a troca e o consumo, deixando outros nomes para as formas produtivas subsidiárias, que o modo capitalista exige no seu processo de efetivação.

Numa perspectiva diferente da de GIANNOTTI, SINGER (2000a, p. 47) defende que o sistema capitalista envolve diversos *modos de produção*. É capitalista, porque o modo de produção capitalista é econômica e socialmente predominante, porém, junto a ele, atuam, lado a lado, trabalhadores por conta-própria que formam a produção simples de mercadorias, empresas públicas e privadas sem fins de lucro, produção para auto-subsistência nos lares e cooperativas autogestionárias, que constituem um embrião ou “implante” socialista.

HINDNESS e HIRST sintetizam:

Um modo de produção é uma combinação articulada de relações e forças de produção estruturadas pela dominância das relações de produção. As relações de produção definem um modo específico de apropriação do trabalho excedente e a forma de distribuição social dos meios de produção que correspondem a esse modo de apropriação do trabalho excedente (Apud: SANTOS, 2003, p.18).

Cada *modo de produção* é caracterizado, segundo GAIGER (2002, p. 6), por uma *forma social de produção* específica. Assim, nas sociedades tribais primitivas, isto se dava pelas relações de parentesco, que ordenavam a apropriação do território, chave para garantir os meios de subsistência; no feudalismo, pela manumissão das obrigações servis, exercida pelos senhores da terra sobre quem nelas trabalhava; no capitalismo, pelas relações assalariadas, entre os vendedores da força de trabalho e os detentores dos meios de produção.

Feitas estas considerações gerais, convém correlacionar, sinteticamente, a *produção simples de mercadorias* com o *modo de produção capitalista*.

GAIGER (2002, p. 3) conceitua a *produção simples de mercadorias* como a forma de produção na qual “o trabalhador é o proprietário dos meios de produção, os põe em movimento, individualmente ou em diminutas unidades de produção, geralmente familiares, e negocia o seu produto em condições que fogem à sua lógica e domínio”.

Na *produção simples de mercadorias*, segundo SINGER (2000, p.145), não há separação entre trabalho e capital. Nela, a classe trabalhadora é proprietária dos meios de produção, mas não explora o trabalho de outros porque não têm assalariados. A *produção simples de mercadorias* compreende parte importantíssima da agricultura, do pequeno comércio, do setor de serviços e até

mesmo da indústria. É toda uma economia, ainda que efetivamente inserida no modo de produção capitalista, o que a leva a negociar seus produtos em condições que fogem à sua lógica e domínio, mas é completamente diferente dos trabalhadores assalariados que constituem uma outra classe trabalhadora.

Quanto ao *modo de produção capitalista*, GIANNOTTI assim sintetiza os seus elementos constitutivos:

O modo de produção capitalista nasce da reunião de quatro características da vida econômica, até então separadas: a) um regime de produção de mercadorias, de produtos que não visam senão ao mercado; b) a separação entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores, desprovidos e objetivamente apartados daqueles meios; c) a conversão da força de trabalho igualmente em mercadoria, sob a forma de trabalho assalariado; d) a extração da mais-valia, sobre o trabalho assim cedido ao detentor dos meios de produção, como meio para a ampliação incessante do valor investido na produção; a mais-valia é a finalidade direta e o móvel determinante da produção, cabendo à circulação garantir a realização do lucro e a reposição ampliada do capital. O capitalismo, portanto, está fundado numa *relação social* entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e às condições de posta em valor de sua capacidade de trabalho. Uma relação classista, que se efetua, “através de uma colaboração ilusória, mas não menos real, das três classes básicas, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, na qualidade de donos dos fatores responsáveis pelos custos da produção de mercadorias (Apud: GAIGER, 2002, p. 5).

Convém chamar a atenção, neste texto extremamente conciso e abrangente de GIANNOTTI, que nele estão contidas cinco categorias fundamentais, constitutivas do *modo de produção capitalista*, a saber: (a) produção voltada ao mercado, (b) separação entre capital e trabalho, (c) conversão da força de trabalho em mercadoria, (d) extração da mais-valia sobre o trabalho pelo capital e (e) processo da circulação capitalista como instrumento da realização do lucro e da reposição do capital. Estas categorias, de alguma forma, já foram analisadas anteriormente, neste trabalho.

3.1.3 Lei Geral da Acumulação Capitalista

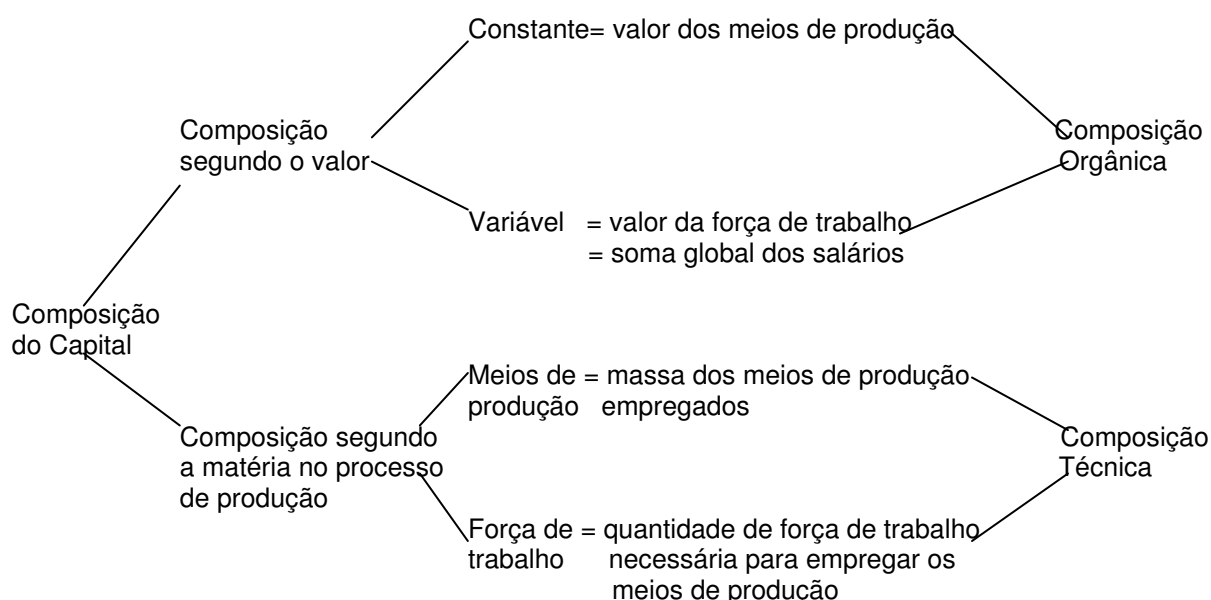
No capítulo XXIII de *O Capital*, MARX (2003, p. 713-752) descreve a Lei Geral da Acumulação Capitalista, onde analisa, entre outros aspectos, quatro tópicos de interesse deste trabalho, a saber: (a) a *acumulação com composição orgânica do capital constante*, (b) o *decréscimo relativo da parte variável do capital com o processo de acumulação e concentração que a acompanha*, (c) a *produção progressiva de uma superpopulação relativa* e (d) as *formas de existência uma superpopulação relativa*.

3.1.3.1 Acumulação com composição orgânica do capital constante

Ao tratar da lei geral da acumulação capitalista, MARX (2003, p. 715-724), inicialmente, avalia que, não se alterando a composição do capital, a procura da força de trabalho aumenta com a acumulação.

Para tanto, MARX inicia sua análise com a composição do capital, a seguir apresentada de forma esquemática (ESQUEMA 1), sob a ótica do valor e sob a ótica da matéria que funciona no processo de produção.

ESQUEMA 1 – COMPOSIÇÃO DO CAPITAL, SEGUNDO MARX.



FONTE: Esquema elaborado pelo autor com base em MARX (2003, p. 715)

MARX afirma que, do ponto de vista do valor, a composição do capital é determinada pela proporção em que o capital se divide em *constante*, correspondente ao valor dos meios de produção, e *variável*, correspondente ao valor da força de trabalho ou a soma global dos salários. Afirma também que, do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, todo o capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva, composição esta que é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. Marx denomina a primeira de *composição segundo o valor* e a segunda de *composição técnica*, havendo, no

entanto, estreita correlação entre ambas, de modo que MARX, para expressar essa correlação, chama a *composição segundo o valor* de *composição orgânica*, ou simplesmente, *composição do capital*, levando em conta que a *composição segundo o valor* é determinada pela *composição técnica* e reflete as modificações desta.

SANDRONI (1989, p. 57) assim conceitua a *composição orgânica do capital*:

Consiste na relação entre o valor do capital constante e do capital variável, cujas variações se fazem sentir na modificação da taxa de lucro. A composição orgânica do capital resulta da relação de proporcionalidade existente entre o capital constante (*c*) e o capital variável (*v*), expressa na seguinte fórmula: $c:v$. Ela será tanto mais elevada quanto maior for a parcela do capital constante, em relação à parcela de capital variável. Se o capital variável aumentar, mas o capital constante apresentar um crescimento mais intenso (o que normalmente acontece), ocorrerá uma elevação da composição orgânica do capital, com efeitos na taxa de lucro.

Exemplificando o conceito, SANDRONI (1989, p. 57) explica que, no mundo atual, a tendência das empresas capitalistas se orienta no sentido de elevar a *composição orgânica do capital*, mediante maior utilização de maquinarias e utensílios e um consumo maior de matérias-primas (elementos que compõem o capital constante), em detrimento da utilização de força de trabalho viva (capital variável).

Para MARX (2003, p. 715-716), o “crescimento do capital implica crescimento de sua parcela variável ou convertida em força de trabalho”, ou seja, “uma parcela da mais-valia transformada em capital adicional precisa ser sempre retransformada em capital variável ou fundo adicional de trabalho”.

Para explicar essa dinâmica, MARX supõe que, mantidas constantes as demais circunstâncias, a composição do capital se mantenha inalterada, ou seja, que determinada massa de meios de produção ou capital constante requeira sempre a mesma massa de força de trabalho para ser posta em movimento, a proporção entre o *capital constante* e o *capital variável* vai se alterando progressivamente pelo processo de extração da mais-valia. O capital acrescido (capital original + capital produzido ou mais-valia produzida em determinado período) faz crescer a necessidade de desenvolver ou empregar esse capital em novos empreendimentos ou novos mercados em uma escala em que a acumulação de capital ultrapassa o crescimento e a capacidade da força de trabalho, ou seja, o acréscimo de capital implica acréscimo de sua parte variável, transformada em força de trabalho, e a

procura por força de trabalho aumentará na mesma proporção do capital, podendo a procura por trabalho ser maior que a oferta, provocando, então, a elevação dos salários. Considerando que a classe trabalhadora, que se expande, recebe, sob a forma de pagamento, a porção do seu próprio produto excedente que aumenta e se transforma em quantidade cada vez maior de capital adicional para a classe capitalista, a reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital, ou seja, “a acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado” (MARX, 2003, p. 717). Ainda, segundo a suposição anterior, considerando que o objetivo do capitalista, ao comprar a força de trabalho, é aumentar seu capital, produzindo mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga ao trabalhador, ou seja, seu objetivo é produzir mais-valia, a expansão da acumulação esbarra continuamente na crescente necessidade de incremento da força de trabalho. No entanto, frente às limitações da oferta do mercado de trabalho, aumenta o salário pago ao trabalhador, o que significa uma redução de mais-valia apropriada pelo capitalista, retardando-se a acumulação em virtude da elevação do preço do trabalho. Esse decréscimo relativo faz desaparecer temporariamente a própria causa que originou a desproporção entre capital e força de trabalho explorável, ou seja, a grandeza da acumulação constitui a variável independente, enquanto o salário, a dependente e não o contrário (MARX, 2003, p. 723).

Para MARX, a relação entre capital, salários e acumulação é apenas a relação entre trabalho excedente (quantidade de trabalho apropriado pelo capitalista não pago ao trabalhador) que se transforma em capital e o trabalho adicional necessário para por em movimento o capital suplementar, o que ele assim sintetiza:

Se crescer a quantidade de trabalho gratuito, fornecido pela classe trabalhadora e acumulada pela classe capitalista, com velocidade bastante que só possa transformar-se em capital com um acréscimo extraordinário de trabalho pago, haverá então uma elevação de salário e, não se alterando as demais condições, decrescerá proporcionalmente o trabalho não-pago. Mas, quando esse decréscimo atinge o ponto em que o capital não obtém mais em proporção normal o trabalho excedente que o alimenta, opera-se uma reação: capitaliza-se uma parte menor da renda, a acumulação enfraquece e surge uma pressão contra o movimento ascensional dos salários. A elevação do preço do trabalho fica, portanto, confinada em limites que mantêm intactos os fundamentos do sistema capitalista e asseguram sua reprodução em escala crescente (2003, p. 724).

E MARX (2003, p. 724) conclui que não poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de

valores existentes, ao invés de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador.

Em síntese, portanto, o primeiro mecanismo da acumulação do capital se opera a partir da *composição orgânica do capital*, mediante a crescente incorporação no capital constante da utilização de maquinarias, utensílios e um consumo maior de matérias-primas, possibilitada pela extração da mais-valia, em detrimento da utilização de força de trabalho viva (capital variável), o que é possibilitado, no fundo, pela transferência da mais-valia, extraída do trabalho, para o capital constante.

3.1.3.2 Decréscimo relativo do capital variável: produtividade do trabalho social

Após tratar, no item anterior, do crescimento adicional do capital a partir da composição orgânica do *capital constante*, MARX (2003, p. 725) vê na *produtividade do trabalho social* a mais relevante alavanca da acumulação capitalista.

Usando as palavras de A. SMITH, MARX (2003, p. 725) afirma que “a mesma causa que eleva os salários, isto é, o aumento do capital, tende a aumentar as forças produtivas do trabalho e capacitar menor quantidade de trabalho para fornecer maior quantidade de produto”.

Abstraídas as condições naturais, as habilidades dos produtores, “o grau de produtividade do trabalho, numa determinada sociedade, se expressa pelo volume relativo dos meios de produção que um trabalhador, num tempo dado, transforma em produto, com o mesmo dispêndio de força de trabalho. A massa de meios de produção que ele transforma aumenta com a produtividade do seu trabalho” (Marx, 2003, p. 725).

Daí, segundo MARX (2003, p. 725 ss), esses meios de produção desempenham um duplo papel, sendo que o crescimento de uns é consequência, enquanto o de outros, condição da crescente produtividade do trabalho. O processamento de mais matéria-prima, no mesmo espaço de tempo, pela movimentação de mais maquinaria, é consequência da produtividade do trabalho. Por outro lado, a utilização de um grande volume de maquinaria, prédios e instalações é condição da crescente produtividade do trabalho. Significa que o aumento da produtividade condiz com o aumento da massa de meios de produção,

o que se reflete no decréscimo da quantidade de trabalho para por em movimento uma massa maior de meios de produção. Ocorre, então, a mudança na composição técnica do capital, ou seja, o aumento da massa dos meios de produção se faz à custa do decréscimo relativo da quantidade de trabalho.

Entretanto, com a produtividade crescente do trabalho, cai o valor dos meios de produção em comparação com o seu volume crescente que é consumido, ou seja, o capitalista despende cada vez menos capital para comprar um volume crescente de meios de produção. A contínua transformação de mais-valia em capital apresenta-se como grandeza crescente do capital que entra no processo de produção, o qual se torna fundamento para uma escala ampliada de produção e para a elevação da força produtiva do trabalho e a produção acelerada da mais-valia, ocasionando, em reação, uma acumulação acelerada do capital.

Toda a acumulação torna-se meio para nova acumulação, concentrando-se nas mãos de capitalistas individuais. O crescimento do capital social realiza-se no crescimento de muitos capitalistas individuais que, mantidas as demais circunstâncias constantes, crescem e, com eles, cresce a concentração dos meios de produção, na medida em que eles constituem parcelas do capital global da sociedade. Mas, ao mesmo tempo, parcelas do capital se destacam e passam a funcionar como novos capitais autônomos, de modo que, com a acumulação do capital, cresce também, em maior proporção o número de capitalistas, que passam a concorrer entre si pela redução de preços das mercadorias, o que depende, intimamente, da produtividade do trabalho e esta, da escala de produção. Estabelece-se, assim, a batalha do capitalista *versus* capitalista, onde os capitais grandes esmagam os pequenos, a centralização amplia e acelera ao mesmo tempo as transformações na composição técnica do capital, aumentando a parte constante sobre a parte variável, reduzindo, assim a procura por trabalho.

3.1.3.3 Superpopulação relativa ou exército industrial de reserva

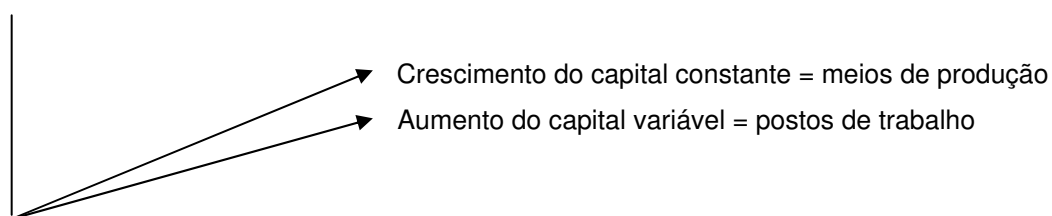
Portanto, conforme visto anteriormente, a acumulação de capital, originalmente apenas quantitativa, realiza-se numa alteração qualitativa contínua de sua composição, com o acréscimo permanente de seu componente constante à custa do componente variável.

MARX constata, ainda, que

o modo de produção especificamente capitalista, o correspondente desenvolvimento da força produtiva do trabalho e a mudança conseqüente na composição orgânica do capital não acompanham apenas o progresso da acumulação ou o crescimento da riqueza social. Avançam com rapidez muito maior, porque a acumulação simples do capital ou o aumento absoluto do capital total são acompanhados pela centralização de seus elementos individuais, e a transformação técnica do capital adicional é seguida pela transformação técnica do capital primitivo (2003, p. 732).

Significa que, com o avanço da acumulação modifica-se a proporção entre a parte constante e a parte variável do capital. MARX (2003, p. 732) explica que, partindo-se de uma composição original de 1:1, a proporção entre o *capital constante* e o *variável* modifica-se, progressivamente, com o crescimento do capital, para 2:1, 3:1, 4:1, 5:1, 7:1 etc, de modo que apenas 1/3, 1/4, 1/5, 1/6 etc se convertem em força de trabalho e o resto em meios de produção. Considerando que “a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global [...]”, embora o capital global faça crescer a parte variável, mas esse crescimento é proporcionalmente menor. Ou seja, é necessário que a acumulação do capital global seja acelerada em progressão crescente para absorver um número adicional de trabalhadores ou para manter os trabalhadores que se encontram empregados. Em outras palavras, conforme expressa a FIGURA 1, o crescimento do *capital constante* não é acompanhado, na mesma proporção, pelo aumento do *capital variável* ou, como se diria atualmente, o crescimento econômico não é acompanhado pela geração de postos de trabalho na mesma proporção.

FIGURA 1 – DIFERENÇA PROPORCIONAL ENTRE O CRESCIMENTO DO CAPITAL CONSTANTE E VARIÁVEL



FONTE: Ilustração construída pelo autor.

Além desse diferencial no crescimento entre *capital constante* e *variável*, o crescimento da parte variável do capital, ou seja, do número de trabalhadores

ocupados, está sempre ligado a fortes flutuações e à produção transitória de superpopulação, podendo esta assumir a forma de repulsão dos trabalhadores já ocupados ou a forma de absorção dificultada da população trabalhadora adicional.

MARX explica (2003, p. 734) que “por isso, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa”. Esta é uma lei fundamental do modo de produção capitalista e uma população trabalhadora excedente é condição necessária para a acumulação e para o desenvolvimento da riqueza capitalista e a superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e até uma condição de existência desse modo de produção. De fato, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho cresce a força de expansão do capital e a massa de riqueza cresce e impulsiona novos ramos de produção, para o que é necessária a disponibilidade de grandes massas humanas para serem exploradas, sem prejudicar a escala de produção dos ramos já existentes. A indústria moderna e os novos métodos de produção dependem, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em população desempregada. Supondo-se que permaneça o mesmo número de trabalhadores empregados, a quantidade de trabalho aumenta na medida em que o trabalhador individual fornece mais trabalho, ou seja, aumentando a intensidade do trabalho, cresce o volume do trabalho, mas não a quantidade de trabalhadores empregados. Com isso, o *capital variável* ou quantidade de trabalho pode permanecer constante, mesmo que decresça o número de trabalhadores, desde que ocorra a intensificação do trabalho individual realizado pelos trabalhadores.

Em frases lapidares, MARX assim caracteriza a dinâmica de funcionamento desse processo gerador da produtividade do trabalho e da conseqüente superpopulação relativa ou exército de reserva:

O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera, ao mesmo tempo, a produção do exército industrial de reserva, numa escala correspondente ao progresso da acumulação social (2003, p. 739-740).

[...]

Durante os períodos de estagnação e de prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona sobre o exército dos trabalhadores em ação, e, durante os períodos de superpopulação e paroxismo, modera as exigências dos trabalhadores. A superpopulação relativa está sempre presente nos movimentos da oferta e da procura de trabalho. Ela mantém o funcionamento desta lei dentro de limites condizentes com os propósitos da exploração e do domínio do capital (2003, p. 742-743).

[...]

Quando se introduz maquinaria nova ou se amplia a velha, parte do capital variável se transforma em constante (2003, p. 743).

[...]

A procura de trabalho não se identifica com o crescimento do capital, nem a oferta de trabalho, com o crescimento da classe trabalhadora. Não há aí duas forças independentes, uma influenciando sobre a outra. É um jogo com dados viciados. O capital age ao mesmo tempo dos dois lados. Se sua acumulação aumenta a procura do trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores, “liberando-os”, ao mesmo tempo em que a pressão dos desempregados compele os empregados a fornecerem mais trabalho, tornando, até certo ponto, independente a obtenção, a oferta de trabalho da oferta de trabalhadores. (2003, p. 743-744).

Como resultado desse processo, ocorre a produção progressiva de uma *superpopulação relativa* ou de um *exército industrial de reserva*, que constitui uma alavanca da acumulação capitalista e uma condição de existência desse modo de produção.

3.1.3.4 Formas de existência de uma superpopulação relativa

Segundo MARX (2003, p. 744-747), “a superpopulação relativa existe sob variados matizes. Todo trabalhador dela faz parte durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado”.

As formas de superpopulação relativa assumem, periodicamente, as três formas seguintes: *flutuante*, *latente* e *estagnada*.

É *flutuante* a superpopulação relativa típica dos centros da indústria moderna, onde os trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos em maior proporção, de modo que o número de ocupados cresce, ainda que em proporção sempre decrescente em relação à escala de produção. A superpopulação relativa *flutuante* cresce com o tamanho da indústria.

É *latente* a superpopulação relativa que, embora indisponível para a absorção pelo capital, a exemplo da população trabalhadora rural, está, no entanto, continuamente, na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, dependendo do rumo dos investimentos. Parte da população rural, para poder fluir do campo para as cidades, conforme as necessidades do capital,

constitui a superpopulação *latente* no próprio campo, cujo volume só se torna visível assim que os canais de escoamento se abrem.

É *estagnada* a superpopulação relativa que é constituída por parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular, segmento este que se encontra abaixo do nível normal da classe trabalhadora e se caracteriza pelo máximo de tempo de serviço e o mínimo de salário. Constitui, para o capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível para certos ramos. É o contingente de trabalhadores que, em termos atuais, poderia ser classificado como *população de baixa renda*, da qual faz parte o *desemprego oculto por desalento* e também o que MARX (2003, p. 746-749) denomina de *pauperismo*, constituído pelos pobres aptos ao trabalho, órfãos e crianças indigentes e os degradados, maltrapilhos e incapacitados para o trabalho.

Enfim, conclui MARX (2003, p. 748), relativamente à *superpopulação relativa*, que, quanto maior a produtividade, maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego e mais precária a condição da própria venda da força de trabalho. E quanto maior a produtividade, maior a acumulação de riqueza e, ao mesmo tempo, a acumulação da miséria, pois, nas mesmas condições em que se processa o desenvolvimento da produtividade, desenvolve-se um cenário de condições que só geram riqueza para a burguesia.

Nessas condições, é possível o pleno emprego no capitalismo? KALECKI esclarece a questão, na próxima subseção.

3.1.4 Capitalismo e Pleno Emprego

Pelo exposto nos itens anteriores desta seção, ficou evidenciado que, dentre os elementos componentes do capital global, o *capital variável* ou força de trabalho tende a ser progressivamente reduzido e, à medida que cresce o *capital constante*, mais redundante se torna o trabalhador, gerando, por fim, a *superpopulação relativa* ou *exército industrial de reserva*. Nessas condições, fica evidente que o *pleno emprego* é, na prática, uma utopia. Não que ele, em momentos curtos e locais determinados, por influência de circunstâncias especiais, não possa ocorrer ou que não tenha ocorrido, historicamente, como, por exemplo, na Europa, no segundo pós-guerra, quando a reconstrução, apoiada pelo Plano Marshal,

ocupou todo ou quase todo o contingente de trabalhadores disponíveis. Mas são exceções. O *pleno emprego* não é da natureza do modo de produção capitalista. O desemprego é inerente ao capitalismo, conforme já foi apontado anteriormente ao se tratar do *exército industrial de reserva* como condição para a existência do modo de produção capitalista (MARX, 2003, p. 734-735).

KALECKI, no seu artigo *Aspectos Políticos do Pleno Emprego* (1983, p. 54-60) reúne alguns dos motivos pelos quais os empresários industriais se opõem às políticas de pleno emprego, possíveis de serem obtidas, entre outras, por meio de despesa governamental. Dentre os motivos expostos, destaca-se aquele que trata a demissão de empregados como um efeito disciplinador. KALECKI avalia que, na verdade, no regime de pleno emprego, os lucros seriam maiores, apesar do aumento das taxas de salário. No entanto, pondera ele, isto não interessa ao capital, tendo em vista que, numa situação de pleno emprego, a demissão de trabalhadores deixaria de ser uma medida disciplinar, pois os trabalhadores teriam grandes chances de encontrar outro emprego. O pleno emprego fortaleceria a classe trabalhadora, aumentando seu poder de luta frente aos patrões e contribuindo para estimular a consciência de classe dos trabalhadores. Num regime de pleno emprego, os lucros seriam mais elevados do que o são, em média, no *laissez-faire*, diz KALECKI, mas “os líderes empresariais apreciam mais a ‘disciplina nas fábricas’ e a ‘estabilidade política’ do que os lucros. Seu instinto de classe lhes diz que, do seu ponto de vista, um pleno emprego durável é insano, e que o desemprego é uma parte integrante do sistema capitalista normal” (1983, p. 56).

Desta forma, evidencia-se que a *superpopulação relativa* ou o *exército industrial de reserva* faz parte da lógica capitalista e desempenha duas funções básicas: (a) por um lado, a independência do capital quanto ao crescimento populacional, tendo em vista que a *superpopulação relativa* permite ao capital ter à sua disposição força de trabalho abundante e “livre” para ser explorada, a qualquer momento, independentemente dos limites do crescimento populacional; nesse sentido, conforme MARX (2003, p. 735), o *exército industrial de reserva* não é algo externo ao capital, excluído por ele, mas pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele; (b) por outro lado, a existência de uma *superpopulação relativa* diminui o poder de barganha dos trabalhadores ativos assalariados que se sentem temerosos em perder seus empregos.

3.1.5 Conceitos Adicionais Específicos da Economia Popular.

Além dos pressupostos teóricos descritos anteriormente, a análise do fenômeno da *economia popular* envolve quatro outros conceitos, amplamente utilizados pelos diversos autores latino-americanos e brasileiros que tratam do tema.

São conceitos que, se não são definidores da natureza da *economia popular*, têm a função de qualificá-la ou caracterizá-la. São eles: *informalidade*, *popularidade*, *solidariedade* e *autogestão*.

3.1.5.1 Informalidade

É comum identificar a *economia popular* com *economia informal*, principalmente no Brasil (IBGE, 2005; POCHMANN, 2005; ALVES, 2005).

TIRIBA (2001, p. 105) constata que, embora os diversos tipos de unidades econômicas, organizadas pelos segmentos populares, apresentem características do assim chamado *setor informal*, tais como:

pequena escala de produção; tecnologia artesanal ou semi-industrial; máquinas e equipamentos de segunda mão; mercado consumidor predominantemente local; dependência de empresas maiores para a compra de matérias-primas e para a venda de seus produtos; unidade produtiva localizada na residência de um dos integrantes e, em geral, em áreas de baixa renda; clandestinidade dada a inadequação de uma legislação própria para o setor; relações de trabalho não institucionalizadas; predomínio de atividades comerciais e de serviços; produção e comercialização sazonais etc. [...],

seria um equívoco classificar o conjunto dos empreendimentos de *economia popular* como pertencentes à economia “informal”, “subterrânea” e, tampouco, “invisível”.

TIRIBA (2001, p. 105-106) considera que o termo “informal” se refere a algo que falta (alta tecnologia e relações de trabalho institucionalizadas, por exemplo), porém as realidades sociais não podem ser descritas por critérios negativos, mas sim, pela sua complexidade e, assim, seria um reducionismo entender a *economia popular* como pertencente ao mundo da *economia informal*.

É verdade que a maioria dos empreendimentos populares, para não sucumbir e para obter custos menores para seus produtos, encontra-se na ilegalidade. “No entanto os critérios da ‘legalidade’ ou ‘não-legalidade’ de um empreendimento não podem ser utilizados como parâmetro para enquadrar as iniciativas populares na economia formal ou informal” (TIRIBA, 2001, p. 107).

Ademais, na relação com o Estado, inúmeras empresas, oficialmente formalizadas, estão ilegais quanto ao cumprimento dos direitos dos trabalhadores, ao pagamento dos impostos etc.

3.1.5.2 Popularidade

Segundo ARROYO (2003, p. 52), a idéia de “*popular*” tem dois significados entrelaçados: “Um que trata da parcela majoritária da sociedade, daqueles setores de trabalhadores, de estudantes, de profissionais liberais, artesãos, os grandes setores da população que, na verdade, apesar de serem os propulsores da acumulação de capitais, são os despossuídos e excluídos numa sociedade onde o império é o do modo de vida que gira em torno do capital, isto é, o capitalismo”. O outro significado, segundo ARROYO (2003, p. 53), é de natureza ideológica e “remete à idéia de uma posição política de compromisso, de identidade com os segmentos populares”, a exemplo de “República Popular” ou “Governo Democrático Popular”, significado que também qualifica, em parte, o conceito de economia.

ARROYO (2003, p. 53) faz questão de frisar, juntamente com TIRIBA (2001, p. 132) e SINGER (2000, p. 152) que, ao se falar em “popular”, não se quer, de forma alguma, referir à “idéia de pequeno ou de pobre”. A expressão “popular” está ligada mais diretamente à “idéia de maioria e, inclusive, de instituições que podem ser grandes, mesmo em redes, mesmo em outros formatos institucionais”. Daí, segundo ARROYO (2003, p. 54), é necessário superar a idéia de *popular*, quando associada à economia como algo periférico, pobre, sem escala, e absorver a idéia de *economia popular* como aquela aplicada à maioria ou vivida ou engendrada pela maioria, a exemplo do *Grameen-Bank*, o Banco do Povo, que já emprestou, em Bangladesh, bilhões de dólares.

TIRIBA (2001, p. 132) pondera, comentando RAZETO, que “embora o termo ‘popular’ possa ser posto em questão, sabe-se muito bem o que é uma realidade popular, com divisão em classes sociais, crises econômicas, injustiças que produzem as favelas etc. O importante, segundo TIRIBA (2001, p.134-135), “é esclarecer a que classes sociais nos referimos ao falar de economia popular”, diferenciando “quem são seus atores e quem são os agentes da economia popular, ou seja, quem são aqueles que *diretamente* fazem esses empreendimentos

econômicos e aqueles que, de fora, os *estimulam* por meio de ações criadas pelos governos, ONGs, igrejas etc.”.

E, quanto aos atores de *economia popular*, TIRIBA (2001, p. 134) explicita:

São atores da economia popular não somente as pessoas desprovidas da propriedade e que nada mais tem (que) seus próprios filhos, mas também o conjunto de camponeses, operários urbanos e rurais e demais trabalhadores que não desfrutam, com dignidade, de seus direitos à educação, saúde, habitação, enfim, dos direitos mínimos de cidadania. Nesse sentido, estão incluídos os trabalhadores assalariados ou por conta própria, pertencentes à chamada classe média da sociedade, segmento que, frente à crise econômica, está cada dia mais empobrecido. Em contraposição aos setores economicamente dominantes, compreendemos como setores populares as classes sociais que, devido à sua situação na hierarquia da produção, ficaram excluídos do acesso às riquezas socialmente produzidas. Assim podemos afirmar que também são atores da economia popular aqueles que integram os setores populares ‘marginais’, pertencentes às classes com baixo nível de renda, que atualmente buscam formas alternativas de trabalho (lícitas ou ilícitas). [...] O que permite identificar a natureza dos empreendimentos desse setor da economia são, exatamente, seus atores, os quais são oriundos das classes populares, ou seja, das classes-que-vivem-do-trabalho. O fato de serem legalizados ou não é um dado secundário. Também é secundário se, nas estatísticas, oficialmente esses empreendimentos são classificados nos setores “formal” ou “informal” da economia.

3.1.5.3 Solidariedade

Segundo ARROYO (2003, p. 54-55), “a idéia de *solidariedade* remete a uma ação humana que corresponde à noção elevada de que o melhor para mim também é o melhor para o outro [...], que a solução dos meus problemas individuais passa pela solução dos problemas coletivos”. Ou seja, solidariedade não é caridade ou altruísmo, mas sim, “compreensão da interdependência humana, tanto entre os indivíduos como entre as coletividades, entre as sociedades, entre as nações”.

Para DEMO (2002, p. 41 e 258), o conceito de solidariedade encerra várias acepções. Numa perspectiva biológica, o mutualismo surge como subproduto, ou seja, grande parte das manifestações solidárias é ligada ao auto-interesse e não como fim em si. Mas, solidariedade apresenta-se também, segundo DEMO (2002, p. 144), como utopia. Nessa perspectiva, ela se apresenta em duas dimensões: por um lado, como poder, como dominação, como forma de controle da sociedade, na medida em que incentiva a união, a colaboração, a partilha, a compreensão e o perdão do outro, enfim, o ser “bonzinho”, situação assumida por muitas políticas e organizações sociais, que, sob o pretexto de solidariedade, exercem, na verdade, poder de cima para baixo, um controle social, impedindo a emancipação; por outro lado, tem-se a solidariedade como *efeito de poder*, ou seja, a construção do poder

de baixo para cima ou emancipação. Assim, para DEMO (2002, p.261), “solidariedade não é entrega, perda de identidade, conformismo, mas negociação interminável de coisas negociáveis e não-negociáveis”.

Aplica-se à *economia popular*, especialmente na sua versão de *economia solidária*, esta última concepção de solidariedade, ou seja, a da construção do poder de baixo para cima ou emancipação.

3.1.5.4 Autogestão

Quanto à *autogestão*, não obstante a diversidade de concepções e aplicações, tal como a referente a técnicas de administração e processos produtivos que, utilizando determinados tipos de tecnologias, têm por objetivo promover a ampliação ou a integração fabril (ALBUQUERQUE 2003, p. 21), o conceito aqui buscado restringe-se à economia popular, principalmente na sua versão de *economia solidária*, à qual é usual associar a qualificação de *autogestionária* (SINGER, 2000, p. 149). Assim, segundo ALBUQUERQUE (2003, p. 20), o conceito de *autogestão* é multidimensional: *social, econômico, político e técnico*, que ele assim caracteriza:

Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um ‘coletivo’. É um exercício de poder compartilhado que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizacionais ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

[...]

A primeira dimensão diz respeito ao caráter social, pois, enquanto construção social, a autogestão deve ser percebida como resultado de um processo capaz de engendrar ações e resultados aceitáveis para todos os indivíduos e grupos que dela dependem; a segunda remete ao econômico, são processos de relações sociais de produção que se definem sobre práticas que privilegiam o fator trabalho em detrimento do capital; a terceira é política, se fundamenta a partir de sistemas de representação cujos valores, princípios e práticas favorecem e criam condições para que a tomada de decisões seja o resultado de uma construção coletiva que passe pelo poder compartilhado (de opinar e decidir), de forma a garantir o equilíbrio de forças e o respeito aos diferentes atores e papéis sociais de cada um dentro da organização; a quarta dimensão é técnica, insinua a possibilidade de uma outra forma de organização e de divisão do trabalho.

3.2 ECONOMIA POPULAR: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

Na busca da compreensão da natureza do fenômeno da *economia popular*, traz-se, na presente subseção, o pensamento dos principais autores brasileiros e alguns latino-americanos quanto à concepção, enfoques diferenciados de abordagem, componentes, atores e agentes dessa modalidade de economia.

Considerando que o foco deste trabalho é o Brasil, a menção de alguns autores latino-americanos tem por finalidade apenas agregar elementos para uma melhor compreensão do fenômeno, sem a mínima pretensão de analisar a *economia popular* na América Latina.

A exposição da visão dos autores sobre a *economia popular* inicia pelos que abordam o tema de forma mais abrangente, prosseguindo com aqueles cujos enfoques são mais específicos.

Conforme alertado anteriormente, não obstante a adoção, neste trabalho, da denominação de *economia popular*, respeita-se a nomenclatura utilizada pelos autores, sempre que os mesmos são citados.

3.2.1 Economia dos Setores Populares

Reconhecendo a diversidade de denominações dadas ao fenômeno em análise, KRAYCHETE convencionou “designar por economia dos setores populares, as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital” (2000, p. 15).

KRAYCHETE utiliza a denominação de *economia dos setores populares*, pretendendo, com ela “expressar um conjunto de atividades heterogêneas, sem idealizar, a priori, os diferentes valores e práticas que lhes são concernentes”, tendo em vista que estão aí compreendidas, “além das atividades realizadas de forma individual ou familiar, as diferentes modalidades de trabalho associativo, formalizadas ou não, a exemplo das cooperativas, empreendimentos autogestionários, oficinas de produção associada, centrais de comercialização de

agricultores familiares, associações de artesãos, escolas e projetos de educação e formação de trabalhadores, organizações de microcrédito, fundos rotativos etc” (2000, p.15-16).

Como um dos organizadores do Seminário *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*, realizado na Universidade Católica de Salvador - UCsal, BA, nos dias 8 e 9 de novembro de 1999, reunindo renomados pesquisadores e diversas pessoas que atuam em movimentos sociais, KRAYCHETE (2000, p. 15) justifica a realização do referido Seminário com duas constatações e uma indagação. A primeira constatação refere-se às transformações ocorridas na estrutura do mercado de trabalho nas duas últimas décadas, com o aumento do desemprego, a diminuição do número de trabalhadores assalariados e o crescimento do número de trabalhadores por conta própria. A segunda é decorrente da anterior e refere-se ao reconhecimento de que a reprodução da vida de parcelas crescentes da população passou a depender, em maior escala, de atividades assentadas no trabalho realizado de forma individual, familiar ou associativa, atividades estas que, em seu conjunto, sustentam uma *economia dos setores populares*, envolvendo, mesmo que de modo disperso e fragmentado, um extenso fluxo de produtos, serviços e modalidades diversas de trocas e mercados. A partir das constatações anteriores, KRAYCHETE indaga:

Quais as expectativas que se vislumbram para essa economia dos setores populares face à lógica central do capitalismo hoje? Seria possível não apenas potencializar essa economia dos setores populares, mas também expandir e desenvolver as relações assentadas em valores éticos de solidariedade, cooperação e justiça? Ou estes setores estariam, inapelavelmente, condenados a viver nas franjas do sistema? (2000, p. 15).

KRAYCHETE (2000, p. 18 ss.) analisa o processo de desassalariamento, demonstrando que, entre 1940 e 1980, o mercado de trabalho brasileiro se estrutura, ampliando os empregos assalariados, principalmente os com carteira assinada, de 42% da PEA, em 1940, para 62,8%, em 1980, e reduzindo os trabalhadores por conta própria e o desemprego. Se, naquele período, para cada 10 postos de trabalho abertos, 8 são assalariados (sendo 7 com registro e 1 sem registro) e 2 não-assalariados, essa tendência é interrompida a partir de 1980, de modo que o total dos assalariados que, em 1989, representa 64% da PEA, passa para 58%, em 1995. Nos anos de 1990, ampliam-se fortemente as ocupações por conta própria, de forma que, para cada 10 ocupações geradas, apenas 2 são

assalariadas, sendo quase 5 por conta própria e 3 ocupações sem remuneração. Portanto, às pessoas, que sempre viveram de trabalhos informais, soma-se um novo contingente de trabalhadores expulsos do emprego regular, além das pessoas que ingressam no mercado de trabalho a cada ano.

KRAYCHETE (2000, p. 22) explicita também a mudança de visão que vem ocorrendo a respeito do assim chamado *setor informal*, lembrando que, até os anos de 1970, “o setor informal seria um movimento reflexo do setor formal ou moderno: cresceria nos momentos de crise, amortecendo o desemprego gerado pelo setor formal” e “predominava a visão que explicava a pobreza urbana como algo residual ou transitório a ser superado pelo desenvolvimento industrial”. Ou seja: “o setor informal era entendido como um subproduto de um eventual período de crise ou insuficiente desenvolvimento do setor moderno, e que seria superado pelo crescimento econômico”. Desse ponto de vista, KRAYCHETE (Ibid., p. 22) avalia que seria inócuo qualquer debate sobre a viabilidade do *setor informal*, dado que, conforme essa visão, o futuro era o capital e todos cresceriam juntos. Também não havia razões para preocupação com o dito *setor informal* por parte da esquerda, a qual apostava no socialismo como futuro e, para isso, contava a luta sindical.

Porém, KRAYCHETE (Ibid., p. 24) constata que, atualmente, “diante de oportunidades de emprego regular cada vez mais restritas, a reprodução da vida de uma parcela crescente da população passa a depender, em maior escala, de uma economia que se alimenta de inúmeras atividades, realizadas de forma individual, familiar ou associativa, envolvendo um extenso fluxo de produção e troca de bens e serviços”. Com isso, conclui KRAYCHETE (Ibid., p. 22), ganham especial importância política, principalmente a partir de 1990, as “iniciativas populares que se dedicam à produção/comercialização de bens e serviços”. Da mesma forma, “recentes linhas de estudo e pesquisa focalizam algumas iniciativas dessa economia dos setores populares, não como uma frente pré-política, mas como uma ação de fronteira, geradora de embriões de novas formas de produção e sociabilidade”.

3.2.2 Reprodução Ampliada da Vida

Para TIRIBA & ICAZA, “a economia popular é um conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares com vistas a

garantir, através da utilização da sua própria força de trabalho e dos meios disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais, como imateriais” (2003, p. 101). “Seu objetivo não é a acumulação do capital e, sim, a reprodução da própria vida” (TIRIBA, 2001, p.109).

A partir desse conceito, as autoras destacam, na *economia popular*, uma dimensão que transcende à obtenção dos recursos materiais e está estreitamente vinculada à *reprodução ampliada da vida*, tendo em vista que,

estabelecendo relações sociais baseadas em valores de companheirismo, reciprocidade e cooperação, os atores da economia popular desenvolvem estratégias de trabalho e sobrevivência que buscam, não só a obtenção de recursos monetários e excedentes que possam ser trocados no mercado, mas também a criação de condições que favoreçam alguns elementos que são fundamentais no processo de formação humana, como a socialização do conhecimento e da cultura, saúde, moradia etc. Assim, além das iniciativas econômicas, cujo objetivo imediato é a geração de renda, as atividades da economia popular se encontram nas ações espontâneas de solidariedade entre familiares, amigos e vizinhos e também nas ações coletivas organizadas no âmbito da comunidade, que têm como meta uma maior qualidade de vida (TIRIBA & ICAZA, 2003, p. 101).

As autoras exemplificam esta dimensão com os mutirões para a construção de casas populares, limpeza de valas, o revezamento para cuidar de crianças enquanto os pais trabalham, a ajuda dos amigos para o conserto do telhado do vizinho, a organização de creches comunitárias, clubes de troca, mercados solidários etc. Trata-se da *reprodução ampliada da vida*, ou seja, a *economia popular* não se restringe à produção e distribuição de mercadorias e serviços, mas é algo que envolve também reprodução da vida como um todo, envolve as relações sociais na comunidade em seu conjunto (TIRIBA & ICAZA, 2003, p. 101-102).

Segundo as autoras,

a partir das duas últimas décadas do século XX, o termo economia popular vem sendo utilizado – de uma maneira geral - para fazer referência às atividades desenvolvidas por aqueles que foram excluídos ou nunca conseguiram ingressar no mundo do trabalho assalariado, como também por aqueles trabalhadores que, devido aos baixos salários, buscam no trabalho por conta própria (individual ou associativo) a complementação de sua renda (2003, p. 102).

Frisam, ainda, as autoras que, embora antecedam o modo de produção capitalista e estejam presentes em outras formações sociais, as atividades da *economia popular* têm-se tornado mais nítidas dentro do modelo de acumulação capitalista. Neste se observa o aumento do desemprego e da pobreza, obrigando crianças, jovens e adultos, nos grandes centros urbanos, a inventar qualquer atividade para sobreviver: fazer malabarismo nos sinais de trânsito, transformar-se

em homens-estátua, catar latinhas, vender roupas íntimas, doces e salgados, inclusive produzidos na própria unidade doméstica etc. Não conseguindo trabalho no mercado formal de trabalho, os atores da *economia popular* organizam seus empreendimentos, de forma individual ou associada, contando com a própria força de trabalho: cooperativas, grupos de produção comunitária, além de inúmeras pequenas unidades econômicas como barraquinhas de cachorro-quente, bares, biroskas e mercadinhos populares, organizados familiarmente ou em grupos de 2 ou 3 sócios. (2003, p. 102-103).

Em síntese, para TIRIBA & ICAZA (2003), a *economia popular* é constituída por um conjunto de estratégias de trabalho e de sobrevivência que atravessam diferentes formações econômicas. Compreende um conjunto de práticas que se desenvolvem entre os setores populares, manifestando-se e adquirindo diferentes configurações e significados ao longo da história da humanidade e constituindo a forma pela qual, historicamente, os setores populares tentam assegurar – a seu modo - a *reprodução ampliada da vida*, isto é, não se restringe à produção e distribuição de bens e serviços, nem visa à acumulação do capital pelo capital, mas envolve a reprodução da vida em todas suas dimensões, materiais e imateriais, envolvendo, inclusive, as relações sociais na comunidade em seu conjunto.

3.2.3 Subsistema de Economia Popular ou Economia do Trabalho

Para o argentino CORAGGIO (2000, p. 91 ss), em síntese, a *economia popular* é um subsistema econômico que vincula e potencializa, mediante realizações políticas e econômicas desenvolvidas sobre um substrato de relações de parentesco, vizinhança, etnia e outras relações de afinidade, as *unidades domésticas* populares e suas organizações particulares e sociais relativamente autônomas, tendo como sentido e escopo a reprodução ampliada da vida.

CORAGGIO (Apud: TIRIBA, 2001, p. 113) argumenta que não é possível se ter uma visão da totalidade do sistema econômico, se o mesmo for reduzido a apenas 2 subsistemas (formal e informal), mas é preciso incorporar a *economia popular* como mais um subsistema. Assim, considerando a complexidade do novo tecido social, a economia estaria dividida em três subsistemas: *economia empresarial-capitalista*, a *economia pública* (empresarial-estatal e burocrático-

estatal, não orientada para o lucro) e a *economia popular* ou *economia do trabalho*, conforme demonstra o QUADRO 2.

CORAGGIO (2000, p. 111-116) propõe o *subsistema de economia do trabalho*, não como um novo sistema totalizador que substitua o capitalista, mas como o conjunto integrado das múltiplas atividades econômicas de produção e reprodução comandadas pelos trabalhadores, sendo chamado de “*economia do trabalho* porque está centrado no trabalho como seu principal recurso, ainda que não seja o único. Sua lógica não é a da acumulação nem do capital monetário nem do capital político, mas do capital humano: a reprodução ampliada da vida de todos” (2000, p.112).

QUADRO 2 - SUBSISTEMAS DA ECONOMIA, SEGUNDO CORAGGIO

SUBSISTEMA	LÓGICA/SENTIDO	AGENTES
Economia Empresarial	Acumulação de capital	Empresas e suas redes e aparatos <i>ad hoc</i>
Economia Pública	Acumulação/legitimação do poder	Organizações de estado, partidos políticos, redes e aparatos <i>ad hoc</i> .
Economia Popular ou Economia do Trabalho	Reprodução ampliada da vida	Unidades domésticas, suas redes e aparatos <i>ad hoc</i>

FONTE: CORAGGIO (Apud: TIRIBA, 2001, p. 113).

CORAGGIO compreende

a economia popular como o conjunto de recursos, práticas e relações econômicas próprias dos agentes econômicos populares [...] São as organizações econômicas domésticas a unidade elementar de constituição do terceiro pólo da economia [...]. Diferente de outros setores, cujas lógicas são as da acumulação e da legitimação do poder, o setor da economia popular inclui todas as unidades domésticas que ‘não vivem da exploração do trabalho alheio, nem podem viver da riqueza acumulada (incluídos os investimentos em fundos de pensões etc.), mas que seus membros devem continuar trabalhando para realizar expectativas médias de qualidade de vida [...] ainda que todos ou alguns de seus membros trabalhem em outros subsistemas’ (Apud: TIRIBA, 2001, p. 113).

CORAGGIO (Apud: TIRIBA & ICAZA, 2003, p. 104) explica que, mesmo que a *economia popular* empregue alguma força de trabalho assalariada, o objetivo é a reprodução ampliada da *unidade doméstica* que ele caracteriza como célula da *economia popular*, basicamente familiar, comunitária, unipessoal ou cooperativa:

A unidade de análise econômica que deve ser tomada, não é a do indivíduo que trabalha por conta própria, nem tampouco, a da microempresa. Se a perspectiva dessa economia é a da reprodução da vida, a unidade de análise mais conveniente vem a ser aquela que os antropólogos denominam *unidade doméstica* [...]

A unidade doméstica, como micro-unidade de organização dos sistemas de reprodução, é a célula da economia popular, da mesma forma que as empresas, como micro-unidades de reprodução do capital, são as células da economia capitalista. [...]

A unidade doméstica [...] pode ser formada tanto por pessoas com vínculo de consangüinidade, como pode ser unipessoal ou multifamiliar, ou até ser formada por amigos, por comunidades étnicas [...], de vizinhos, por grupos que se unem livremente para cooperar, ou agregações solidárias de outro tipo qualquer, que compartilhem recursos e articulem estratégias, explícitas ou implícitas, para reproduzirem a sua vida coletiva. Em todos os casos, seus membros juntam seus recursos, no todo ou em parte, a fim de satisfazer coletiva e solidariamente as necessidades de todo o conjunto – o que torna essas unidades um lar, ou 'domicílio', no mesmo sentido que as pesquisas oficiais dão a esse termo (2000, p. 94-95).

Daí, para CORAGGIO (2000, p. 96-104), as *unidades domésticas*, pelas capacidades de seus membros, compõem um *fundo de trabalho*, agregando produtos e serviços que satisfaçam suas necessidades, através de:

- a) *próprio trabalho assalariado* (venda da força de trabalho em troca de um salário);
- b) *um trabalho que produza bens ou serviços sob a forma de mercadorias* vendidas por determinado preço, ficando claro que não se trata da venda da força de trabalho, mas da venda de produtos ou serviços para um ou mais clientes, situação na qual a unidade doméstica pode tomar a forma *ad hoc* de um microempreendimento, individual ou coletivo;
- c) *o trabalho para o autoconsumo*, direcionado para a produção de bens ou serviços que são consumidos na própria unidade doméstica, bens ou serviços que não vão para o mercado, mas que são produzidos como valores-de-uso para os produtores e não passam pela forma de dinheiro, a exemplo de limpeza, trabalho de cozinha, tomar conta de crianças, trabalho na horta, conserto ou confecção de roupas, trabalho de construção de móveis, construção da própria casa. Todos esses trabalhos não passam pelo mercado, nem tomam forma de dinheiro, mas contribuem diretamente para a reprodução da unidade doméstica;
- d) *o trabalho solidário para produzir bens ou serviços de consumo coletivo*, o que ocorre quando distintas unidades domésticas de um bairro ou região formam grupos com o fim de resolver necessidades comuns, como, por exemplo: realizar obra de infra-estrutura, trazer água para a comunidade, resolver problemas de segurança, construir instalações para a prática de esportes;
- e) *o trabalho de se dedicar ao investimento nas próprias capacidades dos trabalhadores*, membros das unidades domésticas, potencializando suas habilidades e aptidões, investimento no estudo, capacitação,

formação para o desenvolvimento das capacidades individuais ou coletivas;

- f) *as transferências monetárias ou não monetárias* entre outras unidades domésticas, a exemplo de um irmão que ajuda a irmã cuidar dos pais, a pensão paga aos filhos da mulher separada, as transferências via programas sociais, em dinheiro, preços subsidiados para educação, saúde, cestas de comida, materiais para construção;
- g) *a reprodução ampliada da vida com qualidade crescente* através do uso, pelas unidades domésticas, de parte de suas capacidades e energias para realizar atividades que, de per si, não produzem valores-de-uso: práticas de esportes, participação em festas, associações de bairro, mutirões de entre-ajuda etc.

Evidentemente, para CORAGGIO (2000, p. 105), não são todas as *unidades domésticas* que compõem a *economia do trabalho*. Não se incluem aí as unidades rentistas, que vivem de renda, ou que, para a sua reprodução, não dependem da realização contínua do seu trabalho nem das pensões derivadas do trabalho já realizado. Também não se incluem apenas as *unidades domésticas* pobres, tendo em vista que podem ser incluídos profissionais, professores, comerciantes, artesãos, artistas, que trabalham sem explorar o trabalho alheio.

CORAGGIO foca, ainda, a *economia popular* na perspectiva macro, afirmando que, quando se passa da *unidade doméstica* para o conjunto de todo o setor da *economia popular*, fala-se, então,

do conjunto de unidades domésticas de trabalhadores e, portanto, do conjunto dos recursos que administram; das capacidades que possuem; da estrutura de suas atividades; da estrutura e qualidade de sua força de trabalho no mercado; de sua estrutura de arrecadação – salários, entradas líquidas, por produção e/ou venda de bens e serviços, pequenas transferências monetárias entre unidades domésticas -; da estrutura e das condições de intercâmbio com a economia empresarial capitalista; da estrutura e do resultado líquido das transferências do setor com a economia estatal (os impostos que paga e as transferências e subsídios que recebe); da estrutura de distribuição das unidades da economia popular de acordo com as diversas formas e camadas de receitas (2000, p. 107).

Nessa perspectiva, incluem-se aí, também, segundo CORAGGIO,

regras de distribuição dos resultados entre os membros – ao nível de micro e macro – seus valores, conhecimentos, seu sentido comum, os projetos que servem para orientar suas atividades; seus agrupamentos, suas agregações, suas organizações suas redes, suas

relações e a natureza dessas relações (Inclusive o fato de que pode haver relações conflituosas e exploradoras no interior da economia popular)” (2000, p. 108).

A todo esse conjunto, composto por *unidades domésticas*, nas perspectivas micro e macro, CORAGGIO (2000, p. 109) denomina de *economia popular* ou *economia do trabalho*, a qual, inorgânica, anômica, empobrecida, atravessada por contradições internas, confronta-se com outros dois subsistemas: a *economia empresarial capitalista* que, embora tendo fortes contradições internas, é orgânica e conta com forte estruturação e institucionalização nas suas frações mais centralizadas, e a *economia pública*, altamente institucionalizada, ainda que também com fortes contradições internas.

CORAGGIO vê diferenças essenciais entre essas economias, quanto à organização, nível de recursos por elas controlados, poder que exercem etc. Reconhece (2000, p. 109-110) a fragilidade desse conjunto magmático que conforma a *economia popular*, porém, partindo da convicção de que o capitalismo não tem capacidade para reintegrar a sociedade, visualiza a viabilidade de possibilidades alternativas e aposta na construção, para breve, de um novo sistema, o *subsistema da economia do trabalho*, vaticinando:

Esta possível economia alternativa, economia do trabalho, seria um sistema que se desenvolveria a partir da economia dos setores populares, fortalecendo suas vinculações e capacidades, potencializando seus recursos, sua produtividade, sua qualidade, assumindo novas tarefas, incorporando e autogerindo os recursos das políticas sociais de modo a fortalecer os laços sociais entre seus membros, seus segmentos, suas microrregiões; uma economia que estruturalmente distribua com mais igualdade, que supere essas tendências à exploração ou à violência, que seja um setor da sociedade mais harmônico e integrado, com outros valores de solidariedade, com maiores recursos voltados para a cooperação (2000, p.113-116).

Para tanto, prevê CORAGGIO (Ibid., p.116-131), são necessárias muitas lutas. Lutas de natureza política, na perspectiva da radicalização do processo de democratização. Lutas de natureza cultural e ideológica, buscando construir uma mentalidade que não divida a sociedade em classes. Lutas de natureza local e global, com atuação concreta. São necessárias, ainda, escala e sinergia, na perspectiva de uma ampla transformação estrutural.

3.2.4 Projeto de Desenvolvimento Nacional Alternativo ao Capitalismo

Com enfoque predominante na *economia solidária* e na mesma perspectiva protagonista de CORAGGIO, Orlando NUÑEZ, a partir da experiência nicaragüense,

tendo por referência os movimentos de resistência às políticas neoliberais de desapropriação das terras agrícolas coletivizadas durante a revolução sandinista, acredita que

a economia popular está composta pelos operários e assalariados do campo e da cidade, os pobres e desempregados, os produtores-trabalhadores diretos, individuais e agrupados em redes, sindicalizados ou cooperativados, associados ou autogestionados, que, apesar de subordinados e dirigidos pela economia capitalista, não estão dispersos, tendo como identidade pertencer a um projeto de desenvolvimento nacional, alternativo ao capitalismo (Apud: TIRIBA, 2001, p. 110).

Sob esta perspectiva, NUÑEZ (Apud: TIRIBA & ICAZA, 2003, p. 107), denomina de *economia popular, associativa e autogestionária*, as atividades econômicas que se inserem no âmbito da produção mercantil e cujos trabalhadores orientam-se por uma estratégia associativa e autogestionária para enfrentar a lógica excludente do capitalismo e, ao mesmo tempo, construir as bases de um projeto de emancipação dos segmentos populares.

NUÑEZ (Apud: TIRIBA, 2001, p. 111) acredita que, na perspectiva de um projeto revolucionário, “não é preciso esperar pela tomada do poder para que possam ocorrer avanços significativos, pois eles mesmos são parte da tomada do poder político, são parte da revolução, da transição e da construção do socialismo”. Considerando o fato de que o controle do Estado exige o controle da economia, para NUÑEZ, a revolução socialista terá de seguir o mesmo caminho da revolução burguesa, ou seja, questionar a velha ordem econômica, social e política e, ao mesmo tempo, “incubar novas formas de produção, madurar sua superioridade no seio da velha sociedade, até que a tomada do poder político seja um resultado que permita completar sua tarefa”.

Respalhando-se no acúmulo de experiências autogestionárias e no grande potencial de associatividade empresarial, NUÑEZ acredita que “é precisamente nas formas de produção de intercâmbio mercantil simples onde se pode expressar a possibilidade de que os setores da economia popular possam fazer incursões na economia como estratégia de mercado” (Apud: TIRIBA, 2001, p. 111). Desta forma, a economia popular corresponde a uma luta defensiva e ao mesmo tempo ofensiva: é concebida como frente de resistência à lógica do capital, mas também como frente de luta para a instauração de uma nova ordem mundial.

Para tanto, NUÑEZ (Apud: TIRIBA, 2001, p. 112) compreende que a única maneira pela qual a *economia popular* pode empreender uma estratégia de mercado

e tentar competir com o capitalismo e sua economia de escala, sem que os produtores-trabalhadores populares se convertam em capitalistas, é precisamente através da *associatividade*, tendo em vista que não basta que uma grande quantidade de unidades econômicas populares seja muito democrática, pois elas estarão, simplesmente, condenadas a se subordinar ao sistema capitalista, se não conseguirem ascender a uma economia de escala.

3.2.5 Economia Solidária e Autogestionária

Uma outra concepção de *economia popular* é caracterizada pela *solidariedade* e *autogestão*. Destacam-se, nesta perspectiva, os autores Luis RAZETO, Paul SINGER, Armando de Melo LISBOA, Euclides MANCE, Antônio David CATTANI, Marcos ARRUDA, dentre outros, os quais apresentam pequenas variações conceituais, de nomenclatura ou de ênfase no foco de análise, porém, têm como eixo a economia caracterizada pela *solidariedade* e *autogestão*, principalmente os três primeiros, assumidos como interlocutores nesta subseção.

RAZETO (1993) tem se dedicado ao estudo dos aspectos *macro* da problemática, mas também aos aspectos *micro* das unidades econômicas e de suas redes associativas (TIRIBA, 2001, p. 115), com foco predominante na dimensão da solidariedade.

Para RAZETO, a *economia popular* constitui um fenômeno generalizado por toda a América Latina, no contexto das transformações estruturais do mercado e das estruturas econômicas e sociais recentes. A *economia popular* apresenta-se como um fenômeno muito complexo e heterogêneo, constituindo-se como “resultado de diferentes atividades e experiências que os setores populares desenvolvem com o objetivo de tentar assegurar a satisfação de suas necessidades econômicas” (Apud: TIRIBA, 2001, p. 115-116).

Para RAZETO, “a economia popular está presente nas unidades econômicas dirigidas, individualmente, familiarmente ou em grupos, sem que os seus atores contem com nenhum, ou quase nenhum, capital: ‘sua única riqueza é a força de trabalho e – sobretudo – a ânsia de viver’” (Apud: TIRIBA & ICAZA, 2003, p. 106), ou seja, as diferentes modalidades de iniciativas produzidas pelos setores

populares não se caracterizam pelo investimento de capitais, mas pelo investimento de trabalho (TIRIBA, 2001, p. 117).

Para RAZETO, embora submersa e, em última análise, submetida aos imperativos da “lei do mais forte”,

a economia popular apresenta características que se contrapõem à racionalidade econômica capitalista. Isto porque os trabalhadores da economia popular não trocam sua força de trabalho por um salário; seu trabalho não consiste em trabalho pago + trabalho excedente não-pago. Tendo os trabalhadores a posse e/ou a propriedade individual ou associativa dos meios de produção, ao invés do emprego da força de trabalho alheio, o princípio é a utilização da própria força de trabalho para garantir não apenas a subsistência imediata, como também produzir um excedente que possa ser trocado, no mercado da pequena produção mercantil, por outros valores-de-uso. Não se caracterizando pelo investimento de capital, mas pelo investimento em força de trabalho, o trabalho se constitui no principal fator de produção, constituindo-se como a gênese e, ao mesmo tempo, resultado do conjunto dos demais fatores do processo de produção de bens e serviços (RAZETO, Apud: TIRIBA & ICAZA, 2003, p. 104).

RAZETO (Apud: TIRIBA, 2001, p. 117) observa que a economia solidária, diferentemente da economia tradicional, utiliza-se do fator “C”, relativo à cooperação, à comunidade, à colaboração, à coordenação, à coletividade e que, enquanto na economia dominante capitalista, a distribuição de recursos, bens e serviços é feita mediante relações de compra e venda, tributação e dotações orçamentárias, a economia solidária possui, além destes, outros tipos de fluxos e relações econômicas: doações, reciprocidade, comensalidade e cooperação. No entanto, nem toda a economia popular é solidária, pelo fato de nela nem sempre estar o fator “C”, símbolo de valores que caracterizam uma ação conjunta e solidária. Do mesmo modo, nem toda a economia de solidariedade é economia popular, já que é possível encontrar elementos de solidariedade em outros organismos e outras atividades econômicas realizadas por setores sociais não-populares.

RAZETO classifica a *economia popular* em 5 tipos de atividades e empreendimentos:

- a) Soluções assistenciais, como mendicância nas ruas, subsídios oficiais para indigentes, sistemas organizados de beneficência pública ou privada, orientados a setores de extrema pobreza etc.;
- b) Atividades ilegais ou envolvendo pequenos delitos, como a prostituição, pequenos roubos, pequenos pontos de venda de drogas ou outras atividades consideradas ilícitas ou à margem das normas sociais e culturais;
- c) Iniciativas individuais informais, como comércio ambulante, serviços domésticos de pintura e limpeza, mensageiros com locomoção própria, guardadores de carros,

coletores e vendedores de ferro-velho etc., muitas vezes vinculadas ao comércio formal;

- d) Microempresas e pequenos escritórios de negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios, como pequenos comércios de bairro, oficinas de costura, bares etc., geralmente dirigidos pelos próprios proprietários, com a colaboração da família;
- e) Organizações econômicas populares, como organizações de pequenos grupos para buscar, associativa e solidariamente, a forma de encarar seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos (geralmente surgidos de paróquias, comunidades, sindicatos, partidos políticos e outras organizações populares). (Apud: TIRIBA, 2001, p. 116)

Dentre as diferentes atividades que compõem o mundo da *economia popular*, RAZETO (1990, p. 11-14) destaca as *organizações econômicas populares* (OEPs) que, como iniciativas organizadas e solidárias, transitando entre a *economia popular* e *economia de solidariedade*, apresentam como características e aspectos comuns as seguintes:

- a) São iniciativas que desenvolvem os setores populares tanto no campo como nas cidades, alcançando uma maior extensão nos cinturões de pobreza dos grandes centros urbanos;
- b) Não são iniciativas meramente individuais, mas associativas, nas quais se organizam as pessoas e/ou famílias em pequenos grupos ou comunidades; não se apresentam como multidões anônimas, mas são facilmente identificáveis;
- c) São iniciativas organizadas em que seus integrantes propõem, de forma explícita ou informalmente, um programa de atividades com objetivos precisos, dando lugar a uma estrutura e procedimentos para a tomada de decisões;
- d) São iniciativas para enfrentar um conjunto de carências e de necessidades concretas como a geração de trabalho e salários, alimentação, moradia, saúde etc.; além das fisiológicas, busca-se satisfazer às necessidades individuais de convivência, de desenvolvimento da cultura, de educação, de autonomia e integração crítica na sociedade;
- e) São iniciativas que buscam enfrentar os problemas por meio de uma ação direta, mediante o esforço coletivo e a utilização de recursos próprios;
- f) São organizações que implicam relações e valores solidários, não como algo acessório ou secundário, mas como algo inerente ao modo com que se busca enfrentar os problemas e satisfazer as necessidades;
- g) São organizações que, embora tenham de experimentar variadas formas de dependência com respeito aos sujeitos externos, pretendem que a dinâmica interna das relações entre seus integrantes se dê de maneira participativa, democrática, autogestionária e autônoma;
- h) São iniciativas que não se limitam a uma só atividade, mas que tendem a ser integrais, combinando atividades econômicas, sociais, educativas e culturais;
- i) São iniciativas que pretendem ser diferentes e alternativas com respeito ao sistema vigente, propondo-se ser, ainda que em pequena escala, uma mudança social, na perspectiva de uma sociedade melhor e mais justa;
- j) São iniciativas que, surgindo dos setores populares para fazer frente a suas necessidades, geralmente são apoiadas por instituições religiosas ou organizações não governamentais, através de atividades de capacitação, assessoria e doação de recursos materiais, tendo como objetivo o desenvolvimento social, cultural, político, econômico e humano integral dos setores populares. (Apud: TIRIBA, 2001, p. 117).

Para SINGER (2003, p. 116), a *economia solidária* constitui um conceito com variadas acepções que giram em torno da idéia da solidariedade, em contraste

com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas.

Para SINGER (2003, p. 116), *economia solidária* “se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais necessitados”.

É caracterizada pela autogestão, que significa que “a mais completa igualdade de direitos de todos os membros deve reinar nas organizações da economia solidária, devendo a propriedade do capital estar repartida entre todos os sócios por igual, que em consequência terão os mesmos direitos de participar nas decisões e na escolha dos responsáveis pelos diversos setores administrativos da mesma” (SINGER, 2003, p. 116).

Segundo SINGER (2003, p. 116), a *economia solidária* se apresenta sob diversas modalidades: organizações produtivas, cooperativas, clubes de troca, cooperativas habitacionais de consumo, de poupança, sendo a cooperativa a forma mais clássica dessa espécie de empreendimento.

Historiando a *economia solidária*, SINGER (2003, p.116-117) diz que ela ressurgiu, no final do século XX, como resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulação da economia e à liberação dos movimentos do capital que acarretam, nos diversos países, desemprego em massa, fechamento de firmas e marginalização cada vez maior dos desempregados crônicos e dos que sabem que não têm possibilidade de voltar a encontrar emprego, por causa da idade, falta de qualificação ou de experiência profissional, discriminação de raça ou gênero e outras.

Nestes contextos, para SINGER (2003, p. 117), a *economia solidária* assume, muitas vezes, um papel importante de combate ao desemprego e de inserção social.

SINGER (2003, p. 117) relata que a *economia solidária*, tal como é conhecida atualmente, tem como antecedente principal o cooperativismo operário, surgido das lutas de resistência contra a revolução industrial, ao longo dos séculos XIX e XX, concebido por Robert OWEN, com quem algumas dezenas de operários

constituíram, em 1844, uma cooperativa denominada *Pioneiros Eqüitativos de Rochdale*, na Inglaterra.

SINGER (2003, p. 121-122) relata também que “no último quartel do século XIX as condições de vida do proletariado eram tão ruins e desesperadoras que suas únicas opções eram rebelar-se (inclusive porque não tinham direito de votar e ser votados) ou se submeter”. Daí, através de lutas memoráveis, “a situação dos trabalhadores, a partir de 1870, começa a mudar: aumentam os salários reais, o direito à organização sindical é reconhecido e as primeiras bases do estado de bem-estar são aprovadas, conquista-se o sufrágio universal”. Daí, no começo do século XX, o proletariado é incluído política e socialmente na sociedade capitalista, embora o seu bem-estar continuasse ameaçado pelo desemprego. Estas grandes transformações reconciliam o proletariado com a sua situação de assalariado, passando o emprego assalariado, de opróbrio, a uma condição social invejável, condição de cidadania e objeto de desejo da grande massa dos excluídos, dos condenados, por falta de quem queira empregá-los, a ter de se sustentar por conta própria.

Para SINGER (2003, p. 122), reconciliados com o assalariamento, os trabalhadores em sua grande maioria perdem o entusiasmo e o interesse pela autogestão, reconciliação facilitada pelo pleno emprego durante os 30 anos dourados, após a II Guerra, até o advento de uma nova ofensiva do capital na produção, no último quartel do século XX, que SINGER assim descreve:

A situação mudou outra vez na metade dos anos 1980, quando Thatcher e Reagan inauguraram a retomada da maioria das concessões feitas ao proletariado nas décadas anteriores. O mercado financeiro tornou-se hegemônico e começou a impor sucessivos apertos fiscais e monetários, o que reduziu à metade o ritmo de crescimento das economias centrais; o livre comércio e a movimentação irrestrita de capitais permitiram às multinacionais transferir gradualmente mais e mais linhas de produção para países de baixos salários e sem estado de bem-estar digno desse nome; e finalmente reformas fiscais diminuíram a carga tributária dos ricos e o montante de gastos sociais, ocasionando uma redistribuição ao revés da renda.

Aos poucos ficou claro que o desemprego avultado era estrutural, que a pressão para ‘flexibilizar’ direitos trabalhistas teria como arma a ameaça de mais e mais empresas fecharem as portas no país, para reabri-las onde a liberdade de demitir e a ausência de salário-mínimo reduzem os custos da força de trabalho a uma fração insignificante dos que vigem nos países industrializados. E ficou claro, também, que as classes dominantes se haviam convertido de vez ao neoliberalismo, arrastando consigo os meios de comunicação e a opinião pública, inclusive de parte dos dirigentes dos partidos tradicionais da classe trabalhadora (2003, p. 122).

Muda-se, então, a gestão empresarial na perspectiva da produção enxuta, favorecendo uma elite de trabalhadores, centrais às atividades das empresas,

expulsando, porém, os outros trabalhadores do emprego assalariado. Estes novos excluídos são convidados a procurar sobrevivência na pequena produção de mercadorias, enfrentando novas frustrações, pois os mercados em que os assim chamados auto-empregados são obrigados a competir já estão supersaturados, por motivos óbvios (2003, p. 123).

Em vez de *setores populares* (KRAYCHETE, 2000, p. 15 ss.), SINGER prefere falar em "classes trabalhadoras [...] que são as classes que sobrevivem na economia capitalista exclusivamente do seu próprio trabalho, ou seja, não têm capital" (2000, p. 144), frisando que são *classes trabalhadoras*, no plural, porque, segundo o autor, "há uma classe assalariada que vende sua força de trabalho seja a empresas capitalistas, seja ao setor público, seja a unidades domésticas [...], mas há também, uma outra classe trabalhadora, que tem meios de produção próprios, mas que não explora o trabalho de outros, porque não têm assalariados. É essa a classe que está presente no que chamamos classicamente de *produção simples de mercadorias*" (2000, p. 144-145).

Segundo SINGER (2000, p.145), a *produção simples de mercadorias* compreende parte importantíssima da agricultura, do pequeno comércio, do setor de serviços e até mesmo da indústria. É toda uma economia, ainda que efetivamente inserida no modo de produção capitalista, mas é completamente diferente dos trabalhadores assalariados que constituem uma outra classe trabalhadora: uma classe que vende a força de trabalho, não tem capital, é uma parte integrante da economia capitalista.

SINGER avalia que, se a preocupação é pensar uma economia alternativa ao capitalismo, essa economia não pode ser recortada pelas *unidades domésticas*, propostas por CORAGGIO, mas que "a economia não capitalista se caracteriza basicamente por princípios socialistas ou cooperativistas [...], ou seja, são empresas igualitárias, em que a posse da empresa é de todos os que trabalham nela, por igual" (2000, p. 147). SINGER considera isto fundamental, não só pela participação igualitária na partilha do excedente, mas, sobretudo, pela importância política, ligada ao fato de ser empresa democrática, onde todos os que nela trabalham têm o mesmo poder de decisão, pelo menos em princípio (2000, p. 148).

Assim, para SINGER (2000, p. 149), o que CORAGGIO chamou de *economia do trabalho* ou *economia popular* é, necessariamente, uma *economia*

autogestionária, tendo em vista que a palavra *autogestionária* significa exatamente isso: igualdade e democracia, igualdade econômica relativa e democracia de decisão absoluta.

SINGER (2000, p. 150) explica que fala de *democracia econômica relativa* porque as cooperativas que estão sendo formadas pelas entidades de apoio (universidades, ANTEAG, Secretarias de Estado etc.) estão mergulhadas na sociedade capitalista, nos valores competitivos, individualistas, da sociedade capitalista e a tal *democracia econômica* nem sempre se faz presente nas cooperativas, que nem sempre pagam por igual, mas pagam menos desigualmente do que as empresas capitalistas. Para SINGER, o próprio termo *cooperativa* está, na prática, muito deturpado e controverso, pois há muitas cooperativas falsas, que não servem como modelo para a proposta de uma *economia alternativa ao capitalismo*, de modo que SINGER prefere a expressão *empresas autogestionárias*.

Complementando SINGER, LISBOA (2004, p. 2) constata a grande diversidade da *economia solidária* contemporânea, abrangendo formas de agricultura familiar, assentamentos do MST, empresas industriais ou rurais recuperadas através da autogestão, cooperativas, redes de comércio justo, incubadoras de cooperativas, inúmeras experiências de finanças solidárias, clubes de trocas, economias indígenas, quilombolas e outras. Avalia, porém, que estas experiências se encontram dispersas e fragmentadas, porém, constituem um amplo movimento social com potencial para, no longo prazo, ser parte da construção de uma nova economia com um novo padrão de desenvolvimento brasileiro que não seja socialmente perverso e excludente.

Nessa perspectiva, LISBOA (2004, p. 2) questiona o fato de que, em geral, se aponte a *autogestão*, ou a *democracia na economia*, como a característica central e definidora da *economia solidária*. Sem menosprezar a *autogestão*, que é uma característica que, sem dúvida, qualifica a *economia solidária*, LISBOA entende que ela não é condição suficiente, nem um elemento necessário para definir o caráter solidário duma atividade econômica. *Autogestão* ou *democracia econômica* pode existir também num empreendimento capitalista. Para LISBOA (2004, p. 4), o aspecto central da *economia solidária* não é a *autogestão*, ainda que sem esta característica, na maioria dos casos, a *economia solidária* fique irreconhecível. Porém, a novidade, a força e o diferencial da *economia solidária* gravita na idéia da

solidariedade, elemento este que não é mero adjetivo, mas é central, que efetivamente reformula a lógica da economia. A *economia solidária* incorpora a *solidariedade* no centro da atividade econômica, razão pela qual ela é mais adequadamente denominada de *socioeconomia solidária*.

3.2.6 Economia do Microempreendimento Informal no Brasil

Márcio POCHMANN (2005), com respaldo na pesquisa realizada pelo IBGE/SEBRAE (2005a), para os anos 1997-2003, sobre Economia Informal Urbana 2003 (IBGE, 2005a), propõe para discussão a Economia do Microempreendimento Informal no Brasil.

Considera como “informal o conjunto de unidades econômicas que produzem algum tipo de serviço ou de bem que se direciona à geração de trabalho e renda, tradicionalmente caracterizado pela pequena escala de produção, pouca organização administrativa e sem nítida separação dos recursos do negócio em relação às finanças domésticas” (2005, p. 1).

Segundo POCHMANN (Ibid., p. 2), o Brasil, após ter percorrido os anos dourados do crescimento econômico, com cinco décadas de contínua elevação sustentada da renda nacional, com renda *per capita* crescendo, em média, 5,6% ao ano, no período de 1950 a 1980, registra, no período de 1980 a 2004, uma renda média de apenas 0,4%.

Diante desse quadro de crise no padrão de acumulação de capital produtivo, POCHMANN (Ibid., p. 2-3) constata o avanço do ciclo de financeirização da riqueza, que se fortalece na transferência contínua do fluxo de renda gerada pela produção e trabalho para os ganhos financeiros apropriados por uma parcela ínfima da sociedade, gerando o descompasso entre acumulação de capital produtivo e a acumulação financeira, de caráter rentista que caracteriza a atual fase econômica que obstaculiza o desenvolvimento nacional. O avanço da riqueza financeirizada vem acompanhado do achatamento da renda do trabalho e da ampliação da quantidade de desempregados. Como exemplo desse fato, POCHMANN (Ibid., p. 3) menciona que o salário mínimo nacional perdeu 50,9% do seu poder de compra, entre 1980 e 2003, enquanto o índice nacional de desemprego aberto foi multiplicado por 3,5 vezes, reduzindo-se, nesse período, a participação do

rendimento do trabalho de 50% para 36% da renda nacional. No mesmo período, denuncia POCHMANN (Ibid., p. 4), o peso relativo do pagamento de juros aumentou em 4% em relação à renda nacional, de modo que, em 2004, em valores acumulados, a renda do trabalho perdeu o equivalente a 1,152 trilhões de reais, ao passo que os proprietários dos títulos da dívida pública apropriaram-se do total de 841 bilhões de reais na forma de juros. E, para dar sustentação ao ciclo da financeirização de riqueza, POCHMANN (Ibid., p. 4) esclarece que coube ao Estado ajustar recorrentemente as finanças públicas, implementando transformações estruturais no país, privatizando grande parte do setor produtivo estatal, elevando a carga tributária, endividando crescentemente o setor público.

E POCHMANN assim conclui e resume a questão do ressurgimento intensivo da *economia informal* no Brasil:

Diante do baixo crescimento econômico nacional, combinado, como por consequência, do desemprego e do rebaixamento do rendimento do trabalho, restaram as possibilidades velhas e novas de atividades informais de produção e reprodução de alternativas de geração de trabalho e renda. Nesse sentido, nota-se que dos 2,7 milhões de proprietários de microempreendimentos com até cinco anos de atividades no Brasil (27% do total), havia 43% que tinham sido dispensados do emprego anterior ou impossibilitado de viver devido ao baixo rendimento auferido (Ibid., p. 5). [...].

Em resumo, as unidades de microempreendimento informal no Brasil compreendem um amplo e complexo universo de atividades extremamente heterogêneas. A composição do microempreendimento informal termina variando desde porta de absorção de desempregados sem alternativas no mercado de trabalho, passando pelo exercício de atividades artesanais, até a constituição de iniciativas pré-capitalistas com potencial de expansão (Ibid., p. 7). [...].

As indicações referentes ao comportamento da economia informal estão em consonância com o fraco desempenho da economia nacional. Entre 1997 e 2003, por exemplo, houve queda de quase 20% na renda média dos ocupados.

Respalado em estudo realizado pelo CESIT-SEBRAE (2005), POCHMANN (2005, p. 20-22) tece considerações sobre o modo de organização e funcionamento da *economia popular* sob a ótica da *informalidade* no Brasil, distinguindo três tipos de operacionalidade dos micro-empresendimentos no Brasil.

Em primeiro lugar, destaca-se um grupo de atividades voltadas fundamentalmente para a sobrevivência, em virtude da ausência de condições apropriadas de vida no mercado de trabalho tradicional. São ações humanas que se direcionam praticamente para o autoconsumo e ao trabalho não-remunerado, dependentes, de alguma forma, da dinâmica capitalista e subordinados à mesma. São constituídas por atividades mercantis simples, sem assalariamento regular, como empresas familiares, trabalhadores por conta própria e autônomos para

público (vendedores ambulantes, biscateiros, cuidadores de carros, engraxates, entre outros), pequenos prestadores de serviços, trabalho doméstico, em domicílio e por empreitada.

Em segundo lugar, constata-se a existência de um amplo segmento de informalidade que opera às margens da economia do mercado. Na maior parte das vezes, refere-se a atividades que operam sem organização compatível com a tradicional lógica capitalista, de acumulação de lucro e estratégia de competição de mercado, se bem que sejam atividades subordinadas ao movimento geral do capital, seja na manutenção, seja na produção, seja na reprodução das unidades de prestação de serviços e distribuição. Estão neste grupo proprietários tanto no estágio pré-capitalista como nas condições próximas da do artesanato.

Em terceiro lugar, podem-se identificar também alguns sinais da presença de situações de ilegalidade e de economia submersa no interior da dinâmica capitalista. Incluem-se, neste caso, os micro-empresendimentos que procuram desenvolver atividades com certa lógica de mercado, mas tentando afastar-se da regulação pública, especialmente para fugir da tributação e da burocratização. Este é, principalmente, o espaço dos trabalhadores atingidos pelas recentes transformações nas grandes empresas (terceirização, redução de hierarquias funcionais, novas tecnologias e formas de gestão da produção e de organização do trabalho), impondo novos relacionamentos diretos entre unidades capitalistas e formas de ocupação não-capitalista (trabalho irregular, parcial, em domicílio, etc.). A produção em rede e a subcontratação de força de trabalho indireta constituem espaço para o segmento organizado (autônomos e consultores para grandes empresas, *free lancers*, falsas formas cooperativadas de trabalho, entre outros) e não-organizado do trabalho (biscateiro, trabalhador em domicílio, familiar, ajudante sem remuneração, entre outros).

3.2.7 A Outra Economia

CATTANI (2003, p. 09-14), numa perspectiva utópica e considerando o caráter complexo, heterogêneo e plural do fenômeno em análise, utiliza a expressão *a outra economia* para denominar as realizações inovadoras, associadas aos novos valores e princípios que se opõem às práticas excludentes, sócio-ambientalmente predatórias, típicas do sistema capitalista.

Numa de suas obras de referência (2003), CATTANI consolida, numa espécie de dicionário, artigos e textos de diversos autores que tratam das formas de auto-ocupação dos *excluídos do trabalho assalariado*, principalmente as de caráter associativo, solidário e autogestionário. A escolha do nome da obra - *A Outra Economia* - é sintomática. Representa uma forma de economia cujos contornos teóricos e conceituais estão, ainda, longe de serem definitivos, mas que, em contraposição ao sistema dominante, têm, em comum, a crença nos valores civilizatórios da cooperação, solidariedade, compromisso com a vida, com a natureza, com o pacifismo e a justiça social. Os diferentes autores, cujos textos compõem o referido dicionário, acreditam que um mundo melhor é possível e que ele está sendo construído pelas realizações concretas da *outra economia*.

Assim, CATTANI (2003, p. 9-10) fala da necessidade da superação da economia capitalista, a qual ele considera, sob todos os aspectos, predatória, exploradora, desumana e, sobretudo, medíocre, não correspondendo às potencialidades do tempo presente, propondo desafios e alternativas de superação.

Além de CATTANI, outros autores, de grande expressão, fazem suas análises numa perspectiva predominantemente protagonista, no sentido de que as formas de auto-ocupação dos *excluídos do trabalho assalariado*, especialmente as de caráter associativo, autogestionário e solidário, possam convergir na perspectiva de serem uma alternativa ao capitalismo. Dentre outros, destacam-se, nessa linha de pensamento protagonista, LISBOA (2004), GAIGER (2002) e ARRUDA (2000).

Dado seu caráter protagonista, as contribuições desses autores serão analisadas no capítulo final deste trabalho, quando se tratar dos significados sócio-econômicos da *economia popular*, entre os quais o seu possível caráter alternativo ao capitalismo.

3.3 ECONOMIA POPULAR: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

Tendo por base os pressupostos teóricos e conceituais, anteriormente expostos, e as visões dos principais autores brasileiros e alguns latino-americanos, tenta-se, nesta seção formular um conceito de *economia popular*, iniciando pela questão da denominação do fenômeno e prosseguindo no esforço da construção de um conceito aproximado dessa complexa realidade, ainda muito pouco estudada.

3.3.1 A Questão da Denominação

O desafio da construção de um conceito relativo às *formas de auto-ocupação econômica dos excluídos do trabalho assalariado* envolve, inclusive, a escolha da denominação do fenômeno em análise.

Conforme já mencionado anteriormente, o fenômeno em estudo apresenta-se sob as mais variadas denominações, de acordo com o enfoque sob o qual os diversos autores abordam a questão: *economia informal urbana* (IBGE/SEBRAE, 2005a, p.12), *economia popular solidária* (LISBOA, 1999; TIRIBA, 2001), *economia da solidariedade - organizações econômicas populares* (RAZETTO, apud: TIRIBA, 2001, p. 116), *economia solidária e autogestionária* (SINGER, 2003, p. 116-124), *economia popular e solidária* (LOPES PINTO, 2005; MEDEIROS & MARTINS, 2003), *socioeconomia solidária* (MANCE, 2001; GUERRA, 2002, ARRUDA, 2000), *atividades autônomas e empreendedoras* (BRASIL. Codefat, Resolução 466, de 21/12/05, Termo de Referência, p.10), *economia do microempreendimento informal* (POCHMANN, 2005), *economia do trabalho* (CORAGGIO, 2000), *economia dos setores populares* (KRAYCHETE, 2000, p.15), *economia popular* (TIRIBA, 2001), *a outra economia* (CATTANI, 2003), dentre outras denominações.

Dada a inexistência de consenso entre os autores, é alto o risco de se incorrer na imprecisão conceitual, ao se adotar uma das denominações mencionadas ou outra qualquer. No entanto, não há como trabalhar sem uma denominação, ainda que, eventualmente, imprecisa, genérica e provisória.

Assim, não obstante a variedade de denominações, as conotações conceituais a elas associadas e a diversidade de mundos do trabalho envolvidos, convencionou-se, neste trabalho, com TIRIBA (2001), designar de *economia popular* o conjunto de *formas de auto-ocupação econômica desenvolvidas dos excluídos do trabalho assalariado*, ou simplesmente, *o trabalho dos sem-emprego*. É verdade que, no Brasil, são mais usuais as expressões: *economia informal*, *setor informal da economia* e *informalidade*. No entanto, conforme explicitado anteriormente (Item 3.1.5.1), a denominação *informalidade*, ao referir-se à (i)legalidade perante o Estado, não diz respeito à natureza do fenômeno em análise, mas apenas a uma de suas principais características. Da mesma forma, quase todas as demais denominações relacionadas acima são menos abrangentes que a denominação

economia popular, fazendo parte desta. Assim, por ser uma denominação mais abrangente, optou-se pela utilização da expressão *economia popular*.

A denominação de *economia popular* será utilizada, neste trabalho, sempre que se fizer referência, de forma abrangente, ao conjunto de *formas de auto-ocupação econômica*, desenvolvidas pelos trabalhadores *excluídos do trabalho assalariado*, ou, na expressão de TIRIBA (2001, p. 134), pelas *classes-que-vivem-do-trabalho, sem explorar o trabalho alheio*. No entanto, ao serem citados os autores, respeitar-se-ão as denominações utilizadas pelos mesmos.

3.3.2 A Formulação de um Conceito de Economia Popular

Em síntese, parafraseando TIRIBA & ICAZA e agregando elementos de outros autores correlatos, o conceito de *economia popular* pode ser assim formulado:

A economia popular é o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos segmentos populares no sentido de garantir, com a utilização de sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais como imateriais, constituindo a forma pela qual, historicamente, as classes-que-vivem-do-trabalho, sem explorar a força de trabalho alheia, vêm tentando garantir seu estar no mundo, tanto na unidade doméstica como no espaço mais amplo que envolve o bairro, a cidade, o país e o universo.

Nesse conceito estão contidas as categorias marxistas de *produção simples de mercadorias* versus *modo produção capitalista*, *trabalho improdutivo* versus *trabalho produtivo*, *extração da mais-valia*, *circulação simples e capitalista*, *superpopulação relativa*, *inviabilidade do pleno emprego no capitalismo*, além das categorias qualificadoras da economia popular, como a *informalidade*, a *popularidade*, a *solidariedade* e a *autogestão*.

De fato, *economia popular* é *economia*, definida por ARROYO, “como aquela atividade humana, ou conjunto das atividades humanas sistêmicas, relativas a desenvolver e organizar a sociedade para atender às demandas humanas individuais e coletivas, envolvendo produção, transformação, comercialização, distribuição, comunicação e consumo de produtos primários ou, até, idéias, artes e confissões religiosas” (2003, p. 51).

De acordo com esse conceito, as demandas humanas não se restringem aos bens-de-uso materiais, mercadorias, coisas tangíveis, mas elas estão também vinculadas ao imaginário humano, representado pela cultura, arte, padrão civilizatório, religiosidade, conhecimento, *status*, relações humanas e outros, ou seja, bens imateriais. E a *economia popular* é uma *economia*, pois contém todos os elementos que compõem uma economia, ou seja, um conjunto de atividades humanas sistêmicas, envolvendo produção, transformação, comercialização, distribuição, comunicação e consumo de produtos primários ou, até, idéias, artes e confissões religiosas.

A *economia popular* é *popular*, pois o termo *popular* aponta para dois significados entrelaçados, já mencionados anteriormente por ARROYO (seção 3.1.5.2). Quanto ao primeiro, de conformidade com a opinião dos diversos autores brasileiros e latino-americanos apresentados, a *economia popular* envolve, de fato, a parcela majoritária da sociedade, ou seja, os trabalhadores, estudantes, profissionais liberais, artesãos, grandes setores da população que, apesar de serem os propulsores da acumulação de capitais, são os despossuídos e excluídos numa sociedade dominada pelo modo de produção capitalista. São atores da *economia popular* os trabalhadores, oriundos das classes populares, ou seja, das *classes-que-vivem-do-trabalho*. Estes segmentos populares fazem a Economia, ainda que uma Economia subordinada ao modelo e à grande lógica da acumulação capitalista, mas que possui aspectos próprios, peculiares, e embriões de possibilidades novas para o desenvolvimento sustentável da sociedade, fato que confirma o outro significado de *popular*, de natureza ideológica e que remete à idéia de uma posição política de compromisso, de identidade com os segmentos populares, encerrando um profundo viés de protagonismo, na busca de uma sociedade mais justa.

A *economia popular*, tal como a consideram TIRIBA & ICAZA (2003, p. 103), apresenta-se, efetivamente, como “uma forma de produzir e distribuir bens e serviços que têm como horizonte a satisfação de valores-de-uso, a valorização do trabalho e a valorização do homem”, fundamentado-se na origem etimológica da palavra *economia*, que vem do grego *oikos* (casa) e *nemo* (eu distribuo, eu administro), tendo *oikonomia* o significado de “cuidado ou administração da casa”. “É a forma pela qual, historicamente, os homens e as mulheres, *que não vivem da exploração da força de trabalho alheia* (grifo do autor), vêm tentando garantir seu

estar no mundo, tanto na unidade doméstica como no espaço mais amplo que envolve o bairro, a cidade, o país e o universo [...]”.

A *economia popular* é toda uma economia, ainda que inserida, efetivamente, no modo de produção capitalista. É estruturada com base na *produção e circulação simples de mercadorias (M-M, M-D-M)*, onde não há separação entre trabalho e capital, onde a classe trabalhadora, proprietária dos meios de produção, individual ou coletivamente, não explora o trabalho de outros, extraindo a mais-valia, por não ter assalariados (SINGER, 2000, p.145). Apresenta características que se contrapõem à racionalidade capitalista, tendo em vista que os trabalhadores da *economia popular* não trocam sua força de trabalho por um salário, ou seja, seu trabalho não consiste em trabalho pago + trabalho excedente não-pago (TIRIBA & ICAZA, 2003, P. 104), o que, na linguagem marxista, constitui o *trabalho improdutivo*, que não envolve a extração (direta) da *mais-valia* pelo capital.

A *economia popular* constitui um tipo de economia que não se orienta, prioritariamente, pela lógica do mercado, pautada na acumulação e competição, mas sim, pela reciprocidade e pela partilha de benefícios e com vistas à sobrevivência (LOPES PINTO; MOTTA, 2005, 1). Ela compreende formas de ocupação econômica de natureza não-capitalista, ainda que em ambiente capitalista, que germinam, predominantemente, no caldo da *informalidade* (KRAYCHETE, 2000, p.15), caracterizando-se pela venda do produto do trabalho ou venda direta da força de trabalho e não pela venda da força de trabalho ao capital (TIRIBA, 2001, p.127). Compreende as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos, monetários ou não, destinados a prover e repor os meios de vida e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão de capital (KRAYCHETE, 2000, p. 15).

A *economia popular* tem relação íntima com a questão da *superpopulação relativa* ou *exército industrial de reserva* (MARX (2003, p. 744-747) e com a inviabilidade prática do *pleno emprego no capitalismo* (KALECKI, 1983, p. 54-60), pois os *excluídos do trabalho assalariado* são frutos do desemprego provocado pelo ajuste do capitalismo aos novos tempos, mediante o processo de reestruturação produtiva poupadora de força de trabalho viva e são justamente os *excluídos do trabalho assalariado* pelo processo de ajuste que começam a reagir, (re)criando

novas (e velhas) formas de auto-ocupação, individuais ou associadas, mais por necessidade de sobrevivência que oportunidade de negócios, dando origem ao crescente fenômeno da *economia popular*.

A *economia popular* se caracteriza pela *autogestão*, que, em sentido lato, entende-se como o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um “coletivo”. É um exercício de poder compartilhado que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizacionais ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20). A *autogestão* é uma característica dos empreendimentos da *economia popular*, sejam eles individuais, familiares ou associados, pois todos trabalham para si e com os próprios meios, sem subordinação.

A *economia popular*, especialmente na sua versão de *economia solidária*, traz a marca da *solidariedade*, que não é caridade ou altruísmo, mas, como diz ARROYO (2003, p. 55), no sentido biológico, “a compreensão da interdependência humana, tanto entre os indivíduos como entre as coletividades, entre as sociedades, entre as nações” e, no sentido utópico, “o direito de emancipação dos outros e efeito de poder” (DEMO 2002, p. 259), ou seja, a construção do poder de baixo para cima.

Por fim, a *economia popular* não se confunde com *economia informal*, pois o termo *informal* se refere a critérios de legalidade ou não-legalidade de um empreendimento na sua relação com o Estado, o que é insuficiente para caracterizar a natureza do conjunto complexo das iniciativas econômicas populares (TIRIBA (2001, p. 105-107), ainda que a informalidade seja uma das fortes características da *economia popular*.

3.3.3 Economia Popular em Ação.

Para compreender, na prática, o conceito de *economia popular* e os conceitos correlatos, tais como a *produção e circulação simples de mercadorias*, o *trabalho improdutivo*, a *popularidade*, a *autogestão*, apresenta-se, nesta subseção, o funcionamento concreto de uma *unidade doméstica* enquanto *microunidade econômica*, tal como apresentada por CORAGGIO (Subseção 3.2.3).

Imagine-se, para tanto, uma *unidade doméstica* constituída pela *família Silva*, uma família ampliada, composta por nove membros assim identificados:

- a) *Dona Maria*, mãe de família, dona de casa, com apenas 3 anos de estudo, cuida da casa, lava roupa, faz limpeza, faz comida, cuida da mãe doente, faz salgados para vender, cuida do filho *Pedrinho* e mais três crianças de duas famílias vizinhas. Faz parte do clube de trocas que funciona no bairro, um sistema através do qual as famílias permutam produtos das respectivas hortas, artesanato, porções de açúcar, café, farinha, sal e outros e, na falta de produtos para troca de um por outro (escambo), utilizam moeda social, no caso denominada *Pinhão*, válida somente entre os sócios do referido clube de trocas.
- b) *Seu Zé*, pedreiro, com 4 anos de estudo, faz serviços gerais de construção civil: constrói e reforma casas populares, presta pequenos serviços de reparos de fechaduras, portas, vidros, faz consertos em encanamentos, faz pinturas de parede, realiza reparos em instalações elétricas. Está cadastrado na Agência Pública de Emprego da sua cidade, donde recebe chamados para prestar esses pequenos serviços. Participa da diretoria de uma associação de moradores que luta por melhorias no transporte, escola, unidade de saúde, regularização fundiária dos lotes da ocupação, organiza mutirões para construção de casas, conserto de telhados, limpeza de valas e outros serviços.
- c) *Alessandra*, a filha mais velha, cursa o 2º grau à noite, é secretária de um médico, trabalha o dia todo como assalariada.
- d) *Juliana*, irmã de *Alessandra*, primeiro grau incompleto, estuda à noite e trabalha como vendedora numa loja de roupas, sem carteira assinada, percebendo remuneração flexível por comissão sobre as vendas.
- e) *Fábio*, irmão de *Alessandra* e *Juliana*, estuda de manhã, está na 5ª série do primeiro grau. À tarde, pelas quinze horas, vai vender salgados, produzidos pela mãe, numa empresa próxima. Depois, vai bater bola na rua com outros colegas da vila.
- f) *Pedrinho* é filho temporão de *Dona Maria* e *Seu Zé*. Está com quatro anos. Está sob os cuidados da mãe, que também cuida de 3 crianças de duas famílias vizinhas, em troca de uma ajuda de custo.

- g) *Sebastiana*, mãe de *Dona Maria*, viúva, pensionista e aposentada, mora com a família. Está doente, em cadeira de rodas, dependente de tudo.
- h) *Aldair*, um sobrinho do *Seu Zé*, com 17 anos, vindo do interior, também mora junto. Está fora da escola. Está procurando trabalho e, enquanto não encontra um emprego, faz o que pode: às vezes ajuda o *Seu Zé*, às vezes dá uma mão para *Dona Maria* e, na maioria das vezes, vai vender cigarros e outras bugigangas paraguaias numa esquina.
- i) *Adélia*, irmã de *Dona Maria*, é separada. Veio do interior grávida. Mora com *Dona Maria*. Está procurando emprego, mas não consegue por estar grávida e por não ter preparo profissional. Frequenta o Centro Social da Paróquia, onde, três vezes por semana, à tarde, juntamente com outras senhoras, vai confeccionar o enxoval da criança que vai nascer, mediante aproveitamento de retalhos, conseguidos gratuitamente de uma confecção por uma religiosa. Nas horas vagas, *Adélia* faz bordados que vende na feira de artesanato, aos domingos, na praça.

Como funciona economicamente essa *unidade doméstica*? Como se dá a interação entre seus membros?

Primeiramente, existe uma espécie de *caixa-comum* ou, na expressão de CORAGGIO (Subseção 3.2.3), um *fundo de trabalho* para o qual todos contribuem. Não que haja um cofre no qual são depositados todos os proventos e alguém gerencie. Há, sim, um uso coletivo dos recursos, financeiros ou não, gerados pelos membros da *unidade doméstica*. Esta partilha, evidentemente, não ocorre sem disputas, brigas, desavenças. Há, no entanto, um pacto implícito de solidariedade, de cooperação, de partilha, como conseqüência do sentimento de pertença ao grupo por parte de cada um dos membros da *unidade doméstica* e, ao mesmo tempo, a consciência da interdependência mútua, tendo em vista que, no grupo, não obstante a instabilidade dos rendimentos de cada um, todos adquirem algum grau de segurança, pois, no conjunto, há sempre condições mínimas de sobrevivência, ainda que, muitas vezes, o único dinheiro certo e em espécie seja a pensão e/ou aposentadoria da viúva, *Dona Sebastiana*.

Um segundo aspecto que caracteriza essa *unidade doméstica* é a *diversidade de formas de existência dos recursos*, financeiros ou não. Há proventos financeiros oriundos de assalariamento, como no caso de *Alessandra* e *Juliana* e da

aposentadoria de *Dona Sebastiana*. Há proventos financeiros oriundos da produção, como a fabricação de salgados de *Dona Maria* e o artesanato de *Adélia*. Há proventos financeiros oriundos dos serviços da construção civil e dos pequenos reparos realizados por *Seu Zé* e do cuidado de crianças por *Dona Maria*. Há proventos financeiros oriundos da venda de cigarros e bugigangas vendidos por *Aldair*. Mas não são só esses resultados dos trabalhos parciais ou da aposentadoria ou pensão que vão para o *fundo do trabalho*. Vão também, na forma de recursos não-monetários, os diversos serviços realizados pelos membros da *unidade doméstica* que, se não geram recursos, evitam despesas. Assim, os serviços da casa, feitos por *Dona Maria*, com a ajuda dos demais membros da *unidade doméstica*, evitam despesas com terceiros. A confecção do enxoval por *Adélia* para o seu bebê evita a necessidade de dispêndio com a compra do enxoval. A construção de casas em mutirão pela comunidade evita despesas com mão-de-obra de terceiros, gerando economia de recursos. A luta coletiva dos moradores, através de sua Associação, por melhorias no transporte, escola, saúde, regularização fundiária etc, possibilita o acesso a políticas públicas que, se efetivamente realizadas pelo poder público, trazem benefícios que reduzem ou evitam despesas com médicos, com escolas, com aquisição de lotes e outras. A troca de produtos da horta, artesanato, dentre outros, realizada através do clube de trocas, evita o desperdício de eventuais excedentes, enquanto preenche a carência de outros. De vez em quando, a comunidade realiza uma Noite do Pastel ou um Bingo, com o objetivo de arrecadar fundos para a manutenção da Associação de Moradores e do Centro Social. Por que manter esses órgãos? O que têm eles a ver com a questão econômica da *família Silva*? Muito. Eles são instrumentos de luta da comunidade por melhorias, por políticas públicas que, se conseguidas, se refletem em benefícios para toda a comunidade, diminuindo os custos das *unidades domésticas*. É a essa preocupação para além da *unidade doméstica* em si, a preocupação com os problemas da coletividade, cuja solução se reverte em benefícios para todos, que TIRIBA & ICAZA (2003, p. 101-102) e CORAGGIO (2000, p. 112) chamam de *reprodução ampliada da vida* ou *reprodução ampliada da unidade doméstica*. Enfim, existe uma enorme diversidade e complexidade de atividades exercidas pela *família Silva*, financeiras ou não, mais transitórias que permanentes, as quais, em decorrência da partilha no âmbito da *unidade doméstica*, dão sustentação ao grupo.

Um terceiro elemento importante a destacar na dinâmica de trabalho da *família Silva* é que as atividades por ela realizadas caracterizam-se pela *produção e circulação simples de mercadorias e serviços*. Todos produzem algo ou prestam algum serviço, sem explorar o trabalho alheio, ou seja, não há *trabalho pago + trabalho excedente não-pago*, enfim, trata-se de um modo de produção baseado nas fórmulas M-D-M e M-M, ambas típicas da *produção e circulação simples*, portanto, não integrantes do *modo de produção capitalista* (D-M-D'), embora ocorram em ambiente capitalista. As assalariadas *Alessandra* e *Juliana*, esta sem carteira assinada, porém numa relação de subordinação, estão, sim, inseridas no modo de produção capitalista, pois se inserem na relação capital/trabalho, onde há, pela sua natureza, *trabalho pago + trabalho não-pago* ou *extração da mais-valia*. No entanto, no que se refere à sua relação com a *unidade doméstica*, elas trazem os seus proventos para o *fundo de trabalho* da *unidade doméstica*, sem explorar ninguém, ainda que sejam exploradas no seu trabalho assalariado, fato que, segundo TIRIBA (2001, p. 113), não impede sua pertença à *unidade doméstica*.

Um quarto elemento a destacar na *família Silva* e sua relação com a comunidade local é que se trata, de fato, de uma *economia*, pois estão aí contidos os elementos constitutivos do conceito de economia. Relembrando ARROYO, entende-se por “economia como aquela atividade humana, ou conjunto das atividades humanas sistêmicas, relativas a desenvolver e organizar a sociedade para atender às demandas humanas individuais e coletivas, envolvendo produção, transformação, comercialização, distribuição, comunicação e consumo de produtos primários ou, até, idéias, artes e confissões religiosas” (2003, p. 51). No caso da *família Silva*, há produção de mercadorias e transformação de matérias primas (fabricação de salgados, artesanato...), há comercialização tanto dos produtos gerados como de serviços (pequenos reparos...), há comercialização de produtos e serviços, há distribuição, embora em pequena escala, há comunicação (moeda social, troca, intercâmbio de serviços, vizinhança, associação...), há consumo de produtos primários (horta e outros), há consumo de idéias (organização comunitária, regularização fundiária, luta por melhorias), há o consumo de artes (festividades comunitárias, artesanato...), há consumo de confissões religiosas diversas.

Um quinto elemento a considerar é a *popularidade*, no sentido de ser uma economia engendrada pela maioria. É a forma como os *excluídos do trabalho*

assalariado ganham a vida, sem luxos, administrando a carência, vivendo na frugalidade, na simplicidade.

Um sexto elemento é a *autogestão*, uma característica mais típica dos empreendimentos econômicos solidários, mas que também transparece na simples e aparentemente desorganizada dinâmica da *unidade doméstica* da *família Silva*, onde ocorre a *autogestão*, de uma forma ou outra, não obstante os conflitos e divergências naturais, pois a *unidade doméstica* em foco funciona sem patrão, sem chefe formal, tendo, talvez, um(a) líder que, no caso, é *Dona Maria*.

Portanto, na relação interna da *unidade doméstica* e na relação desta com as demais *unidades domésticas* e com a comunidade como um todo, não se configura nenhuma relação tipicamente capitalista, mas sim, a *produção e circulação simples de mercadorias e serviços*, sem exploração do trabalho alheio pela *extração da mais-valia*, ainda que alguns dos membros da *unidade doméstica* possam ser explorados no trabalho assalariado. Busca-se a produção de valores de uso e não a acumulação de capital. Na linguagem marxista, configura-se, na *unidade doméstica*, o *trabalho improdutivo*, que não envolve a *extração da mais-valia*, ou seja, não se configura *trabalho pago + trabalho excedente não-pago*.

Como se organiza e qual o tamanho da *economia popular* no Brasil? Eis o foco do próximo capítulo.

4 ECONOMIA POPULAR: CLASSIFICAÇÃO E DIMENSIONAMENTO

Discutiu-se, anteriormente, a origem ou os determinantes que levaram à emergência mais intensiva, nos últimos 25 anos, principalmente no Brasil e na América Latina, de *formas alternativas de auto-ocupação econômica* desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado* (TIRIBA, 2001, p. 23-25). Verificou-se que a mesma radica no processo de reestruturação produtiva e organizacional, implementado no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, na perspectiva da produção enxuta. Esta, poupadora de força de trabalho viva e incrementadora da produtividade do trabalho pela adoção ampla da tecnologia de base microeletrônica, pelo aumento exacerbado de horas-extras e tendo no ideário neoliberal o descompromisso com a questão social, produz o exército dos *excluídos do trabalho assalariado*, ou, na linguagem marxista, a *superpopulação relativa* ou *exército industrial de reserva* (MARX, 2003, p. 732-752).

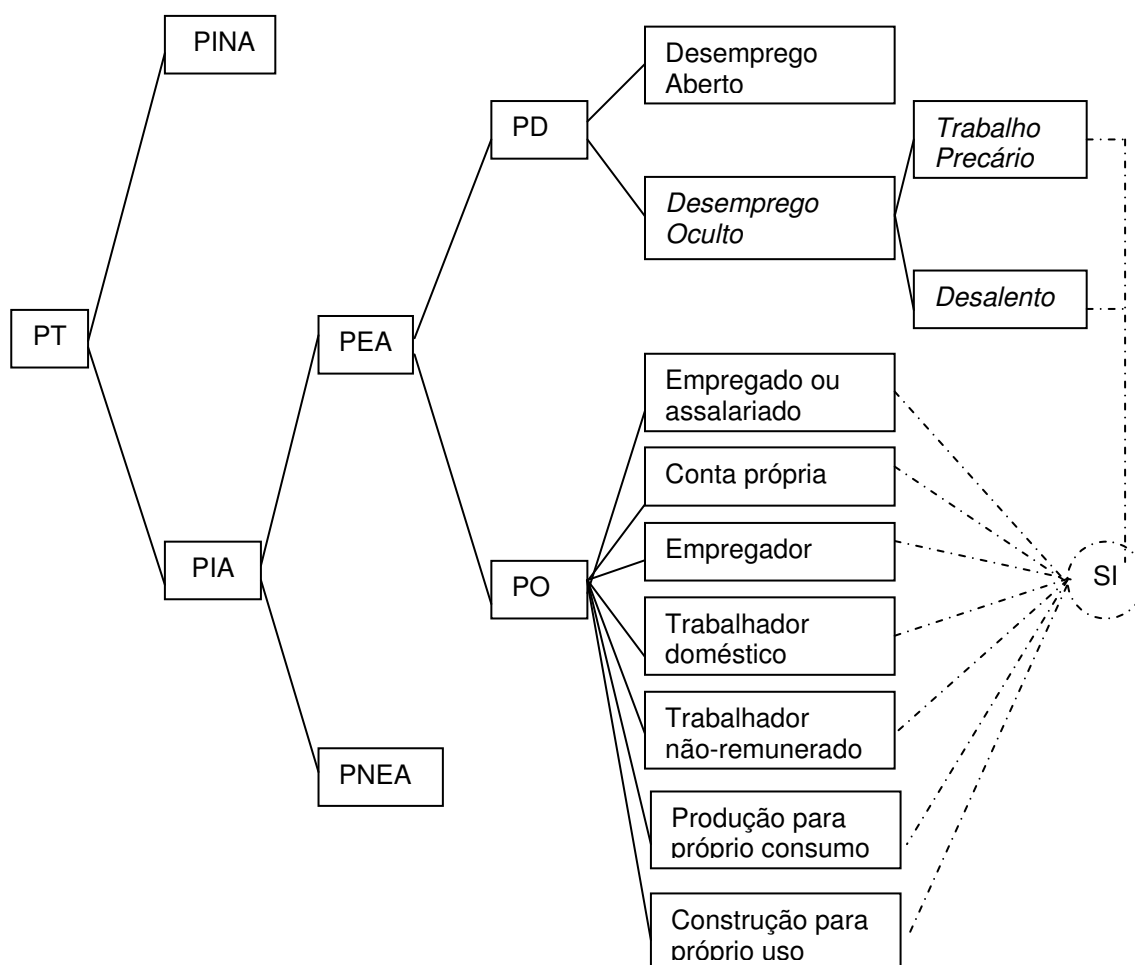
Verificou-se também que, paradoxalmente, é dentro desse exército dos *excluídos do trabalho assalariado* que despontam iniciativas econômicas de sobrevivência desse segmento, dando origem ao fenômeno da *economia popular*. Esta, constituída pelo conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos segmentos populares, visando, pela força de trabalho própria e recursos disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, materiais e imateriais, e a garantia do estar no mundo, sem explorar a força de trabalho alheio, é apresentada, inclusive, não obstante sua heterogeneidade, precariedade e contradições internas, como alternativa ao sistema dominante.

Como se manifesta o fenômeno da *economia popular*? Qual é seu tamanho? A busca de respostas a essas questões constitui o objetivo do presente capítulo.

4.1 ECONOMIA POPULAR: CLASSIFICAÇÃO

Quais atividades econômicas pertencem à *economia popular*? Como podem ser classificadas? Como e até que ponto a *economia popular* se enquadra ou não nas categorias da *Distribuição da População Total segundo Inserção Laboral (FIGURA 2)*?

FIGURA 2 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO INSERÇÃO LABORAL NO BRASIL



LEGENDA:

- ♦ *PT = População Total* = total de pessoas residentes no país. $PT = PIA + PINA$.
- ♦ *PINA = População em Idade Não Ativa* = total de pessoas com menos de 10 anos e, em certos países, com mais de 65 ou 70 anos. $PINA = PT - PIA$.
- ♦ *PIA = População em Idade Ativa* = total de pessoas com 10 anos ou mais e, para alguns países, com menos de 65 ou 70 anos. $PIA = PT - PINA$.
- ♦ *PNEA = População Não Economicamente Ativa* = parcela da PIA não disponível para o trabalho, também denominada de Inativa. $PNEA = PIA - PEA$.
- ♦ *PEA = População Economicamente Ativa* = parcela da PIA com 10 anos e mais que está ocupada ou procurando trabalho. $PEA = PD + PO$ ou $PEA = PIA - PNEA$.
- ♦ *PO = População Ocupada* = parcela da PEA que está trabalhando = empregados (assalariados) + trabalhadores domésticos + conta-própria + empregadores + trabalhadores não-remunerados + trabalhadores na produção para próprio consumo + trabalhadores na construção para próprio uso. Sinteticamente: $PO = PEA - PD$.
- ♦ *PD = População Desocupada* = parcela da PEA que está desempregada, procurando trabalho = desemprego aberto + desemprego oculto por trabalho precário + desemprego oculto por desalento. Sinteticamente: $PD = PEA - PO$.
- ♦ *SI = Setor Informal* = parcela da PEA (PO + PD) que se encontra na ilegalidade perante o Estado = assalariados sem carteira de trabalho assinada + trabalhadores por conta-própria (exclusive profissionais liberais) + pequenos empregadores. Não é categoria, mas uma característica de várias categorias.

FONTE: Esquema elaborado pelo autor, com base em IBGE/PNAD-2005 e apoio em DEDECCA (1998b, p. 95 ss), MENDONÇA & HOFFMANN (1999, p. 279-306) e DIEESE/SEADE (2007).

Estas são questões polêmicas entre os autores. A polêmica refere-se, primeiramente, ao conteúdo, ou seja, quais atividades pertencem à *economia popular* e quais não pertencem. Mas, refere-se também às formas de classificação e aos critérios de mensuração da *economia popular*. Estas são extremamente diversificadas, decorrentes que são da visão conceitual ou do enfoque específico que lhes é dado pelos diferentes autores e da inexistência de um referencial conceitual e estatístico padronizado que possa abarcar a realidade complexa, heterogênea, inorgânica, multifacetária e magmática que é a *economia popular*.

Assim, a presente seção tentará identificar as categorias que, pela sua natureza, pertencem à *economia popular* e outras categorias ou segmentos que também pertencem à *economia popular*, mas que, dada a sua complexidade e heterogeneidade, não são retratados pelas pesquisas domiciliares de mercado de trabalho existentes. Para tanto, tomam-se como referência as categorias que compõem a *Distribuição da População Total segundo Inserção Laboral (FIGURA 2)*, internacionalmente utilizada, com pequenas variações, por recomendação da Organização Internacional do Trabalho - OIT, nas Pesquisas do Mercado de Trabalho, utilizada também, no Brasil, pelo IBGE e, com alguns aperfeiçoamentos, pelo DIEESE-SEADE, nas pesquisas por amostra de domicílios.

Evidentemente, nas atuais condições, qualquer classificação da *economia popular* será imprecisa e incompleta por diversas razões, entre as quais, a inexistência ou insuficiência de parâmetros que possibilitem a realização de pesquisas específicas com metodologias específicas, adequadas à natureza da *economia popular*, cobrindo todos os seus aspectos. Esta deficiência acaba gerando a sobreposição ou sombreamento parcial de indicadores, tendo em vista que a *economia popular*, no fundo, está diluída em todos os segmentos ocupacionais de qualquer estrutura de classificação vigente, tornando impraticável o seu dimensionamento pela simples soma dos dados.

Assim sendo, far-se-á, inicialmente, o aporte das principais referências conceituais nas quais se respaldam as pesquisas do mercado de trabalho para, em seguida, verificar sua aplicação ou não à *economia popular*, para, na seção seguinte, se tentar dimensioná-la no território brasileiro.

4.1.1 Referencial para Classificação da Economia Popular no Brasil

4.1.1.1 Distribuição da população total segundo inserção laboral

Com respaldo no IBGE (PNAD-2005), DEDECCA (1998b, p. 95 ss), MENDONÇA & HOFFMANN (1999, p. 279-306), DIEESE/SEADE (2007), são apresentados, a seguir, esquematicamente, os componentes que integram a *Distribuição da População Total segundo Inserção Laboral* (FIGURA 2 e respectiva Legenda), tal como ela é internacionalmente utilizada, com pequenas variações, por quase todos os países, para, posteriormente, verificar como nela se enquadra ou não a *economia popular*.

É importante destacar que as categorias que integram a referida *Distribuição da População Total segundo Inserção Laboral* (FIGURA 2) são resultantes de um longo e cumulativo processo que vem sendo construído, gradativamente, mediante a introdução de novos elementos, em contínuas mudanças no mundo do trabalho.

Assim, o avanço da organização social no capitalismo, durante o século XX, gera restrições para o emprego produtivo de menores, mulheres e idosos, além de impedir certas formas degradantes de trabalho, o que impõe determinados limites e critérios sociais que passam a regular a entrada da população na vida produtiva. Da mesma forma, a ampliação dos programas previdenciários passa a limitar a participação dos mais idosos no mercado de trabalho, excluindo-os a partir de 65 ou 70 anos de idade. Também a universalização dos sistemas educacionais e a consciência dos prejuízos decorrentes do trabalho infantil levam ao estabelecimento de idade mínima de 15 anos para a entrada no mercado de trabalho, mas permitindo que a população entre 10 e 15 anos seja incorporada como aprendiz de alguma ocupação econômica.

Com isso, vão se estabelecendo critérios para a *classificação de condição de atividade na PIA*, para a *classificação de condição de ocupação da PEA* e para as categorias segundo a *posição na ocupação e desocupação*. Também vão sendo criadas as metodologias específicas de pesquisa do mercado de trabalho, consolidadas, no caso brasileiro, na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD e na Pesquisa Mensal de Emprego – PME, realizadas pelo IBGE, e,

posteriormente, na Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada por DIEESE/SEADE.

Conforme se demonstra na FIGURA 2 e respectiva Legenda, o segmento da *População Total (PT)* com idade entre 15 e 65 anos corresponde à *População em Idade Ativa - PIA*, ou seja, à parcela da população que pode ser incorporada na produção nacional. Evidentemente, há variações desses critérios nos vários países.

No entanto, nem toda a *População em Idade Ativa* está disponível para a vida produtiva. Há os estudantes, os doentes, as donas de casa, os aposentados. Assim, dentro da PIA, apenas uma parcela da população realiza atividades produtivas. É a *População Economicamente Ativa – PEA*.

A *População Economicamente Ativa – PEA* constitui-se, por sua vez, de *Pessoas Ocupadas (PO)* e de *Pessoas em Situação de Desemprego ou População Desocupada (PD)*.

Dentro do segmento da *População Desocupada (PD)*, considera-se desempregada a pessoa que não desenvolve uma atividade produtiva, mas está procurando uma nova oportunidade de trabalho.

O desemprego apresenta-se sob duas formas básicas: o *desemprego aberto* e o *desemprego oculto*. Constitui *desemprego aberto* o total de pessoas desempregadas que, abordadas pela pesquisa, não realizaram nenhum trabalho nos últimos 7 dias, e mantiveram-se em busca permanente de uma ocupação, nos últimos 30 dias, pressionando o mercado de trabalho. O *desemprego oculto*, uma categoria introduzida pela PED, subdivide-se em outras duas categorias: (a) o *desemprego oculto por trabalho precário*, constituído pelas pessoas que realizaram, nos últimos 7 dias, trabalhos precários de auto-ocupação e que procuraram, nos últimos 30 dias, substituir esse trabalho ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás; (b) o *desemprego oculto por desalento da procura*, constituído por pessoas que procuraram trabalho nos últimos 12 meses, mas que, tendo perdido suas esperanças de obter, em curto prazo, uma nova ocupação, deixaram de procurá-la, nos últimos 30 dias.

Dentro do segmento de *Pessoas Ocupadas (PO)*, constam da PNAD-2005 sete categorias: *empregados* ou *assalariados*, *trabalhadores por conta própria ou independentes*, *empregadores*, *trabalhadores domésticos*, *trabalhadores não-*

remunerados, trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para próprio uso.

O regime de trabalho dominante é o do *assalariamento*. Considera-se *empregada (assalariada)* a pessoa que está trabalhando para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc). Incluem-se nesta categoria pessoas que prestam serviço militar obrigatório, sacerdotes, ministros de igreja, pastores, rabinos, frades, freiras e outros clérigos.

Denomina-se *trabalhadora por conta-própria* ou *autônoma* a pessoa que explora o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não-remunerado.

É *trabalhadora doméstica* a pessoa que trabalha na prestação de serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares⁶.

O *empregador* é pessoa que explora o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

A categoria dos *trabalhadores não-remunerados* apresenta-se sob duas modalidades: (a) *trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar*, que é pessoa trabalhando sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar, sendo este último: empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador; (b) *outro trabalhador não-remunerado*, que é pessoa trabalhando sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo.

O *trabalhador na produção para o próprio consumo* é pessoa trabalhando, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades de silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e

⁶ O IBGE (PNAD-2005) convencionou considerar o trabalho no serviço doméstico remunerado como se fosse um empreendimento, independentemente do número de unidades domiciliares em que a pessoa preste serviço.

piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Há, por fim, o *trabalhador na construção para o próprio uso*, que é pessoa trabalhando, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro domiciliar.

Todos os regimes de trabalho podem ser realizados de maneira formal ou informal. A *formalidade* é definida pelo cumprimento das normas legais que regem a atividade econômica e o mercado de trabalho, o que, no Brasil, se concretiza pela carteira de trabalho assinada para os *assalariados*, pela contribuição à Previdência, pelo registro municipal para os *autônomos* e pela constituição de uma empresa para os *empregadores*. Do cumprimento ou não das normas legais decorre a segmentação do mercado de trabalho em *formal* e *informal*. O *setor informal* (SI, na FIGURA 2), é composto pelos *trabalhadores assalariados* sem registro em carteira, pelos *independentes* de baixa renda, excluídos os profissionais liberais e os pequenos empregadores, ainda que, conforme registra POCHMANN (2005, p. 20-21), possam ser encontrados também alguns sinais de ilegalidade e de economia submersa no interior da dinâmica capitalista, especialmente em empreendimentos que procuram fugir da tributação e da burocratização. Outros segmentos, como os *desempregados ocultos pelo trabalho precário* ou *pelo desalento*, os *não-remunerados*, os *na produção para o próprio consumo* e os *na construção para próprio uso* são *informais* por natureza. Evidentemente, essa classificação pode incorporar trabalhadores plenamente protegidos socialmente, mas há um consenso de que a maior parte desse segmento de ocupados, denominado de *setor informal*, realiza suas atividades fora do amparo legal e em condições de razoável precariedade produtiva. Convém destacar, ainda, que o *setor informal* não constitui um item da *classificação de condição de atividade*, ou seja, não é um segmento ou uma categoria que possa figurar ao lado dos *assalariados*, dos *independentes* ou dos *empregadores*, mas sim, a *informalidade* é apenas uma característica que perpassa as diferentes categorias ou segmentos, em decorrência do descumprimento de normas legais.

No entanto, pressionadas pelas mudanças da realidade do mundo do trabalho, as metodologias de pesquisas domiciliares de mercado de trabalho vão se modificando e aperfeiçoando e, conseqüentemente, alterando os componentes da *Distribuição da População Total segundo Inserção Laboral* (FIGURA 2), tanto no que tange aos conteúdos dos dados, como nas metodologias de pesquisa para melhor captação da realidade.

Assim, a deterioração das relações e condições de trabalho, decorrentes das recentes transformações no mundo trabalho, torna inadequada ou incompleta a metodologia praticada pelo IBGE, no Brasil, para captar a nova realidade do mercado de trabalho heterogêneo. Desenvolve-se, então, alternativamente à pesquisa padrão do IBGE (PME), a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, do DIEESE/SEADE, com metodologia diferenciada, a qual consiste num levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente, desde 1984, na Região Metropolitana de São Paulo, ampliado depois para o Distrito Federal e as Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Recife, Salvador e Belo Horizonte.

A PED tenta aperfeiçoar a metodologia utilizada pelo IBGE buscando habilitá-la para captar melhor a realidade complexa das formas de ocupação econômica desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado*, reconstruindo, principalmente, o conceito de desemprego, mediante a ampliação de alguns conceitos usualmente adotados em pesquisas domiciliares sobre o tema, a saber:

- a) A PIA incorpora as crianças de 10 a 14 anos, segmento com idade inferior à mínima legal para trabalhar no país, mas a realidade social do país inclui essa parcela no mercado de trabalho.
- b) A definição do trabalho prescinde de limites temporais mínimos para a jornada semanal, tomando-se como critério a noção de continuidade e regularidade do exercício do trabalho, tendo em vista que estas características são fundamentais para qualificar uma relação de trabalho.
- c) Adota-se, como período de procura atual por trabalho, os trinta dias, em vez de sete, anteriores à data da entrevista, visando, assim, evitar a distorção dos dados pelas interrupções que podem ocorrer nas tentativas individuais de obter novo posto de trabalho, por espera de resposta para uma busca anterior de trabalho, doença ou falta de recursos.

- d) A definição de desemprego não se baseia exclusivamente na combinação simultânea dos três critérios – ausência de trabalho, procura e disponibilidade para trabalhar – mas, no caso do primeiro critério (ausência de trabalho), inexistindo mecanismos amplos de apoio aos desempregados, parte das pessoas, nesta situação, para obter algum rendimento, pode realizar atividades irregulares e descontínuas, enquanto procura trabalho e, no caso do segundo critério (procura por trabalho), existe a possibilidade de alguns desempregados não realizarem, nos trinta dias anteriores à entrevista, procura efetiva por acreditarem não haver oportunidades de trabalho para eles.

4.1.1.2 Unidade doméstica como microunidade econômica

Entretanto, não obstante os avanços introduzidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pelo DIEESE/SEADE, as pesquisas domiciliares não conseguem captar satisfatoriamente a complexa e heterogênea realidade da *economia popular*, dentro de um mercado de trabalho heterogêneo, como é o brasileiro.

As pesquisas domiciliares, baseadas nas categorias componentes da *Distribuição da População Total segundo Inserção Laboral*, acima esquematizada e descrita (FIGURA 2), conseguem “identificar e classificar, sem ambigüidades, os indivíduos em uma dessas situações, considerando apenas dois parâmetros: Trabalho e Procura Efetiva de Trabalho” (MENDONÇA & HOFFMANN, 1999, p. 286), mas não identificam a natureza e a forma das atividades de auto-ocupação econômica precária, desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado*. Elas detectam apenas condição de *emprego/desemprego* ou a situação de *trabalho e procura efetiva de trabalho*, mas não retratam o que são e como se manifestam as atividades típicas de *economia popular*, o que requer a realização de pesquisas específicas com parâmetros de análise também específicos.

Dentre os autores brasileiros e alguns latino-americanos que tratam de *economia popular*, CORAGGIO (Subseção 3.2.3), NUÑEZ (Subseção 3.2.4), RAZETO (Subseção 3.2.5) e POCHMANN (Subseção 3.2.6) esboçam algumas formas de classificação, porém, nenhum apresenta uma classificação estruturada

das atividades de *economia popular*, que possa ser adotada como parâmetro, seja pela sua incompletude, seja por estar viciada pelo viés da informalidade, seja pela especificidade de análise de cada autor.

CORAGGIO (2000, p. 94-95), no entanto, ao dividir a economia em três subsistemas - *economia empresarial-capitalista*, *economia pública* e *economia do trabalho* - entende que a *economia do trabalho*, equivalente à *economia popular*, tem por objetivo a reprodução ampliada da *unidade doméstica*, entendida esta como célula da *economia popular* ou *microunidade econômica*, tal como as empresas são microunidades de reprodução do capital ou células da economia capitalista.

Na visão de CORAGGIO (Subseção 3.2.3), portanto, a *centralidade do trabalho* se evidencia no *subsistema de economia do trabalho*, onde a *unidade doméstica* funciona como *microunidade econômica*. O subsistema da *economia do trabalho* compõe-se de pessoas que, agregadas em *unidades domésticas*, constituem um *fundo de trabalho*, alimentado por formas as mais diversas de recursos, monetários ou não, provenientes de atividades individuais ou coletivas, formais ou informais, de auto-ocupação ou assalariadas, remuneradas ou não, as quais convergem para a *reprodução da vida*, satisfazendo as necessidades de seus membros, através de: (a) *próprio trabalho assalariado*; (b) *um trabalho que produza bens ou serviços sob a forma de mercadorias*; (c) *o trabalho para o autoconsumo*; (d) *o trabalho solidário para produzir bens ou serviços de consumo coletivo*; (e) *o trabalho de se dedicar ao investimento nas próprias capacidades dos trabalhadores*; (f) *as transferências monetárias ou não monetárias entre outras unidades domésticas*; (g) *a reprodução ampliada da vida com realização de práticas de esportes, participação em festas, associações de bairro, mutirões de entre-ajuda*.

À crítica de SINGER (2000, p. 147) quanto à inadequação do uso do conceito de *unidade doméstica* como célula da *economia popular*, alegando que as *unidades domésticas* podem incluir capitalistas, rentistas, grandes executivos, CORAGGIO reage afirmando que fazem parte da *economia popular* ou *economia do trabalho* somente as *unidades domésticas* que vivem do próprio trabalho, sem exploração da mais-valia.

Dessa forma, de conformidade com a concepção de *economia popular*, caracterizada anteriormente (Subseção 3.3.2) e com a consciência de que o elemento que identifica a natureza dos empreendimentos da *economia popular* são

os seus atores, os quais são oriundos das classes populares, ou seja, das *classes-que-vivem-do-trabalho* (TIRIBA, 2001, p. 134), o conceito de *unidade doméstica* como célula ou *microunidade econômica* da *economia popular*, tal como apresentado por CORAGGIO, associado à idéia de *fundo do trabalho* e de *economia do trabalho*, pode ser considerado um parâmetro sobre o qual podem ser construídas pesquisas específicas, com metodologias específicas, mais adequadas para captar a realidade complexa e heterogênea da *economia popular*, tendo por base a *unidade doméstica*, como *microunidade econômica*. No entanto, não existem, ainda, estudos, pesquisas ou classificações consolidadas, específicas da *economia popular*, com esse paradigma.

Também as classificações utilizadas pelas pesquisas domiciliares de mercado de trabalho, baseadas nas categorias que compõem a *Distribuição da População Total segundo Inserção Laboral* (FIGURA 2), bem como as classificações baseadas apenas no conceito da informalidade, como a de POCHMANN, revelam-se insuficientes ou inadequadas para a *economia popular*, tendo em vista que, os desempregados, que desenvolvem atividades típicas da *economia popular*, em especial as de auto-ocupação precária ou permanente, podem ser encontrados em todas as categorias que compõem a *Distribuição da População Total segundo Inserção Laboral* (FIGURA 2), podendo encontrar-se não só nas *posições de ocupação/desocupação da PEA*, mas também no âmbito da *PINA* e da *PNEA*.

Na inexistência de um parâmetro específico de classificação da *economia popular*, busca-se, na seção seguinte, dimensioná-la com base na *Distribuição da População Total segundo Inserção Laboral* (FIGURA 2), identificando, nas diferentes categorias, a presença ou não da *economia popular*.

4.2 ECONOMIA POPULAR: DIMENSIONAMENTO NO BRASIL

Da dificuldade de sua classificação decorre a dificuldade do dimensionamento da *economia popular* no Brasil.

Reconhecendo, no entanto, a *economia popular* como uma realidade complexa, heterogênea, multifacetária, anômica, inorgânica e atravessada por contradições internas, mas tendo como base conceitual comum o fato de ser constituída por atividades de produção ou prestação de serviços desenvolvidos

pelos *excluídos do trabalho assalariado* ou *classes-que-vivem-do-trabalho*, pela dinâmica da produção simples de mercadorias, visando à reprodução ampliada da vida, a presente seção se propõe identificar a presença e o tamanho da *economia popular*, no Brasil, em duas perspectivas diferenciadas, porém, complementares: (a) a primeira, levando em conta as categorias e respectivos segmentos, constantes da *Distribuição da População Total segundo Inserção Laboral* (FIGURA 2), que podem ser somados, sem risco de sobreposição, por se tratar de economia popular como atividade principal; (b) a segunda, pondo em evidência as categorias e segmentos que, na mesma *Distribuição*, não podem ser somados, por estarem também inseridos em outras categorias, mas que a natureza das suas atividades econômicas, vistas sob a ótica conceitual de CORAGGIO da *unidade doméstica* como *micro-unidade econômica*, os caracteriza como pertencentes à *economia popular*, embora não como atividade principal.

TABELA 1 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E A CATEGORIA DO EMPREGO NO TRABALHO PRINCIPAL – BRASIL/2005

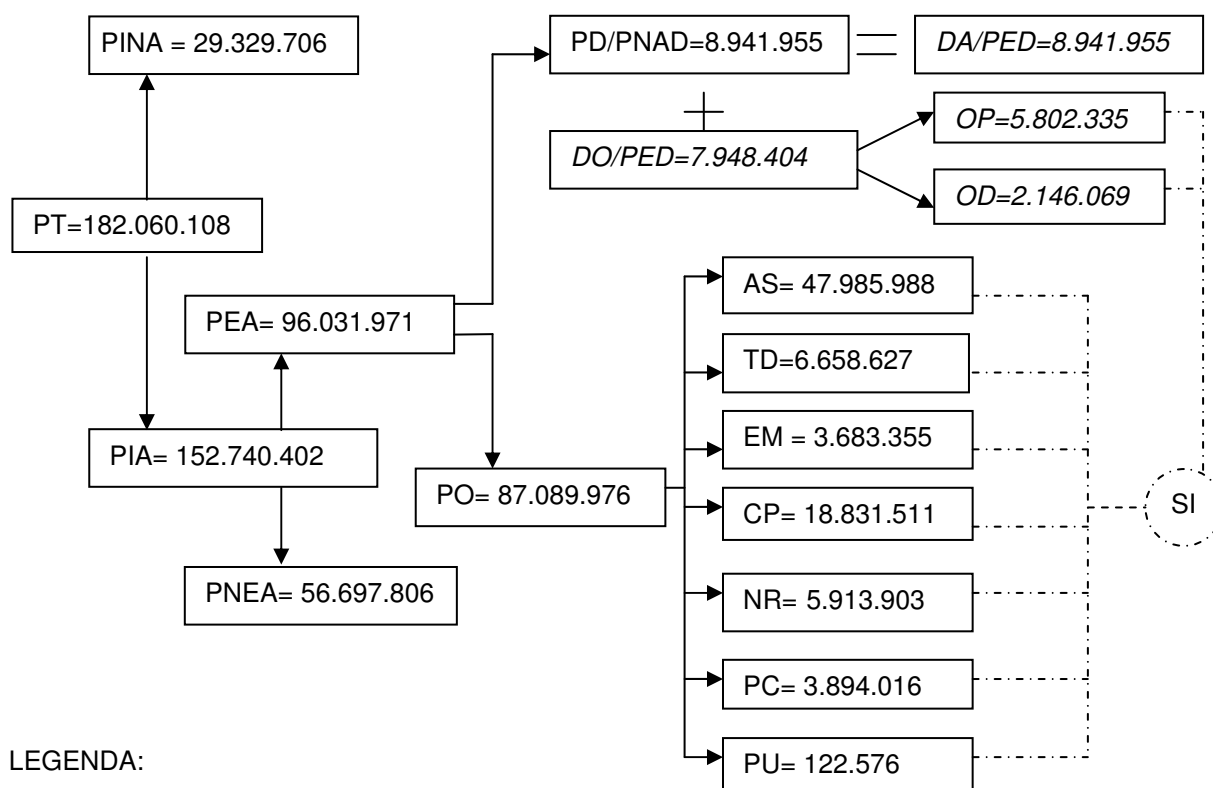
Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência	
	Valores absolutos	Valores relativos (%)
Total (1)	87.089.976	100,0
Empregados e trabalhadores domésticos (2)	54.644.615	62,7
Com carteira de trabalho assinada	28.793.152	33,1
Militares e estatutários	5.490.792	6,3
Outros sem carteira de trabalho assinada	20.360.043	23,4
Empregados (2)	47.985.988	55,1
Com carteira de trabalho assinada	27.046.296	31,1
Militares e estatutários	5.490.792	6,3
Outros sem carteira de trabalho assinada	15.448.900	17,7
Trabalhadores Domésticos (2)	6.658.627	7,6
Com carteira de trabalho assinada	1.746.856	2,0
Outros sem carteira de trabalho assinada	4.911.143	5,6
Conta-própria	18.831.511	21,6
Empregadores	3.683.355	4,2
Não-remunerados	5.913.903	6,8
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	3.894.016	4,5
Trabalhadores na construção para o próprio uso	122.576	0,1

FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004-2005. Tabela adaptada pelo autor.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de posição na ocupação.

(2) Inclusive as pessoas sem declaração de categoria de emprego

FIGURA 3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO INSERÇÃO LABORAL NO BRASIL – PNAD-2005



LEGENDA:

- ♦ PT = População Total
- ♦ PINA = População em Idade não-Ativa.
- ♦ PIA = População em Idade Ativa.
- ♦ PNEA = População Não Economicamente Ativa.
- ♦ PEA = População Economicamente Ativa.
- ♦ PO = População Ocupada.
- ♦ PD = População Desocupada.
- ♦ DA = Desemprego Aberto (PED)
- ♦ DO = Desemprego Oculto (PED)
- ♦ OP = Desemprego Oculto por Trabalho Precário (PED)
- ♦ OD = Desemprego Oculto por Desalento da Procura (PED)
- ♦ AS = Assalariados
- ♦ CP = Conta Própria.
- ♦ EM = Empregadores.
- ♦ TD = Trabalhadores Domésticos.
- ♦ NR = Trabalhadores não-remunerados
- ♦ PC = Trabalhadores na Produção para Próprio Consumo.
- ♦ PU = Trabalhadores na Construção para Próprio Uso.
- ♦ SI = Setor Informal (Não é categoria, mas uma característica de várias categorias).

FONTE: Esquema elaborado pelo autor, com base em dados do IBGE/PNAD-2005 e PED-2005-RMSP. Os dados em *itálico* da FIGURA III, correspondentes ao *Desemprego Oculto (DO)*, foram obtidos mediante a aplicação do diferencial de 8 pontos percentuais entre a *População Desocupada da PNAD-2005 (PD/PNAD)* e o percentual aproximado de *População Desocupada* em situação de *Desemprego Oculto (DO)* da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED da Região Metropolitana de São Paulo – (SEADE, 2006), estimados para o país. Os dados relativos ao *Desemprego Oculto por Trabalho Precário (OP)* e o *Desemprego Oculto por Desalento da Procura (OD)* foram obtidos junto à mesma PED-2005-RMSP, mediante a aplicação da relação percentual entre esses dois elementos (OP e OD), respectivamente 73% e 27% de DO, estimados para o país.

Para tanto, utilizando, como referência, as categorias constantes da *Distribuição da População Total segundo Inserção Laboral* (FIGURA 2), em combinação com a TABELA 1, construída com base na TABELA 4.9 da Síntese de Indicadores da PNAD-2005 (IBGE, 2005), de cuja combinação resulta a FIGURA 3, que apresenta as categorias com seus dados quantitativos correspondentes, e complementando, eventualmente, com dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE-SEADE (PED-RMSP-Fev. 2005), a presente seção verifica a presença ou não, e em que condições, da *economia popular* na *População Ocupada (PO)* da PNAD-2005, na *População Desocupada (PD)* da PNAD-2005, na *População não Economicamente Ativa (PNEA)*, na *População em Idade não-Ativa (PINA)* e em outras formas de sua manifestação.

É oportuno lembrar que, conforme observado nas figuras 1 e 3, o *Setor Informal (SI)* não constitui uma categoria, mas é uma característica que perpassa várias categorias e diz respeito à (i)legalidade perante o poder público, não à natureza do segmento.

4.2.1 Economia Popular na População Ocupada (PO) da PNAD-2005.

4.2.1.1 Categoria dos empregados ou assalariados (AS).

O trabalho assalariado constitui a forma de trabalho típica do *modo de produção capitalista*. Assim, a categoria dos *empregados* ou *assalariados*, integrante da *População Ocupada (PO)*, não pertence, por sua natureza, à *economia popular*. Este segmento está inserido, sim, na relação capital-trabalho, onde impera a lógica da acumulação de capital, mediante a extração da mais-valia.

É verdade que o trabalho assalariado pode ser subdividido em trabalho *com carteira assinada* e *sem carteira assinada*, ou, trabalho *formal* e *informal*. No entanto, conforme mencionado anteriormente, a informalidade da relação capital-trabalho não define a *economia popular*, apenas a qualifica. A informalidade é uma questão de (i)legalidade, não de natureza. O fato de a relação capital-trabalho ser ou não formalizada não muda a natureza da relação que continua sendo uma relação de subordinação ao capital, com exploração da mais-valia do trabalho. A informalidade, neste caso, constitui uma deturpação da relação capital-trabalho.

Com ou sem carteira assinada, a natureza da relação dos assalariados com o capital é de subordinação, o que, pela legislação brasileira, caracteriza vínculo empregatício, reconhecido como tal pela Justiça do Trabalho.

No entanto, vista sob o paradigma da *unidade doméstica* como *micro-unidade econômica*, a questão muda parcialmente de figura. CORAGGIO (2001, p. 113 e apud: TIRIBA & ICAZA, 2003, p. 104) explica que, ainda que todos ou alguns dos membros da *unidade doméstica* trabalhem em outros subsistemas (capitalista-empresarial ou público-estatal), ou seja, que se empregue alguma força de trabalho assalariado, o objetivo é a *reprodução ampliada da unidade doméstica*. Dessa forma, podem ser encontrados trabalhadores, agentes da *economia popular*, em meio aos assalariados, não por causa do processo de assalariamento que caracteriza uma relação capitalista, mas pelo fato de os trabalhadores colocarem seu salário no *fundo de trabalho* que sustenta a *unidade doméstica*.

A categoria dos assalariados é composta, no Brasil, segundo a PNAD-2005, por 47.985.988 ou 55,1% da *População Ocupada (PO)*. Quantos destes trabalhadores assalariados se inserem em suas *unidades domésticas* nas condições descritas por CORAGGIO, no Brasil? Impossível saber, com base nas pesquisas por amostra de domicílios vigentes. Mas são inúmeros.

4.2.1.2 Categoria dos trabalhadores domésticos (TD).

A categoria dos *trabalhadores domésticos*, integrante da *População Ocupada (PO)*, é composta, segundo a PNAD-2005 (IBGE, 2005, p. 34), por pessoas que trabalham prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares. Integram a categoria dos trabalhadores domésticos: cozinheiro(a), governanta, babá, lavadeira, faxineiro(a), vigia, motorista particular, jardineiro(a), acompanhante de idosos(as), entre outros.

O conceito de *trabalhador doméstico* é mais amplo que o conceito de *empregado doméstico*, entendido este como “aquele(a), maior de 16 anos, que presta serviços de natureza contínua (freqüente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas” (BRASIL. MTE, 2006), porém mais restrito que o conceito de *trabalho doméstico*, que compreende também

os *afazeres domésticos* do dia-a-dia, tais como lavar roupa, limpar e arrumar a casa, realizados sem remuneração.

Embora os *trabalhadores domésticos* estejam numa relação de subordinação, estando na PNAD-2005 (Tabela 4.9, p. 143) classificados na categoria de *empregados e trabalhadores domésticos*, não se configura aí uma relação tipicamente capitalista, pois não se configura nessa relação um objetivo de acumulação de capital pela exploração da mais-valia sobre o trabalhador doméstico. Não existe finalidade econômica na atividade. Mesmo que o empregador remunere de forma precária, ele não está acumulando lucros sobre o trabalho, ou seja, tratando-se do sistema de *produção simples de mercadorias ou serviços*, não ocorre a circulação capitalista (D-M-D'). Embora não o explicita, é provável que é por causa disso que o IBGE, na PNAD-2005 (2005, p. 33), considera cada trabalhador doméstico como se fosse um empreendimento, independente do número de residências nas quais ele atue.

Na verdade, o *trabalho doméstico* como um todo, incluindo-se aqui os *empregados domésticos*, os *trabalhadores domésticos* e também as pessoas envolvidas nos assim chamados *afazeres domésticos* do dia-a-dia, pode, pela sua natureza não-lucrativa e pelo tipo de agentes envolvidos, ser considerado, em sua totalidade, não só a partir da ótica da PNAD-2005, mas também da ótica da *unidade doméstica* e do *fundo de trabalho* de CORAGGIO, como pertencente à *economia popular*. De fato, os agentes que atuam no âmbito do trabalho doméstico, em sua maioria mulheres, pertencem às *classes-que-vivem-do-trabalho*, não exploram o trabalho alheio e contribuem para o *fundo do trabalho*, mantenedor da *unidade doméstica*. Entretanto, é preciso distinguir o *trabalho doméstico assalariado*, formal ou informalmente, constituído por pessoas que trabalham prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares, do *trabalho doméstico do dia-a-dia*, constituído pelos *afazeres domésticos*, que também contribuem para a manutenção do *fundo de trabalho* da *unidade doméstica*, mas que não podem ser computados como *economia popular*, já que os *afazeres domésticos do dia-a-dia* não constituem atividade remunerada em dinheiro ou benefícios, fazendo, antes, parte integrante da vida de qualquer ser humano, independentemente da condição ou classe social.

Quantos são os *trabalhadores domésticos*, assim entendidas as pessoas que trabalham prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares? Segundo a PNAD-2005, são 6.658.627 trabalhadores ou 7,6% da *População Ocupada (PO)*, categoria que, pela sua natureza, pertence integralmente à *economia popular*.

4.2.1.3 Categoria dos trabalhadores por conta-própria (CP).

Esta categoria, também pertencente à *População Ocupada (PO)*, é constituída principalmente pelos *micro-empresendimentos urbanos*, pelas *atividades não-agrícolas em áreas rurais* e pelos *empresendimentos econômicos solidários*.

Os *micro-empresendimentos urbanos* são estabelecimentos de natureza não tipicamente capitalista, caracterizados pelos baixos níveis de produtividade e pela pouca diferenciação entre capital e trabalho, onde atuam os *trabalhadores independentes* ou *autônomos* ou *conta própria* (exclusive profissionais liberais). Estes trabalhadores são, basicamente, os *por conta própria*, vinculados ao assim chamado sistema *simples de produção de mercadorias e serviços*, onde o assalariamento não é a regra, mas exceção, e onde o empregador também trabalha diretamente na atividade, podendo fazer uso de ajudantes não-remunerados, geralmente familiares. Incluem-se nesta categoria as *pequenas empresas familiares* e os *pequenos escritórios de negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios*, como padarias, confecções, videolocadoras, mercearias, oficinas de reparação, pequenos comércios de bairro, oficinas de costura, bares e outros, geralmente dirigidos pelos próprios proprietários, com a colaboração da família (RAZETO, apud: TIRIBA, 2001, p. 117), que sobrevivem pelas relações pessoais e pela clientela do “bairro”, funcionando, muitas vezes, na lógica da grande empresa, podendo, a qualquer momento, ser eliminadas pela concorrência dessas grandes empresas, desde que a área de atuação seja de seu interesse.

Compõem também a *economia popular* as *atividades não-agrícolas desenvolvidas por moradores de domicílios em áreas rurais*, a exemplo das pequenas indústrias alimentares, artesanato, confecções e serviços (KRAYCHETE, 2000, p.26), atividades que, pelas suas características, se assemelham e se somam aos *micro-empresendimentos urbanos*, mas foram excluídas da mencionada

pesquisa do IBGE/SEBRAE – Economia Informal Urbana (2005a), sob a alegação da elevação dos custos operacionais.

Outro segmento, muito importante, que integra a categoria *do trabalho por conta própria* é o constituído pelos *empreendimentos econômicos solidários*, entendidos “como o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizados e realizados solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária [...], com quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade” (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2006, p. 11). Trata-se de empreendimentos conduzidos por trabalhadores *independentes* ou *autônomos*, que, diferentemente dos micro-empreendimentos urbanos, nos quais os *trabalhadores por conta própria* atuam individualmente, têm *caráter associativo*, ou seja, são empreendimentos coletivos, solidários, geridos pelos próprios trabalhadores, sem patrões e sem exploração do trabalho alheio. Fazem parte desse segmento as cooperativas, os empreendimentos autogestionários, oficinas de produção associada, centrais de comercialização de agricultores familiares, associações de artesãos, escolas e projetos de educação e formação de trabalhadores, organizações de microcrédito, fundos rotativos etc (KRAYCHETE, 2000, p. 15-16). Também os assim chamados *clubes de troca*, que são organizações comunitárias que intercambiam serviços e produtos entre os associados, em geral vizinhos, mediante o uso de moeda social, cujo valor de troca é restrito aos participantes da organização.

Estes segmentos, que compõem a categoria do *trabalho por conta própria*, fazem parte, sim, da *economia popular* pela própria natureza das atividades, baseadas no *sistema da produção simples de mercadorias*, realizada por *pessoas-que-vivem-do-seu-trabalho*, sem explorar a mais-valia.

Como decorrência, segundo a CUT (2000, p. 2), não fazem parte da *economia popular*, não obstante a semelhança, os *profissionais liberais*, por funcionarem como empresas capitalistas, inseridos em mercado de alta renda, com suas estratégias de marketing e dinâmica de funcionamento tipicamente capitalistas.

Também não fazem parte da *economia popular* e, muito menos, da *economia solidária*, as *falsas cooperativas*, as quais integram, na verdade, o subsistema capitalista, eliminando direitos e precarizando a ocupação.

O *trabalho por conta própria* pode ser perpassado, também, pela formalidade ou informalidade, tanto no que tange à relação trabalhista como no que tange à legalização dos empreendimentos em relação à prefeitura municipal ou à previdência social e outros requisitos, porém, também aqui, a formalidade ou informalidade não constituem a natureza definidora da *economia popular*.

Quantos são os *trabalhadores por conta-própria*, individuais ou associados, no Brasil?

Em princípio, esta categoria, pela sua natureza, caracterizada anteriormente como integrante da *produção simples de mercadorias e serviços*, pertence integralmente à *economia popular*. Seu número, segundo a PNAD-2005, é bastante expressivo: 18.831.511 ou 21,6% da *População Ocupada (PO)*. Quanto aos *empreendimentos econômicos solidários*, segmento que certamente pertence também à *economia popular*, estes somam, em 2005, 1.251.882 associados, segundo pesquisa específica realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, publicada no *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005* (MTE-SENAES, 2006). No entanto, não fica claro se este segmento está ou não incluído na PNAD-2005 e também na Pesquisa da ECINF-2003. Caso esteja efetivamente incluído na PNAD-2005, está diluído no conjunto das categorias que compõem a População Ocupada (PO). Na dúvida, considera-se a quantidade de *trabalhadores por conta própria* da PNAD-2005 como integralmente pertencentes à *economia popular*, ou seja, 18.831.511, enquanto o número referente aos empreendimentos econômicos solidários, 1.251.882 associados, embora, pela sua natureza, seja também pertencente à *economia popular*, será considerado, na TABELA 2, entre os *itens de possível sobreposição*.

4.2.1.4 Categoria dos empregadores (EM).

A categoria dos *empregadores (EM)*, também integrante da *População Ocupada (PO)*, insere-se, por sua natureza, no sistema capitalista de produção, não pertencendo, portanto, à *economia popular*.

É verdade que, na Pesquisa ECINF-2003 (IBGE/SEBRAE, 2005a, p. 12), uma parcela dos empregadores, as “pequenas unidades produtivas não-agrícolas”, compostas por “trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores com até

5 empregados” é considerada como parte da *informalidade*, que, no caso, corresponderia à *economia popular*, dado que, não obstante serem, no Brasil, denominados de *informais*, a natureza desses empreendimentos é semelhante aos empreendimentos típicos da *economia popular*, caracterizados pelo *sistema da produção simples de mercadorias e serviços*, não obstante a existência de alguns assalariados. Trata-se, segundo a CUT (2002), de quase-empresas capitalistas, as quais, apesar de fazerem uso de mão-de-obra assalariada, podendo contratar até 5 empregados com ou sem carteira assinada, possuem características típicas do trabalho por conta própria (Subseções 3.2.6 e 4.2.1.3), tais como o assalariamento irregular, baixos salários, não separação entre o rendimento do empregador e a taxa de lucro do empreendimento, o trabalho direto do empregador no empreendimento e outras, que justificam a sua inclusão na categoria de empresas conhecidas, no Brasil, como “informais”.

Quanto ao número de pequenos empregadores com até 5 empregados, a PNAD-2005 não os distingue do total de *empregadores*, categoria que é composta por 3.683.355 ou 4,2% da *População Ocupada (PO)*. Mas, na Pesquisa da ECINF-2003 (IBGE-SEBRAE, 2005) estima-se a existência de mais de 1.400.000 empregadores com até 5 empregados. Entretanto, por tratar-se de empregadores, desconsidera-se, neste trabalho, a estimativa da ECINF-2003, sendo, então, todos os empregadores tratados como não pertencentes à *economia popular*, inclusive os micro-empreendimentos com até 5 empregados.

4.2.1.5 Categoria dos trabalhadores não-remunerados (NR).

Esta categoria integra, segundo o PNAD/2005, a *População Ocupada (PO)*.

Genericamente, são *trabalhadores não-remunerados* os que trabalham junto com familiares, parentes, sem receber remuneração pecuniária. No entanto, o PNAD-2005 subdivide os *trabalhadores não-remunerados* em dois subgrupos: (a) *trabalhadores não-remunerados membros da unidade domiciliar*, constituídos por pessoas trabalhando sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar, sendo este último: empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou

empregador; (b) *outros trabalhadores não-remunerados*, constituídos por pessoas trabalhando sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, na condição de aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo.

Para fins de divulgação, o IBGE reúne esses dois subgrupos numa única categoria, denominada de *não-remunerado*.

Os *trabalhadores não-remunerados* pertencem, sem dúvida, integralmente, à *economia popular* por razões já apontadas anteriormente, na medida em que o resultado de seu trabalho é revertido para o bem comum da *unidade doméstica* (CORAGGIO), contribuindo para o *fundo de trabalho*, alimentado com recursos, pecuniários ou não, que dão sustentação a essa *unidade doméstica*.

Os *trabalhadores não-remunerados* totalizam, no Brasil, segundo a PNAD-2005, 5.913.903 trabalhadores ou 6,8% da *População Ocupada (PO)*.

4.2.1.6 Categoria dos trabalhadores na produção para próprio consumo (PC).

Esta categoria também está classificada pelo IBGE (PNAD-2005, p. 143) como integrante da *População Ocupada (PO)*, não sendo considerada na pesquisa do IBGE/SEBRAE (2005a, p.16).

São considerados *trabalhadores na produção para o próprio consumo* as pessoas trabalhando, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades de silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

É, sem dúvida, uma categoria típica que compõe a *economia popular*, tendo em vista que se trata de produtos ou serviços destinados para consumo próprio, que não são vendidos nem trocados, a exemplo da agricultura de subsistência, na qual o agricultor planta, colhe e consome a produção, sem comercializá-la, ou seja, sem auferir lucro ou acumulação de capital.

Na perspectiva da *economia popular* e tendo como referência o *fundo de trabalho* mantenedor da *unidade doméstica* (CORAGGIO), são também exemplos de produção para consumo próprio os serviços ou a produção de mercadorias, tais como a fabricação de móveis ou confecção de roupas para uso da família,

pequenos consertos, horta de fundo de quintal e outros produtos ou serviços que contribuem para o *fundo de trabalho*, evitando a efetuação de despesas com terceiros. Outro exemplo muito difundido é o caso dos clubes de mães carentes que participam de programas ditos de “geração de renda”, apoiados por prefeituras, igrejas, centros sociais, onde, entre outras atividades, as futuras mães confeccionam, a partir de matéria-prima arrecadada, enxovais para os filhos que vão nascer, evitando, com isso, a compra do referido enxoval. São exemplos também os trabalhos domésticos de limpeza, jardinagem e outros que, embora não sejam remunerados, não implicam em despesas com terceiros, contribuindo para o *fundo do trabalho na unidade doméstica*.

As atividades exercidas por esta categoria que, segundo a PNAD-2005, é composta por 3.894.016 trabalhadores ou 4,5% da *População ocupada (PO)*, pertencem, sim, pela sua natureza, à *economia popular*.

Porém, considerando que basta uma hora na semana para a sua caracterização como *trabalhadores na produção para próprio consumo (PC)*, é possível que seus integrantes exerçam, em paralelo, atividades assalariadas, o que expõe esta categoria a algum risco de sobreposição, ou seja, não se trata do exercício de atividades de *economia popular* como atividade principal, razão pela qual esta categoria fica incluída, na TABELA 2, entre os *itens com possível sobreposição*.

4.2.1.7 Categoria dos trabalhadores na construção para o próprio uso (PU).

Esta categoria está, igualmente, classificada pelo IBGE (PNAD-2005, p. 143) como integrante da *População Ocupada (PO)*, não sendo considerada na pesquisa do IBGE/SEBRAE (2005a, p.16).

São *trabalhadores na construção para o próprio uso* as pessoas trabalhando, durante pelos menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro domiciliar (IBGE – PNAD/2005).

A *construção para próprio uso* constitui atividade típica da *economia popular*, tendo em vista que se trata de construções destinadas para uso próprio,

sem finalidade comercial, sem finalidade de acumulação de capital, contribuindo, no entanto, para o *fundo de trabalho* da *unidade doméstica*, evitando despesas.

Pela sua natureza, as atividades exercidas por esta categoria pertencem, também, à *economia popular*. Porém, considerando que basta uma hora na semana para a sua caracterização como *trabalhadores na construção pra próprio uso (PU)*, é possível que seus integrantes exerçam, em paralelo, atividades assalariadas, o que expõe esta categoria, composta, segundo a PNAD-2005, por 122.576 trabalhadores ou 4,5% da *População Ocupada (PO)*, a algum risco de sobreposição, ficando, portanto, incluída, na TABELA 2, entre os *itens de possível sobreposição*.

4.2.2 Economia Popular na População Desocupada (PD) da PNAD-2005

Pela sua natureza, a presença da *economia popular* não se restringe ao âmbito da *População Ocupada (PO)*. Ela está presente também junto à *População Desocupada (PD)*. É que os *desocupados (desempregados)* não só fazem parte dos *excluídos do trabalho assalariado* e estão em busca de trabalho, mas grande parte desse segmento é composta por trabalhadores em situação de *desemprego oculto por trabalho precário (OP)* e em situação de *desemprego oculto por desalento (OD)*, exercendo atividades típicas da *economia popular*, de forma transitória ou permanente.

De fato, a categoria de trabalhadores desempregados, que está em situação de *desemprego oculto por trabalho precário (OP)*, é constituída por pessoas que estão efetivamente procurando uma oportunidade de trabalho duradouro, mas, enquanto não o conseguem, realizam pequenos trabalhos precários ocasionais, vulgarmente chamados de “bicos”, como forma de assegurar a sobrevivência. Por outro lado, a categoria de trabalhadores desempregados, que se encontra em situação de *desemprego oculto por desalento (OD)*, é composta por pessoas que querem trabalhar, estão em busca de trabalho, mas, frente a contínuas frustrações, já não acreditam na possibilidade de conseguir uma vaga e passam a realizar trabalhos precários de auto-ocupação de forma permanente, acomodando-se nessa situação. Excluem-se da *economia popular*, dentre os integrantes da *População Desempregada (PD)*, por razões conceituais, os trabalhadores em situação de *desemprego aberto*, tendo em vista que se trata de pessoas

desempregadas que, abordadas pelas pesquisas, não realizaram, nos últimos 7 ou 30 dias, efetivamente qualquer atividade produtiva e mantiveram-se em busca permanente de uma ocupação, pressionando o mercado de trabalho assalariado.

Mas, qual o tamanho da *economia popular* no âmbito da *População Desocupada (PD)*?

Para a formulação de uma resposta a esta questão, é preciso levar em conta a diferença entre as pesquisas do IBGE (PNAD e PME) e do DIEESE-SEADE.

Segundo o IBGE (PNAD-2005), o nível de desocupação, em 2005, é de aproximadamente 9% da *População Economicamente Ativa - PEA* e, segundo o DIEESE-SEADE, ele corresponde a aproximadamente 17% da PEA.

Tendo em vista que, na prática, pelos critérios da pesquisa, a PNAD-2005 considera *ocupados* os trabalhadores que, segundo o DIEESE-SEADE, compõem o contingente dos *desempregados ocultos por trabalho precário* ou *ocultos por desalento*, excluindo-os da categoria de *desocupados*, pode-se deduzir que a *População Desocupada (PD)*, segundo a PNAD-2005, e os trabalhadores em situação de *Desemprego Aberto (DA)*, segundo o DIEESE-SEADE, se identificam, em número e natureza, ou seja, $PD = DA = 9,3\%$ da $PEA = 8.941.955$ (FIGURA 3). Assim sendo, o contingente de trabalhadores, correspondente a aproximadamente 8% da PEA, que, segundo o DIEESE-SEADE, se encontra em situação de *Desemprego Oculto (DO) por trabalho precário (OP)* ou *por desalento (OD)*, corresponde aos trabalhadores que, embora desempregados, exercem, em caráter transitório ou permanente, *atividades precárias de auto-ocupação*, típicas da *economia popular*, ou seja, $DO = OP + OD = 8\%$ da $PEA = 7.948.404$ trabalhadores.

Considerando que, segundo a PED – RMSP - Fev. 2005 (SEADE, 2005), a relação percentual entre o *desemprego oculto por trabalho precário (OP)* e o *desemprego oculto por desalento (OD)* é, respectivamente, de 73% e 27%, deduz-se que $OP = 5.802.335$ trabalhadores e $OD = 2.146.069$ trabalhadores.

Portanto, a *População Desocupada (PD)*, segundo a PNAD-2005, que corresponde ao *Desemprego Aberto (DA)* do DIEESE-SEADE, equivalente a 8.941.955 trabalhadores, não pertence, por sua natureza capitalista, à *economia popular*. Por outro lado, a População em situação de *Desemprego Oculto por Trabalho Precário (OP)* e *Desemprego oculto por Desalento (OD)*, equivalente

7.948.404 trabalhadores, pertence integralmente, pela sua natureza, à *economia popular*.

Onde estão incluídos, na PNAD-2005, os 7.948.404 trabalhadores contabilizados pela PED como em situação de *Desemprego Oculto*? Evidentemente, entre as 87.089.976 pessoas ocupadas, diluídas entre as categorias que compõem a *População Ocupada – PO* (FIGURA 3).

4.2.3 Economia Popular na PNEA da PNAD-2005

A *economia popular* perpassa até mesmo a *População não Economicamente Ativa (PNEA)* ou os *Inativos* que constituem uma parcela da *População em Idade Ativa (PIA)* que não está disponível para o trabalho, não tendo necessidade nem disposição para ocupar um posto de trabalho, mas que, parte dela, excepcionalmente, pode exercer atividades remuneradas, caracterizando-se, então, como *inativos com trabalho excepcional*. São pessoas que não procuram trabalho porque não têm disponibilidade para ocupar um posto de trabalho, embora, eventualmente, tenham exercido, nos últimos 7 ou 30 dias, alguma atividade remunerada.

Essas atividades exercidas excepcionalmente, remuneradas ou não, contribuem para o *fundo de trabalho* mantenedor da *unidade doméstica*, conforme visão de CORAGGIO.

A *População não-Economicamente Ativa (PNEA)* totaliza, segundo a PNAD-2005, 56.697.806 pessoas, entre as quais muitas, evidentemente não todas, exercem, esporadicamente, atividades típicas de *economia popular*. Quantas são essas pessoas? Impossível saber pelas pesquisas domiciliares vigentes. Mas elas existem, embora, por princípio, não poderiam ser somadas às categorias componentes da *População Ocupada (PO)* e *Desocupada (PD)*.

4.2.4 Economia Popular na PINA da PNAD-2005

Da mesma forma, faz parte da *economia popular* uma parcela da *População em Idade não Ativa – PINA*. É que, na realidade brasileira, grande contingente de crianças menores de 15 anos trabalha e, embora a PINA exclua a

população com idade inferior a 10 anos e maiores que 65 anos, é significativo o número de crianças com menos de 10 anos que trabalham. Da mesma forma, trabalha uma significativa parcela de idosos acima da idade legal, como forma de complementar os proventos de aposentadoria ou benefício de prestação continuada.

Tendo em vista que o contingente de trabalhadores inseridos na PINA que trabalha, em geral atua em atividades de auto-ocupação precária e eventual, podendo ser considerado, portanto, como pertencente à *economia popular*.

A *População em Idade não Ativa (PINA)*, segundo a PNAD-2005, totaliza, 29.329.706 pessoas, entre as quais muitas, evidentemente não todas, exercem, esporadicamente, atividades típicas de *economia popular*. Segundo O Estado de São Paulo (2007, p. 1), interpretando a PNAD-2005 (IBGE, 2005, p. 71), existe, no Brasil, um universo de 2,5 milhões de crianças e adolescentes, entre 5 e 14 anos que trabalham, dos quais 1,5 milhões são do campo e 1.150.500 estão na faixa etária entre 5 e 9 anos, trabalhando sem remuneração (64,4%) ou envolvidas na produção para consumo próprio (26,9%).

Há ainda um número crescente de idosos que se vêem obrigados a continuar trabalhando predominantemente em atividades de auto-ocupação para complementar sua aposentadoria ou benefício. Segundo Serasa (2007), refletindo os dados do Censo do IBGE 2000, os idosos acima de 60 anos são 14,5 milhões, no Brasil, ou seja, 8,6% da população total do país, sendo que 62,4% dos idosos e 37,6% das idosas são chefes de família, somando 8,9 milhões de pessoas e, além disso, 54,5% dos idosos chefes de família vivem com os filhos e os sustentam.

4.2.5 Outras Formas de Manifestação da Economia Popular.

Além das categorias integrantes das pesquisas domiciliares, principalmente da PNAD-2005, existem outras formas de manifestação da *economia popular*, dentre as quais, a *população em situação de rua*, *soluções assistenciais* e *atividades comunitárias de ajuda mútua*.

Estes segmentos podem considerados como parte integrante da *economia popular* com base no conceito de *fundo de trabalho da unidade doméstica*, conforme visão de CORAGGIO, anteriormente explicitada.

4.2.5.1 Economia popular na população em situação de rua.

Integra, ainda, a *economia popular* a assim chamada *população de rua* (IBGE/SEBRAE, 2005, p.16; TIRIBA, 2003, p.38 ss.), de número e importância crescentes nas regiões metropolitanas, também excluída da Pesquisa da ECINF-2003 do IBGE/SEBRAE e da PNAD-2005, por não ter residência fixa.

FERREIRA (2005, p. 2) define a *população em situação de rua* como “grupo populacional constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular”.

TIRIBA & ICAZA (2003, p. 102-103) constata que, frente às atuais condições econômico-sociais, crianças, jovens e adultos obrigam-se, nos grandes centros urbanos, a inventar qualquer atividade para sobreviver: fazer malabarismo nos sinais de trânsito, transformar-se em homens-estátua, catar latinhas, vender roupas íntimas, doces e salgados, produzidos na própria unidade doméstica, ou criar inúmeras pequenas unidades econômicas como barraquinhas de cachorro-quente, bares, biroskas e mercadinhos populares, organizados familiarmente ou em grupos de 2 ou 3 sócios, a que RAZETO (apud: TIRIBA, 2001, p. 117) acrescenta as atividades ilegais ou envolvendo pequenos delitos, como a prostituição, pequenos roubos, pequenos pontos de venda de drogas ou outras atividades consideradas ilícitas ou à margem das normas sociais e culturais.

Não existe pesquisa específica, de âmbito nacional, que contemple a *população em situação de rua*. Existem algumas pesquisas isoladas, a exemplo da realizada na cidade de São Paulo, no ano de 2000, pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, além de Belo Horizonte em 1998 e 2005, Recife em 2005, Rio de Janeiro em 1999 e Porto Alegre em 1998-99 (FERREIRA, 2005, p.3), mas elas divergem entre si na metodologia, nos critérios, na data de realização, entre outros problemas que não permitem comparabilidade.

No entanto, essa população é significativa. É constituída principalmente por homens (80% a 85%), na faixa etária entre 18 e 50 (70% a 80%), sendo, portanto, considerada como população economicamente ativa (JORNAL DA MÍDIA, 2007).

Assim, pela sua natureza, fundada no conceito de CORAGGIO de *unidade doméstica como micro-unidade econômica*, estas atividades e seus agentes fazem parte, sim, no seu todo, da *economia popular*.

Considerando que, segundo FERREIRA (2005, p. 15), “a população em situação de rua é um fenômeno global e não necessariamente apenas urbano” e tomando por base São Paulo, que, no ano de 2000, segundo a mencionada Pesquisa da FIPE, possuía 10.394 trabalhadores em situação de rua e 6.168 pessoas moradoras em albergues (FOLHAONLINE, 2003), totalizando 16.562 pessoas e considerando, ainda, que a *população em situação de rua* e a *albergada* constituem o mesmo público, com a diferença apenas de que a *albergada* recebe pernoite e/ou alimentação, pode-se projetar, a partir da população da cidade de São Paulo em 2000, estimada, pelo IBGE - Censo de 2000, em 10.927.985 habitantes, que a *população em situação de rua* existente no Brasil, em 2005, é de aproximadamente 276.330 pessoas (0,15% da População Total), sendo 173.850 (0,095% da População Total) *em situação de rua* e 102.480 (0,056% da População Total) *albergada*.

4.2.5.2 Economia popular nas soluções assistenciais.

Compõem também a *economia popular*, no sentido dado por CORAGGIO, as *soluções assistenciais*, tais como a mendicância nas ruas, os subsídios oficiais para indigentes, sistemas organizados de beneficência pública ou privada, orientados a setores de extrema pobreza e outras alternativas similares, pelo fato de as mesmas contribuírem para os *fundos do trabalho* das *unidades domésticas* beneficiárias.

São exemplos de soluções assistenciais: o Programa Bolsa Família, PETI, Luz Fraterna, Tarifa Social da Água, Leite das Crianças, entre milhares de outros programas e ações públicas e/ou privadas, de âmbito federal, estadual e municipal, além das aposentadorias ou benefícios de prestação continuada dos idosos, pensões e similares cujos proventos, em muitas *unidades domésticas*, constituem o principal, senão o único, recurso monetário permanente, estável, previsível.

Contabilizar os beneficiários das soluções assistenciais é, praticamente, impossível, até pela sobreposição de programas sobre o mesmo público. No

entanto, para se estimar um número, pode-se adotar como parâmetro o próprio público do Programa Bolsa Família, pois este público-alvo é, provavelmente, o mesmo da maioria dos programas e ações de natureza assistencial. Este Programa atende, segundo o sítio do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2007), 11,1 milhões de famílias residentes em todos os municípios brasileiros ou cerca de 50 milhões de pessoas. Haveria, assim, aproximadamente 50 milhões de pessoas, no Brasil, que, através da sua participação em diferentes soluções assistenciais, agregam recursos, monetários ou não, para os *fundos de trabalho* das respectivas *unidades domésticas*.

4.2.5.3 Economia popular nas atividades comunitárias de ajuda mútua.

TIRIBA & ICAZA (2003, p. 101), com base no conceito de *economia popular*, destacam uma dimensão que transcende à obtenção dos recursos materiais e está estreitamente vinculada à *reprodução ampliada da unidade doméstica*. Defendem que os atores de *economia popular*, estabelecendo relações sociais baseadas em valores de companheirismo, reciprocidade e cooperação, desenvolvem estratégias de trabalho e sobrevivência que buscam, não só a obtenção de recursos monetários e excedentes que possam ser trocados no mercado, mas também criam condições favoráveis ao processo de formação humana, como a socialização do conhecimento e da cultura, saúde, moradia etc. Assim, além das iniciativas econômicas, cujo objetivo imediato é a geração de renda, as atividades da *economia popular* se encontram nas ações espontâneas de solidariedade entre familiares, amigos e vizinhos e também nas ações coletivas organizadas no âmbito da comunidade, que têm como meta uma maior qualidade de vida. Conforme já mencionado anteriormente (Subseção 3.2.2), as autoras exemplificam esta dimensão com os mutirões para a construção de casas populares, limpeza de valas, o revezamento para cuidar de crianças enquanto os pais trabalham, a ajuda dos amigos para o conserto do telhado do vizinho, a organização de creches comunitárias, clubes de troca, mercados solidários etc, ações que evitam despesas com terceiros. Enfim, a *economia popular* não se restringe à produção e distribuição de mercadorias e serviços, mas é algo que

envolve também reprodução da vida como um todo, envolve as relações sociais na comunidade em seu conjunto.

Essas atividades comunitárias de ajuda mútua, mesmo não envolvendo nenhum recurso monetário, contribuem para a melhoria de vida da comunidade e das *unidades domésticas* a ela pertencentes. A solidariedade otimiza o tempo disponível das pessoas que, pela troca mútua de serviços, reduz ou evita despesas das *unidades domésticas*, de modo que as atividades comunitárias de ajuda mútua e as ações coletivas em prol da melhoria de infra-estrutura de interesse comum (valas, ruas, transporte, água etc) contribuem, a seu modo, para o *fundo de trabalho* das *unidades domésticas*.

Na mesma linha das soluções assistenciais, as atividades comunitárias de ajuda mútua são incontáveis e não constituem objeto de pesquisas específicas.

4.2.6 Tamanho Aproximado da Economia Popular no Brasil, em 2005.

Pelas análises e considerações feitas anteriormente, fica clara a impossibilidade de se ter números precisos quanto ao tamanho da *economia popular* no Brasil.

Entretanto, consolidando, na TABELA 2, os quantitativos correspondentes às categorias e segmentos, agrupados na *Distribuição da População Total segundo Inserção Laboral* (FIGURAS 2 e 3), e nas outras formas de manifestação da *economia popular* (Subseção 4.2.5), obtém-se uma dimensão estimada da *economia popular*, no Brasil, que, aliás, é muito significativa.

Considerando, na TABELA 2, os itens somáveis, não sujeitos à sobreposição de dados na *PO*, *PD* e na *PINA da PNAD-2005* e na população em situação de *Desemprego Oculto (DO)* da *PED-2005*, além dos *trabalhadores em situação de rua*, atinge-se a impressionante soma de 49.679.275 trabalhadores ocupados na *economia popular*, enquanto atividade principal, portanto, com baixo risco de sobreposição de dados. Isto equivale a 51,73% em relação à PEA (PNAD-2005) ou 32,53% em relação à PIA (PNAD-2005), embora grande parte ultrapasse os limites da PEA e da PIA, ou, ainda, 27,29% da População Total do Brasil, em 2005.

TABELA 2 - TAMANHO APROXIMADO DA ECONOMIA POPULAR, NO BRASIL, EM 2005

CATEGORIAS OU SEGMENTOS	QUANTITATIVOS
<i>ITENS SOMÁVEIS, SEM SOBREPOSIÇÃO (Atividade principal)</i>	<i>49.679.275</i>
Na População Ocupada (PO) - PNAD-2005	31.404.041
Empregados ou assalariados (AS)	0
Trabalhadores Domésticos (TD)	6.658.627
Trabalhadores por conta-própria (CP)	18.831.511
Empregadores (EM)	0
Trabalhadores não-remunerados (NR)	5.913.903
Na População Desocupada (PD) - PNAD-2005	0
Desemprego Aberto (DA)	0
Na População em situação de Desemprego Oculto (DO) – PED-2005 ⁷	7.948.404
Desemprego oculto por trabalho precário (OP)	5.802.335
Desemprego oculto por desalento (OD)	2.146.069
Na População em Idade não Ativa (PINA) - PNAD-2005	10.050.500
Trabalho infantil na faixa etária de 5 a 9 anos	1.150.500
Trabalho dos idosos acima de 65 anos.	8.900.000
Na População em situação de rua ⁸	276.330
Situação de rua	173.850
Albergada	102.480
<i>ITENS COM POSSÍVEL SOBREPOSIÇÃO</i>	<i>5.268.474</i>
Na População Ocupada (PO) - PNAD-2005	4.016.592
Trabalhadores na produção para próprio consumo (PC)	3.894.016
Trabalhadores na construção para próprio uso (PU)	122.576
Na População Ocupada (PO) – MTE/SENAES-2005	1.251.882
Trabalhadores em empreendimentos econômicos solidários	1.251.882
<i>CATEGORIAS NÃO-SOMÁVEIS, COM ALTO GRAU DE SOBREPOSIÇÃO, SEM POSSIBILIDADE DE QUANTIFICAÇÃO</i>	<i>50.000.000(?)</i>
Na População não Economicamente Ativa (PNEA)	?
Trabalho excepcional	?
Em outras manifestações da economia popular	?
Soluções assistenciais	?
Atividades comunitárias de ajuda mútua.	?

FONTE: Tabela elaborada pelo autor, com base em dados da PNAD-2005, PED – RMSP – Fev. 2005 e Pesquisa MTE-SENAES – 2005, consolidando dados das subseções 4.2.1 a 4.2.5 deste trabalho.

Podem ser agregados a esse quantitativo, pela sua natureza, também os itens considerados como de *possível sobreposição de dados* que totalizam

⁷ Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência – PED – 2005.

⁸ Não contemplada na PNAD-2005 nem em outras pesquisas por amostra de domicílios de âmbito nacional. Dados projetados a partir de pesquisa específica da FIPE, no município de São Paulo (FOLHAONLINE, 2003).

5.268.474 trabalhadores. Além destes, é provável que mais de 50 milhões de pessoas exerçam, conforme justificativa anterior (Subseção 4.2.5.2), atividades típicas de *economia popular*, porém, como atividade complementar e/ou como beneficiárias de programas de transferência de renda, agregando recursos para os *fundos do trabalho* de inúmeras *unidades domésticas*.

Dessa forma, tem-se, no Brasil, em 2005, cerca de 105 milhões de pessoas envolvidas, de alguma forma, na *economia popular*, como atividade principal ou complementar, o que equivale a 57,67% da População Total.

É sempre oportuno lembrar que esses números se referem à *economia popular* assumida sob a ótica da sua natureza, desconsiderando-se totalmente o fato da *informalidade*, enquanto legalidade ou ilegalidade perante o poder público.

4.2.7 Segmentos Dimensionados e Caracterizados em Pesquisas Específicas

Tendo estimado o tamanho da *economia popular*, no Brasil, em 2005, nos itens anteriores, a presente subseção tem por objetivo apresentar, a título de exemplo, uma caracterização de dois dos segmentos que integram a categoria dos *trabalhadores por conta-própria*, a saber: os *micro-empresendimentos urbanos* e os *empresendimentos econômicos solidários*.

Estes segmentos contam com pesquisas específicas recentes, relativamente detalhadas, realizadas em âmbito nacional, respectivamente pelo IBGE/SEBRAE e pelo MTE/SENAES.

Os dados quantitativos correspondentes já constam considerados na totalização da subseção 4.2.6 e TABELA 2, acima.

4.2.7.1 Microempresendimentos urbanos.

Um dos segmentos da *economia popular*, integrante da categoria dos *trabalhadores por conta própria*, que já conta com pesquisa específica é o referente aos *microempresendimentos urbanos*, tendo sido objeto de recente pesquisa, referente ao período 1997 a 2003, realizada, no Brasil, pelo IBGE/SEBRAE, denominada *Pesquisa de Economia Informal Urbana - ECINF 2003* (2005a).

É verdade que a *economia popular* não se confunde com a *economia informal*, porém, no caso brasileiro, mesmo correndo o risco da imprecisão, os dados disponíveis, referentes ao público dos microempreendimentos urbanos, denominados de *economia informal urbana* (IBGE/SEBRAE, 2005a), permitem, segundo KRAYCHETE (2000, p. 26), “traçar um perfil - parcial e aproximado – dos empreendimentos econômicos populares” caracterizados como “pequenas unidades produtivas não-agrícolas”, já que compreendem, segundo o IBGE/SEBRAE (2005a, p. 12), “trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores com até 5 empregados”. Incluem-se também, tal como classificadas por RAZETO (Apud: TIRIBA, 2001, p. 117), “as microempresas e pequenos escritórios de negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios, como pequenos comércios de bairro, oficinas de costura, bares etc, geralmente dirigidos pelos próprios proprietários, com a colaboração da família”.

Para a quantificação deste segmento, utiliza-se o trabalho de POCHMANN (2005), baseado na pesquisa do IBGE/SEBRAE (2005a), período 1997-2003, denominado de *Economia do Microempreendimento Informal*. Não obstante a diferença conceitual entre *economia popular* e *informalidade*, conforme já frisado anteriormente, respeita-se, aqui, a nomenclatura utilizada por POCHMANN.

Segundo POCHMANN, a economia informal no Brasil, no ano de 2003, é constituída por 10,3 milhões de pequenos empreendimentos ou empresas do setor informal (IBGE, 2005a), sendo 9,1 milhões de ocupados por conta própria e 1,2 milhão de empregadores com até 5 empregados, sendo que esse conjunto de empreendimentos absorve 13,9 milhões de ocupados, dos quais 9,5 milhões de conta própria, 1,4 milhões de empregadores, 2,2 milhões de empregados (36,4% com carteira assinada e 64,3% sem carteira assinada) e 707 mil trabalhadores não remunerados (2005, p. 8). Conforme já assinalado anteriormente (Subseção 4.2.1.4), os 1,4 milhões de empregadores não podem, pela sua natureza, ser classificados como integrantes da *economia popular*, ainda que sejam considerados “informais” nos critérios da Pesquisa ECINF-2003.

Os ocupados na economia informal representam, em 2003, 27,1% do total do emprego no Brasil, dos quais 41% no setor da construção civil e menos de 20%, no setor industrial (2005, p.9).

Na composição ocupacional dos microempreendimentos da economia informal, há forte predominância do trabalhador por conta própria, com 7 em cada 10 ocupados (2005, p. 9).

Considerando o peso da economia informal no conjunto do país, 71% dos trabalhadores por conta própria pertencem à economia informal (2005, p.10).

Os ocupados da economia informal movimentam uma quantidade de recursos monetários equivalente a 15,3% da massa de rendimento nacional do ano de 2003, rendimentos esses repartidos de forma muito desigual (2005, p. 10).

A receita mensal de 45% dos microempreendimentos, em 2003, é de até 2,3 salários mínimos, faixa de receita que, em 1997, corresponde a 38% dos empreendimentos, enquanto os empreendimentos com mais de 7,7 salários mínimos mensais são 29% em 1997 e de 15% em 2003 (2005, p.11).

O rendimento médio dos ocupados na economia informal equivale a 55% do rendimento médio do total dos ocupados do país, sendo que os ocupados do sexo masculino recebem apenas 51% do rendimento médio do total dos ocupados masculinos do país, enquanto as mulheres ocupadas na economia informal recebem 65% do total da ocupação feminina (2005, p. 11).

Os micro-empreendimentos informais caracterizam-se, de modo geral, em 2003, pela concentração dos ocupados na faixa etária de 35 a 59 anos de idade, pela maior presença de ocupados masculinos e com jornada de trabalho superior a 40 horas semanais e pela concentração dos microempreendimentos com pequeno tempo de operação, tendo em vista que 75% deles têm até três anos de existência do negócio (2005, p. 11).

Quanto ao perfil de escolaridade dos ocupados na economia informal, evidencia-se uma forte concentração no nível básico de ensino, pois, de cada 2 ocupados, um não tem o ensino médio e apenas 26% têm escolaridade acima do ensino médio. Os empregadores se caracterizam pela maior escolaridade e os trabalhadores por conta própria pelo menor ensino (2005, p. 12-13).

Do ponto de vista da composição setorial das atividades econômicas dos ocupados dos microempreendimentos da economia informal, em 2003, o setor de comércio responde por 1/3 do total, vindo em seguida a indústria e a construção civil. Os setores da construção civil, serviços pessoais e de transporte, armazenagem e comunicação apresentam maior participação relativa de

trabalhadores por conta própria, enquanto a presença relativa maior de empregadores é registrada nos setores do comércio, de alimentação e alojamento, de serviços sociais de imobiliários e prestados às empresas (2005, p. 13).

As atividades econômicas de empreendimento informal são constituídas predominantemente por até um proprietário e apenas 5,5% por mais de um. A maior parte começa a trabalhar aos 15 anos e tem habilidades básicas e algumas habilidades específicas adquiridas por experiência prática (2005, p. 14).

A grande maioria não separa, contabilmente, o rendimento familiar da receita decorrente da atividade econômica e apenas 5% dos micro-empresendedores possuem contadores profissionais e 53% não fazem registro contábil (2005, p. 14).

A comparação entre as pesquisas do IBGE de 1997 e 2003 revela que a organização gerencial do micronegócio tem piorado, considerando a redução do controle por contador e o aumento dos empreendimentos que não registram absolutamente nada (2005, p. 15).

O grau de organização do negócio é muito reduzido também e especialmente no que tange à regularização formal do microempreendimento, sendo que 93% dos empreendimentos por conta própria não têm constituição jurídica e, entre os empregadores, um em cada dois, não tem regularização jurídica (2005, p. 15-16).

Transparece também baixa adesão à filiação a organismos de representação de interesses e em sistemas simplificados de registro fiscal, com apenas 2% dos microempreendimentos com registro no *Simples* e 8,5% dos empregadores (2005, p. 16).

Quanto à origem dos negócios, a grande maioria surge de alternativa ocupacional, num quadro de desemprego generalizado no país (2005, p. 16). Daí que 1/3 da abertura dos micronegócios não exige, então, recurso inicial e o restante conta com recursos próprios, herança ou indenização, não sendo utilizados recursos bancários. “Menos de 7% dos investimentos e/ou aquisições realizadas pelos microempreendimentos informais têm a participação de empréstimo bancário”. Dos 16% dos microempreendimentos e também empregadores que fazem investimentos, 2/3 são feitos a partir de lucros anteriores. A cada 100 micronegócios informais, somente 6 chegam a ter acesso ao crédito e 4 recebem alguma forma de assistência técnica. (2005, p. 17).

O atraso dos microempreendimentos no Brasil se revela no fato de mais de 2/3 terem informado “ser desnecessária a utilização dos serviços de informática para o funcionamento e operacionalização de seus negócios”. Somente 10% dos microempreendimentos informais consideram que a falta de acesso informática se dá pelo custo elevado e somente 30% dos empregadores fazem algum tipo de uso da informática e 10% dos trabalhadores por conta própria. Isto se deve à distribuição dos microempreendimentos por local de funcionamento, tendo em vista que 84% dos trabalhadores por conta própria e 43% dos proprietários não possuem local próprio para funcionamento. Os microempreendimentos desenvolvem suas atividades, em sua maioria, no local do cliente, nas vias públicas, em veículos e sem local exclusivo, o que dificulta o suporte dos serviços de informática (2005, p. 18-19).

4.2.7.2 Empreendimentos econômicos solidários.

Outro segmento da *economia popular*, também integrante da categoria dos *trabalhadores por conta própria*, que já conta com pesquisa específica é o referente aos *empreendimentos econômicos solidários*, tendo sido objeto de recente pesquisa realizada, no Brasil, no segundo semestre de 2005, pelo Ministério do Trabalho e Emprego - Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, publicada no *Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005* (MTE-SENAES, 2006)

Entende-se por *empreendimentos econômicos solidários* “o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária [...], com quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade” (BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária, 2006, p. 11).

Sua dimensão já é significativa, no Brasil, não obstante seu surgimento recente, na década de 1990 (Id. Ibid., p. 24), e seu reconhecimento como política pública, a partir de 2003, com a instituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

Em recente pesquisa, promovida pela SENAES (Id. Ibid., p. 15), foram identificados, no Brasil, 14.954 empreendimentos econômicos solidários, em 2.274

municípios, congregando 1.251.882 associados, sendo 801.219 (64%) de homens e 450.663 (36%) mulheres, o que resulta numa média de 84 participantes por empreendimento econômico solidário. Sua concentração é maior no Nordeste (44%), seguida da região Sul (17%), Sudeste (14%), Norte (13%) e Centro-Oeste (12%). No Paraná, segundo essa mesma pesquisa, existem, em 2005, 527 empreendimentos caracterizados como economia solidária, envolvendo 32.800 trabalhadores, dos quais 19.281 homens e 13.610 mulheres (Id. Ibid., p. 15),

Quanto à forma de organização (Id. Ibid., p. 19), os empreendimentos econômicos solidários, no Brasil, estão distribuídos em: associações (54%), grupos informais (33%), organizações cooperativas (11%) e outras formas de organização (2%). Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste predomina o perfil nacional, enquanto, nas regiões Sul e Sudeste, ocorre uma menor participação das associações e maior participação dos grupos informais.

Quanto à trajetória da economia solidária (Id. Ibid., p. 24), a grande maioria dos empreendimentos econômicos solidários tem seu início na década de 1990, com gradativa expansão na década atual, com tendência de crescimento dos grupos informais, redução das associações e estabilização das cooperativas.

Os principais motivos para a criação dos empreendimentos econômicos solidários (Id. Ibid., p. 26) são: alternativa ao desemprego (45%), principalmente nas regiões Sudeste (58%) e Nordeste (47%); complemento da renda dos sócios (44%), principalmente nas regiões Centro-Oeste (53%), Norte (46%) e Sul (45%) e obtenção de maiores ganhos (41%), principalmente na região Sul (48%).

Quanto ao gênero (Id. Ibid., p. 30), a participação relativa dos homens é superior (64%) à das mulheres (36%), sendo a participação relativa dos homens superior à média nacional na região Sul (71%) e, das mulheres, no Centro-Oeste (41%). A participação relativa das mulheres predomina nos empreendimentos de menor tamanho, com menos de 10 sócios (63%), enquanto a dos homens ocorre nos empreendimentos com mais de 20 sócios (60% nos empreendimentos de 21 a 50 sócios e 66% nos com mais de 50 sócios). A pesquisa revela que cerca de 2.300 (16%) empreendimentos são constituídos exclusivamente por mulheres, cerca de 1.500 (11%) exclusivamente por homens e os demais (71%) são mistos.

No que tange à área de atuação (Id. Ibid., p. 34), 50% dos empreendimentos econômicos solidários atua exclusivamente na área rural, 33% na

área urbana e 17% nas áreas rural e urbana. Na região Sudeste, a maioria (60%) dos empreendimentos atua na área urbana, enquanto a atuação exclusiva na área rural é superior à média nacional nas regiões Norte (57%) e Nordeste (63%).

Das atividades desenvolvidas pelos empreendimentos econômicos solidários (Id. Ibid., p. 35) resulta extensa variedade e expressiva quantidade de produtos e serviços, predominando os produtos relativos às atividades agropecuária, extrativista e pesca (42%), alimentos e bebidas (18,3%) e diversos produtos artesanais (13,9%).

No que tange à comercialização (Id. Ibid., p. 41), os produtos e serviços destinam-se predominantemente aos espaços locais, sendo 56% ao comércio local comunitário, 50% em mercados/comércios municipais, 7% dos produtos têm destino territorial e 2% são transacionados com outros países.

Quanto aos resultados financeiros (Id. Ibid., p. 41), a maioria (38%) dos empreendimentos econômicos solidários consegue obter sobras em suas atividades econômicas, enquanto 16% dos empreendimentos são deficitários e 33%, embora não obtendo sobras, conseguiu pagar as despesas realizadas.

Quanto à remuneração (Id. Ibid., p. 43), 8.870 (59,3%) dos 14.954 empreendimentos informam a remuneração dos sócios, 50% dos quais apresenta remuneração com valor de até meio salário mínimo e 26,1% com meio a um salário mínimo, valor que precisa ser compreendido à luz das motivações que originaram os empreendimentos econômicos solidários, principalmente o da possibilidade de complementação da renda dos associados.

Tratando-se de empreendimentos econômicos solidários, a gestão coletiva é um indicador importante para avaliar a participação dos sócios e a periodicidade das assembléias ou reuniões revela essa preocupação. A maioria (49,2%) dos empreendimentos afirma ter realizado assembléias ou reuniões mensais, 10,5% semanais ou quinzenais e 11,2% bimestrais ou trimestrais. Os empreendimentos informam que a participação dos sócios tem ocorrido principalmente nas decisões cotidianas (66%), na escolha da direção (62%), prestação de contas (62%) e acesso aos registros e informações (60%).

Quanto às dificuldades enfrentadas (Id. Ibid., p. 46) pelos empreendimentos econômicos solidários, 61% afirmam ter dificuldades na comercialização, 49% para o acesso ao crédito e 27% não têm acesso ao acompanhamento, apoio ou

assistência técnica, situando-se a região Norte acima da média nacional em todos os itens (68%, 54% e 34%, respectivamente), enquanto na região Nordeste a maior dificuldade é o acesso ao crédito (58%) e, na região Centro-Oeste, o acesso ao apoio ou assistência técnica (35%).

No que tange à intercooperação (Id. Ibid., p. 49), 37% dos empreendimentos econômicos solidários afirmam que efetuam no mínimo um dos seguintes atos: aquisição de insumos dos próprios associados ou de outros empreendimentos solidários e comercialização/troca de seus produtos ou serviços com outros empreendimentos solidários, sobretudo na região Centro-Oeste (41%).

Quanto à preocupação com o compromisso e a participação social (Id. Ibid., p. 50), 67,4% dos empreendimentos econômicos solidários afirmam ter se preocupado com a qualidade de vida dos consumidores de seus produtos e serviços, 58,2% têm compromisso social ou comunitário, 59,4% participam de movimentos sociais e populares e 42,2% de redes ou fóruns de economia solidária.

Na preocupação com a qualidade de vida e o meio ambiente (Id. Ibid., p. 54), 4.280 (28,6%) dos empreendimentos econômicos solidários afirmam oferecer produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos, enquanto 4.754 (31,8%) afirmam realizar reaproveitamento de resíduos.

São também identificadas na pesquisa 1.120 entidades de apoio (Id. Ibid., p. 55 ss.), com maior concentração no Nordeste (51%). Predominam as organizações não-governamentais com natureza jurídica de associação (46%), fundações (13%) e organizações da sociedade civil de interesse público (12%). Destaca-se o vínculo dessas entidades com instituições religiosas (24,0%) e com o movimento sindical (11,7%). Exercem predominantemente atividades de formação (39,5%) e de articulação/mobilização (34,7%).

5 ECONOMIA POPULAR: SIGNIFICADO SÓCIO-ECONÔMICO

Demonstra-se, nos capítulos anteriores, que, das características naturais do capitalismo, acentuadas pelo processo de reestruturação produtiva e organizacional, na etapa da mundialização do capital, de caráter fundamentalmente poupador de força de trabalho viva, resultam, para os detentores do capital, impressionantes aumentos dos lucros e das várias formas de remuneração do capital. Para os trabalhadores, no entanto, advêm drásticas conseqüências que impactam o mundo do trabalho, aumentando os níveis de desemprego, de desassalariamento e de precarização das relações e condições de trabalho.

Evidencia-se, também, que grande parte dos trabalhadores *excluídos do trabalho assalariado* reage a esse processo de aumento do desemprego, desassalariamento e deterioração das relações e condições de trabalho, mais por necessidade desesperada de sobrevivência do que de oportunidade de negócios, desenvolvendo, de forma crescente, no Brasil, *novas e velhas formas de ocupação econômica*, extremamente heterogêneas, complexas e multifacetárias, que, não obstante os diferentes nomes e enfoques dados pelos vários autores, são denominadas, neste trabalho, genericamente, de *economia popular*.

Demonstra-se, também, que a *economia popular*, ainda que, historicamente, tenha estado presente nas diferentes culturas e modelos econômicos, ressurge, nos anos de 1980 e 1990, com especial intensidade no Brasil, como reflexo das recentes transformações estruturais na economia mundial, no contexto da mundialização do capital.

Verifica-se, ainda, que a *economia popular*, nas suas variadas formas sob as quais se apresenta, compõe um conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos segmentos populares com vistas a garantir, através da utilização da sua própria força de trabalho e dos meios disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais, como imateriais. Constitui a forma pela qual, historicamente, homens e mulheres *que não vivem da exploração da força de trabalho alheia* vêm tentando garantir seu estar no mundo, tanto na *unidade doméstica*, como no espaço mais amplo que envolve o bairro, a cidade, o país e o universo. É a economia aplicada à maioria ou vivida ou engendrada pela maioria. Apresenta características que se contrapõem à racionalidade capitalista, tendo em

vista que os trabalhadores da *economia popular* não trocam sua força de trabalho por um salário, ou seja, *seu trabalho não consiste em trabalho pago + trabalho excedente não-pago*. Caracteriza-se, não pelo investimento de capital, mas pelo investimento em força de trabalho própria, sem a exploração do trabalho alheio. Compreende formas de ocupação econômica de natureza não-capitalista, ainda que em ambiente capitalista, estruturadas com base na *produção e circulação simples de mercadorias*, que germinam, predominantemente, no caldo da informalidade.

Fica evidenciado, por fim, que a *economia popular* apresenta, no Brasil, uma dimensão muito expressiva e com tendência de crescimento, merecendo atenção especial, no que tange ao aprofundamento dos estudos, adequação de políticas públicas etc.

Considerando, porém, que a *economia popular*, não obstante sua concepção e suas características próprias, tal como descritas anteriormente, não existe isolada, mas está inserida em ambiente capitalista, não há como não correlacioná-la com este sistema dominante.

Que conseqüências podem advir do fato de a *economia popular* estar inserida em ambiente capitalista? Será ela - como querem diversos autores - uma alternativa ao capitalismo ou será ela funcional a esse sistema?

Antes de responder a essas questões, convém delimitá-las e situá-las em relação à *superpopulação relativa* ou *exército industrial de reserva* (MARX, 2003, p. 732 ss).

Não parece haver dúvidas de que, por conta do aumento da *superpopulação relativa*, no contexto da recente reestruturação produtiva, poupadora de trabalho vivo, tem ocorrido o aprofundamento da exploração do trabalho. Conforme explicitado anteriormente (Subseção 3.1.3.3 e 3.1.4), sabe-se que, segundo MARX (O Capital, Cap. XXIII), a *superpopulação relativa* ou o *exército industrial de reserva* faz parte da lógica capitalista, desempenhando duas funções básicas: a independência do capital quanto ao crescimento populacional, dispondo sempre de força de trabalho “livre” para utilização imediata em seus investimentos, e a diminuição do poder de barganha dos trabalhadores ativos assalariados que se sentem temerosos em perder seus empregos. Dentro da *superpopulação relativa*, o desemprego constitui, portanto, um mecanismo à disposição do capital para controlar ou disciplinar o trabalho e manter uma taxa apropriada de lucros, ou seja, o

desemprego é o fator chave da garantia de que os trabalhadores continuarão sendo explorados. É, pois, segundo KALECKI (1983, p. 54-60), da natureza do capitalismo a impossibilidade prática do pleno emprego e o “desemprego é uma parte integrante do sistema capitalista normal”. A *superpopulação relativa* exerce uma função disciplinadora em relação aos trabalhadores incluídos no sistema, que temendo ser demitidos e substituídos por outros, acabam se conformando com a situação, evitando os movimentos reivindicatórios e aceitando a redução ou precarização de direitos, salários e condições de trabalho, pois, lá fora, uma multidão de trabalhadores aguarda uma oportunidade de trabalho remunerado, mesmo que com salários menores e condições piores que as dos atuais empregados.

Assim, o aumento recente da *superpopulação relativa*, constituída por trabalhadores *excluídos do trabalho assalariado*, exerce forte pressão sobre os trabalhadores incluídos ou assalariados, inibindo suas lutas, suas revoltas, suas reivindicações por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, por medo de perder o emprego, o que produz, progressivamente, a precarização das relações e condições de trabalho. A síndrome do medo (ALVES, 2002, p. 15) conduz à fragmentação da classe trabalhadora que perde força de barganha. Assim, pela pressão da *superpopulação relativa* ou massa de *excluídos do trabalho assalariado*, os trabalhadores empregados se obrigam a trabalhar relativamente mais, assumir mais responsabilidades, imprimir maior ritmo, manter-se disciplinados, contentar-se com níveis baixos de salário e condições e relações de trabalho nem sempre adequadas, o que, ao final, gera redução de custos do trabalho assalariado, possibilitando maior competitividade e lucro relativo para o capital.

Mas, a *superpopulação relativa* em si e nem mesmo uma das suas facetas, o *desemprego*, principalmente o *aberto*, não constitui o foco deste trabalho, cujo objeto de estudo é a *economia popular*, um fenômeno que, tal como o desemprego, também ocorre dentro da *superpopulação relativa*, sendo constituído pelas novas e velhas formas de auto-ocupação econômica, criadas ou recriadas pelos trabalhadores *excluídos do trabalho assalariado*. Enfim, importa compreender o significado das iniciativas de auto-ocupação econômica dos *excluídos do trabalho assalariado* no sentido de buscar trabalho por conta própria, mais por necessidade de sobrevivência que por oportunidade de negócios, deixando, de certa forma, de pressionar o mercado do trabalho assalariado.

Com esse foco e na perspectiva de melhor compreender o significado sócio-econômico da *economia popular*, enquanto inserida em ambiente capitalista, opta-se, neste trabalho, por abordar duas questões, dentre outras possíveis, aparentemente contrapostas:

- a) *Não seria, por um lado, a economia popular funcional ao capital, como um amplo e dissimulado mecanismo de controle social, servindo de instrumento para o abafamento do natural conflito entre as classes trabalhadora e capitalista?*
- b) *Considerando, por outro lado, a sua expressiva e crescente presença, no Brasil, nos anos recentes, e tendo em vista as suas características diferenciadas em relação ao sistema dominante, teria, especificamente, a economia solidária potencial para protagonizar uma alternativa ao modo de produção capitalista?*

A busca de respostas a essas questões, muito frequentemente abordadas pelos diversos autores que tratam do tema, serão o objetivo do presente capítulo, em duas seções e respectivas subseções.

5.1 ECONOMIA POPULAR: MECANISMO DE CONTROLE SOCIAL?

Dentro da perspectiva da compreensão da *economia popular* enquanto inserida no ambiente capitalista como parte da *superpopulação relativa*, surge uma importante questão, relacionada ao seu significado socioeconômico, a saber: *estaria a economia popular funcionando, na prática, como um amplo e dissimulado mecanismo de controle social, servindo de instrumento para o abafamento do natural conflito entre as classes trabalhadora e capitalista?*

Evidentemente, não se entende aqui, por controle social, a participação da sociedade no acompanhamento e verificação das ações da gestão pública na execução das políticas públicas, avaliando objetivos, processos e resultados, tal como instituída pela Constituição Federal de 1988 (art. 10; art. 194, VII; art. 198, III; art. 204, II; art. 206, VI, art. 227, parágrafo 7), possibilitando, além da democracia representativa, o exercício da democracia participativa direta, incorporando a participação da comunidade na gestão das políticas públicas, através de diversos mecanismos que vêm sendo implementados no Brasil, dentre os quais, o orçamento

participativo, o plebiscito, a iniciativa popular legislativa e os conselhos gestores de políticas públicas.

Trata-se, sim, na expressão de FOUCAULT (Apud: ALVAREZ, 2004, p. 4), do “controle social como práticas de poder”, ou, conforme a sociologia de DURKHEIM (Apud: ALVAREZ, 2004, p. 4), como o conjunto dos mecanismos empregados pela sociedade com vistas à manutenção da ordem social e fenômenos ou instituições específicas que buscam fortalecer a integração e reafirmar a ordem social quando esta se encontra ameaçada ou ainda, conforme o caracterizam diversos dicionários, o controle social é “o conjunto dos recursos materiais e simbólicos de que uma sociedade dispõe para assegurar a conformidade do comportamento de seus membros a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados” (ALVAREZ, 2004, p. 2).

Para responder à questão formulada, a presente seção desenvolve as reflexões em três subseções: (a) a primeira faz considerações sobre o significado da relativa tolerância dos agentes do capital e do poder público em relação às atividades desenvolvidas pela *economia popular*; (b) a segunda analisa o significado da aposta no empreendedorismo dos pobres; (c) por fim, a terceira faz considerações conclusivas relativamente ao funcionamento ou não da *economia popular* como mecanismo de abafamento do conflito de classes trabalhadora e capitalista.

5.1.1 Significado da Relativa Tolerância em Relação à Economia Popular

Observa-se, no período recente, uma relativa tolerância dos agentes do capital e do poder público em relação à proliferação das atividades econômicas, mormente de auto-ocupação precária, individuais ou associadas, desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado*, no contexto da recente reestruturação produtiva em curso.

A crescente tolerância em relação às formas de auto-ocupação dos desempregados pode ser constatada pelo simples acompanhamento dos noticiários. Neles, percebe-se certo arrefecimento do grau de intolerância, por exemplo, por parte dos logistas em relação a vendedores de rua, os quais cobravam forte

intervenção policial, o que resultava no desmanche de barracas, prisão de vendedores ambulantes, recolhimento dos produtos etc.

Qual o significado dessa relativa tolerância atual?

Aparentemente, são dois os significados, mutuamente imbricados. Por um lado, a *sucumbência*, ou seja, a desistência por parte dos agentes do capital e do poder público de lutar contra a proliferação de atividades ditas “informais”, frente ao seu expressivo crescimento. Por outro lado, o instinto da *preservação do modo de produção capitalista*, ou seja, como diz o provérbio popular, “é melhor perder os anéis que os dedos e as mãos”.

Quanto ao instinto da *preservação do modo de produção capitalista*, MONTAÑO (2003, p. 161, Apud: BARBOSA, s/d, p. 8), ao falar da democracia, que inclui a prática cidadã, no capitalismo, afirma que a democracia “[...] é aceita e promovida (formal e limitadamente), desde que permita à reprodução das relações sociais, a acumulação ampliada de capital, a manutenção da hegemonia e da propriedade privada; ela é combatida ferozmente quando seu desenvolvimento ameaça a ordem”. Dito em outras palavras, com aplicação à *economia popular*, tolera-se a presença e a expansão das atividades de auto-ocupação econômica precária, desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado*, desde que sejam preservadas as relações sociais capitalistas vigentes.

Mais. Não se trata apenas de tolerância. Há, na verdade, atualmente, um progressivo reconhecimento, também por parte do poder público, da existência e do tamanho do fenômeno da assim chamada, no Brasil, “economia do setor informal”, a ponto de se inverter, gradualmente, a postura de combate para a de apoio, mediante adequação da legislação, criação de linhas de crédito social, assistência técnica a microempreendimentos individuais ou associados. Prova disto é a postura do Ministério do Trabalho e Emprego, no que tange à política de emprego, trabalho e renda. Até há pouco tempo, do rol de políticas públicas de emprego apoiadas pelo Ministério, constavam ações quase que exclusivamente relacionadas ao emprego, ou seja, o trabalho subordinado, vinculado, enfim, o emprego formal. Instituído, no Brasil, em 1975, o Sistema Nacional de Emprego – SINE começa atuando apenas com o serviço de intermediação de mão-de-obra e, com base nos dados desta, com estudos do mercado de trabalho. Tem, então, por objetivo a colocação de trabalhadores no mercado de trabalho formal, cadastrando trabalhadores em busca

de emprego e vagas disponíveis junto aos empresários e promovendo a aproximação entre ambos. A partir de 1986, é introduzida no SINE a função de habilitação para o seguro desemprego, também uma política voltada exclusivamente ao atendimento aos trabalhadores demitidos do emprego formal, sem justa causa. Nos anos de 1990, com maior intensidade a partir de 1996, é introduzida no SINE a qualificação profissional, a qual também tem visado, prioritariamente, possibilitar o aproveitamento de vagas disponibilizadas pelo mercado formal de trabalho, mas não ocupadas por falta de qualificação mínima exigida. É somente a partir da criação, também no âmbito do SINE, do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER que, a partir de 1995, começa-se a voltar a atenção para o assim denominado “setor informal da economia”, para quem é destinada uma linha de crédito específica, o que demonstra uma mudança de postura de abandono do simples combate às atividades de auto-ocupação econômica desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado*, para uma postura de reconhecimento do fenômeno e de apoio mediante política pública específica. A partir de 2004, finalmente, ganha espaço no cenário nacional o debate sobre a necessidade de apoio às atividades econômicas desenvolvidas pelo segmento dos *excluídos do trabalho assalariado*, com a realização de dois Congressos Nacionais e cinco Regionais sobre o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, promovidos pelo MTE, Codefat e Fonset (CONGRESSO NACIONAL DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA, 2, Guarulhos, 2005). Os referidos Congressos avaliam a realidade do mundo de trabalho brasileiro atual e, entre outras proposições, incorporam formalmente às funções do *Sistema Nacional de Emprego – SINE* a atenção também à questão das formas de ocupação econômica desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado*. O *Sistema Nacional de Emprego (SINE)* passa a denominar-se *Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda*. Acolhendo as proposições dos referidos Congressos, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat, mediante Resolução Nº 466, de 21 de dezembro de 2005, e susequentes, inclui entre as políticas públicas de trabalho, emprego e renda, a função de *fomento a atividades autônomas e empreendedoras*, uma política pública voltada justamente para o apoio às alternativas econômicas desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado*

(CONGRESSO NACIONAL DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA, 2., 2005; BRASIL. Codefat. Resolução Nº 466, de 21/12/2007, art. 1º § 1º).

Nessa mesma linha de tolerância e apoio ao fenômeno da *economia popular* situa-se a recente adequação da legislação relativa às pequenas e microempresas, mediante a edição da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. No seu artigo 1º, essa lei define claramente a sua finalidade de estabelecer normas gerais relativas ao *tratamento diferenciado e favorecido* ao referido segmento, conforme se pode verificar textualmente:

Art. 1º - Esta Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no que se refere:

- I. à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições [...]
- II. ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias [...]
- III. ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

Essa Lei Complementar já vem tendo seus desdobramentos aplicativos em todas as suas dimensões, a exemplo do *Plano Simplificado de Inclusão Previdenciária*, em implantação desde 1º de abril de 2007, o qual reduz de 20% para 11% do salário mínimo vigente a contribuição mensal para a previdência dos trabalhadores individuais, autônomos e microempreendedores com faturamento anual bruto de até 36 mil reais.

Evidentemente, a intenção da legislação e das políticas públicas que vêm sendo implementadas tem como objetivo a formalização do assim chamado “setor informal da economia”. Fica, porém, manifesto o reconhecimento da crescente presença das atividades de auto-ocupação econômica atípicas às formas de emprego formal tradicional, desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado*, bem como a redução da intolerância em relação ao mesmo e, ao mesmo tempo, a promoção de políticas públicas de apoio, adequação da legislação atinente e adoção de outras medidas favoráveis ao segmento.

Em síntese, portanto, é plausível afirmar que a relativa tolerância em relação às atividades atípicas ao emprego formal, desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado*, bem como as crescentes iniciativas formais de apoio prestado ao segmento mediante políticas públicas específicas configura, por um lado, a

sucumbência frente à dimensão crescente da “informalidade”, no Brasil, e, por outro lado, o esforço dos agentes do capital, com a conivência do poder público, no sentido da *preservação das relações sociais capitalistas*, até porque, do ponto de vista dos agentes do capital, as atividades de auto-ocupação econômica desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado*:

- a) não concorrem diretamente com o grande capital empresarial;
- b) são, no fundo, funcionais ao capital, na medida em que, como parte do *exército industrial de reserva*, cumprem a função disciplinadora em relação aos trabalhadores inseridos no sistema;
- c) possibilitam à metade de População Economicamente Ativa brasileira o exercício de atividades de auto-ocupação econômica que, embora precárias, permitem o sustento de inúmeras famílias, diminuindo a pressão sobre o mercado de trabalho formal;
- d) cumprem os objetivos do capitalismo neoliberal da desconstrução dos direitos trabalhistas historicamente conquistados pelos trabalhadores a duras penas;
- e) contribuem, no seu conjunto, para o controle social, abafando ou amenizando os naturais conflitos entre capital e trabalho e preservando intactas as relações sociais capitalistas.

5.1.2 Aposta no Empreendedorismo dos Pobres: ingenuidade e/ou conivência?

Pelas considerações feitas na subseção anterior, fica evidenciado que, por trás de muitas das iniciativas de apoio ao empreendedorismo dos pobres, praticadas pelas diferentes instâncias governamentais, pelas entidades de assistência técnica, pelas igrejas e por milhares de organizações não-governamentais, existe a melhor das intenções. Existe, inclusive, um indiscutível espírito humanitário e de solidariedade, perpassado de visão emancipadora, na medida em que se visa “ensinar a pescar” em vez de “dar o peixe”.

Não há dúvida também que dessa aposta no empreendedorismo dos pobres têm resultado inúmeras experiências de indiscutível valor e sucesso. É exemplo paradigmático dessa aposta no empreendedorismo dos pobres o *Grameen Bank*, de Bangladesh, e seus repiques mundiais, uma experiência de microcrédito

desenvolvida por Mohammad YUNUS (1997/2006). É também exemplo *Mondragón*, na Espanha, no País Basco, hoje um enorme complexo cooperativo e universitário, denominado *MCC – Mondragón Corporación Cooperativa* (MCC, 2006), que nasce de uma experiência cooperativista desenvolvida a partir do estímulo e do apoio do Padre José Maria Arizmendiarreta, que, em 1941, aposta na formação e organização de jovens, fundando uma escola na qual o ensino dos valores cooperativos é um dado muito forte e tem como intenção inicial concretizar a doutrina social da Igreja numa proposta econômica concreta, ou seja, verificar como aqueles princípios da doutrina social da Igreja poderiam ser vividos numa empresa autogestionária (SINGER, 2000, p. 158 e ARRUDA, 2000, p. 235).

Não restam dúvidas, igualmente, quanto à capacidade empreendedora dos pobres que, em sua imensa maioria, não têm alta escolarização, porém, a escola da vida lhes tem ensinado profundas e muito práticas lições de sobrevivência, de gestão de recursos escassos, de persistência na luta e na labuta, de frugalidade e de não-desperdício, de criatividade, de cooperação, partilha e organização. Quando têm oportunidades, acesso a crédito e a algum apoio técnico, conseguem surpreendentes sucessos econômicos.

Grande parte da aposta no empreendedorismo dos pobres, mediante o apoio técnico e creditício aos pequenos e microempreendimentos, individuais ou associados, não é, portanto, algo sem sentido.

Mas, a questão da aposta no empreendedorismo dos pobres contém uma outra faceta, de natureza ideológica, sobretudo quando esta aposta é propalada dentro do ideário neoliberal. É a ideologia da *culpabilização da vítima*, ou seja, da transferência aos próprios desempregados, aos próprios pobres, da responsabilidade pelo seu desemprego, pela sua pobreza, pela sua exclusão social.

Sobre essa questão, SINGER, referenciando estudos do Instituto Internacional de Estudos do Trabalho, sintetiza as discussões e as batalhas ideológicas que são travadas em torno do que fazer com a exclusão social, no Brasil, em duas correntes de pensamento e de prática social, a saber, o *individualismo* e o *estruturalismo*:

Os individualistas vêem todas as instituições que se propõem a proteger o trabalhador contra os riscos de vida e riscos econômicos como obstáculos para a expansão da atividade econômica e do emprego e, portanto, como fator de agravamento da exclusão social. Destarte, além de defender medidas que reforcem a acumulação de capital

humano, aquilo que mais exigem é o desmantelamento das instituições de bem-estar social e a desregulamentação do mercado de trabalho. Os estruturalistas, por outro lado, enxergam o mercado como um jogo econômico que produz vencedores e perdedores, estes últimos candidatos certos a se tornarem párias sociais. Do seu ponto de vista, as instituições de bem-estar-social são indispensáveis à proteção dos perdedores e para proporcionar-lhes oportunidades, a fim de retornarem ao jogo do mercado com alguma chance. Para os estruturalistas, o desmanche do estado de bem-estar social, que tem lugar hoje em quase toda a parte, é possivelmente a principal causa de agravamento da exclusão social na maioria dos países.

[...]

Os estruturalistas enxergam a desigualdade como uma decorrência natural da economia de mercado, que precisa ser contrabalançada por mecanismos que redistribuam a renda, direta ou indiretamente, dos ricos para os pobres. Os individualistas atribuem a maior parte da desigualdade às tentativas bem-intencionadas, contudo contraproducentes, de resolvê-la por meios institucionais. Eles vislumbram a origem da desigualdade nas naturais e inevitáveis diferenças entre os indivíduos.

[...]

Eles argumentam que, se os indivíduos são livres para ir em busca de seus interesses, sejam quais forem os resultados, não há sentido em comparar suas situações como se todos almejassem o mesmo objetivo (2006, p. 59-61).

Sabe-se que o ideário neoliberal fundamenta-se no *individualismo* e, portanto, na responsabilidade individual, não estrutural, pela situação de pobreza, de desemprego ou subemprego, ou seja, segundo essa visão, a culpa é da própria vítima e não da estrutura.

É conhecida a explicação do capitalismo “livre mercado” (neoclássico ou neoliberal) quanto às causas do desemprego. Segundo essa corrente, o desemprego não é involuntário, ou seja, só não trabalha quem não quer. Alega essa corrente que os trabalhadores ficam o tempo todo procurando por altos salários ou vivendo de pensões do governo em vez de trabalhar, ou seja, só não trabalham porque não querem e, portanto, o desemprego é culpa dos próprios trabalhadores. Desferem, então, ataques aos sindicatos e aos direitos trabalhistas, tendo no processo da reestruturação produtiva, de cariz toyotista, como um dos objetivos estratégicos, a desconstrução dos direitos dos trabalhadores historicamente conquistados ou, como diz ALVES (2000, p. 9-10), trata-se de “uma nova ofensiva do capital sobre o trabalho”.

Ora, sabe-se que, em termos gerais, o desemprego surge em virtude de o patrão mandar o empregado embora, não porque o empregado decide parar de trabalhar. Prova disso é que os trabalhadores demitidos aceitam o primeiro emprego que aparece, inclusive com menor salário e piores condições de trabalho.

Evidentemente, a explicação neoclássica ou neoliberal do desemprego não é uma explicação causal, mas uma racionalização que esconde as verdadeiras

intenções dos agentes do capital que, eximindo-se da responsabilidade social, jogam a culpa nos próprios trabalhadores, na verdade, vítimas do processo. É a tal ideologia da *culpabilização da vítima*.

Cooptado pelos agentes do capital, o Estado Brasileiro, sob a égide do ideário neoliberal, principalmente no decorrer dos anos de 1990, década neoliberal, aplica com maestria a ideologia da *culpabilização da vítima*, como forma de justificar o processo de desmonte dos direitos trabalhistas e do Estado de Bem-Estar Social. Para isso utiliza-se de várias estratégias, dentre as quais o discurso da *empregabilidade*, largamente difundido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, no âmbito do Planfor – Plano Nacional de Formação do Trabalhador (Codefat. Resolução Nº 258, de 21/12/2000) que incentiva a necessidade da qualificação profissional e outras formas de formação permanente do trabalhador para que ele se mantenha *empregável*, ou seja, disponível aos interesses do capital. Porém, quando o trabalhador não consegue colocação, a explicação que se dá é a de que ele não está ainda suficientemente preparado, remetendo-se, mais uma vez, a culpa ao trabalhador e não ao sistema que, na verdade, não oferece vagas de trabalho suficientes.

DUPAS assim descreve a lógica desse raciocínio apressado:

O treinamento da força de trabalho sem emprego, visando qualificá-la ao acesso aos postos de trabalho, é defendido como uma forma de mitigar o desemprego e aumentar, ao mesmo tempo, a produtividade do trabalho. Essa medida teria a virtude de reduzir o desequilíbrio entre regiões ou setores e habilidades dos trabalhadores. Se em alguma região ou setor houver excesso de oferta de mão-de-obra, havendo assim desemprego localizado, pode-se retrainar a força de trabalho para orientá-la a outra atividade. Esse raciocínio pressupõe, obviamente, que não haja excesso generalizado de mão-de-obra. Não é o que ocorre atualmente na maioria das economias, nas quais jovens qualificados, por exemplo, não encontram empregos.

[...]

Em última instância, a responsabilidade sobre a empregabilidade recairia sobre o próprio empregado. Teorias desse tipo, assimiladas apressadamente por grandes países da periferia do capitalismo que, como o Brasil, já dispõem de frágeis mecanismos de proteção ao trabalhador, podem ter conseqüências perigosas (2001, p. 199).

Outro exemplo clássico da *culpabilização da vítima*, apresentado por BARBOSA (s/d), é o *Programa Comunidade Solidária*, implementado, no Brasil, a partir da década de 1990, logo após o Consenso de Washington (1989). Segundo a autora, nesse contexto do processo de ajuste neoliberal, reaparece o apelo à solidariedade, conclamado pelo Governo FHC e pela Ação da Cidadania contra a

Miséria e pela Vida, buscando o comprometimento de toda a sociedade, sem distinção de classes, na solução dos “problemas sociais”, da fome e da miséria.

Explica a autora que, após desfechar, via processo de reestruturação do capital na perspectiva da produção enxuta, uma ofensiva contra as conquistas históricas dos trabalhadores, consolidadas na Constituição Federal de 1988, na qual foi firmado um pacto social, anunciando um Estado de Bem-Estar Social, os governos neoliberais de Collor e FHC abortam essas conquistas, minimizam o Estado e apelam, clinicamente, para as organizações do “terceiro setor”⁹ para a promoção da solidariedade, conclamando a união de todos para socorrer as vítimas do ajuste neoliberal, com projetos focalizados, residuais e compensatórios.

Promove-se, então, segundo BARBOSA (s/d, p. 2 e ss), a reforma do Estado com Bresser PEREIRA, com o intuito de diminuir os custos financeiros com compromissos sociais, retirando-os do âmbito do direito, da cidadania, e repassando-os ao “terceiro setor”. Por sua vez, as ONGs e o Banco Mundial somam esforços para minar o Estado de Bem-Estar Social, desqualificando-o.

Cria-se pela Medida Provisória 813 de 01/01/1995 o *Programa Comunidade Solidária* com fundamento na solidariedade, mas no entendimento de que a fome e a miséria são resultados de um erro de percurso do sistema e não como produtos dos conflitos estruturais entre capital e trabalho. Tal discurso de solidariedade, respaldado na credibilidade do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, cumpre a função de acalmar e esconder os conflitos estruturais entre capital e trabalho e recuperar o controle do mercado, evitando possíveis ameaças à governabilidade e questionamentos à legitimidade dos governos, à eventual resistência ou

⁹ MONTAÑO (2003, p. 54-59, apud: BARBOSA, s/d, p. 1-2) desmistifica o chamado “terceiro setor”, aparentemente percebido como um “setor” independente, público não-estatal, não-governamental, autogovernado e não lucrativo. Para esse autor, esse recorte do social em esferas isola e autonomiza a dinâmica do *político*, do *econômico* e do *social* e, portanto, desistoriciza a realidade social, como se o *político* pertencesse à esfera estatal, o *econômico* ao âmbito do mercado e o *social* remetesse apenas à sociedade civil, num contexto reducionista. MONTAÑO adverte que muitas ONGs são financiadas pelo Estado mediante *parcerias* ou contratadas por ele, nas esferas federal, estadual ou municipal, colocando em cheque o caráter de ONG autogovernada, tendo em vista que o governo *seleciona* as ONGs que irá financiar/contratar, de modo que, assim, a sobrevivência das ONGs está condicionada à política governamental. Há ainda fundações (Bradesco, Roberto marinho etc), consideradas organizações sem fins lucrativos, que possuem isenção de impostos, fazem propaganda das empresas a quem estão vinculadas, melhorando a imagem do produto e da empresa no mercado, possuindo, assim na verdade, caráter lucrativo indireto. Por outro lado, parte dos recursos repassados a essas Organizações não-governamentais, ONGs, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs e Organizações sem Fins Lucrativos – OSFLs, por meio de *parcerias*, vai para a sua manutenção administrativa (salários, operações...), demonstrando claro interesse lucrativo.

impedimento à implementação das reformas estruturais neoliberais. Ou, o que é pior, teme-se que os efeitos desse processo de ajuste provoquem uma fragmentação social que ameace o processo de acumulação do capital nessa fase da mundialização do capital.

Assim, continua BARBOSA (s/d, p. 5), a “responsabilização da solução das ‘questões sociais’ (efeitos do capitalismo) ficou a cargo da caridade pública e de uma eventual e insuficiente ação do Estado, um Estado restrito para com os compromissos sociais, mas amplo para com os compromissos com o capital financeiro”.

Há, no exemplo do *Programa Comunidade Solidária*, pelo menos dois questionamentos fundamentais a serem feitos, no contexto da ideologia da *culpabilização da vítima*. Em primeiro lugar, segundo DEMO (2002, p 12-13), o fato de que, no *Programa Comunidade Solidária*, a manifestação da solidariedade se dá *como efeito de poder de cima para baixo*, sem qualquer compromisso com os direitos sociais e a cidadania, o que não fortalece a sociedade civil, mas a enfraquece, a despolitiza, torna-a submissa, dependente. Não é uma solidariedade de natureza emancipatória, pois sua energia substancial não é de confronto, mas de rendição e alienação. Em segundo lugar, na visão de BARBOSA (s/d, p. 8 e 10), o discurso de Betinho, ao apelar para o envolvimento de toda a sociedade, empresários, estudantes, conselhos normativos, universidades, escolas, hospitais, igrejas, sociedades beneficentes, associações de moradores, clubes, ONGs, partidos políticos e fundamentalmente o poder público a somarem iniciativas, soluções imediatas para aplacar a miséria e a fome em todo o país, subteme que a fome e a miséria não têm origem no conflito de classes próprias do capitalismo e que podem ser superadas dentro do capitalismo. Porém, como superar o *exército industrial de reserva* dentro do capitalismo, uma vez que ele faz parte da lógica do sistema, desempenhando as funções de independência do capital quanto ao crescimento populacional e de diminuição do poder de barganha dos trabalhadores ativos assalariados que se sentem temerosos em perder seus empregos?

Outro exemplo, ainda, da ideologia da *culpabilização da vítima*, mais intimamente correlacionada com a *economia popular*, é a tentativa de transformar os pobres em empresários. O discurso do *empreendedorismo*, do *auto-empresário*, da *pessoa-empresa* (ALVES, 2006b, p. 1) reflete essa ideologia. No entanto, o pobre é

pobre por não ter oportunidades, por não dispor de capital, já que os trabalhadores gastam o que ganham, não têm condições de poupar ou acumular, pois não exploram o trabalho alheio, não ganham mais-valia. Como então, ao estarem desempregados, sem capital, sem crédito, poderiam, de repente, tornar-se empresários de si mesmos e concorrer no mercado?

Portanto, a aposta no *empreendedorismo dos pobres*, não obstante a existência de iniciativas *consistentes* e de indiscutível seriedade e idoneidade intencional, pode significar também *ingenuidade* e *conivência*.

A *ingenuidade* está presente quando diversas instâncias governamentais, ONGs, igrejas e outros organismos investem no *empreendedorismo dos pobres*, porém, não se apercebem que estão apenas reforçando o *status quo*, seja pela metodologia utilizada, de natureza paliativa, assistencialista, paternalista e clientelista, seja pelo insuficiente diagnóstico das causas dos problemas e dos interesses em jogo. Essas iniciativas conseguem, não obstante a seriedade das intenções dos seus agentes, apenas amenizar a situação, esconder o conflito de classes, manter intactas as relações sociais capitalistas, além de repassar e consolidar, pela prática, a ideologia da *culpabilização da vítima*.

A *conivência*, por sua vez, caracteriza-se pela intencionalidade dissimulada. Os agentes que têm essa prática social buscam, consciente e estrategicamente, embora de forma dissimulada, direcionar o discurso e as ações para a manutenção das relações sociais capitalistas. Suas ações e atitudes não visam à emancipação, à distribuição de renda e de oportunidades, mas escondem as reais intenções dos agentes do capital, mediante o mencionado discurso da *empregabilidade*, da *solidariedade como efeito de poder de cima para baixo*, do *empreendedorismo dos pobres*, tendo como pressupostos o *individualismo* e a *responsabilização da vítima* pelo seu insucesso, pobreza, desemprego.

5.1.3 Economia Popular: mecanismo de abafamento de conflitos de classes?

Em síntese, portanto, é plausível afirmar que a relativa tolerância em relação às atividades atípicas ao emprego formal, desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado*, e as crescentes iniciativas formais de apoio prestado ao segmento mediante políticas públicas específicas configuram, por um lado, a

sucumbência do capital e do poder público frente à dimensão crescente da “informalidade”, no Brasil, ao mesmo tempo em que visam a *preservação das relações sociais capitalistas*.

Conclui-se, também, que a *economia popular*, ou o conjunto de atividades de auto-ocupação econômica desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado*, servem, sim, na perspectiva sistêmica, como mecanismo de abafamento do natural conflito entre as classes trabalhadora e capitalista, na medida em que, por um lado, sem concorrer diretamente com o capital empresarial, possibilita algum nível de auto-sustentação dos pobres, reduzindo a pressão sobre o mercado de trabalho capitalista e mantendo a massa sub-ocupada disponível para o capital, como *exército industrial de reserva*, para ser absorvida no emprego, caso o rumo dos investimentos e os interesses do capital o exijam, além de possibilitar, a preservação das relações sociais capitalistas.

De fato, se, por um lado, a ideologia do *empreendedorismo* e da *empregabilidade dos pobres*, transfere para os pobres a responsabilidade pelo seu desemprego ou subemprego, por outro lado, a relativa tolerância e até o estímulo e o apoio a atividades precárias de auto-ocupação econômica dos desempregados levam os trabalhadores, assimilando essa ideologia e premidos pela necessidade, a desenvolver atividades precárias de auto-ocupação econômica e, ao fazê-lo, acomodam-se, de certa forma, deixando de pressionar o mercado de trabalho formal e evitando tensões sociais. O resultado desse processo é uma tolerância mútua, uma convivência razoavelmente pacífica entre o capital e esta parcela do *exercito industrial de reserva*, o que equivale a um abafamento do natural conflito entre as classes trabalhadora e capitalista.

5.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA AO CAPITALISMO?

Se a *superpopulação relativa* em si e a auto-ocupação dos *excluídos do trabalho assalariado* funcionam, em perspectiva sistêmica, como aprofundamento da extração da mais-valia sobre o trabalho pelo capital e também como mecanismo de abafamento do natural conflito de classes trabalhadora e capitalista, as conclusões da seção anterior podem sugerir o entendimento de que se torna contraproducente qualquer política pública ou fomento a atividades de *economia*

popular, pois esta não seria uma alternativa para nada, muito menos para o capitalismo.

Entretanto, importantes autores, entre os quais TIRIBA (1997), NUÑEZ (Apud: TIRIBA, 2001, p. 110), SINGER (2000a e 2006), VERANO (2001), CORAGGIO (2002, p. 114) e GAIGER (2002, p. 1) visualizam na *economia popular*, na sua versão de *economia solidária*, uma forte característica de protagonismo social, inclusive com perspectiva de a mesma se apresentar como alternativa ao capitalismo.

Para CORAGGIO, “o capitalismo não tem capacidade para reintegrar a sociedade, [donde] amplia-se a viabilidade de se realizarem possibilidades alternativas, o que não pode deixar de ser levado em conta” (2000, p. 114).

GAIGER, referindo-se à vertente da *economia solidária*, constata que “a literatura atual sobre a *economia solidária* converge em afirmar o caráter alternativo das novas experiências populares de autogestão e cooperação econômica” [de modo que], “considerando a ruptura que as mesmas introduzem nas relações de produção capitalistas, elas representariam a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral” (2002, p. 1).

DUPAS avalia que “o contínuo avanço da economia global não parece garantir que as sociedades futuras possam – unicamente por mecanismos de mercado – gerar postos de trabalho, mesmo os flexíveis, compatíveis em qualidade e renda com as necessidades mínimas dos cidadãos” (2001, p. 185).

Entretanto, considerando que o trabalho continua sendo a forma mediante a qual as pessoas buscam assegurar a sobrevivência digna e, sem ele, é a barbárie, há que se buscar alternativas que não se restrinjam aos mecanismos do mercado.

Mas como? Teria a *economia popular*, pelo menos na sua versão de *economia solidária*, pelas suas características, potencial para protagonizar uma alternativa ao modo de produção capitalista ou, no mínimo, servir-lhe como contraponto crítico?

De início, fica evidenciado por si, sem a necessidade de muita argumentação, que, ao se analisar a *economia popular* como alternativa ao capitalismo, não se está tratando das suas versões mais precárias, tal como apresentadas por RAZETO (Subseção 3.2.5), a saber: *as soluções assistenciais, as atividades ilegais ou envolvendo pequenos delitos, as iniciativas individuais*

informais e mesmo os micro e pequenos negócios. Estes, em função da sua evidente precariedade não apresentam quaisquer condições para ser alternativa ao capitalismo. Ao se falar na *economia popular* como possível alternativa ao capitalismo, está se referindo apenas à sua versão de *economia solidária e autogestionária*, também chamada por RAZETO (Subseção 3.2.5) de *organizações econômicas populares* e, por SINGER (Subseção 3.2.5), de *empresas autogestionárias*. É apenas esta versão que alguns autores têm apresentado como alternativa ao capitalismo, justamente por apresentar uma *racionalidade econômica diferenciada*, constituindo-se em empresas igualitárias e democráticas, onde todos os que nelas trabalham têm o mesmo poder de decisão e a partilha por igual das sobras, ou seja, praticam a solidariedade e a democracia econômica.

Assim sendo, faz-se, na continuidade do presente capítulo, um recorte, passando a tratar especificamente da *economia solidária* - e não mais da *economia popular*, no seu sentido mais abrangente – como possível alternativa ao capitalismo.

A busca de um esboço de resposta à questão do eventual caráter alternativo ao capitalismo que a *economia solidária* possa ter, se fará mediante a abordagem dos seguintes aspectos: (a) considerações sobre a teoria marxista da transição; (b) viabilidade ou não de a *economia solidária* ser uma alternativa ou um contraponto crítico ao capitalismo; (c) considerações críticas à luz da teoria marxista da transição.

5.2.1 Considerações sobre a Teoria Marxista da Transição.

Na busca de uma resposta para a questão do eventual caráter da *economia solidária* como alternativa ao capitalismo, convém retomar, de início, a teoria marxista, da transição. Para tanto, utilizam-se as análises de GERMER (2006) e GAIGER (2002).

Segundo GAIGER (2002, p. 10), “a *transição* significa uma passagem, de uma sociedade estruturada sobre um modo de produção determinado, incapaz de se reproduzir, a uma outra sociedade, definida por outro modo de produção”.

Tal processo, segundo GAIGER (2002, p. 10), não se resume a mudanças momentâneas ou setoriais, gerando apenas novas formas de acomodação à ordem vigente, mas a criação de bases substitutivas, geradoras de uma nova ordem social.

Uma das conseqüências imediatas dessa afirmação é que a transição ancora-se em processos de longa duração. “Ela requer deficiências estruturais críticas, insolúveis no quadro do sistema existente, aliadas a uma nova reunião de elementos, formando um todo coerente, capaz de se reproduzir e de impor a sua lógica reprodutiva ao sistema social.”

Para a compreensão desse processo, é oportuno retomar, de início, os conceitos de *modo de produção*, *relações de produção* e *forças produtivas*.

Para GERMER, “MARX definiu o modo de produção, no maior nível de abstração, como uma combinação de um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas e a correspondente forma material das relações de produção, cristalizada nas leis.” (2006, p. 13).

São *relações de produção*, na concepção marxista, segundo SANDRONI (1989), o conjunto de relações econômicas que se estabelecem entre os homens, independentemente da sua consciência e da sua vontade, no processo de produção e reprodução da sua vida social, ou seja, as formas como os seres humanos desenvolvem suas relações de trabalho e participam no processo de distribuição e reprodução da vida material, enfim, as relações que se estabelecem entre os homens na produção, na troca, na distribuição e no consumo dos bens e serviços.

São *forças produtivas*, na economia marxista, os elementos (inclusive o próprio homem) apropriados pelo homem para a produção e reprodução da sua vida social, ou seja, elementos que exercem na sociedade uma influência para modificar ou transformar a natureza, bem como a produção de bens materiais e que compreendem o conjunto dos *meios de produção* e a *força de trabalho humano*.

Como se processa, então, o surgimento da nova ordem social?

GERMER (2006, p. 3 ss) descreve esse processo com base na teoria marxista da transição. Parte da constatação pela dialética materialista de que a matéria está continuamente em movimento, por ser o movimento uma propriedade intrínseca a ela, movimento que é autogerado a partir das contradições internas à matéria. Daí, para se conhecer as causas de cada movimento, é necessário identificar as contradições que o impulsionam.

“No caso da sociedade, a contradição que a move, segundo MARX, é a que ocorre entre as forças produtivas e as relações de produção, e a causa reside no desenvolvimento das forças produtivas” (Apud: GERMER, 2006, p. 3-4).

Quanto à causa do desenvolvimento das *forças produtivas*, MARX (Apud: GERMER, 2006, p. 4-5) apresenta um paradoxo com dois enunciados. O primeiro afirma que “não é a consciência do ser humano que determina o seu ser, mas, ao inverso, é o seu ser social que determina a sua consciência”, o que significa que “é a sociedade que determina o indivíduo e não o contrário”. O segundo enunciado afirma que a sociedade se transforma sob a ação dos próprios seres humanos e não por uma intervenção externa, o que significa que é o ser humano que produz a sociedade e não o inverso. Em síntese, por um lado, a sociedade é que determina o indivíduo e, por outro lado, é o indivíduo que determina a sociedade. Este paradoxo, segundo GERMER (2006, p. 5), decorre da formulação incompleta desses dois enunciados opostos que assim devem ser completados: dizer que “a *sociedade determina o indivíduo* significa que o indivíduo, na sua consciência e na sua ação, está sujeito a leis desconhecidas, mas atuantes, de movimento da sociedade; por outro lado, dizer que o *indivíduo determina a sociedade* implica que as leis que presidem a ação do indivíduo conferem a este o potencial de transformar a sociedade”. GERMER conclui que estas leis expressam-se, segundo MARX, nas teorias do conhecimento e do processo de trabalho.

Para GERMER, portanto, se a sociedade humana está em contínua transformação e esta não é decorrente de ação intencional do ser humano, a transformação social deve decorrer de uma atividade que o ser humano é forçado a realizar continuamente. Esta atividade prática é o trabalho, atividade imperiosa porque é indispensável à reprodução material da vida humana. É através do trabalho, para produzir os meios de sobrevivência, que o ser humano gerou o crescimento e a diferenciação da massa cerebral. Disto resultou a consciência, depois a aprendizagem e a geração do conhecimento, tudo por intermédio do trabalho. Ou seja: “o trabalho é fonte da consciência e do conhecimento”, [...] “o trabalho é a origem do conhecimento que se expressa nas forças produtivas e da ampliação contínua do conhecimento que se expressa no desenvolvimento das forças produtivas” (2006, p. 6).

Portanto, conclui GERMER (2006, p. 7), interpretando MARX, que o desenvolvimento das forças produtivas é o elemento dinâmico do desenvolvimento social e que o trabalho é a fonte material de novos conhecimentos que retroagem sobre as forças produtivas, aperfeiçoando-as. Conclui também que o

desenvolvimento das forças produtivas é cumulativo ou progressivo, isto é, que os modos de produção sucessivos são progressivamente mais avançados em termos de nível de desenvolvimento das forças produtivas, o que se reflete em níveis sucessivamente mais elevados de produtividade do trabalho, aos quais correspondem relações de produção também progressivas.

Assim, em síntese, GERMER explica a linha lógica do enunciado de MARX:

Primeiro, o conhecimento nasce com a atividade prática do ser humano e é continuamente aumentado como resultado dela. Em segundo lugar, a atividade prática fundamental e primordial é a produção dos meios necessários à vida cotidiana. Esta atividade repete-se interminavelmente, dia a dia, ano após ano, geração após geração, sendo, portanto, a fonte inesgotável e irreprimível do novo conhecimento e da renovação contínua dos métodos e materiais utilizados na produção [...]. Terceiro, à medida que o trabalho se repete interminavelmente, o conhecimento dos materiais naturais estende-se e aprofunda-se, novos instrumentos são concebidos e continuamente desenvolvidos, os materiais de que são feitos diversificam-se, e a aptidão do trabalho aperfeiçoa-se correspondentemente. Como resultado, o processo social de trabalhar, materializado na forças produtivas, transforma-se aos poucos, até fazer emergir os elementos que apontam para uma nova estrutura social. (2006, p. 8).

Para GERMER, então, “o desenvolvimento do conhecimento, por um lado, e da organização e do processo de produção correspondentes, por outro, dão origem a novas formas de trabalhar e a trabalhadores de novo tipo e a novas formas materiais de apropriação dos meios de produção, que entram em conflito crescente com as formas de trabalho e de apropriação existentes até então” (2006, p. 8).

GERMER explica que, “com o surgimento da propriedade privada dos meios de produção, ocorre uma mudança crucial: as relações de produção passam a manifestar-se de modo duplo, por um lado, na forma material ou objetiva, segundo a qual os indivíduos se relacionam no processo de produção, e, por outro lado, na forma jurídica, isto é, nas leis nas quais são codificados os direitos dos proprietários e os deveres dos não proprietários” (2006, p. 12).

Estabelece-se, então, para GERMER, “uma contradição entre as relações materiais de produção e sua expressão jurídica na forma de propriedade” (2006, p. 12), dando origem à revolução social mediante a luta de classes, culminando na revolução política quando se altera o poder de Estado e se realiza a mudança da forma jurídica da propriedade, prosseguindo o processo de transição até à consolidação da revolução social.

GERMER (2006, p. 12-13), interpretando a teoria da transição de MARX, esclarece que, na etapa da revolução social, não se trata de uma luta entre as

forças produtivas e as relações de produção, mas sim, entre as classes sociais, ou seja, entre a classe emergente e a dominante. Para que isso ocorra, “é necessário que uma nova classe social surja e se desenvolva no interior do modo de produção vigente e sob o domínio da respectiva classe proprietária, com a qual entra em conflito” (2006, p. 14).

GERMER (2006, p. 17-18) sintetiza em cinco passos o processo de transição para um novo modo de produção:

(1) o desenvolvimento de embriões de novas forças produtivas e de correspondentes novas relações materiais de produção, permanecendo inalterada a forma jurídica da propriedade dos meios de produção, imobilizada na forma correspondente à natureza das forças produtivas originais deste modo de produção; (2) as novas relações reais entre os indivíduos na produção representam as novas formas materiais de apropriação dos meios de produção e, conseqüentemente, expressam-se nos embriões de novas classes proprietária e trabalhadora, ambas não contempladas pela forma jurídica de propriedade vigente, o que condiciona o surgimento e o crescimento da oposição entre as novas e antigas classes, dando início a um período histórico de lutas de classes que constitui o processo de revolução social; (3) a crescente contradição de interesses entre as classes novas e antigas, derivada da progressão das forças produtivas, abre um período de intensificação das lutas de classes que desemboca na revolução política, que consiste na passagem do poder de Estado e da propriedade dos meios de produção à nova classe proprietária, abolindo-se a forma jurídica vigente da propriedade e instituindo-se os fundamentos da nova forma; (4) segue-se um período no qual a nova classe proprietária luta para consolidar o seu poder e a nova estrutura jurídica, com a progressiva criação das instituições correspondentes às necessidades do novo modo de produção [...]; (5) na medida que o novo poder vai se consolidando e as novas instituições se fortalecem, as inovações científicas e técnicas vão também gradualmente encontrando linhas mais seguras de evolução, acabando por desembocar, em um momento indeterminável, no que será conhecido como o grau de desenvolvimento maduro das forças produtivas próprias do novo modo de produção, às quais corresponderá o regime jurídico adequado.

GAIGER (2002, p. 10-11) analisa, na transição estudada por MARX do feudalismo ao capitalismo, as condições históricas que deram pleno curso à lógica do capital, na fase da sua “acumulação primitiva”, identificando que as mesmas, por sucederem à crise do feudalismo, a explicam parcialmente, mas não são a sua causa. Para DOBB (Apud: GAIGER, 2002, p. 11), o que motivou, em primeiro lugar, a crise do sistema feudal, foi a insuficiência do feudalismo como sistema de produção, em contraste com as necessidades crescentes de renda da nobreza. Para SWEEZY (Apud: GAIGER, 2002, p. 11), o feudalismo caiu principalmente devido ao desenvolvimento do comércio e da vida urbana e pela revogação paulatina de alguns atributos das obrigações servis, por iniciativa do próprio estamento senhorial. Decorreu daí o lento enfraquecimento do sistema feudal, permitindo o florescimento de novas práticas econômicas, cuja expansão as levou a

choques com os limites da ordem instituída, estabelecendo contradição com ela e, por fim, suplantando-a.

Assim, num primeiro momento, a forma de produção capitalista nascente, introduzida com o recrutamento e o subsequente despojamento dos mesmos trabalhadores das oficinas artesanais domésticas, empregou o modo de produção então existente, dando início à subordinação do processo de trabalho. E, segundo GAIGER, “essa apropriação do trabalho pelo capital, nas condições técnicas herdadas de formas sociais anteriores, configurou uma situação de *subsunção formal*, não restando ao capital, para o incremento da captação do trabalho excedente, senão recorrer ao alongamento da jornada de trabalho, ou a intensificar o seu ritmo físico, extraindo assim a mais-valia absoluta” (2002, p. 12).

Portanto, a base técnica, inicialmente subsumida pela nova forma capitalista, não foi um produto do seu próprio desenvolvimento, mas uma base temporária para o mesmo. Mais tarde, o imperativo da acumulação capitalista estimulou uma renovação, a princípio lenta, da base material, mediante o aprimoramento da manufatura, maior divisão do trabalho e uso de novas ferramentas manuais, abrindo a temporada para sucessivas invenções, passando, na Revolução Industrial, com o maquinismo e a grande indústria, a contar, finalmente, com sua base própria, em permanente renovação. À medida que avança, o capitalismo dissolve, submete ou mantém reclusas outras formas sociais de produção.

Essa rápida reconstituição histórica permite sublinhar, para GAIGER, dois fatos, os quais, em futuras transições, não precisam, obviamente, ocorrer nesta ordem, mas importa registrar o seu caráter dialético:

(a) a nova forma social de produção capitalista, originalmente, aproveitou o modo material de produção já existente; (b) uma vez que seu desempenho mostrou-se superior, diante da demanda criada pela expansão da economia mercantil, as relações de produção capitalistas, então emergentes, provocaram um novo desenvolvimento da base material, havendo sido elas, por conseguinte, a condição necessária, embora não suficiente, dos novos avanços tecnológicos (2002, p. 12).

Por fim, HOUTART (Apud: GAIGER, 2002, p. 12) chama a atenção para o fato de que “o conceito de forças produtivas compreende igualmente os recursos e faculdades intelectuais, o estado geral do conhecimento, sua difusão na população, a adoção e o manuseio de técnicas, a capacidade de organização do processo

produtivo etc”, tornando-se justo falar em uma *transição cultural*, significando descompasso e novo acomodamento entre infra e superestrutura. Considera que “a transição, sob esse prisma, requer a socialização de novas práticas, sua extensão ao conjunto da sociedade, ou a grupos e classes sociais”, práticas estas que “correspondem a novos modelos de conduta, a novas representações, legitimadas e instituintes”.

5.2.2 Economia Solidária: uma alternativa ao capitalismo?

Tendo como pano de fundo, por um lado, a teoria marxista da transição (Subseção 5.2.1) e as características da *economia solidária*, descritas anteriormente, e, por outro lado, a consciência do fato de a *economia solidária*, enquanto parte da *economia popular*, inserida em ambiente capitalista, acabar sendo funcional ao modo de produção capitalista como mecanismo de controle social ou abafamento ou amenização do natural conflito entre as classes trabalhadora e capitalista, a pergunta que se levanta, agora, é a seguinte: *teria a economia solidária alguma dimensão protagonista no sentido de ser uma alternativa ao modo de produção capitalista?*

Considerando o atual estágio de desenvolvimento da *economia solidária*, parece razoável afirmar que não, não obstante a posição contrária de diversos autores, com base nos motivos abaixo analisados, a saber: (a) pressupostos para uma alternativa ao capitalismo; (b) possibilidades apontadas para uma alternativa ao capitalismo; (c) considerações críticas à luz da teoria marxista da transição.

5.2.2.1 Pressupostos para uma alternativa ao capitalismo.

5.2.2.1.1 Necessidade de superação do capitalismo por uma *outra economia*.

Formulado por CATTANI (2003, p. 09-14), o primeiro pressuposto para a construção de uma alternativa ao sistema econômico e social vigente é a consciência da necessidade da sua superação.

CATTANI (2003, p. 09-14), numa perspectiva utópica, considerando o caráter complexo, heterogêneo e plural do fenômeno em análise, denomina de *a outra economia* as realizações inovadoras, associadas aos novos valores e

princípios que se opõem às práticas excludentes, sócio-ambientalmente predatórias, típicas do sistema capitalista.

Afirma que a economia capitalista precisa ser superada, considerando que, sob todos os aspectos, ela é predatória, exploradora, desumana e, sobretudo, medíocre, não correspondendo às potencialidades do tempo presente. Avalia que, quando surgiu, o *modo de produção capitalista* representou um avanço extraordinário em relação às formas primárias de organização da produção, assentadas em relações de produção mediadas por despotismos políticos, étnicos, familiares e religiosos. Afirma CATTANI que “ao disciplinar as forças sociais do trabalho em moldes produtivistas, o capitalismo suplantou a base limitada da economia e da sociedade feudal, lançando o gênero humano na aventura da expansão material ilimitada” (2003, p. 9).

CATTANI (2003, p. 9-10) constata que o sistema que atualmente domina o planeta é responsável, entre outros, por três gravíssimos problemas.

O primeiro é decorrente da intensificação da sua natureza profunda que é de acumular e acumular sempre mais, disciplinando a criatividade humana em processos de trabalho que resultam na espoliação e na alienação do trabalhador, tornando, para grande parte da humanidade, o trabalho desinteressante e estressante, assegurando a inserção subordinada na esfera social e garantindo acesso à sociedade de consumo alienado. As mudanças que ocorrem no interior do sistema capitalista, visando melhorar as relações e condições do trabalho, a exemplo do paradigma da “especialização flexível”, beneficiam só uma pequena minoria, atemorizando os demais com ameaças de exclusão e/ou de precarização.

O segundo problema é consequência do primeiro e diz respeito ao agravamento das desigualdades. CATTANI comenta que “nunca na história da humanidade foram produzidos tantos bens e serviços de interesse coletivo, mas nunca houve tamanha injustiça no seu acesso e fruição”. E o pior, nesse sistema, é a *culpabilização da vítima*, ou seja, para as elites dominantes, as profundas desigualdades são interpretadas como naturais, sendo decorrentes do maior esforço e sagacidade de alguns e da falta de vontade e criatividade dos outros. Essa concepção de meritocracia, fundamentada na concorrência entre desiguais, permite legitimar processos de exclusão e de eliminação dos “menos capazes” (2003, p. 10).

O terceiro problema se refere aos riscos ligados à sobrevivência do planeta e da sua população. Este, segundo CATTANI, é um problema decorrente do “capitalismo turbinado”, que depois de explorar as riquezas naturais de maneira predatória, ameaça, hoje, o ar, a água, a vida enfim, predispondo a natureza a revidar com catástrofes constantes, decorrentes de desequilíbrios ecológicos, que abalam regiões do mundo inteiro (2003, p. 10).

Daí, CATTANI aponta para a necessidade de se construir uma *outra economia* para atender às demandas de uma sociedade mais exigente, técnica e intelectualmente mais qualificada. Pondera que as necessidades de justiça, de respeito humano, de realizações materiais mais aperfeiçoadas se fazem sentir por todo o mundo e que

no lugar da concorrência fraticida, os sentimentos que emergem com força em alguns grupos são os da cooperação e da solidariedade; no lugar da devastação da natureza, a relação respeitosa com as múltiplas formas de vida; em vez do processo de acumulação e concentração irracionais da riqueza, a generosidade da partilha e da doação; o consumo desenfreado e neurótico pode ceder lugar à fruição tranqüila dos bens; o trabalho alienado pode ser substituído pelo labor consciente e criativo que propicia a realização humana plena (2003, p.10).

CATTANI (2003, p. 10) insiste em afirmar que o capitalismo tem dimensões senis, ultrapassadas e medíocres, devendo ser superado por modalidades mais avançadas de organização econômica e social. Demonstra que, não obstante o discurso de que esse é o melhor sistema, o sistema vencedor, a história humana é repleta de momentos de superação de situações tidas como permanentes, de conquistas de patamares superiores de civilização, a exemplo da Reforma Protestante, da Revolução Francesa, da Revolução Industrial. Estas surgiram em momentos infinitamente mais desfavoráveis da dominação absolutista e clerical ou dos poderosos, mas mudaram a sociedade de maneira radical e afirmaram a potencialidade e a liberdade criadoras da humanidade que nega determinismos transcendentais e causalidades estruturais (2003, p. 11).

5.2.2.1.2 Construção de uma alternativa popular pelos trabalhadores.

O segundo pressuposto para a construção de uma alternativa ao sistema econômico e social vigente é formulado por Francisco de OLIVEIRA. O autor vislumbra que “[...] não há possibilidade mais, a não ser por iniciativa dos

trabalhadores, de fundar uma outra economia” (2000, p. 88), [pois] “a burguesia renunciou à sua capacidade integradora” (2000, p. 89-90) e, segundo DUPAS, “o Estado contemporâneo não se sente mais responsável pelo pleno emprego [e] as corporações transnacionais, que definem os vetores tecnológicos que parametrizam a empregabilidade, também não” (2001, p. 218).

Dessa forma, segundo OLIVEIRA (Id., *ibid.*) há que se tentar construir uma alternativa popular, mas uma alternativa popular que integre um campo mais amplo do que simplesmente a economia, senão ter-se-á fracassado e criado apenas alguns microempresários que, com o tempo, também podem se converter em exploradores dos trabalhadores.

Se a aposta é nos trabalhadores, torna-se indispensável que a *economia solidária*, caracterizada como *economia do trabalho*, enquanto economia centrada no trabalho e não no capital, tenha, de fato, por objetivo a reprodução da vida, em vez da acumulação do capital, contrapondo-se, assim, criticamente, ao sistema vigente.

5.2.2.1.3 O desabrochar da *outra economia* no seio do atual sistema.

O terceiro pressuposto para a construção de uma alternativa ao capitalismo é a consciência de que a transição para uma fase pós-capitalista se dará dentro do modo de produção vigente.

Nesse sentido, são claras as considerações feitas por GERMER e GAIGER sobre a teoria marxista da transição (Subseção 5.2.1), que dão conta de que a passagem para uma fase pós-capitalista deve ser gestada dentro do próprio capitalismo, suplantando-o ao mostrar-se uma *alternativa superior*, expandindo-se, progressivamente, para toda a sociedade.

Essa transição do *modo de produção capitalista* para um *sistema superior* não se dará por decreto, por imposição, mas pelo *desenvolvimento progressivo das forças produtivas* e, conforme preconiza SINGER, ao reconhecer o fracasso do “socialismo” real, “o socialismo sem aspas terá de ser construído pela livre iniciativa dos trabalhadores em competição e contraposição ao modo de produção capitalista *dentro da mesma formação social*” e que uma possível transferência dos meios de produção aos trabalhadores “não pode ser decretada de cima para baixo, mas tem

que ser conquistada de baixo para cima, e *dentro* do capitalismo [...]” (Apud: BERTUCCI, 2005, 15).

5.2.2.2 Caminhos para a *outra economia*: coexistência de formas de produção

Aceitos os pressupostos de que o atual sistema dominante precisa ser superado por uma *outra economia*, que uma alternativa popular só pode vir dos trabalhadores e que esta se desenvolverá dentro do sistema vigente, vários autores apontam, não para a construção imediata de uma alternativa totalizante em substituição ao capitalismo, mas para a possibilidade da coexistência de vários subsistemas ou formas de produção, que funcionariam como efeitos-demonstração em contraposição às formas de produção capitalistas, impondo-se progressivamente pela sua superioridade.

5.2.2.2.1 Economia do trabalho.

CORAGGIO (2000, 109 ss e subseção 3.2.3) propõe a estruturação de um sistema misto, composto por três subsistemas, onde a *economia do trabalho*, como um subsistema da Economia, coexistiria com outros dois subsistemas: a *economia capitalista* e a *economia pública*. O subsistema de *economia do trabalho*, na visão de CORAGGIO, caracteriza uma economia centrada no trabalho e não no capital, na qual não se visa à acumulação do capital e nem à legitimação do poder, mas sim, à manutenção da vida por parte daqueles que “não vivem da exploração do trabalho alheio, nem podem viver da riqueza acumulada”. Para CORAGGIO (2000, p. 116),

Essa economia alternativa, economia do trabalho, seria um subsistema que se desenvolveria a partir da economia dos setores populares, fortalecendo suas vinculações e capacidades, potencializando seus recursos, sua produtividade, sua qualidade, assumindo novas tarefas, incorporando e autogerindo os recursos das políticas sociais de modo a fortalecer os laços sociais entre seus membros, seus segmentos, suas microrregiões; uma economia que estruturalmente distribua com mais igualdade, que supere essas tendências à exploração ou à violência, que seja um setor da sociedade mais harmônico e integrado, com outros valores de solidariedade, com maiores recursos voltados para a cooperação.

É claro que CORAGGIO (2000, p. 116) vê o *subsistema da economia do trabalho* apenas como uma possibilidade, que até pode não se concretizar, mas que se houver um amplo programa de ação sociopolítica, baseada na avaliação dos

recursos, atuais e potenciais, e num profundo estudo dos mecanismos que, hoje, vêm reproduzindo a dualidade e a pobreza, ela pode ser crescentemente concretizada. Para que o *subsistema da economia do trabalho* se concretize, é necessária, segundo CORAGGIO (2000, p. 116-131), a articulação de uma diversidade de formas de organização e de lutas, diferentes do modelo da firma capitalista. Deve ser promovida toda uma variedade de empreendimentos, individuais, cooperativos, de tipo mercantil e de tipo não mercantil, não se restringindo aos microempreendimentos individuais ou a cooperativas de trabalho ou de produção. Deve-se obter escala e sinergia na resolução de todas as necessidades, as culturais, as simbólicas, as de sociabilidade e também as necessidades materiais, como o acesso aos serviços de saúde, educação e moradia, ainda que isto não se dê através do mercado e do dinheiro. Para que essa *economia do trabalho* possa ser reorganizada e potencializada, faz-se necessário injetar recursos novos, com o objetivo específico de transformação estrutural. A *economia do trabalho* precisa contar com o apoio das universidades e dos centros de pesquisa, os quais podem produzir conhecimentos que possam ser colocados ao alcance das unidades de *economia do trabalho*, de suas redes, de suas cooperativas, partindo dos problemas vividos por elas e propondo inovações com certa autonomia. O desenvolvimento de estruturas econômicas para uma maior autodeterminação das maiorias requer também o desenvolvimento de novas formas de organização e de representação de seus sujeitos-agentes. Não basta garantir o acesso à escola pública e gratuita. É necessário modificar o que se passa dentro da escola que prende, diariamente, crianças e adolescentes sentados por 5 ou 6 horas, os quais resistem passivamente a uma educação cujo sentido eles não vêem, em vez de fazê-los participar ativamente no processo de produção de significados e de seu desenvolvimento como pessoas, como cidadãos, como trabalhadores. É preciso avançar na reorganização política em direção a um sistema que permita o desenvolvimento de sujeitos políticos coletivos, onde as correntes políticas e sindicais, os movimentos de direitos humanos, os movimentos étnicos, de gênero, de gerações, de consumidores são outras tantas formas de organização e de luta que podem contribuir com o desenvolvimento de uma *economia do trabalho*.

Enfim, na visão de CORAGGIO, é necessária uma ampla luta política, cultural ou simbólica, não apenas econômica, em dimensão local e global, para que

se concretize o subsistema da *economia do trabalho*, que coexistiria com outros dois subsistemas, a *economia capitalista* e a *economia pública*, funcionando como efeito-demonstração de uma nova forma de organização do trabalho segundo o interesse dos trabalhadores.

5.2.2.2.2 Economia autogestionária

SINGER (2000, p. 156-165) afirma que continua acreditando que a economia que se pretende como substituta do capitalismo é o socialismo, porém, a questão é como construí-lo. Para tanto, avalia que “a economia não-capitalista se caracteriza basicamente por princípios socialistas ou cooperativistas [...], ou seja, são empresas igualitárias, em que a posse da empresa é de todos os que trabalham nela, por igual” (2000, p. 147). SINGER considera isto fundamental, não só pela participação igualitária na partilha do excedente, mas, sobretudo, a importância política, ou seja, que se trata de empresa democrática, onde todos os que nela trabalham têm o mesmo poder de decisão, pelo menos em princípio (2000, p. 148).

Embora o cooperativismo seja um modelo muito condizente com a proposta socialista, SINGER não acredita que haverá uma economia toda formada por cooperativas. Isto não é possível nem desejável. Para ele, a *produção simples de mercadorias* é algo que, provavelmente, tem uma longa vida e existem fortes tendências, hoje, por causa da tecnologia, de ela se desenvolver em formas combinadas, a exemplo dos clubes de trocas, a própria economia individual, os pequenos produtores, os microempreendedores ou autônomos, que têm formas novas de se organizar que também são solidárias. SINGER acredita numa economia futura dominada por cooperativas, mas com espaço também para a economia capitalista.

No entanto, SINGER, tem consciência de que a *democracia econômica* presente nas cooperativas é *relativa*, pois elas estão mergulhadas na sociedade capitalista, nos valores competitivos, individualistas, da sociedade capitalista. As cooperativas nem sempre pagam por igual, mas pagam menos desigualmente do que as empresas capitalistas (2000, p. 150). SINGER prefere a denominação de *empresas autogestionárias*, em vez de *cooperativas*, tendo em vista que a expressão *cooperativa* está muito deturpada e controversa, dada à existência de muitas cooperativas falsas, que não servem como modelo padrão para proposta de

uma *economia alternativa ao capitalismo*. Para SINGER (2000, p. 149), o que CORAGGIO chamou de *economia do trabalho* ou *economia popular* é, necessariamente, uma *economia autogestionária*, palavra que significa exatamente isso: igualdade e democracia; igualdade econômica relativa e democracia de decisão absoluta.

Portanto, para SINGER, tal como para CORAGGIO, existe a possibilidade da coexistência de diferentes *formas de produção*. A possível *forma de produção* perpassada pela igualdade econômica relativa e pela democracia de decisão absoluta cumpre a função de efeito-demonstração, necessitando, porém, conviver com o *modo de produção capitalista* e com a forma social de produção típica do capitalismo, que é a forma social de produção assalariada.

5.2.2.2.3 Solidarismo econômico: racionalidade econômica diferenciada

Na linha de pensamento de CORAGGIO e SINGER da coexistência da várias *formas de produção*, GAIGER (2002, p 13 ss) aposta no *solidarismo econômico*, como um contraponto crítico ao capitalismo. Pondera que, nas atuais condições, os empreendimentos cooperativos autogestionários experimentam uma dupla subsunção à economia capitalista, tendo em vista que, por um lado, estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio impostas ao conjunto dos agentes econômicos, de conteúdo eminentemente utilitário e, por outro lado, estão compelidos a adotar a base técnica do capitalismo e os processos materiais de produção por ele introduzidos continuamente, como forma de responder à premissa da produtividade competitiva. Essas coerções, naturalmente, cerceiam a lógica econômica solidária, pois obrigam a conviver com tensionamentos e a conceder em seus princípios.

Para que os empreendimentos solidários mantenham seus traços distintivos de *solidarismo econômico*, três exigências são necessárias, segundo GAIGER (2002, p. 13): (a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua *forma social de produção própria*, buscando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à consolidação dessa última; (b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas,

estabelecendo, assim, uma dialética positiva entre relações de produção e as forças produtivas; (c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca, gerando, assim, uma experiência econômica genuinamente sob a ótica do trabalho, fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são meros dispositivos compensatórios, mas fatores operantes no cerne da produção da vida material e social.

GAIGER (2002, p. 13) tem consciência de que, no atual ponto de partida, sejam quais forem os desdobramentos futuros, é fundamental ter em mente que só uma nova prática, aquela de uma nova inserção no mundo do trabalho e da economia, pode gerar uma nova consciência e provocar, sucessivamente, novas mudanças na prática. É este o critério fundamental da *práxis* e o requisito básico nas experiências de economia solidária. Porém, continua GAIGER (2002, p. 13), o simples cumprimento das exigências da prática do *solidarismo econômico* “não significará que os empreendimentos solidários estejam em vias de sobrepujar as empresas capitalistas, tornando-as disfuncionais ao sistema econômico para, a seguir, colocar em risco o próprio capitalismo”. Ele demonstra apenas que a autogestão é uma forma importante no desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, GAIGER (2000, p. 167 ss), abordando a questão da viabilidade e das possibilidades da *economia solidária* hoje, detecta a crescente emergência de empreendimentos econômicos associativos, no Brasil, especialmente nos anos de 1990, como “um fenômeno mundial, não só do Brasil, não só da América Latina, não só dos países ditos em crise, ou que pertenciam ao Terceiro Mundo... É um fenômeno mais amplo” (2000, p. 170).

Percebe, através de inúmeras pesquisas levadas a efeito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, que as diversas experiências, inicialmente promotoras de empreendimentos de caráter mais emergencial e paliativo, no sentido de prover condições mínimas de subsistência, vêm ganhando força, viabilidade e auto-sustentabilidade. Tornam-se alternativas duradouras e generalizáveis, merecendo a caracterização de *empreendimentos* solidários, dando origem ao conceito de *empreendimento econômico solidário*, largamente utilizado por diversos autores e também pela Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - Unitrabalho. Este conceito, segundo GAIGER (2000,

p. 177), se refere aos empreendimentos que têm as seguintes características: (a) combinam a busca de eficiência e viabilidade com o aprimoramento dos princípios cooperativos e democráticos; (b) combinam sua autonomia de gestão com uma atitude de responsabilidade e de envolvimento social; (c) conjugam a obtenção de resultados econômicos com outros benefícios, no plano da educação, da qualificação profissional, da cultura e outros.

GAIGER frisa que, evidentemente, não existe nenhum caso concreto que tenha toda essa perfeição, mas esta é a tendência e o próprio conceito de *economia solidária* carrega em si algo de projeção, algo de desejo, algo de idealização, de prefiguração, de utopia.

GAIGER discute também o conceito de eficiência e de viabilidade, demonstrando que o mesmo é diferente numa empresa capitalista e num empreendimento econômico solidário. Uma empresa capitalista pode se tornar viável mediante demissões, achatamento salarial, férias negociadas, descuido com o meio ambiente e outras estratégias de redução de custos e de aumento dos ganhos financeiros, enquanto, no empreendimento econômico solidário, o fim último não é a rentabilidade ou a mera acumulação econômica, mas, como diz TIRIBA (2001, p.109), “a reprodução ampliada da vida”. Numa empresa capitalista, o trabalho é um meio, é meramente um instrumento, enquanto no empreendimento econômico solidário, o fator trabalho é também um fim e os trabalhadores são sujeitos do empreendimento. Assim, a noção de eficácia, na *economia solidária*, não é a mesma da empresa capitalista, mas aquela que diz respeito a como esses empreendimentos provêm à reprodução ampliada da vida e não apenas à acumulação do capital (2000, p. 181). Quanto à viabilidade, GAIGER considera que os empreendimentos econômicos solidários, ao serem eficientes, no sentido de trabalharem com justiça e igualdade, serão viáveis se aportarem resultados em dimensão ampla que envolve também o econômico (2000, p. 182). Se não for possível conciliar a forma cooperativa de trabalho, com justiça e igualdade, com a produção de resultados econômicos, então há que se admitir que as velhas relações de exploração ainda sejam melhores, sejam um mal necessário. Aliás, esse é o dilema. A solidariedade que conduz à formação dos empreendimentos econômicos solidários tem de transformar-se num vetor de eficiência e, portanto, em sustentação e em fator de viabilidade do empreendimento, na sua continuidade.

Isto leva a pensar num tipo diferenciado de racionalidade econômica (2000, p. 182). A partir da análise das cooperativas pesquisadas pela Unisinos, GAIGER formula, a título de hipótese, quatro características ou trunfos que garantem à *forma de produção solidária* uma *racionalidade econômica diferenciada*, assegurando, inclusive, vantagens comparativas em relação à forma de produção assalariada.

A primeira característica diz respeito à constatação de que quando existe uma prática de solidariedade prévia, que transcende os objetivos econômicos, ela favorece o empreendimento e, por seu turno, amplifica-se e consolida-se com o desenvolvimento desse empreendimento. Isto é tanto mais forte quanto o empreendimento é resultado de luta anterior aguerrida. Os empreendimentos que têm se demonstrado mais bem-sucedidos são aqueles em que há uma uniformidade de interesses e trabalho conjunto, em tempo integral (2000, p. 183).

A segunda característica diz respeito à constatação de que, em se estabelecendo as condições enunciadas pela primeira, a continuidade da cooperação no trabalho torna-se, ela mesma, um diferencial. O solidarismo e a cooperação no trabalho propiciam fatores de eficiência, sendo então vetores específicos de viabilidade e competitividade dos empreendimentos econômicos solidários. A eficácia e a eficiência do trabalho associativo são constatadas por diversos autores, diz GAIGER. Há mais facilidade para a transferência de saberes, num processo de mútua formação. Há menor rotatividade, maior estabilidade do quadro de sócios. Há maior comunicação e maior facilidade de identificar problemas no processo de trabalho. Há maior envolvimento de todos com a busca de soluções; maior vigilância com relação à negligência, às faltas e outras atitudes que prejudicam a eficiência de qualquer empreendimento. GAIGER assim sintetiza a força do trabalho cooperativo:

- Estímulo moral, além do material.
- Co-responsabilidade com metas, diretrizes e formulação de propostas.
- Identificação e correção, por todos, dos fatores de ineficiência.
- Troca e aprendizado mútuo de saberes e habilidades.
- Incentivo à iniciativa e à criatividade.
- Flexibilidade de ritmo e de função.
- Autonomia, dignidade e humanização.
- Redução dos conflitos laborais e sociais.

Na verdade, muitas dessas características são buscadas pelas empresas capitalistas, dentro do processo de reestruturação produtiva e organizacional em curso: eficiência e eficácia, proatividade, criatividade, resolutividade, envolvimento

participativo dos trabalhadores com a empresa, trabalho em grupo, multifuncionalidade, dentre outros. Porém, diz GAIGER, “é muito caro para as empresas capitalistas conseguirem que haja uma coalizão, uma adesão dos trabalhadores aos objetivos estratégicos da empresa. Elas estão gastando muito dinheiro e muito tempo para conseguirem isto. Já as cooperativas, pela sua natureza própria, têm muito mais facilidade” (2000, p. 184). Estabelece-se, nas cooperativas, o círculo virtuoso do trabalho cooperativo, por ser associativo, autogestionário, democrático, gerando estímulo moral, além do material, reduzindo conflitos laborais, fortalecendo moralmente os trabalhadores, refletindo-se positivamente nos empreendimentos.

A terceira característica diz respeito à constatação de que os empreendimentos econômicos solidários apresentam sinais consistentes de viabilidade e podem evoluir para a sua auto-sustentação. Desponta aqui o conceito de *solidarismo empreendedor*, o qual funde dois princípios, separados e contrapostos na economia convencional, o social e o econômico, que GAIGER assim explica: “ou você é cooperativo, associativo, filantrópico, pensa nos outros, mas é ineficiente economicamente; ou você se pauta pela lógica do interesse, da realização dos seus interesses e, então, pode ter sucesso no campo econômico” (2000, p. 185). Com a fusão desses dois princípios, ocorre a reconstrução da pessoa, de modo que ela passa a se ver como dona de algo, como sujeito, como cidadão. Isto é um ganho, um benefício incomensurável e, quem sabe, uma vantagem comparativa em relação ao trabalho assalariado, pois deixa de existir o trabalho alienado, tão execrado por MARX.

A quarta característica diz respeito à constatação de que a realização dos objetivos dos empreendimentos econômicos solidários não impõe, necessariamente, mecanismos de exploração dos trabalhadores, conferindo a essas empresas uma natureza distinta do processo de produção capitalista. Ou seja: em vez das relações baseadas na distinção e na separação entre capital e trabalho, na apropriação privada, na lógica mercantil e na mercantilização do trabalho, quebra-se aquilo que é basilar para a economia capitalista, que é a relação assalariada, a separação entre capital e trabalho e a intenção, a partir daí, da acumulação privada (2000, p. 186-187).

Assim, segundo GAIGER (2000, p. 188-189), a *economia solidária* estaria apontando para a possibilidade de criação de uma *forma social de produção diferente*, que pode – e precisa - conviver com o *modo de produção capitalista* e com a *forma social de produção* típica do capitalismo, que é a forma social de produção assalariada, porém, contrapondo sua *racionalidade econômica diferenciada*, demonstrando a possibilidade de uma nova forma de inserção no mundo do trabalho e da economia, podendo, com isso, gerar uma nova consciência e provocar, sucessivamente, novas mudanças na prática.

5.2.2.2.4 Caráter social dos pequenos negócios.

É verdade que a dimensão de contraponto crítico ao capitalismo vem sendo visualizada com maior intensidade nas formas de auto-ocupação associada, dado o seu caráter de cooperação, de solidariedade, de autogestão, caracterizando uma *nova forma social de produção*, com *racionalidade econômica diferenciada*.

No entanto, não são desprezíveis as características protagônicas, expressas por inúmeros autores e consolidadas por GOGOLA (2000, p 28-37), presentes nos pequenos negócios em geral, especialmente os de natureza associativa, mas também os individuais e familiares, principalmente no que tange aos seus reflexos sociais que se contrapõem ao caráter concentrador e excludente da grande produção capitalista:

- a) A *capacidade de gerar ocupações em quantidade e a custo relativamente baixo*, pelo fato de os pequenos e microempreendimentos serem menos intensivos em tecnologia e, portanto, menos automatizados e mais intensivos em trabalho, tendo a capacidade de gerar ocupações em maior quantidade e também a custo relativamente baixo em relação às grandes empresas, ainda que essas ocupações, de modo geral, sejam de menor qualificação e baixa remuneração.
- b) A *desconcentração geográfica da atividade econômica*, tendo, em comparação com as empresas de maior porte, ampla capacidade de dispersão territorial ou capilaridade, distribuindo melhor a renda e desconcentrando geograficamente a atividade econômica, ajudando, assim, a minorar os desequilíbrios regionais.

- c) Uma *melhor distribuição da renda*, decorrente da desconcentração geográfica e da sua capacidade de gerar ocupações em quantidade e a custo relativamente baixo, constituindo-se num contraponto ao processo concentrador de renda e de capitais, oriundo do processo de mundialização do capital.
- d) O *estímulo à poupança e ao investimento familiar*, tendo em vista que os pequenos e microempreendimentos são predominantemente constituídos pelo auto-emprego ou por atividades familiares, onde as pessoas acumulam funções de trabalhadoras e empresárias, e, não raro, as finanças da família se confundem com as do empreendimento, donde o interesse em economizar para investir na ampliação do empreendimento.
- e) O *desenvolvimento do empreendedorismo*, mediante a incubação de novos empresários, considerando que, no Brasil, dado o modelo de educação diretiva e “bancária” (FREIRE, 1975, p. 91 e ss), historicamente adotado, que forma pessoas para serem empregados passivos, os pequenos negócios, formais ou informais, cumprem o papel de escola prática de formação de empresários e de trabalhadores com o perfil criativo e empreendedor.
- f) As *taxas de inadimplência significativamente reduzidas*, nos empréstimos bancários, em relação a outros segmentos, o que se deve ao fato de as camadas mais carentes da população, não possuindo bens, valorizarem o “nome limpo na praça” como sua maior riqueza.
- g) A *flexibilidade, a adaptabilidade e a criatividade no enfrentamento das crises*, possibilitadas nos pequenos e microempreendimentos, pelo envolvimento de menores investimentos, tecnologias mais simples, uso mais intensivo de trabalho que de maquinário, o que facilita a eventual mudança de ramo de atividade, o que é praticamente impossível numa grande planta industrial.
- h) O *envolvimento majoritário de mulheres como empreendedoras*, o que se evidencia nas experiências conhecidas de microcrédito, a exemplo do Grameen Bank (SABER, 1999, p. 34), em Bangladesh, com 94,7%

de clientes mulheres, e o ICC-Portosol (DUARTE, 1997, p. 45) de Porto Alegre, com 56% de tomadoras mulheres.

5.2.2.2.5 Um novo humanismo para uma nova economia.

ARRUDA (2000, p. 199 ss) propõe um novo humanismo para a uma nova economia. Para ele, não se trata apenas de discutir um projeto de outra economia, mas qual é o ser humano que se busca. Será o ser humano que os liberais definem como competitivo, agressivo, violento, guerreador por natureza?

ARRUDA, assim, trabalha no campo da *utopia* ou da visão que atravessa um bloco de mármore e vê, para além da sua realidade atual, uma escultura, para cuja realização é importante a *práxis*, ou seja, saber escolher os instrumentos adequados, as ferramentas, o processo, a estratégia de trabalhar a pedra, por onde começar, por onde desenvolver e por onde concluir.

Diz que o projeto de *socioeconomia solidária*, como ele chama a *economia solidária*, não pode ser discutido apenas com o cérebro, mas também com o coração, envolvendo o conjunto de valores, atitudes, comportamentos, aspirações, modos de relação que constituem a cultura e a prática cotidiana de vida. Entende que a luta está tanto fora como dentro das pessoas, envolvendo o ser humano integral.

Denuncia que o conceito de ser humano está, hoje, contaminado pela autocentração do ser humano, expressa na frase de Margaret Thatcher, que marca a cosmovisão do neoliberalismo: “a sociedade não existe; a única realidade é o indivíduo”, mas que é preciso afirmar uma concepção multicêntrica do mundo, caracterizada pela diversidade, onde a vida da natureza é feita de biodiversidade e a vida humana é feita de noodiversidade, a diversidade de pensamento, de concepção, de visão do mundo.

Afirma a necessidade de sair da lógica do “*eu sem nós*” do capitalismo, dos egocentrismos de todos os tipos, sem cair na lógica do “*nós sem eu*” dos coletivismos de todos os tipos.

Com Aristóteles, distingue *economia* de *crematística*: *economia* é a arte de gerir a casa; *crematística* é a preocupação de acumular riqueza material, que é a

que foi reduzida, segundo ele, a economia humana. É necessário re-conceber a economia.

Partindo da visão de MARX sobre o trabalho alienado, reconhece a necessidade de se sair da alienação em relação à complexidade do ser humano, ao respeito à natureza, à sociedade e à alteridade, para, então, desabrochar para a concepção teilhardiana de mundo e de ser humano, com quatro tendências: a *personalização* ou crescente individuação, a crescente *socialização*, a crescente *espiritualização* e a crescente *amorização*.

E ARRUDA conclui:

Para uma humanidade policêntrica, uma economia policêntrica; para uma humanidade diversa e complementar, uma economia diversa e complementar; para uma humanidade personalizante e socializante, uma economia personalizante e socializante ao mesmo tempo; para uma humanidade autogestionária e solidária, uma economia autogestionária e solidária. Enfim, para uma humanidade espiritualizante e amorizante, uma economia espiritualizante e amorizante (2000, p. 218).

Na linha de pensamento de ARRUDA, de um novo humanismo para uma nova economia, colocam-se também OLIC (2005) e BOFF (2003), levantando a questão da *insustentabilidade do planeta*, a qual exige uma racionalidade econômica, uma mudança do estilo de vida para maior simplicidade, frugalidade e a redução da mentalidade predatória e acumuladora.

OLIC (2005, p. 1) assevera que a universalização do atual nível de consumo exigiria três planetas como a Terra:

Segundo organismos internacionais que estudam o problema, estabelecendo-se uma relação entre alimentos, energia e recursos naturais, na atualidade, os habitantes da Terra já estariam consumindo 42,5% além da capacidade de reposição da biosfera, déficit que tem aumentado cerca de 2,5% ao ano. Se todos os seres humanos passassem a consumir o que consome um europeu ou um norte-americano, seriam necessários três planetas como o nosso!

Concordando com OLIC e vaticinando que por volta “de 2030 a 2035, a Terra não será mais sustentável [...], BOFF (2003, p. 1), durante Seminário do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável, realizado em Pinhais – PR, em 24/03/2003, afirma que a humanidade caminha na contramão da sua própria existência. Diz o autor que “somos uma espécie demente e não sábia” [e] “especialmente, nos últimos 300 anos, temos nos comportado como satãs da Terra” (2003, p. 1). Para o autor, a expressão *desenvolvimento sustentável* é a forma de o capitalismo “engolir” o discurso

ambientalista, considerando que o *desenvolvimento sustentável* é uma expressão ambígua, pois *desenvolvimento* visa ao aumento de produção, consumo e riqueza, gera devastação da natureza e cria desigualdades sociais. *Sustentabilidade* quer dizer que todos os seres vivos estão interconectados em equilíbrio dinâmico. Daí, segundo BOFF, “ou nós mudamos nossas concepções ou vamos conhecer o destino dos dinossauros que reinaram 133 milhões de anos na Terra e depois desapareceram abruptamente” (2003, p. 1).

BOFF (2003, p. 1) avalia que para viver concretamente os fundamentos da *ética* (*ethos* = morada, abrigo permanente), são necessárias quatro virtudes: a) *hospitalidade*: aceitar o próximo como habitante de todo o planeta; b) *convivência*: entender as particularidades de cada um e respeitar as diferenças; c) *respeito a todo o ser*: entender que todos os seres vivos são mais antigos que nós, humanos; d) *comensalidade*: ter direito à comida e à convivência conjunta.

5.2.2.2.6 Considerações conclusivas

Mais que propor alternativas totalizantes para o capitalismo, os autores analisados nesta subseção (5.2.2.2) propõem, na verdade, *formas alternativas de produção* que se contrapõem às *formas capitalistas*, as quais funcionam como efeito-demonstração de que uma *outra economia* é possível.

Estes autores têm em comum, segundo CATTANI (2003, p. 11), a respeito da *outra economia*, a crença nos valores civilizatórios da cooperação, da solidariedade, do compromisso com a vida, com a natureza, com o pacifismo e a justiça social e que um mundo melhor é possível e que ele está sendo construído pelas realizações concretas da *outra economia*.

CATTANI (2003, p.11) esclarece também que as várias formas alternativas de produção, que se contrapõem às formas capitalistas, não se originam de devaneios utopistas ou do saudosismo de um tempo mítico, mas que um importante e sólido movimento de construção de um mundo melhor vem se consolidando na contracorrente do sistema e da ideologia dominante, do que o Fórum Social Mundial é um dos exemplos. Entende que, entre as várias dimensões desse esforço coletivo internacional estão os elementos constitutivos de uma *outra economia*, que vem se estruturando com os mais diversos processos, instituições, valores, manifestações,

denominações ou conceitos, tendo, porém, em comum, a busca de um novo modelo econômico e social, alternativo ao modo de produção capitalista.

Em síntese, para esse grupo de autores, a *economia solidária*, ao apresentar *formas alternativas de produção*, fundadas numa racionalidade econômica diferenciada, que se contrapõem às *formas capitalistas*, apresenta-se como contraponto crítico ao sistema econômico e social vigente.

No entanto, no pensamento de vários dos autores mencionados nesta subseção, além de outros, a *economia solidária* é muito mais do que efeito-demonstração ou contraponto crítico às *formas de produção capitalistas*. Muitos entendem-na como embrião de um novo *modo de produção* substitutivo do capitalismo. Neste ponto, a visão desses autores conflita com a teoria marxista da transição e com os argumentos contrários de outros autores que não vêem na *economia solidária* qualquer possibilidade de se apresentar como alternativa ao capitalismo, ainda que apenas de forma embrionária ou de contraponto.

O estabelecimento desse contraditório constitui objeto de discussão da subseção seguinte.

5.2.2.3 Negação da *economia solidária* como alternativa ao capitalismo.

Contrapondo-se aos autores que acreditam na *economia solidária* como um embrião de uma alternativa ao capitalismo, outro grupo de autores contesta com veemência essa possibilidade.

Para tanto, na seqüência, são tecidas considerações críticas a possíveis alternativas ao capitalismo, mediante a abordagem de três tópicos: (a) o padrão cíclico das economias capitalistas, (b) a economia solidária na teoria marxista da transição e (c) considerações conclusivas.

5.2.2.3.1 Crise de acumulação e o padrão cíclico das economias capitalistas.

É verdade que o sistema capitalista tem demonstrado, nos recentes anos, estar em profunda crise de acumulação ou crise de rentabilidade (DUPAS, 2001, p.186; FIORI, 2000, p. 52).

ARRUDA assegura que “a *economia* entendida como *crematística*¹⁰ vai acabar e não vai demorar muito [...] devido às suas próprias contradições internas, que estão gerando o limite de contradições em relação ao caminho natural do Universo e do ser humano” (2000, p. 219).

GAIGER (2000, p. 167 ss), ARRUDA (2000, p. 199 ss), CORAGGIO (2000, p. 91 -141), TUMOLO (2003), dentre outros autores, se não vaticinam diretamente o fim do *modo de produção capitalista*, fazem-no indiretamente ao proporem formas sociais de produção não-assalariada.

TUMOLO (2003), comentando o pensamento de MARX, referente à inexorabilidade do fim do *modo de produção capitalista* como fruto do desdobramento natural das contradições internas do sistema, avalia que, no fundo, a atual crise estrutural do capitalismo se insere, teoricamente, no complexo de contradições inerentes ao processo de acumulação de capital, no que merecem destaque duas das contradições básicas do movimento do capital, a saber: a concorrência intercapitalista – expressão da divisão social do trabalho no capitalismo – e a contradição entre as duas classes sociais fundamentais, a burguesia e o proletariado, as quais tornam o desenvolvimento das forças produtivas um fator decisivo e fundamental no processo de produção capitalista.

Argumentando com base no pensamento marxista, da autodestruição do capitalismo, TUMOLO reafirma que é por meio do desenvolvimento das forças produtivas, cujo efeito prático é o aumento da produtividade, que os capitalistas conseguem reduzir o valor de suas mercadorias, o que lhes possibilita a sobrevivência no mercado competitivo. Porém, o aumento da produtividade reduz o valor da mercadoria *força de trabalho*, significando a produção de uma quantidade cada vez maior de valores de uso com uma grandeza relativamente menor de *valor*. E isto constitui um problema gravíssimo para o capital, na medida em que tende a reduzir a taxa de lucro e de acumulação, contradizendo a natureza do capital que visa o processo de valorização do *valor* e não o acúmulo de valores de uso. Daí, a sobrevivência dos capitais privados no mercado cria, contraditoriamente, as condições da produção da morte do capital.

¹⁰ Segundo Aristóteles, *economia* é a arte de gerir a casa, enquanto *crematística* é a preocupação de acumular riqueza material.

Tal fenômeno ocorre porque, dada a concorrência intercapitalista, há uma necessidade de diminuição do custo das mercadorias e isto é conseguido com o desenvolvimento das forças produtivas e, conseqüentemente, com o aumento da produtividade, que exige, por sua vez, a utilização relativamente menor da força de trabalho, ou seja, a dispensa da mercadoria *força de trabalho*, em detrimento da utilização crescente do *capital constante*, resultando na diminuição da sua taxa de acumulação. Assim, considerando que há uma redução relativa no número de trabalhadores a serem explorados, o capital se vê constrangido a diminuir constantemente o preço da força de trabalho, provocando um arrocho salarial entre os trabalhadores que ainda continuam a ter o "privilégio" de vender a sua força de trabalho e a serem explorados num processo infundável e ininterrupto. Daí, por um lado, a força de trabalho supérflua, não sendo valor de uso para o capital, é aniquilada, engrossando as estatísticas do desemprego, que não tem solução nos marcos do capitalismo. Por outro lado, a força de trabalho ainda aproveitada e consumida pelo capital, tendo seu preço tendencialmente reduzido, não consegue se reproduzir a não ser de forma atrofiada e débil, comprometendo sua própria condição de produtora de mais-valia e de capital. Assim, desemprego e arrocho salarial são faces da mesma moeda, constituindo a destruição necessária da força de trabalho pelo capital. É uma das grandes contradições do processo de acumulação, pois para se produzir e reproduzir, o capital é obrigado a destruir força humana de trabalho e ao fazê-lo destrói sua única fonte de criação (TUMOLO, p. 8). O capital produz a sua vida com a condição de produzir a sua morte. O desenvolvimento das forças produtivas significa, ao mesmo tempo, a vida e a morte do capital. É a contradição entre a valorização do valor, o capital, e o valor-de-uso, a riqueza, entre o trabalho produtivo de capital e o trabalho concreto, entre o capital e a satisfação das necessidades humanas (TUMOLO, p. 8).

Portanto, se o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza (MARX, 2006, 211), ocorre que, pelo trabalho, no capitalismo, se dá a sua destruição, a emancipação efetiva pela sua degradação, a liberdade pela sua escravidão, a produção da sua vida pela produção de sua morte.

A argumentação de TUMOLO sobre o pensamento marxista dá a entender que o sistema capitalista, pelas suas contradições internas, caminha,

inexoravelmente, para a sua autodestruição, ou seja, seu fim seria apenas uma questão de tempo.

No entanto, DUPAS (2001, p. 39 ss), ao tratar das duas atuais contradições do capitalismo global, ou seja, concentração *versus* fragmentação e exclusão *versus* inclusão, percebe que, paradoxalmente, “o capitalismo atual é alimentado pela força de suas contradições”.

Explica o autor que a enorme escala de investimentos necessários à liderança tecnológica de produção e processos, bem como a necessidade de *networks* e mídias globais, continuará forçando um processo de concentração que habilitará como líderes centenas de empresas gigantes mundiais, as quais decidirão *o que, como, quando, quanto e onde* produzir os bens e os serviços utilizados pela sociedade contemporânea. Ao mesmo tempo, essas empresas estarão competindo por redução de preços e pelo aumento da qualidade, em um jogo feroz, de modo que, enquanto essa disputa continuar gerando lucros e expansão, parte da atual dinâmica do capitalismo estará preservada.

Mas, continua DUPAS, esse processo radical em busca de eficiência e conquista de mercados vai forçando a criação de uma onda de fragmentação - terceirizações, franquias e informalização -, o que abre espaço para uma grande quantidade de empresas menores que alimentam a cadeia produtiva central, com custos mais baixos. Assim, tanto na sua tendência de concentrar como na de fragmentar, a competição é o motor que impele esse processo.

A outra contradição, assinalada por DUPAS, que alimenta o capitalismo contemporâneo, é a da exclusão *versus* inclusão. Apesar do desemprego estrutural crescente (exclusão), o capitalismo atual garante sua dinâmica também porque a queda do preço dos produtos globais incorpora continuamente mercados (inclusão) que estavam à margem do consumo por falta de renda, fazendo com que várias empresas tenham seus maiores crescimentos justamente nos países periféricos da Ásia e da América Latina.

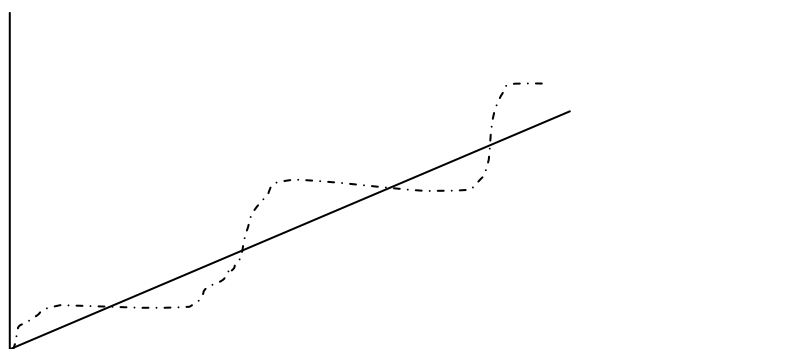
Assim, não obstante a atual crise de acumulação capitalista parecer estar atestando a veracidade da teoria marxista sobre a inexorabilidade da autodestruição do capitalismo, a realidade concreta tem se apresentado de forma bem diferente. A atual crise de acumulação capitalista não assegura que o mesmo esteja moribundo e indo inexoravelmente para o fim. Ao contrário, o capitalismo tem demonstrado,

historicamente, uma incrível capacidade de se refazer, de se recompor constantemente, conforme descreve BARBOSA (S/d, p. 1):

Historicamente, o capitalismo tem conseguido se refazer, se recompor, subvertendo constantemente o seu modo de produção. O dinamismo desse sistema implica na reprodução constante da relação capital/trabalho sob novas condições. As atuais estratégias do capital para se reproduzir enquanto relação social tem como objetivo a dilapidação do Estado de Bem-Estar Social, o ataque às conquistas dos trabalhadores, a defesa da desregulamentação da relação capital/trabalho, da precarização do trabalho e do sistema de proteção social estatal ao trabalhador, da reestruturação produtiva e do aumento da expropriação da mais-valia, da redução do poder sindical, das privatizações das empresas estatais etc.

KALECKI (Apud: ECONOMIA UNIOESTE CASCAVEL, s/d, p. 6), em *A Teoria da Dinâmica Econômica*, afirma que as economias capitalistas em geral se desenvolvem dentro de um padrão cíclico¹¹, ou seja, elas se expandem, mas com flutuações periódicas. Assim, ao longo do tempo, a produção pode ser representada como um movimento ondulatório, porém, não obstante as flutuações, a produção continua a crescer, ou seja, o movimento ondulatório se dá em torno de uma tendência crescente, expressa por uma reta, como se pode visualizar na FIGURA 4.

FIGURA 4 - O PADRÃO CÍCLICO DAS ECONOMIAS CAPITALISTAS, SEGUNDO KALECKI



FONTE: Ilustração elaborada pelo autor.

¹¹ Gustavo Franco (2000, p.1), tratando da instabilidade e das crises do capitalismo, informa que a teoria dos ciclos econômicos foi descrita, pela primeira vez, pelo médico Clement JUGLAR que, em 1861, identificou os sucessivos ciclos de prosperidade e crise, que se repetiam com uma precisão trigonométrica e tinham uma duração média de 10 anos.

Posteriormente, foram descobertos outros tipos de ciclos. Os “curtos”, de 3 anos de duração, dominados pela dinâmica dos *stocks* industriais, descritos em 1923, pelo estatístico inglês Joseph KITCHIN e os ciclos mais longos, de 15 a 20 anos, governados pelos investimentos individuais, sistematizados pelo professor Simon KUSNETS, da Universidade de Harvard.

Além desses ciclos, ocorrem ainda as “ondas longas”, determinadas por tendências seculares nos padrões de inovações tecnológicas, identificadas em 1926 pelo economista russo Nikolai KONDRADIEFF.

As crises cíclicas do capitalismo não significam, portanto, prenúncio do fim do sistema e, muito menos, anúncio de uma possível alternativa que possa efetivamente substituí-lo, dentro de um espaço de tempo previsível. É sempre possível que o capitalismo renasça e se refaça das cinzas, qual fênix da lenda grega.

5.2.2.3.2 Economia solidária à luz da teoria marxista da transição.

O padrão cíclico das economias capitalistas demonstra que as crises cíclicas do capitalismo não significam prenúncio do fim do sistema e, muito menos, anúncio de uma possível alternativa que possa efetivamente substituí-lo, dentro de um espaço de tempo previsível, tendo em vista que o sistema apresenta uma incrível capacidade de regeneração.

No entanto, considerando que a *economia solidária* é apresentada como alternativa, ainda que embrionária, ao modo de produção capitalista, faz-se necessária uma análise mais profunda do significado da *economia solidária* à luz da teoria marxista da transição (Subseção 5.2.1).

Para tanto, são utilizados, como textos de apoio, os artigos de CIPOLLA (s/d) e GERMER (2006), autores que dirigem críticas contundentes à *economia solidária* e, mais especificamente, a Paul SINGER, um dos destacados defensores da *economia solidária* como alternativa ao capitalismo ou como meio de transição para o socialismo.

De início, CIPOLLA (2006, p. 1) recorda que o desenvolvimento do socialismo utópico foi produto da frustração causada pelo capitalismo em suas revoluções burguesas clássicas, principalmente a revolução francesa, e que essa frustração fez brotar diversas construções mentais de organização social capazes de eliminar os males do capitalismo, construções mentais estas que se opõem ao socialismo como desenvolvimento do próprio capitalismo, conforme teorizam MARX e ENGELS.

CIPOLLA (2006, p. 2), contrapõe a origem das concepções que fundamentam o socialismo clássico com as que fundamentam o atual desenvolvimento da *economia solidária*. Quanto ao socialismo clássico, afirma que “os modos de produção se desenvolvem e decaem como fruto do desenvolvimento

das forças produtivas” e que “o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo é em si mesmo o movimento de socialização progressiva dos meios de produção, no sentido de que são utilizados coletivamente e no sentido de cada vez menos trabalho ser necessário para manter a sociedade como um todo”, o que, segundo o autor, já se manifesta pelo “grau de concentração que permite com que o controle da gestão da informação, da produção e da distribuição passe das mãos dos interesses privados dos capitalistas para as mãos da administração pública”. Quanto ao rápido desenvolvimento atual da economia solidária, este resulta da reação dupla ao planejamento central fracassado e ao capitalismo globalizado, o que vale dizer que, por um lado, “a globalização teria enfraquecido a classe trabalhadora a ponto de tirar do horizonte qualquer possibilidade de reação a uma escala internacional”, considerando o alto grau de concentração do capital, parecendo este ganhar poder insuperável, em contraste com o declínio da força dos sindicatos e da perda generalizada dos direitos trabalhistas, e, por outro lado, que o colapso do planejamento central teria levado “a pensar o desenvolvimento do socialismo como um fenômeno que possa se desenvolver sem o poder de estado e à margem do poder dos grandes capitais, nutrindo-se, sim, dos problemas gerados pelo capitalismo: o desemprego e a exclusão social”.

Isto posto, CIPOLLA (2006, p. 2) questiona que, enquanto no marxismo clássico o próprio processo de socialização crescente das forças produtivas é a condição para o estabelecimento do modo de produção socialista, ou seja, o socialismo não é um ato de vontade ou de generosidade de uma classe de pessoas, mas o desenvolvimento das forças produtivas em estado avançado de socialização, no qual o número de empresas, o tamanho das empresas, o grau de produtividade do trabalho constituem as bases objetivas do planejamento social, a economia solidária se nutre do lado negativo do capitalismo, apoiando-se nos problemas gerados pelo capitalismo: o desemprego e as empresas falidas, os trabalhadores autônomos etc, ou, nas palavras de TAUILLE (Apud: CIPOLLA, 2006, p. 3), “trabalha-se com os restos do capitalismo, principalmente com os setores mais fragilizados”.

Com isso, argumenta CIPOLLA (2006, p. 3), pode-se “entender a economia solidária como uma ideologia calcada negativamente no avanço das forças produtivas”, tendo em vista que “com o aumento do exército industrial de reserva,

aumenta o número de pequenas empresas que se nutrem de baixos salários na concorrência entre elas mesmas e com os produtos das empresas maiores e mais eficientes”, de modo que esses pequenos empreendimentos solidários reproduzem as condições desfavoráveis de concorrência, muitas vezes aumentando a intensidade do trabalho, a jornada, ou até restringindo as retiradas como meio de sustentar o negócio.

Assim, “a inviabilidade do cooperativismo como forma alternativa ao capitalismo está associada à sua menor capacidade competitiva”, tendo em vista que a competição entre as empresas gera um preço mais ou menos homogêneo de venda ou, na expressão de MARX, *valor de mercado*, de modo que as margens de lucro sobre os custos diferem de acordo com os diferentes graus de produtividade do trabalho entre elas, uma vez que a diferença de produtividade determina os custos unitários de cada empresa. Assim, as empresas com baixa produtividade somente conseguem se manter sacrificando parte do trabalho incorporado à sua mercadoria para poder vendê-la ao valor de mercado. Isto obriga as empresas com baixa produtividade a recrutar sua força de trabalho entre aqueles trabalhadores dispostos a trabalhar por salários mais baixos e, eventualmente, maiores jornadas de trabalho, resultando, nessas empresas, maior taxa de mais-valia, porém, esse trabalho excedente não-pago acaba sendo apropriado, sistemicamente, pelos capitalistas mais eficientes que conseguem produzir a custos inferiores ao valor de mercado, mas vendendo pelo valor de mercado.

Ora, avalia CIPOLLA (2006, p. 4), “são exatamente as empresas menos eficientes que formam a matéria-prima economia solidária, o campo fértil das empresas de autogestão”, nas quais, segundo o autor, a fórmula consiste na “maior auto-exploração para manter o auto-emprego”, ou seja, “só lhes resta concorrer pela via da mais-valia absoluta”.

Assim, na avaliação de CIPOLLA (2006, p. 5), a *economia solidária* tem um caráter reacionário, na medida em que, ao buscar o modo de produção alternativo, ela se apóia no aumento do desemprego e na falência das empresas menos competitivas, em vez de apostar no desenvolvimento das forças produtivas com vistas à sua progressiva socialização, mediante o aumento do tamanho das empresas, o aumento da produtividade do trabalho e a diminuição do número das empresas.

CIPOLLA (2006, p. 7-8) constata que, frente à incapacidade de concorrer com as empresas capitalistas, os empreendimentos solidários buscam constituir um mercado protegido da competição externa para os seus produtos, o mercado interno solidário, ou seja, a expansão da economia solidária requer que empresas solidárias comprem de outras empresas solidárias, o que significa comprar de empresas menos produtivas, cujos produtos podem ser mais caros, salvo se ocorrer o repasse grátis aos compradores do trabalho grátis de seus produtores. Frente à dificuldade de se desenvolver e competir no mercado, as empresas solidárias acabam recorrendo ao Estado capitalista para dar-lhes sustentação e permitir a emergência de um novo modo de produção socialista. Levanta-se, então, a seguinte questão: se as empresas solidárias crescem mais devagar que as empresas capitalistas e necessitam do apoio do Estado para o seu desenvolvimento, como poderão tornar-se dominantes?

Por fim, na avaliação de CIPOLLA (2006, p. 9), a grande incongruência teórica que se coloca em relação à economia solidária é que esta vem lutando, hoje, pelo melhoramento das condições de vida e de inclusão social, não a partir da capacidade de adaptação do capitalismo, buscando a redução progressiva da exploração da classe trabalhadora, o que, progressivamente, levaria, segundo MARX, à socialização da economia capitalista, mas sim, a partir da sua total degeneração: a liquidação dos sindicatos como meio de proteção da força de trabalho, a exclusão social crescente e o parlamento a serviço da globalização financeira.

Não restam dúvidas de que a *economia solidária*, enquanto uma das vertentes da *economia popular*, denominada, no Brasil, de *setor informal*, apresenta uma grande fragilidade sistêmica, não obstante características protagônicas, conforme visto anteriormente (Subseção 5.2.2.2), não tendo a necessária proatividade e eficiência que a habilitem como uma *alternativa superior*, capaz de se impor progressivamente sobre o *modo de produção capitalista*, suplantando-o, tal como sugere a teoria da transição de MARX (Subseção 5.2.1). Ela, ao contrário, apresenta características de precariedade, carência, atraso tecnológico, constituindo-se, na expressão dramática de Francisco de OLIVEIRA (2000, p. 87-88), como o “rabo do sistema capitalista brasileiro, profundamente desigual”:

A maior parte do chamado setor informal não tem nada de solidariedade. A maior parte do chamado setor informal é de uma violência que se encontra pouco até nas fábricas [...] A maior parte do setor informal é, na verdade, uma desesperada tentativa de sobrevivência. Ele não é outra coisa senão o rabo do sistema brasileiro, profundamente desigual. O rabo de um sistema que tem uma das maiores concentrações de renda da economia capitalista. Os últimos dados, de entidades insuspeitas como o Banco Mundial, mostram que a desigualdade de renda no Brasil está na escala de 70 para 1; quer dizer do rendimento mais alto para o mais baixo. [...] O setor informal, na maior parte dos casos, é uma tragédia. É uma tragédia onde as pessoas se matam, que engendra os níveis de violência mais primários que nós conhecemos [...]. É um setor que não cria nenhuma identidade, a não ser pelo trabalho de autodeterminação do sujeito [...]. Esta não é alternativa nenhuma, ela vende para baixo, leva até à última ponta da distribuição de renda, os clones dos produtos nobres que a classe média e rica consome, é isso que existe de fato.

Diversos autores (VEGA, 1999, p. 8-10; PASSOS, 1999, p. 10-13; BESSONE, 1999, p. 40) testemunham que os pequenos negócios, inclusive os empreendimentos solidários, não obstante seu importante caráter social (Subseção 5.2.2.2.4) apresentam sérias limitações, dificuldades e problemas, de difícil solução, no que tange à tecnologia e produção, à organização e gestão, ao mercado, às relações de trabalho, ao acesso a matérias-primas, insumos e mercados de produtos, dificuldades nos níveis de operação, cálculo de custo e controle, capital de giro e estrangulamento financeiro em geral.

Na mesma linha de crítica a SINGER e à *economia solidária*, bem como ao deslocamento da luta pelo socialismo para fora das relações entre capital e trabalho, GERMER (2006a) acrescenta argumentos da história.

Inicialmente GERMER (2006a, p. 195-201) contesta a visão de Paul SINGER que tenta reescrever a história das lutas dos trabalhadores pelo socialismo, como se constituísse a história do desenvolvimento progressivo da *economia solidária*.

Prosseguindo, GERMER (2006a, p. 202) contextualiza e interpreta o recente crescimento das formas de auto-ocupação econômica aos moldes da *economia solidária* como um sintoma do recesso momentâneo da consciência de classe do proletariado, como se pode ver textualmente:

O surto de propostas utópicas nos moldes da 'economia solidária', assim como a proliferação de seitas salvacionistas, reflete o momento de crise e desesperança pelo qual passa a classe trabalhadora mundial atualmente e, neste sentido, repete o ocorrido em todos os períodos de crise prolongada do capitalismo, caracterizados por grande desemprego e desespero dos trabalhadores, cuja capacidade de resistência nesses momentos é significativamente diminuída, proporcionando terreno fértil para a difusão de soluções milagrosas e oportunistas. O momento atual é ainda mais dramático devido à inferioridade momentânea do socialismo revolucionário, decorrente da primeira fase histórica das lutas do proletariado pelo socialismo, iniciada em 1848 e concluída dramaticamente com a derrota, por fatores internos e externos, do socialismo soviético.

A difusão da 'economia solidária' pode ser interpretada como um sintoma do recesso momentâneo da consciência de classe do proletariado, cujo espaço é ocupado pela propagação de ideologias pequeno-burguesas, apoiadas nos mecanismos de difusão do sistema dominante.

GERMER avalia, inclusive, que as iniciativas de *economia solidária* como política oficial, inclusive de organismos internacionais, podem significar a busca de neutralização das lutas políticas dos trabalhadores pelo socialismo, enclausurando-os nas lutas de natureza econômica, buscando suprir necessidades imediatas de sobrevivência, o que, aliás, reforça a ideologia da *culpabilização da vítima* (Subseção 5.1.2), na medida em que, na falta de oportunidades de emprego, atribui-se aos trabalhadores a tarefa de serem empresários de si mesmos:

Não se pode descartar a hipótese de que a adoção de iniciativas de 'economia solidária' como política oficial, em diversos países e inclusive por organismos internacionais, corresponda ao interesse de neutralizar o ímpeto revolucionário revelado pelo proletariado mundial durante mais de um século a partir de 1848. A adoção da 'economia solidária' em lugar da disputa pelo poder de Estado, como estratégia de transição para o socialismo, consistiria no abandono do terreno em que as condições de luta são relativamente mais favoráveis aos trabalhadores, por um terreno no qual são amplamente desfavoráveis. Os trabalhadores deixariam de concentrar a sua ação na ampla arena da política, em que, como classe social, avultam numericamente em relação à diminuta expressão da classe capitalista, restrita a menos de 5% da população em todos os países capitalistas significativos (LABINI, 1983), para atuar em estreita faixa na arena da luta econômica, em que os trabalhadores seriam, em primeiro lugar, pulverizados em pequenos grupos, nas cooperativas, tanto regionalmente, quanto em termos de segmentos de mercado e, em segundo lugar, seriam lançados a um terreno – o campo da concorrência econômica –, em que se encontram em esmagadora inferioridade em relação à classe capitalista, pois, neste terreno, o que conta não é a expressão demográfica ou populacional, mas a escala e a qualidade do capital e dos meios de produção, ao lado dos vínculos tecnológicos e financeiros monopolizados pela classe capitalista (2006a, p. 203).

GERMER (2006a, p. 212) conclui que “a 'economia solidária' não é, ao contrário da pretensão de SINGER, uma 'criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo'. [...] O que os trabalhadores em luta contra o capitalismo criaram, em quase duzentos anos de uma história riquíssima, foi, em primeiro lugar, o conceito rigoroso de socialismo como objetivo, cuja essência é a abolição da propriedade privada dos meios de produção e a instituição da propriedade coletiva, e, em segundo lugar, a necessidade da conquista do poder de Estado como condição essencial”.

GERMER (2006a, p. 204) também contesta a afirmação de SINGER de que a *cooperativa de produção* seja a unidade típica da *economia solidária* e que a luta pelo cooperativismo tenha constituído a linha de continuidade histórica das lutas anticapitalistas dos trabalhadores.

Revisando a história, GERMER (2006a, 204-205) afirma que o cooperativismo se formou, inicialmente, a partir da associação de pequenos capitalistas, evoluindo para cooperativas empresariais, principalmente na esfera da comercialização e no processamento final de algumas matérias-primas, com motivação puramente comercial.

“A segunda origem do cooperativismo foi a reação dos trabalhadores assalariados, principalmente operários industriais, à piora contínua das suas condições de vida, em contextos de conflito político explícito com a classe capitalista, o que conferiu a essas cooperativas nítido caráter militante”, diz GERMER.

Estas cooperativas não são de produção. São cooperativas de consumo ou são fábricas-cooperativas. Estas últimas são formadas por trabalhadores assalariados, nas quais os cooperados são os próprios trabalhadores da empresa no controle de fábricas falidas em períodos de crise industrial, unidades de produção tecnicamente avançadas que constituem o resultado do desenvolvimento capitalista e o ponto de partida do socialismo. A outra modalidade de cooperativas de produção era composta por pequenos produtores autônomos em decadência, a exemplo das cooperativas de artesãos, constituindo “esquemas paliativos destinados a prolongar a agonia dos seus infelizes integrantes” (2006a, p. 206).

Analisando as fábricas-cooperativas, GERMER afirma (2006a, p. 209) que “para Marx, apesar do caráter coletivo da propriedade dos meios de produção, nas fábricas-cooperativas, implicar que ‘a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida’, isto ocorre sob uma forma capitalista, portanto contraditória, isto é, ‘inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho’ (MARX, 1984, p. 334)”.

Com isso GERMER (2006a, p. 213) conclui questionando: “A cooperativa de produção, tida por SINGER como protótipo da ‘economia solidária’, embora tenha surgido ao lado da sociedade anônima, como sintoma de uma nova realidade emergente no interior do capitalismo, é incapaz, como a própria sociedade anônima, de constituir uma via de superação do capitalismo”.

Assim, com base nas análises de CIPOLLA e GERMER pode-se concluir que a *economia solidária*, como também o *cooperativismo de produção*,

considerado por SINGER como o principal instrumento da *economia solidária*, não constituem alternativa ao capitalismo, justamente por deslocarem a luta para fora da arena das relações capital/trabalho, por envolverem os trabalhadores na luta econômica em vez da luta política pelo poder de Estado, por buscarem a transição para o socialismo a partir dos restos do capitalismo, principalmente com os setores mais fragilizados, em vez de apostar no desenvolvimento das forças produtivas e seu progressivo processo de socialização dos meios de produção.

5.2.2.4 Considerações conclusivas.

Levando em consideração o padrão cíclico das economias capitalistas, a fragilidade sistêmica da *economia popular* em geral, inclusive da sua versão mais estruturada, a *economia solidária*, e a sua incongruência com a teoria marxista da transição, não há como imaginar que ela, no seu atual estágio, possa estar ameaçando o sistema dominante, muito menos com perspectivas iminentes de suplantá-lo.

Na verdade, a natureza da *economia solidária*, longe de caracterizá-la como uma alternativa ao *modo de produção capitalista*, mesmo que embrionária, a caracteriza, segundo GAIGER (2000, p. 188-189), como *forma social de produção diferente*, que pode - e precisa - conviver com o *modo de produção capitalista* e com a *forma social de produção* típica do capitalismo, que é a *forma social de produção assalariada*. Trata-se, portanto, segundo GAIGER (2002, p. 7-9 e 17), da germinação de uma nova *forma social de produção*, cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o *modo de produção capitalista*, e não de uma alternativa ao *modo de produção capitalista*.

Não há dúvida que, na linha de pensamento dos autores que apontam a *economia solidária* como um contraponto à *forma social de produção capitalista* e até como alternativa ao capitalismo, evidencia-se um alto grau de idealização da *forma solidária de produção*, a ponto de visualizar, nas experiências concretas de organização solidária do trabalho, elementos característicos e constitutivos de uma *nova forma de produção* e até de um *novo modo de produção* totalizante. Não poderia ser diferente, dado o fato de que são autores que, além de pesquisadores, são militantes de políticas públicas e outras iniciativas que buscam apoiar

alternativas de auto-sustentação dos trabalhadores *excluídos do trabalho assalariado*.

No entanto, sem duvidar da idoneidade desses autores e militantes sociais, evidencia-se um deslocamento do foco da luta dos trabalhadores por um *novo modo de produção*, o qual, segundo a teoria marxista da transição, virá como fruto do desenvolvimento das forças produtivas, dentro do sistema vigente, ou seja, dentro das *relações de produção capitalistas*. É aqui que estaria o erro de estratégia de luta dos trabalhadores, segundo a teoria marxista da transição. Em vez de direcionarem *politicamente* suas lutas, através da organização sindical e da conquista do poder de Estado, os trabalhadores estariam sendo desviados pela *economia solidária* para a luta apenas de natureza econômica, portanto, fora do campo de batalha, que são as *relações de produção*. É como se, num jogo de futebol, o time dos trabalhadores estivesse jogando fora do campo, enquanto o time dos capitalistas, dentro do campo oficial, marcasse inúmeros gols em trave livre, sem resistência do time dos trabalhadores.

Dado o perfil militante da maioria dos autores da *economia solidária*, parece plausível afirmar que eles tendem a reforçar demais um dos pólos do paradoxo descrito por GERMER (Subseção 5.2.1), na teoria marxista da transição, ou seja, de que o *indivíduo determina a sociedade*, menosprezando o pólo inverso: *a sociedade determina o indivíduo*. Assim, esses autores trabalham, com grande intensidade, análises, propostas e desafios direcionados à proatividade na *construção intencional* de alternativas que visam à transformação da sociedade pela ação dos próprios seres humanos, deixando em segundo plano, ou até esquecendo, que o desenvolvimento das forças produtivas, na teoria marxista, também ocorre *independentemente da ação intencional* do ser humano, através da atividade que o ser humano é forçado a realizar continuamente, ou seja, o trabalho para produzir os meios de sobrevivência.

Assim, por mais que as *formas sociais de produção solidária* funcionem como instrumentos pedagógicos de demonstração de que um outro mundo é possível, mais humano, mais igualitário, menos explorador, qualquer organização dos trabalhadores fora do campo de batalha das *relações de produção capitalistas* será inócua no que tange ao desenvolvimento das forças produtivas e a progressiva socialização dos meios de produção. Ao contrário, alerta CIPOLLA (s/d, p. 5),

nessas condições, a *economia solidária*, como todas as formas de reformismo, tem um caráter reacionário, fortalecendo o capitalismo que busca suplantá-lo.

No entanto, com a afirmação de que a *economia solidária* não é uma alternativa ao *modo de produção capitalista* não se está pondo em questão as políticas públicas e outras iniciativas que visam assegurar a auto-sustentação dos trabalhadores *excluídos do trabalho assalariado*. O estímulo ao desenvolvimento de formas de auto-ocupação econômica, ainda que precárias, é, certamente, mais digno do que quaisquer políticas puramente assistencialistas ou, no extremo oposto, a adoção da postura do “quanto pior, melhor”. O que está em questão é a apresentação, por diversos autores, da *economia solidária* como alternativa ao capitalismo. Isto ela não é, embora contenha elementos, como a solidariedade, democracia econômica interna, as relações de produção não subordinadas, entre outras, indispensáveis num novo modo de produção pós-capitalista.

Assim, a *economia solidária*, tal como apresentada por CORAGGIO, SINGER, LISBOA, GAIGER, ARRUDA e CATTANI, dentre outros, não sendo alternativa ao capitalismo enquanto sistema totalizante, funciona, no entanto, como importante contraponto crítico à *forma social de produção assalariada*. LISBOA (2004, p. 5) afirma, focando a *economia solidária*, que esta não é prisioneira da lógica do capital, da míope corrida pela valorização do valor, que é a lógica do “quanto mais tenho, mais quero” ou o princípio do “o suficiente não me basta”, fato sobre o qual GANDHI (1869-1948 – Apud: LISBOA 2004, p. 6) assim se expressa: “há no mundo o bastante para todos, mas não para a ganância de poucos”. Para LISBOA “mais que ser uma ‘alternativa econômica’, uma busca por novas maneiras de produzir e acumular, a *economia solidária* está a construir uma nova experiência de ser, não utilitarista e possessiva, uma nova ontologia. Ela se reconfigura como um novo ‘modo de vida’, ajustando-se a uma nova perspectiva de mudança social, na qual a dimensão dos valores tem um papel fundamental” (2004, p. 7). A *economia solidária* apresenta elementos de autogestão, cooperação, solidariedade, frugalidade, organização e luta pela sobrevivência, elementos que se contrapõem criticamente ao modelo individualista e explorador do trabalho, permitindo o estabelecimento de um processo dialético e cumprindo um importante papel pedagógico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante os limites deste trabalho, cujo propósito se restringe ao estudo do fenômeno da *economia popular* quanto aos principais determinantes que deram origem ao seu ressurgimento mais intensivo, nos últimos 25 anos, quanto à natureza e às características que a diferenciam da economia dominante e quanto ao seu significado sócio-econômico, é possível se tirar importantes conclusões.

Primeiramente, fica evidenciado, quanto ao *fenômeno* da *economia popular*, que a mesma, ainda que, historicamente, tenha estado presente nas diferentes culturas e modelos econômicos, ressurge, nos anos de 1980 e 1990, com especial intensidade, no Brasil, como decorrência das recentes transformações estruturais na economia mundial, centradas num amplo processo de reestruturação produtiva e organizacional. Este processo, estruturado na perspectiva da produção enxuta e nas novas tecnologias de base microeletrônica e sob a égide do ideário neoliberal, tem, na etapa da mundialização do capital, como objetivo assegurar a competitividade internacional, mediante a redução de custos, principalmente da força de trabalho viva. Do processo de reestruturação produtiva e organizacional, poupadora de força de trabalho viva e, como tal, promotora do aumento da produtividade do trabalho, resultam, para os detentores do capital, impressionantes aumentos dos lucros e das várias formas de remuneração do capital, enquanto, para os trabalhadores advêm drásticas conseqüências que impactam o mundo do trabalho, aumentando os níveis de desemprego, de desassalariamento e de precarização das relações e condições de trabalho. A esse processo de aumento do desemprego, desassalariamento e deterioração das relações e condições de trabalho, os trabalhadores *excluídos do trabalho assalariado* reagem, mais por necessidade desesperada de sobrevivência que oportunidade de negócios, desenvolvendo, de forma crescente, *novas (e velhas) formas de auto-ocupação econômica*, extremamente heterogêneas, complexas, multifacetárias, anômicas e precárias, as quais recebem as mais variadas denominações, conforme os enfoques dos vários autores.

Em segundo lugar, quanto à sua *natureza e características*, a *economia popular*, nas variadas formas sob as quais se apresenta, compõe um conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado* com vistas a assegurar, através da utilização da sua própria força de

trabalho e dos meios disponíveis, a satisfação de necessidades básicas, tanto materiais, como imateriais. Tem como objetivo a reprodução ampliada da própria vida e não a acumulação do capital. Constitui a forma pela qual, historicamente, os homens e as mulheres, *que não vivem da exploração da força de trabalho alheio*, vêm tentando garantir seu estar no mundo, tanto na unidade doméstica como no espaço mais amplo que envolve o bairro, a cidade, o país e o universo. É a economia aplicada à maioria ou vivida ou engendrada pela maioria. Apresenta características que se contrapõem à racionalidade capitalista, tendo em vista que os trabalhadores da *economia popular* não trocam sua força de trabalho por um salário, ou seja, *seu trabalho não consiste em trabalho pago + trabalho excedente não-pago*. Caracteriza-se, não pelo investimento de capital, mas pelo investimento em força de trabalho própria, sem a exploração do trabalho alheio. Compreende formas de ocupação econômica de natureza não-capitalista, ainda que em ambiente capitalista, que germinam, predominantemente, no caldo da informalidade, porém, não se confundindo com esta.

Em terceiro lugar, quanto às *formas de existência*, a *economia popular* não se enquadra em nenhum modelo de classificação existente, geral ou específico. Diversos autores, dentre os quais RAZETO, POCHMANN, CORAGGIO, conforme visto anteriormente, esboçam tentativas de classificação, mas não há um padrão consolidado. Adotando-se, porém, como referencial, a *Distribuição da População Total segundo Inserção Laboral* da PNAD/2005, percebe-se que a *economia popular* perpassa, de alguma forma, todas as categorias. Está presente na População Economicamente Ativa (PEA), na maior parte das *posições na ocupação* da População Ocupada e também, de forma típica, em parcelas da População Desocupada. Está presente também na População Economicamente não-Ativa (PNEA), na População em Idade Ativa (PIA) e até mesmo na População em Idade não-Ativa (PINA).

Em quarto lugar, no que tange ao seu *tamanho*, a presença da *economia popular*, no Brasil, é extremamente significativa. Seus números impressionam. Tendo por base a PNAD/2005, são 49.679.275 trabalhadores inseridos na *economia popular* enquanto atividade principal, portanto, com mínimo risco de sobreposição estatística. Outros 5.268.474 trabalhadores estão inseridos com risco de sobreposição estatística, ou seja, com possibilidade de serem contabilizados

duplamente. Mais de 50.000.000 trabalhadores estão envolvidos na *economia popular* enquanto atividade complementar, ou seja, são pessoas que, além da sua atividade principal no emprego assalariado ou na atividade empresarial, exercem, complementarmente, atividades típicas de *economia popular* ou são beneficiárias de programas de transferência de renda, agregando recursos para os *fundos do trabalho* de inúmeras *unidades domésticas*. No total, tem-se, no Brasil, em 2005, cerca de 105 milhões de pessoas envolvidas, de alguma forma, na *economia popular*, como atividade principal ou complementar, o que equivale a 57,67% da População Total. Esses números se referem à *economia popular* assumida sob a ótica da sua natureza, desconsiderando-se totalmente o fato da *informalidade*, enquanto legalidade ou ilegalidade perante o poder público.

Uma quinta conclusão, relativa ao *significado sócio-econômico* da *economia popular*, diz respeito à sua funcionalidade ao capital como *mecanismo de controle social*. De fato, a *economia popular*, enquanto conjunto de atividades de auto-ocupação econômica desenvolvidas pelos *excluídos do trabalho assalariado*, serve, na prática, em perspectiva sistêmica, como mecanismo de abafamento do natural conflito entre as classes trabalhadora e capitalista. Ela inibe a luta, a revolta, a reivindicação por parte dos trabalhadores *excluídos do trabalho assalariado*, na medida em que estes não têm mais patrão direto a quem reclamar e, ao mesmo tempo, o conjunto de atividades de auto-ocupação por eles desenvolvido proporciona-lhes uma possibilidade de trabalho que, embora precário, assegura-lhes as condições mínimas de sobrevivência. Essa situação é do interesse do capital empresarial, pois, a auto-ocupação dos *excluídos do trabalho assalariado*, sem representar perigo concorrencial, reduz, por um lado, a pressão sobre o mercado de trabalho capitalista e, por outro lado, mantém a massa subocupada disponível para o capital, como *exército industrial de reserva*, para ser absorvida no emprego, caso o rumo dos investimentos e dos interesses do capital o exija, além de possibilitar, indiretamente, sem contrato, sem vínculo empregatício, o envolvimento de inúmeros trabalhadores na distribuição de mercadorias produzidas pelo capital empresarial. Ao interesse do capital pelo controle social soma-se um processo deliberado de ideologização, sistemicamente construído, inclusive com apoio do Estado, transferindo à vítima a culpa pela situação, tanto pela força da mídia, da alienação do processo educativo, de diversas posturas religiosas e do discurso dominante em

geral, induzindo os trabalhadores a acreditarem que o fato de não encontrarem, no mercado de trabalho, vagas suficientes e com remuneração condizente com as suas necessidades, constitui *culpa sua* e não do sistema.

A sexta conclusão, também relacionada ao *significado sócio-econômico da economia popular*, no caso, a vertente da *economia solidária*, diz respeito à sua natureza protagônica de se apresentar como alternativa ao capitalismo. Não obstante ser a *economia solidária* funcional ao capitalismo como mecanismo de controle social ou de abafamento do natural conflito entre as classes trabalhadora e capitalista, diversos autores, a exemplo de NUÑEZ e SINGER, entre outros, visualizam nela um potencial revolucionário. Acreditando na atual crise estrutural do capitalismo, vislumbram, na *economia solidária* e *autogestionária*, uma proposta alternativa ao *modo de produção capitalista*. É verdade que a *economia solidária* e *autogestionária* apresenta características pedagógicas e de efeito-demonstração muito importantes, tais como o solidarismo, a cooperação, a corresponsabilidade, o estímulo à iniciativa e à criatividade, a aprendizagem mútua, a flexibilidade de ritmo e de função, o trabalho em grupo, entre outras, que, de certa forma, lhe proporcionam vantagens comparativas em relação à forma de produção assalariada. No entanto, estas características dizem respeito a *formas sociais de produção*, em especial, à *forma de produção solidária*, mas não dão sustentação à hipótese de que a *economia solidária* possa ser uma *alternativa ao modo de produção capitalista*, tendo em vista que, com base na teoria marxista, a transição para um *novo modo de produção* advirá como fruto do desenvolvimento das forças produtivas, dentro do sistema vigente, ou seja, dentro das *relações de produção capitalistas*, avançando progressivamente para socialização dos meios de produção. Nesse sentido, a aposta na *economia solidária*, dada a sua fragilidade sistêmica, enquanto atua com os *restos do capitalismo*, em vez do desenvolvimento das forças produtivas, significaria, na visão de CIPOLLA e GERMER, uma aposta reacionária, reforçando o capitalismo e também o erro estratégico dos trabalhadores que, em vez de direcionarem suas lutas *politicamente*, através da organização sindical e da luta pela conquista do poder de Estado, estariam sendo desviados pela *economia solidária* para a luta apenas de natureza econômica, portanto, fora do campo de batalha das *relações de produção*. Desta forma, a *economia popular* em geral e especificamente a *economia solidária* não se constituem como uma alternativa ao

capitalismo. Elas se apresentam como *formas sociais de produção* que trazem no seu bojo uma *nova racionalidade econômica diferenciada* em relação à forma típica do modo de produção capitalista, ou seja, a *forma social de produção assalariada*, tendo em vista que, nesta, o capital emprega o trabalho, enquanto na *forma social de produção solidária*, os trabalhadores empregam o capital. Mas não é alternativa totalizante ao modo de produção capitalista. Assim, segundo GAIGER (2002, p. 10) “[...] os empreendimentos solidários são a expressão de uma *forma social de produção específica*, contraposta à forma típica do capitalismo e, no entanto, com ela devendo conviver, para subsistir em formações históricas ditadas pelo modo de produção dominante”.

Com sétima conclusão, vale explicitar que, com a afirmação de que a *economia popular*, em qualquer de suas versões, não é alternativa ao *modo de produção capitalista*, não se está pondo em questão o fato de a mesma ser objeto de *políticas públicas* e outras iniciativas que visam assegurar a auto-sustentação dos trabalhadores *excluídos do trabalho assalariado*. Entende-se que os trabalhadores desempregados não podem ser expostos a uma postura do “quanto pior, melhor” e também não é digno, ainda que muitas vezes necessário, torná-los objeto de políticas públicas puramente assistencialistas, donde o estímulo e o apoio ao desenvolvimento de formas de auto-ocupação econômica, ainda que precárias, é indispensável.

Por fim, mesmo sendo a *economia popular*, inclusive sua versão mais estruturada, a *economia solidária*, um mecanismo de controle social e não sendo alternativa ao capitalismo, há nela, um quê de *esperança*, de *utopia*, de uma perspectiva promissora que dá sustentabilidade ao lema do Fórum Social Mundial de que *um outro mundo é possível*, na medida em que a mesma assume o desafio de contrapor à competição, típica do capitalismo, a cooperação, típica da *outra economia*, conforme expressão de CATTANI (2003). E GAIGER (2002, p. 13) tem consciência de que, no atual ponto de partida, sejam quais forem os desdobramentos futuros, é fundamental ter em mente que só uma nova prática, aquela de uma nova inserção no mundo do trabalho e da economia, pode gerar uma nova consciência e provocar, sucessivamente, novas mudanças na prática. Nesse sentido a autogestão é uma forma importante no desenvolvimento das forças produtivas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Autogestão. In: CATTANI, David Antônio (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre : Veraz Editores, 2003. p. 20-26.

_____. Moeda Social. In: CATTANI, David Antônio (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre : Veraz Editores, 2003. p. 199-211.

ALVAREZ, Marcos César. Controle social : notas em torno de uma noção polêmica. In: **São Paulo em Perspectiva**, vol.18, nº 1, São Paulo, Jan./Mar. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.pfp?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100020, aos 05/10/2007.

ALVES, Gionanni. **Trabalho e Mundialização do Capital : a nova degradação do trabalho na era da globalização**. Londrina : Práxis, 1999.

_____. **O Novo (Precário) Mundo do Trabalho : reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo : Boitempo Editorial, 2000. 365 pgs.

_____. Trabalho e Sindicalismo no Brasil : um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). In: **Revista de Sociologia e Política**, Nº 19. Curitiba, Nov. 2002. Disponível, em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782002000200006, aos 07/10/2006.

_____. O Mundo do Trabalho no Brasil – 6. In: **Revista Autor**, Ano VII, Nº 61. São Paulo, julho de 2006a. Disponível, aos 07/10/2006, em: http://revistaautor.com.br/index2.php?option=com_content&task=view&id=923&Ite...

_____. O Mundo do Trabalho no Brasil – 6. In: **Revista Autor**, Ano VII, Nº 62. São Paulo, agosto de 2006b. Disponível, aos 07/10/2006, em: http://revistaautor.com.br/index2.php?option=com_content&task=view&id=944&Ite...

ALVES, Pedro. **A informalidade, uma resposta do projeto societário capitalista à questão social do desemprego : o caso dos ex-bancários do Banestado em Cascavel**. Toledo, 2005. Dissertação de mestrado. Disponível, aos 18/10/2006, em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do>.

ANTUNES, Ricardo. **O novo Sindicalismo**. São Paulo : Brasil Urgente, 1991.

_____. **Os Sentidos do Trabalho : ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 6ª ed., São Paulo : Boitempo Editorial, 2002. 258 pgs.

_____. **A Dialética do Trabalho : escritos de Marx e Engels**. São Paulo : Edit. Expressão Popular, 2004. 220 pgs.

ARROYO, João. Economia Popular e Solidária. In: MEDEIROS, Alzira & MARTINS, Paulo Henrique (orgs). **Economia Popular e Solidária : desafios teóricos e práticos**. Recife : Bagaço, 2003. p. 50-58.

ARRUDA, Marcos. Um Novo Humanismo para uma Nova Economia. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs). **Economia dos Setores Populares : entre a realidade e a utopia**. Petrópolis : Vozes, 2000. P. 199-223).

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Crise Contemporânea e Mercado de Trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (org) et al. **Economia & Trabalho : textos básicos**. UNICAMP, IE. Campinas, SP, 1998. p. 129-146.

_____. Regime de Trabalho e Flexibilidade no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (org.) et al. **Economia & Trabalho : textos básicos**. UNICAMP, IE. Campinas, SP, 1998a. p. 147-161.

BARBOSA, M. G. **A Ideologia da Solidariedade no Combate à Fome e à Miséria**. Disponível em: http://www.uel.br/grupos-pesquisa/gepal/primeirogepal/pdfs_tc/marisag-barbosa.pdf, aos 23/04/07. S/d, 12 pgs.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **Desenvolvendo a Solidariedade no caminho da Transição : um ensaio sobre a teoria do socialismo a partir de Marx**. Artigo, 2005. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A003.pdf>, aos 13/04/2007.

BESSONE, Flávia. Microcrédito: agora inserido no contexto. **Rumos**, agosto de 1999. p. 40-43.

BORGES, Altamiro. O desmonte das Leis Trabalhistas. In: POCHMANN, Márcio & BORGES, Altamiro. **“Era FHC” : a regressão do trabalho**. São Paulo : Anita Garibaldi, 2002. 120p.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição : República Federativa do Brasil**. Brasília : Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília, MTE-SENAES, 2006.

BRASIL. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. **Resolução Nº 466, de 21/12/2005**. Institui, no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, o Plano Plurianual Nacional e Estadual do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e o Convênio Único, visando à integração das funções e ações do Sistema no território. Contém, em anexo, um Termo de Referência para a elaboração do Plano Plurianual do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Disponível em <http://www.mte.gov.br/Trabalhador/FAT/Codefat/Resoluções/ano2006>, aos 22/04/2006.

BRASIL. Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. **Resolução Nº 258, de 21/12/2000**. Estabelece critérios para a transferência de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, implementado pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego –

SPPE, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Disponível aos 22/07/07 em: <http://www.mte.gov.br/Legislacao/Resolucoes/default.asp>

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Empregado(a) Doméstico(a)**. Atualizado em junho/2006. Disponível em http://www.mte.gov.br/trab_domestico/default.asp, aos 08/03/2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Programa Bolsa Família : principais resultados**. Disponível, aos 02/04/07, em http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/principais-resultados

CANO, Wilson. Políticas Econômicas e de Ajuste na América Latina. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (org). **Economia & Trabalho : textos básicos**. Campinas : UNICAMP/IE, 1998. p. 35-59.

CARDOSO, A. M. **Trabalhar, verbo transitivo : destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística**. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2000.

CARLEIAL, Liana. Trabalho em Tempos de Novas Tecnologias: velhos e novos desafios. In: **Proposta, N° 72, Março/Maio de 1997**. P. 15-16

CATTANI, David, Antônio (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre : Veraz Editores, 2003. 306 pgs.

CESIT-SEBRAE. Reforma trabalhista e políticas públicas para micro e pequenas empresas. **Textos de Discussão 1 a 22**. Brasília, 2005.

CHESNAIS, François. Globalização e o Curso do Capitalismo de Fim-de-século. In: **Economia e Sociedade**. Campinas, (5) : 1-30, dez. de 1995.

_____. **A Mundialização do Capital**. São Paulo : Xamã, 1996.

CIPOLLA, Francisco Paulo. **Exploração Enxuta e Capital : a atualidade d'O Capital na era da produção enxuta**. Mimeo – Subsídios de aula. Curitiba, 2005. 89 pgs.

_____. **Notas para uma crítica da Economia Solidária**. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, Mimeo, 2006. 11 pgs.

CONGRESSO NACIONAL DO SISTEMA PÚBLICO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA, 2, Guarulhos, 2005. **II Congresso Nacional : Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**. São Paulo : MTE, CODEFAT, FONSET, 2005. 372 pgs

CORAGGIO, José Luis. **Ciudades sin Rumbo**. Quito : Ciudad, 1991.

_____. Alternativas para Desenvolvimento Humano em um Mundo Globalizado. In: **Revista Proposta**. Rio de Janeiro : FASE, n. 72, março-maio de 1997. p. 30-38.

_____. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETTE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs). **Economia dos Setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis : Vozes, 2000. P.91-141.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES – CUT. **O Trabalho Informal no Brasil**. Disponível aos 18/11/02, em <http://www.cut.org.br/a50110.htm>.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Reestruturação Produtiva e Tendências do Emprego. In: OLIVEIRA, M. Antônio de (org.) et al. **Economia & Trabalho : textos básicos**. UNICAMP, IE. Campinas, SP, 1998. p. 163-186.

_____. Conceitos e Estatísticas Básicas sobre Mercado de Trabalho. In: OLIVEIRA, M. Antônio de (org.) et al. **Economia & Trabalho : textos básicos**. UNICAMP, IE. Campinas, SP, 1998b. p. 95-111.

DEMO, Pedro. **Solidariedade como Efeito de Poder**. São Paulo : Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002. – (Coleção Prospectiva, v. 6). 287 pgs.

DIEESE-SEADE. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Disponível em 20/02/2007, em <http://www.dieese.org.br/ped/pedmet.xml>.

DUARTE, Rosina & SAGER, Tatiana . **Instituição Comunitária de Crédito PORTOSOL : o grande desafio de financiar pequenos**. Porto Alegre : PORTOSOL, 1997. Publicação institucional.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo : Paz e Terra. 3ª edição revista e ampliada. 2001. 257 pgs.

ECONOMIA UNIOESTE CASCAVEL – ECONOMISTAS – KALECKI. **Michal Kalecki (1899-1970): A obra de Kalecki na História do Pensamento Econômico**. Disponível, em: http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/economia_economistas/Kalecki.htm, em 26/05/2007. S/d.

FERRARI, Mário Antônio. **Comentários ao projeto de lei da Câmara dos deputados de autoria do deputado Sérgio Miranda, que regulamenta o artigo 8º da Constituição Federal**. Janeiro de 2005. Disponível, em 06/05/06, em http://www.fenam.org.br/arquivos/comentarios_ao_projeto.doc.

FIORI, José Luiz. **Adeus à Classe Trabalhadora?** Publicado originalmente, em 2001, no site: www.cartamaior.com.br. Disponível, em 29/04/2007, em: http://dehnet.org.br/w3/fsmrn/biblioteca/69_jose_luis_fiori2.html

_____. Utopias e Contradições do Capital nos Tempos de Globalização. In: KRAYCHETTE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (orgs). **Economia dos Setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis : Vozes, 2000. P. 39-63.

FRANCO, Gustavo. Altos e baixos do Capitalismo. In: **Visão & Estratégia: economia**. Artigo condensado de Exame (Brasil), 15 de Dezembro de 1999.

Disponível em http://www.centroatl.pt/edigest/edições2000/ed_abr/ed66ee-econ.html, em 17/04/2007

FREITAS, Newton. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. Artigo. Disponível, em 06/07/06, em: <http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=215>. S/d.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975.

FOLHAONLINE. **Pesquisa Aponta Aumento no Número de Moradores de Rua em SP**. Edição de 05/11/2003. Disponível em: <http://tools.folha.com.br/print?site>, aos 12/03/2007.

GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária diante do Modo de Produção Capitalista**. Artigo, 2002. Disponível aos 27/12/2006, em: <http://www.rav.edu.vy/universidad/extension/proasoc/refbiblo/econsol.pdf>.

_____. Sentido e Possibilidade da Economia Solidária Hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs). **Economia dos Setores Populares : entre a realidade e a utopia**. Petrópolis : Vozes, 2000. P. 167-198.

GERMER, Claus. **Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social**. Curitiba, PR. Mimeo, 2006. 21 pgs.

_____. A "economia solidária": uma crítica marxista. In: **Outubro, nº 14, 2º semestre de 2006a**, artigo. Curitiba, p. 191-214.

GIANNOTTI, J. **Notas sobre a categoria "modo de produção" para uso e abuso dos sociólogos**. Estudos CEBRAP, São Paulo, 17: 161-168. 1976

GOGOLA, Aloize. **Microcrédito : uma aposta nos pequenos**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Economia do Trabalho, UFPR, 2000. Mimeo, 130 pgs.

GOMES, Maria Terezinha Serafim. **A Reestruturação Produtiva e seus Reflexos no Mundo do Trabalho : algumas considerações preliminares**. Mimeo, 2004. Disponível em: http://www.igeo.urej.br/VICBG-2004/Eixo1E1_073.htm, em 04/10/06.

GONÇALVES, Gabriele. **Processos de produção: fundamentos econômicos da sociedade**. Publicado em 05/11/2006 e atualizado em 10/11/2006. Disponível em <http://monografias.brasilecola.com/sociologia/processos-produção>, em 28/06/2007.

GUERRA, Pablo A. **Socioeconomia de la Solidaridad**. Montevideo : Nordan Comunidad, 2002. 238 pgs.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios : síntese de indicadores 2005**. Disponível em 13/03/07, em <http://www.ibge.gov.br>.

IBGE/SEBRAE. **Pesquisa Economia Informal Urbana – ECINF 2003**. Rio de Janeiro, 2005a. Disponível aos 15/04/06, em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/ecinf2003.pdf>.

IPEA. **Serviços Privados de Vigilância e Guarda no Brasil : um estudo a partir de informações da PNAD–1985/95**. Texto para Discussão Nº 560, elaborado por NUSUMECI, L., Profª Adjunta do IE/UFRJ. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em 07/09/07 em: <http://www.ipea.gov.br>

JORNAL DA MÍDIA. **Homens são maioria da população de rua no Brasil**. (Estudo). Edição: 04/03/2007. Disponível em 12/03/2007, em: http://www.jornaldamidia.com.br/noticias/2007/03/04/Brasil/Homens_sao_maioria_d...

KALECKI, Michal. Os aspectos políticos do pleno emprego. In: _____. **Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas : Ensaios selecionados e traduzidos por Jorge Miglioli**. Coleção Economia & Planejamento. São Paulo : HUCITEC, 1983. 2ª edição revista. Pgs. 54-60.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs). **Economia dos Setores Populares : entre a realidade e a utopia**. Petrópolis : Vozes, 2000. 246 pgs.

LIMA, Rodrigo. **Na América Latina 57% do emprego urbano é informal, aponta Banco Mundial**. Artigo publicado em 26/07/2007. Disponível, aos 27/07/07, em: http://www.panoramabrasil.com.br/noticia_completa.asp?p=conteudo/txt/2007/07/26/...

LISBOA, Armando de Melo. A Emergência das Redes de Economia Popular no Brasil. In: DAL RI, Neusa Maria (org.). **Economia Solidária : o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo : Arte & Ciencia, 1999.

_____. A socioeconomia solidária diante da grande transformação. **Revista Ciências Sociais**, n. 159, São Leopoldo : UNISINOS, p.27-57, 2001.

_____. Economia Solidária Hoje: significado e perspectivas. In: Universidade Federal de Santa Catarina – Centro Sócio-econômico – Departamento de Ciências Econômicas. **Texto para Discussão, Nº 05/2004**. Disponível em 20/05/07 em: alisboa@matrix.com.br

LOPES PINTO, João Roberto; MOTTA, Eugênia. (IBASE). **Economia Popular e Solidária**. Texto publicado no Jornal do Brasil, em 13 de outubro de 2005.

MANCE, Euclides André. **Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária - Objetivos e Estratégia : uma apresentação sintética**. Curitiba, dezembro de 2001. Disponível, em 26/04/06, em <http://www.milenio.com.br/mance/rbses2.htm>.

_____. Redes de Economia Solidária. In: MEDEIROS, Alzira & MARTINS, Paulo Henrique (orgs). **Economia Popular e Solidária : desafios teóricos e práticos**. Recife : Bagaço, 2003. p. 37-50.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. Transformações econômicas Recentes e Mudanças no Mundo do Trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (org.) et al. **Economia & Trabalho : textos básicos**. UNICAMP, IE. Campinas, SP, 1998. p. 61-77.

MARQUES, Ivan da Costa. **O Brasil e a Abertura dos Mercados : o trabalho em questão**. São Paulo : ABET, 1998. v. 10.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kolte. Ed. Victor Civita. São Paulo : 1983.

_____. **O Capital : crítica da economia política**. Livro I, Volume 2: O Processo de Produção do Capital. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. Tradução de Reginaldo Sant'Anna, 19ª edição. 2003, p. 572-930.

_____. **O Capital : crítica da economia política**. Livro I, Volume 1: O Processo de Produção do Capital. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. Tradução de Reginaldo Sant'Anna, 24ª edição. 2006, 572 pgs.

_____. **O Capital**. Livro I, capítulo VI (inédito), p.70-80. In: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo, 1978. 1ª edição. Apud: ANTUNES, R. (org), 2004. 220 pgs.

MEDEIROS, Alzira & MARTINS, Paulo Henrique (orgs). **Economia Popular e Solidária : desafios teóricos e práticos**. Recife : Bagaço, 2003. 120 pgs.

MENDONÇA, Sérgio Eduardo Arbulu & HOFFMANN, Marise Borém Pimenta. Pesquisa de Emprego e Desemprego: inovações metodológicas. In: DIEESE (org). **Emprego e Desenvolvimento Tecnológico: processos de integração regional**. São Paulo : DIEESE. 1999, pg. 279-306.

MCC. **MONDRAGÓN CORPORACIÓN COOPERATIVA : História de una Experiencia**. Julio de 2006. Disponível aos 20/05/07, em: http://www.mcc.es/esp/quienessomos/historiaMCC_esp-pdf.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo : Ed. Cortez, 2003.

O Estado de São Paulo. **PNAD: no Brasil, 2,5 milhões de crianças já trabalham**. Edição de 15/09/2006. Disponível aos 02/04/2007, em: <http://estadao.com.br/ultimas/nacional/noticias/2006/set/15/380.htm>

OLIC, Nelson Bacic. Previsões da população Mundial para a metade do século XXI. In: **Revista PANGAEA : Quinzenário de Política, Economia e Cultura**. 14/11/2005. Artigo. Disponível aos 15/06/2007, em: http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=277&ed=4,

OLIVEIRA, M. Antônio de. Reestruturação Produtiva e Mudanças nas Relações de Trabalho. In: OLIVEIRA, M. Antônio de (org.) et al. **Economia & Trabalho : textos básicos**. UNICAMP, IE. Campinas, SP, 1998ª. p. 187-204.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Formação do Mercado de Trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (org.) et al. **Economia & Trabalho : textos básicos**. UNICAMP, IE. Campinas, SP, 1998. p. 111-127.

OLIVEIRA, Francisco. A Crise e as Utopias do Trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz (orgs). **Economia dos Setores Populares : entre a realidade e a utopia**. Petrópolis : Vozes, 2000. P. 65-90.

PASSOS, Carlos Arthur Krüger. O Contexto Econômico Brasileiro e o Microcrédito. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRABALHO, EMPREGO E MICROCRÉDITO (1999 : Curitiba). **Anais...** Curitiba: Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (Mimeo), 1999. p. 10-13.

POCHMANN, Márcio. **Economia do Microempreendimento Informal no Brasil**. Brasília : SEBRAE. Texto para Discussão Nº 02, ago. 2005.

_____.; BORGES, A. **“Era FHC” : a regressão do trabalho**. CES – Centro de Estudos Sindicais. São Paulo : Edit. e Livr. Anita Ltda, 2002.

_____. (org.). **Reestruturação Produtiva : perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social**. Petrópolis : Vozes, 2004.

_____. Desemprego e Políticas de Emprego: tendências internacionais e o Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (org.) et al. **Economia & Trabalho : textos básicos**. UNICAMP, IE. Campinas, SP, 1998. p. 219-233.

_____. **O Emprego na Globalização : a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo : Boitempo, 2001.

_____. Mudanças (para pior) no mercado de trabalho. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 15 de agosto de 2000.

PRIMAVERA, Heloísa. Moeda Social. In: CATTANI, David Antônio (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre : Veraz Editores, 2003. p. 192-199.

RAZETO, Luis et al. **Las Organizaciones Económicas Populares – 1973-1990**. Programa de Economia do Trabalho – PET, Santiago de Chile, 1990.

_____. Economia de Solidariedade e Organização Popular. In: GADOTTI, Moacir, GUTIERREZ, Francisco (orgs). **Educação Comunitária e Economia Popular**. São Paulo : Cortez, 1993. p. 34-58.

RODRIGUES, I. (org.) **O Novo sindicalismo : vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SABER – Soluções Eficazes e Criativas em Políticas Públicas e Sociais (org). **I Missão Grameen Bank: conhecendo a mais importante experiência de microcrédito do cenário internacional**. 1ª edição. Brasília : SABER, 1999.

SAMPAIO JR, Plínio Arruda. Crise e Políticas de Ajuste nos Países Capitalistas Avançados. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (org). **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas : UNICAMP/IE, 1998. p. 21-32.

SANDRONI, Paulo (org. e sup). **Dicionário de Economia**. São Paulo : Editora Best Seller, 7ª edição revista e ampliada, 1989. 331 págs.

SANTOS, Rodrigo Salles P. **Economia Solidária: em busca de uma interpretação marxiana**. Monografia. Niterói, 2003, 93 pgs. Disponível em 15/03/2007, em: http://www.acompanhamentoproninc.org.br/producao/monos/monografia_03.pdf

SEADE. PED: Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo. Divulgação Nº 255 – Fevereiro de 2006. Disponível em 31/03/2007, em: <http://www.seade.gov.br/produtos/ped/pedv98/fev06/fevereiro2006.pdf>

SENNETT, Richard. **A Corrosão do Caráter : conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 1999.

SERASA. **Guia SERASA de Orientação ao Cidadão: os idosos no Brasil**. Disponível em 02/04/2007, em: <http://www.serasa.com.br/guiaidoso/18.htm>

SINGER, Paul. Economia dos Setores Populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, G; LARA, F.; COSTA, B (orgs). **Economia dos Setores Populares : entre a realidade e a utopia**. Petrópolis : Vozes, 2000.

_____. Economia Solidária. In: CATTANI, David Antônio (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre : Veraz Editores, 2003. p. 116-124.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P & SOUZA, A. (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000a.

_____. Economia Socialista. In: SINGER, Paul & MACHADO, João. **Economia Socialista**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000a

_____. **Globalização e Desemprego : diagnóstico e alternativas**. São Paulo : Edit. Contexto, 4ª edição, 2006. 139 pgs.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. Flexibilização, Desregulamentação e o Direito do Trabalho no Brasil. In: **Crise e Trabalho no Brasil : modernidade ou volta ao passado?** São Paulo : Scritta, 1996. p. 327 e ss.

TIRIBA, Lia Vargas. **Economia Popular e Cultura do Trabalho : pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí, RS : Edit. UNIJUI, 2001. 400 pgs.

_____. O Trabalho no Olho da Rua : fronteiras da economia popular e da economia informal. **Revista proposta/FASE**, num. 97, jul-ago de 2003. p. 38-49. Publicado também no **Jornal dos Economistas**, Nº 173, dez.2003. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/Lia%20TN2.htm>, em 02/09/2006.

_____. **Los Trabajadores, el capitalismo y la propiedad colectiva como estrategia de supervivencia y de sociedad: rastreando el debate histórico**. Ijuí : Contexto e Educação, 1997.

_____. & ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Economia Popular. In: CATTANI, Antônio David. (org.) **A Outra Economia**. Porto Alegre : Veraz Editores, 2003. p.101-109.

TUMOLO, Paulo Sérgio. O Significado do Trabalho no Capitalismo e o Trabalho como Princípio Educativo : ensaio de análise crítica. **Trabalho Necessário**, ano 1, Nº1 – 2003. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/tumolo%20TN1.htm> em 08/12/06.

VASAPOLLO, Luciano. **O Trabalho Atípico e a Precariedade**. Tradução (de) Maria de Jesus Brito Leite. 1ª ed., São Paulo : Editora expressão Popular, 2005. 117 pgs.

YUNUS, Mohammad & JOLIS, Alan. **Vers un Monde sans Pauvreté**. Paris : Éditions JC Lattès, 1997. Trad.: CUPERTINO, Maria Crisitina Guimarães. **O Banqueiro dos Pobres : a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países**. São Paulo : Editora Ática, 1ª ed., 10ª impressão, 2006.

VERANO, L. **Economia Solidária: uma alternativa ao néo-liberalismo**. Santa Maria : Cesma Edições, 2001.

VEGA, Daniel Navas. Trabalho, Emprego e Microcrédito e seus Nexos Dinâmicos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRABALHO, EMPREGO E MICROCRÉDITO (1999 : Curitiba). **Anais...** Curitiba: Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (Mímeo), 1999. p. 8-10.